

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2010



## QUEM SOMOS

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

## LINHAS DE AÇÃO

O ISA está estruturado em Programas que têm por base as seguintes linhas de ação:

- ✓ Defesa dos direitos socioambientais
- ✓ Monitoramento e proposição de alternativas às políticas públicas
- ✓ Pesquisa, difusão, documentação de informações socioambientais
- ✓ Desenvolvimento de modelos participativos de sustentabilidade socioambiental
- ✓ Fortalecimento institucional dos parceiros locais

Para saber mais sobre o ISA consulte  
[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)

### CONSELHO DIRETOR:

Marina Kahn (presidente em exercício), Adriana Ramos,  
Ana Valéria Araújo, Sérgio Mauro (Sema) Santos Filho

### SECRETÁRIO EXECUTIVO:

Sérgio Mauro Santos Filho

### SECRETÁRIOS EXECUTIVOS ADJUNTOS:

Adriana Ramos, Enrique Svirsky

### COORDENADORES DE PROGRAMAS E ATIVIDADES PERMANENTES:

André Villas-Bôas, Antenor Bispo de Moraes, Cícero Cardoso Augusto,  
Beto Ricardo, Fany Ricardo, Guilherme Tadaci Ake, Leila Maria Monteiro,  
Márcio Santilli, Maria Ines Zanchetta, Nilto Tatto

### APOIO INSTITUCIONAL:



Icco – Organização Intereclesiástica para  
Cooperação ao Desenvolvimento



NCA – Ajuda da Igreja da Noruega

### São Paulo (sede)

Av. Higienópolis, 901  
01238-001 São Paulo – SP – Brasil  
tel: (11) 3515-8900  
fax: (11) 3515-8904  
isa@socioambiental.org

### Brasília

SCLN 210, bloco C, sala 112  
70862-530 Brasília – DF – Brasil  
tel: (61) 3035-5114  
fax: (61) 3035-5121  
isadf@socioambiental.org

### Manaus

Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar – Largo do Teatro - Centro  
69010-230 Manaus – AM – Brasil  
tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502  
isamao@socioambiental.org

### Boa Vista

Rua Presidente Costa e Silva, 116 – São Pedro  
69306-670 Boa Vista – RR – Brasil  
tel: (95) 3224-7068  
fax: (95) 3224-3441  
isabv@socioambiental.org

### S. Gabriel da Cachoeira

Rua Projetada 70 - Centro  
69750-000 São Gabriel da Cachoeira – AM – Brasil  
tel/fax: (97) 3471-1156  
isarn@socioambiental.org

### Canarana

Rua Redentora, 362, Centro  
78640-000 Canarana – MT – Brasil  
tel/fax: (66) 3478-3491  
isaxingu@socioambiental.org

### Eldorado

Rua Jardim Figueira, 55 - Centro  
11960-000 Eldorado – SP – Brasil  
tel: (13) 3871-1697  
isaribeira@socioambiental.org

# SUMÁRIO

Apresentação .....	5
--------------------	---

## **Atividades Permanentes**

Administração .....	9
Comunicação.....	13
Desenvolvimento Institucional.....	15
Documentação.....	20
Geoprocessamento.....	21
Informática .....	25

## **Programas**

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas.....	29
Programa Política e Direito Socioambiental .....	36
Programa Rio Negro .....	42
Programa Vale do Ribeira .....	81
Programa Xingu .....	105

## **Tema**

Povos Indígenas no Brasil .....	125
---------------------------------	-----



## Apresentação

É impressionante olhar para 2010 e ver que o ISA faz do mesmo muito mais. Ou seja, o ISA se desenvolve, mas não de qualquer jeito. O resumo que destaca os melhores momentos deste relatório de atividades demonstra que nosso sentido para o conceito de “sustentabilidade” se revela em projetos com sólidos sujeitos, objetos e predicados. A sustentabilidade do ISA não é palavreiro de relatório institucional, é gramática para escrever o presente, pensando no futuro.

Entretanto, 2010 não ficou marcado por ser mais um ano de boa safra. É que o mês de dezembro nos pregou uma peça e levou embora para sempre o Enrique Svirsky. Ele era, dos nossos sócios fundadores, o sujeito mais obstinado em associar aos nada banais predicados do ISA – com sua densa lista de objetivos –, todos os elementos da gramática institucional necessários para não deixar cair a peteca. Junto com as saudades, Enrique deixou para nós seu legado de otimismo. O relatório 2010 do ISA é um conjunto de muitos belos lances cujos passes ele nos ajudou a armar.

Os últimos acontecimentos relacionados às obras das hidrelétricas no rio Madeira demonstram a pertinência da militância do ISA contra a usina de Belo Monte no rio Xingu. O ISA não se isenta de engrossar as fileiras de quem discute as matrizes energética para o país, mas uniu-se aos movimentos sociais locais indignados com o formato desse e outros empreendimentos de “aceleração do crescimento”. Olhar para o futuro do País não significa ignorar que as humilhantes condições de existência impostas aqui e agora às populações envolvidas com projetos de infraestrutura, sejam nos canteiros de obra, sejam em suas próprias cidades inchadas, estejam em patamares aquém dos fundamentos de nossa Constituição cidadã ou dos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Logo ali, mas nem tão perto assim, no Pará, uma equipe do ISA trabalha com famílias extrativistas da Terra do Meio. Suas associações comunitárias estão sendo estimuladas a construir as bases de um bem viver no futuro. Nada melhor do que dar substância a esses planos articulando-os com os Kayapó, com o Ministério Público e outros parceiros regionais, todos de sobreaviso sobre as armadilhas das promessas do porvir.

Se tomarmos o município de Querência (MT) como referência do que o ISA almeja pactuar com as vizinhanças do Parque do Xingu, seus habitantes parecem dar os primeiros indícios de que estão prontos para parar e pensar no que andaram fazendo de

ruim até agora com suas terras. O Ministério do Meio Ambiente anunciou que Querência está pronta para sair da lista oficial dos maiores desmatadores da Amazônia.

A batalha contra as alterações propostas pelo deputado Aldo Rebelo ao Código Florestal, que as equipes do ISA acompanham de perto, uniu-se com velhos parceiros dos chamados “movimentos sociais”, a SBPC e a Academia Brasileira de Ciências. Traços de novidade vieram nas alianças: algumas empresas do setor de papel e celulose juntaram-se no mesmo lado do campo da batalha.

A equipe do Programa Vale do Ribeira destacou-se, entre outras coisas, por pleitear junto à Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo a aprovação de resoluções como a que trata da identificação e reconhecimento de populações tradicionais residentes em unidades de conservação estaduais e do licenciamento das roças quilombolas.

O reconhecimento, pelo Iphan, do sistema agrícola do Rio Negro como patrimônio cultural brasileiro, foi mais um caso de sucesso da articulação do Programa Rio Negro com as associações indígenas do Alto, Médio e Baixo Rio Negro, no sentido de fazê-las reerguer valores, princípios e conhecimentos desprestigiados por mais de 50 anos de convívio com brancos desrespeitosos.

O extenso trabalho de formiga levado a cabo pelo programa Monitoramento de Áreas Protegidas e pelo Tema Povos Indígenas no Brasil resultou no mais completo levantamento sobre a situação das Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira a ser lançado como portal em 2011. Da mesma forma, o banco de notícias sobre Povos Indígenas já disponível ao público pelo site do ISA continua crescendo, o que mantém nossa instituição como a mais importante fonte de referência e pesquisa sobre o tema.

Finalmente, não dá para deixar de lado a Administração. Nunca se questionou seu papel estratégico para manter o ISA estruturado. Mas foi o Enrique Svirsky que fez com que as equipes responsáveis pela administração e pela gestão financeira se enxergassem como parte ativa da instituição.

Nosso secretário executivo basqueteiro sabia muito bem enfatizar e valorizar o papel de cada indivíduo para compor o trabalho de uma só equipe. Estalando os dedos e injetando ânimo pelos corredores do ISA São Paulo, a turma toda espalhada pelas seis sedes do ISA fizeram excelentes pontos, com belas cestas.

Nina Kahn, presidente em exercício



# ATIVIDADES PERMANENTES





# ADMINISTRAÇÃO

## O que é

Área responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro do Instituto Socioambiental (ISA), com escritório central em São Paulo e equipes de referência em Brasília, São Gabriel da Cachoeira (AM), Manaus (AM), Boa Vista (RR), Canarana (MT) e Eldorado (SP). Reúne as atividades necessárias para administrar o ISA visando a atender as legislações fiscal, contábil e trabalhista, as regras do Instituto e os acordos com as coordenações dos projetos e programas, contemplando as diferentes formas de atuação de cada equipe. A administração está assim estruturada:

- ▶ **Núcleo de Gestão de Contratos** - planejamento financeiro, elaboração de orçamentos, relatórios gerenciais, rateios de despesas compartilhadas, monitoramento de projetos e prestação de contas para as agências financiadoras.
- ▶ **Setor Financeiro Contábil** - contas a receber/cobrança, contas a pagar, tesouraria, fiscal, controle financeiro de fluxo de caixa, e relatórios contábeis.
- ▶ **Setor de Pessoal** - administração do quadro de funcionários e de prestadores de serviços, recrutamento, seleção, admissão, informações a funcionários, demissão, folha de pagamentos, benefícios e orientação à coordenação quanto aos riscos, alternativas e custos trabalhistas.
- ▶ **Setor de Serviços Gerais e Suprimentos** - compras, controle patrimonial, comercialização de produtos, logística, apoio e serviços administrativos – participação em eventos, reservas e compras de passagem, recepção, telefonia, portaria, fotocópias/encadernações, almoxarifado, copa, limpeza e conservação.

## Equipe

### ▶ SÃO PAULO - SP

#### • Coordenação

**Guilherme Tadaci Ake** (administrador de empresas, coordenador); **Fabio Massami Endo** (bacharel em Ciências Contábeis, coordenador adjunto).

#### • Setor de orçamento e finanças/financeiro contábil

**Sandra Mara Ribeiro** (bacharel em Ciências Contábeis, supervisora de contabilidade); **Mauro Antonio de Oliveira** (auxiliar financeiro); **Renata Pereira Braga** (técnica contábil, assistente financeiro); **Luciana Andrade dos Santos** (auxiliar financeira); **Sidney Nasser Carvalho dos Santos** (auxiliar administrativo); **Bruno Ricardo Pereira de Jesus** (auxiliar administrativo).

#### • Setor de Pessoal

**Solange Fontes Teodoro** (pós em gestão de pessoas, administradora de empresas, assistente de pessoal); **Edson Mendes Guimarães** (administrador de empresa, analista de departamento pessoal).

#### • Setor de serviços gerais e suprimentos

**Carlos Alberto de Souza** (administrador de empresas, supervisor de serviços gerais); **Simone Alves Pereira** (assistente de compras); **Francisco Cleonilton Moreira de Souza** (zelador); **Waldemir Brolio** (administrador de empresas, auxiliar administrativo); **Regiane Pereira Braga** (receptionista); **Rosana Aparecida Lino Andre** (auxiliar de serviços gerais); **Veronice Cardoso Matos** (auxiliar de serviços gerais, a partir de agosto).

### ▶ BRASÍLIA - DF

#### • Gestão administrativa - Programa Política e Direito Socioambiental

**Linda Cristina Khan** (secretária executiva); **Francisco das Chagas Oliveira do Nascimento** (assistente financeiro); **Maria Pereira dos Santos** (auxiliar de serviços gerais).

### ▶ MANAUS - AM

#### • Gestão administrativa - Programa Rio Negro

**Marcílio Cavalcanti** (agrônomo, supervisor de administração).

### ▶ SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM

#### • Gestão administrativa - Programa Rio Negro

**Francimar Lizardo dos Santos** (supervisor de administração); **Joás Rodrigues da Silva** (auxiliar administrativo); **Margarida Murilo Costa** (zeladora).

### ▶ BOA VISTA-RR

#### • Gestão administrativa - Programa Rio Negro

**Matthieu Lena** (administrador); **Sidinaldo Lima dos Santos** (auxiliar administrativo); **Marcolino da Silva** (auxiliar de serviços gerais).

### ▶ CANARANA-MT

#### • Gestão administrativa - Programa Xingu

**Cleudemir Peixoto** (pedagoga, auxiliar administrativa, a partir de setembro); **Erica leglli** (auxiliar de serviços gerais); **Sadi Elsenbach** (motorista).

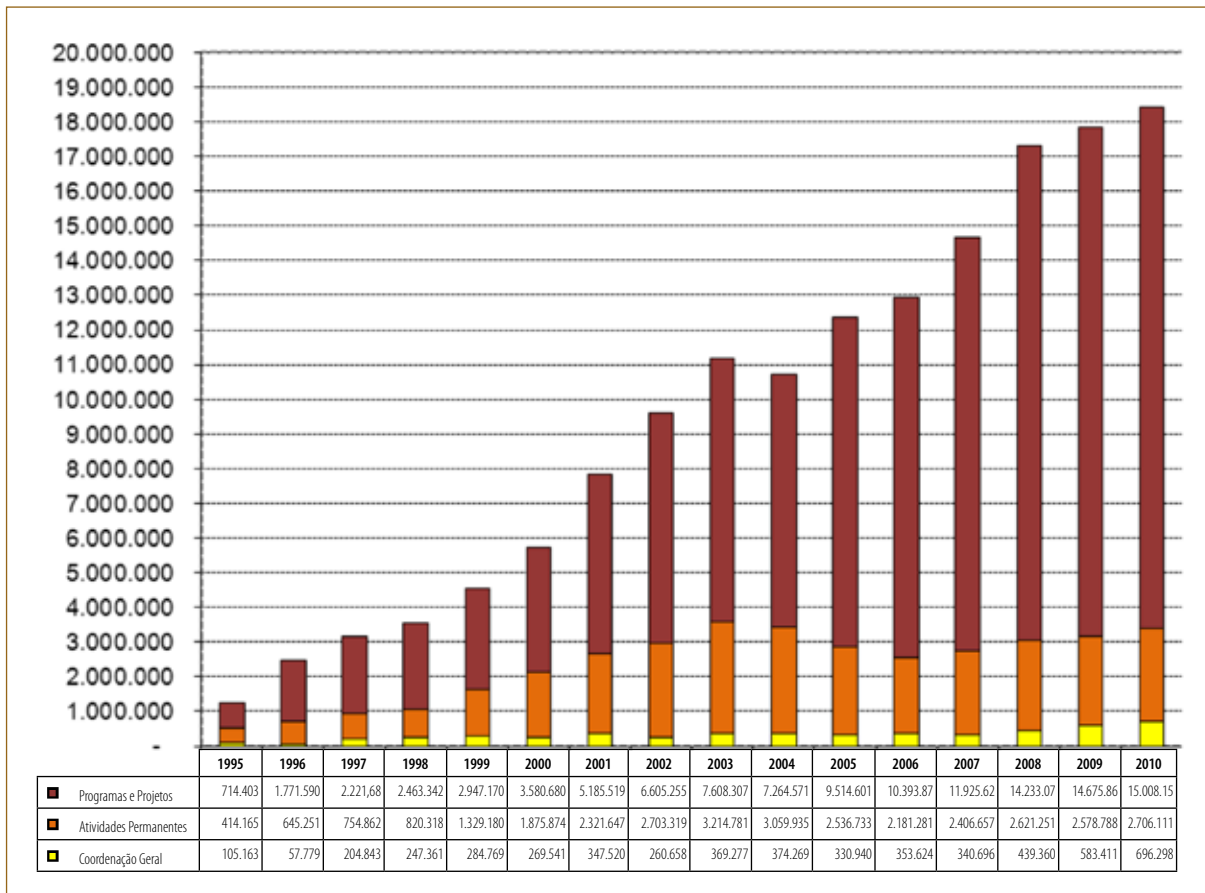
### ▶ ELDORADO - SP

#### • Gestão administrativa - Programa Vale do Ribeira

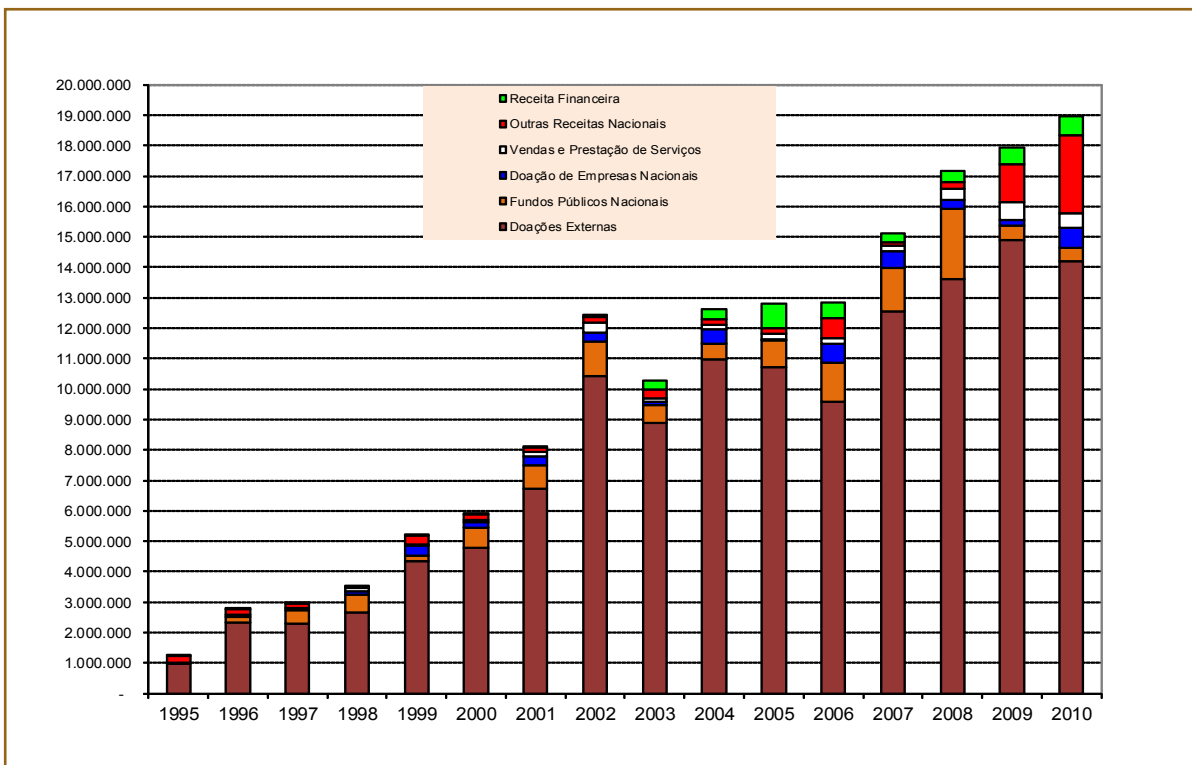
**Silvani Cristina Alves** (administradora, assessora administrativa); **Nautica Pupo Pereira de Moraes** (auxiliar de serviços gerais).

## Balanço geral

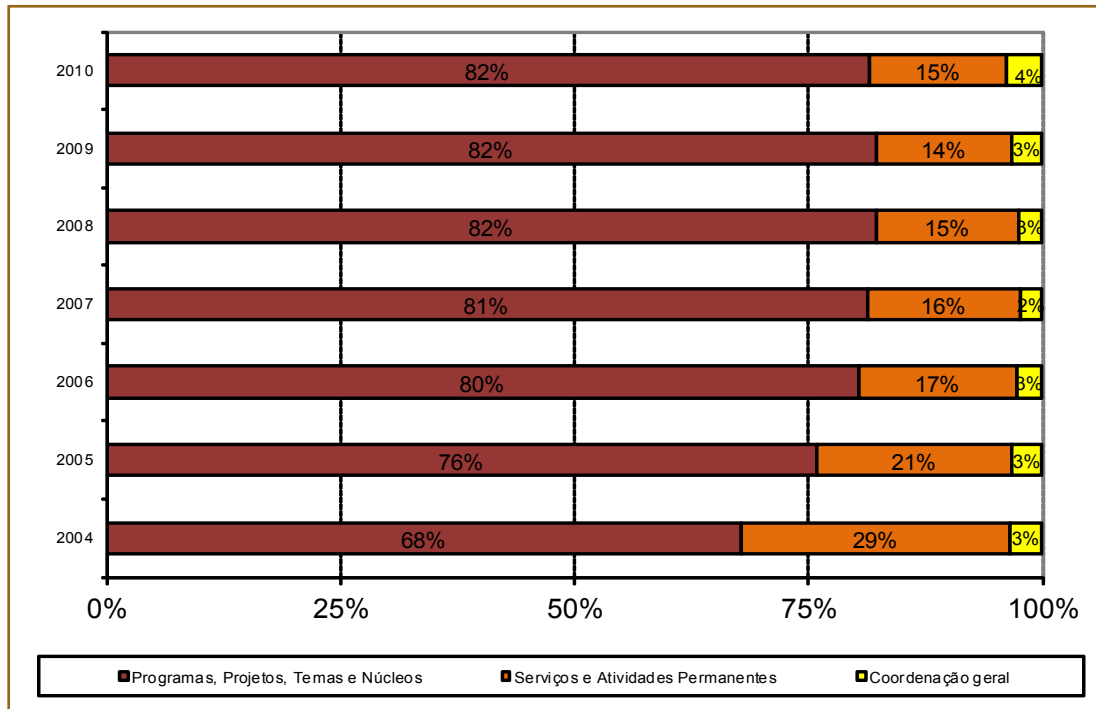
### EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR ÁREA 1995-2010 (em mil R\$)



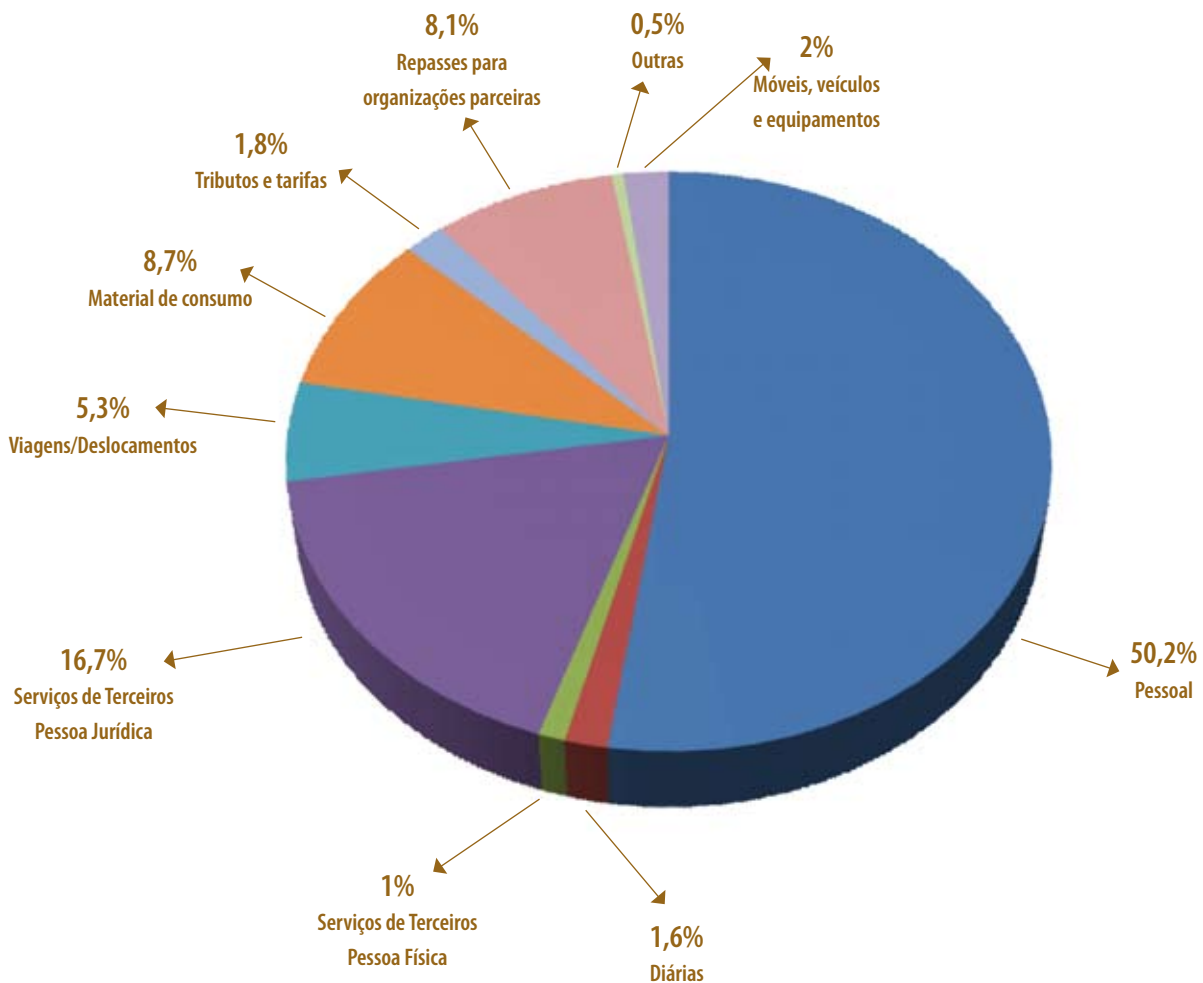
### EVOLUÇÃO E ORIGEM DOS RECURSOS 1995-2010 (em mil R\$)



## DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS POR ÁREA 2004-2010



## GASTOS POR NATUREZA DE DESPESA EM 2010



## DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS 2005-2010

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Fontes de Financiamento</b>	<b>33</b>	<b>42</b>	<b>46</b>	<b>60</b>	<b>52</b>	<b>50</b>
<b>Contratos</b>	<b>54</b>	<b>74</b>	<b>104</b>	<b>112</b>	<b>130</b>	<b>108</b>
Institucional	3	3	4	5	3	2
Xingu, Campanha Y Ikatu Xingu e Terra do Meio*	11	16	44	47	50	38
Rio Negro e Yanomami	12	14	12	14	20	19
Vale do Ribeira	5	13	13	13	18	19
Política e Direito Socioambiental**	10	10	7	10	22	18
RAISG	0	0	0	0	4	4
Mananciais da RMSP	9	9	14	12	9	3
Povos Indígenas no Brasil	1	3	1	1	2	3
Monitoramento de Áreas Protegidas	2	2	3	3	2	2
Mudanças Climáticas	0	0	1	4		
Iniciativa Amazônica	0	0	2	3		
Capacitação	1	1	1	0	0	0
RCA	0	1	0	0	0	0
Almanaque Brasil Socioambiental	0	2	2	0	0	0

\* O total de contratos em 2007, 2008, 2009 e 2010 da Campanha Xingu, consideram os subcontratos do consórcio Governança Florestal -EC e Fundo Xingu.

\*\* Mudanças Climáticas e Iniciativa Amazônica estão considerados no Programa Política e Direito Socioambiental

# COMUNICAÇÃO

## O que é

Área dedicada à comunicação institucional com o público externo, parceiros e colaboradores, responsável pela produção e divulgação de informações no site, no Twitter e no Facebook, e por e-mail junto à mídia especializada privilegiando temas de interesse do Instituto Socioambiental (ISA), direcionados a diferentes públicos. Atende ainda as demandas da imprensa, orienta, encaminha e, por outro lado, propõe pautas socioambientais e faz follow up.

Produz e edita o Boletim Socioambiental – resumo das atividades do instituto, enviado a parceiros e financiadores -, boletins eletrônicos com notícias e pautas/releases para a imprensa, elabora projetos gráficos, faz editoração eletrônica e produz materiais de apoio a eventos do ISA.

O objetivo é divulgar ao público em geral as ações focadas na pesquisa e disseminação de informações socioambientais, em defesa dos direitos socioambientais coletivos e dos povos, e que sirvam de referência para propor novos modelos de sustentabilidade socioambiental e alternativas às políticas públicas.

## Equipe

Alex Piaz (bacharel em Marketing, analista web, até agosto de 2010); Eduardo Utima (licenciado em Artes Plásticas, web designer, até junho de 2010); Katiúscia Nora-Sotomayor (jornalista, editora, até março de 2010); Julio Cezar Garcia (jornalista, editor, a partir de maio); Maria Inês Zanchetta (jornalista, editora); Oswaldo Braga de Souza (jornalista, editor, a partir de março de 2010); Vera Feitosa (editora de arte).

## O que foi feito

- ▶ Elaboração conjunta com programas do ISA de proposta de projeto para o Fundo Amazônia;
- ▶ Elaboração e envio de 10 boletins eletrônicos para a mídia especializada e mailings regionais com notícias publicadas no site do ISA e nos sites da Campanha Cílios do Ribeira e Campanha contra barragens.
- ▶ Produção e envio de 29 releases e pautas com assuntos de interesse do ISA. Os temas predominantes de 2010 foram a construção da usina de Belo Monte e as alterações no Código Florestal.
- ▶ Elaboração de projetos gráficos, editoração e acompanhamento gráfico de 7 livros, além de informativos e materiais de divulgação diversos como banners, adesivos e outros;
- ▶ Produção de 217 notícias/reportagens socioambientais (incluindo nove artigos no Direto do ISA);
- ▶ Atualização de mailings de imprensa;
- ▶ Participação em reunião de comunicadores do Diálogo Florestal em SP com vistas à divulgação de evento que acabou adiado para 2011;
- ▶ Participação em reuniões do GT Comunicação do Fórum Social São Paulo até o lançamento, em novembro e divulgação do evento junto à mídia;
- ▶ Manutenção e produção de conteúdo para o site do ISA;
- ▶ Apuração, redação e edição dos textos da Agenda Socioambiental 2011;

▶ Divulgação da cyberação da saúde indígena, que resultou no envio de mais de 1 600 cartas aos senadores, pedindo a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena;

▶ Em coordenação com o Programa Monitoramento de Áreas Protegidas, redação de textos para o blog do ISA no Globo Amazônia coordenados com notícia no site do ISA;

▶ Site SOS Florestas entrou no ar em maio, como ferramenta dedicada ao debate sobre o Código Florestal (<http://www.sosflorestas.com.br>).

▶ Site De Olho no Fundo Amazônia (<http://deolhonofundoamazonia.ning.com/>), lançado em junho pelo ISA, está disponibilizando informações, notícias, documentos e publicações para monitorar a gestão do fundo criado pelo governo brasileiro, em 2008, para financiar ações de prevenção, combate e vigilância ao desmatamento. A iniciativa é um canal aberto à sociedade civil para acompanhar a aplicação dos recursos e critérios usados na seleção dos projetos e seus resultados. As ONGs têm reivindicado mais transparência e participação na administração do fundo, a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

▶ Participação no 3º Congresso de Jornalistas Ambientais, em Cuiabá (MT), que o ISA apoiou doando almanaques aos participantes e montando um estande no Centro de Convenções onde o evento se realizou. A secretária executiva adjunta do ISA, Adriana Ramos, participou de uma mesa sobre desmatamento.

▶ **Produção Gráfica:**

- Três boletins do ISA (terceirizado);

- Publicação do segundo volume da série Cartô Brasil denominado *Fique por dentro da Bacia do Xingu* (terceirizado);

- Agenda ISA 2011;

- Relatório de Atividades 2009;

- Livro *Desmatamento evitado (REDD) e povos indígenas: experiências, desafios e oportunidades no contexto amazônico*, versão português e inglês.

- Livro *Plantando florestas, mudando vidas* (terceirizado);

- Apoio para as publicações *Manejo do Mundo* e *Petróglifos do Rio Negro*;

- Primeiro volume da série *Pescarias no Rio Negro* (terceirizado).

## Indicadores

- ▶ 1 903 622 visitas ao site com base em relatório do *Google Analytics*.
  - SOS Florestas = 38 367
  - PIB = 2 831 548
  - Pibinho = 421 012
  - Cílios do Ribeira = 20 771
  - Socioambiental = 1 160 588
  - Mananciais = 376 230
  - Y Ikatu = 140 628
- ▶ 4 989 144 page views
- ▶ 5 600 seguidores no Twitter
- ▶ Mais de 400 tweets enviados
- ▶ 115 296 downloads;
- ▶ 250 solicitações por parte de veículos de imprensa
- ▶ 337 inserções do ISA na mídia;

▶ 34 entrevistas para rádio e tevê – destaques para o Jornal Nacional e Jornal das 10 da Globo News; CBN, Eldorado, Rádio Nacional da Amazônia e Rede TV.

## Avaliação

A equipe de jornalistas (dois em Brasília e um em São Paulo) acompanhou de perto dois assuntos caros ao ISA: as propostas de mudança no Código Florestal e a partir de julho o relatório do deputado Aldo Rebelo que tanta polêmica e embates causou e a retomada pelo governo da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. Em trabalho integrado com o Programa Política e Direito Socioambiental e Programa Xingu do ISA, várias notícias, reportagens e artigos foram produzidos tratando dos dois temas, que continuarão em pauta em 2011.

A equipe participou de seminários e debates sobre o Código Florestal e Belo Monte entre outros, e trabalhou fortemente na divulgação e pautando a mídia.

Em agosto, a equipe colaborou na organização de um seminário internacional sobre Mudanças Climáticas, em Brasília, com forte atuação na divulgação do evento com envio de release eletrônico e realização de follow up durante dois dias.

Com a chegada da jornalista Fernanda Bellei em Canarana (MT) para cuidar da comunicação da Campanha Y Ikatu Xingu e do Programa Xingu, o envio de boletins ficou sob sua responsabilidade e a Comunicação geral do ISA parou de contabilizá-los.

Em 2010, o Programa Vale do Ribeira responsabilizou-se pela atualização dos sites das campanhas Cílios do Ribeira e Contra Barragens no Rio Ribeira de Iguape, com notícias e informes.

Mesmo tendo encerrado o Programa Mananciais em 2009, o ISA continuou a ser demandado para entrevistas sobre o tema e a Comunicação encaminhou os jornalistas para outras fontes e parceiros. O site De Olho nos Mananciais, que continuou no portal do ISA com perspectivas de passar em 2011 para a Rede De Olho nos Mananciais, teve mais de 376 mil visitas no ano, número bastante expressivo em relação a outros sites hospedados no portal do ISA. (Veja em *Indicadores*)

A novidade em 2010 foi um incremento da divulgação de notícias nas contas do Twitter e do Facebook do ISA e com a postagem de nove textos no Blog do ISA no portal Globo Amazônia.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Notícias socioambientais	258	195	201	233	193	208
Direto do ISA	01	01	09	0	04	9
Boletins eletrônicos						
ISA	22*	11	09	5	08	10
Y Ikatu Xingu	12*	20	23	30	12	-
Campanha Barragens	-	-	-	6	01	-
Cílios do Ribeira	-	-	-	9	01	-
De Olho nos Mananciais	-	-	-	13	01	-
Pautas socioambientais	14*	18	28	34	30	29
Visitas ao site	1.236.368	1.338.427	1.673.170	898.422(**)	1.748.604	1.903.622
ISA na mídia						
Geral	379	360	753	581	382	337
Só Rádio e Tevê	67	33	73	86	55	34

\* A partir de junho. \*\* A partir de 2008, o ISA passou a usar as informações do *Google Analytics* para contagem de acessos por ser considerado um dos mais precisos. Daí a diferença para menos em relação a anos anteriores.

## Perspectivas

O debate sobre os rumos da Comunicação frente a novas mídias digitais foi tema de debate no seminário de final do ano, apontando caminhos e perspectivas para o futuro entre elas:

- integrar a Comunicação com a mobilização em busca de parcerias e apoios que contribuam para a sustentabilidade política e financeira do ISA;
- incrementar as ferramentas digitais como forma de interação com o público em geral, sem prejuízo dos instrumentos impressos que já existem como boletins informativos e folders;
- tentativa de otimizar e relacionar o conteúdo que o ISA tem com a marca ISA e dar maior visibilidade para ao instituto;
- modernizar o site de modo que seja interativo, que converse efetivamente com o público em geral;
- promover novas cyberações em 2011.

## Melhores momentos

- ▶ Cyberação pela aprovação da Secretaria Especial de Saúde Indígena pelo Senado.
- ▶ Agenda Socioambiental 2011 com o tema Restauração de Paisagens.
- ▶ Site De Olho no Fundo Amazônia.
- ▶ Divulgação de ações e produção de notícias contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte e contra o relatório do deputado Aldo Rebelo propondo alterações no Código Florestal.
- ▶ Participação no 3º Congresso de Jornalistas Ambientais.

# DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

## O que é

Atividade permanente que visa aperfeiçoar a capacidade de fluxo de informações internas e externas, por meio de sistemas atualizados e apropriados de coleta, processamento e gerenciamento de informações referentes a compromissos e obrigações contratuais. Visa também facilitar a entrada permanente de recursos por meio do apoio à elaboração de projetos, negociação com instituições financiadoras e elaboração de relatórios.

## Equipe

Josy Andrade dos Santos (estudante de Administração de Empresas, auxiliar de desenvolvimento institucional); Margareth Nishiyama (arquiteta, assessora de planejamento e desenvolvimento institucional); Moisés Pangoni (administrador de empresas, assessor de planejamento e desenvolvimento institucional)

## O que foi feito

- ▶ Prospecção de oportunidades junto a órgãos públicos nacionais, fundações e agências nacionais e internacionais;
- ▶ Assessoria na formulação, formatação e encaminhamento de propostas a instituições financiadoras;
- ▶ Acompanhamento constante do processo de negociação, desde a submissão até a efetivação da contratação dos projetos;
- ▶ Monitoramento dos compromissos e obrigações contratuais;
- ▶ Assessoria na formulação, formatação e encaminhamento de relatórios de acordo com as obrigações contratuais;
- ▶ Interlocução com parceiros e financiadores, sobre questões relativas aos contratos firmados;
- ▶ Apoio aos demais setores do ISA para produção de publicações, reuniões e contatos interinstitucionais, seminários e exposições.

contratados anteriormente a 2010	72	contratados em 2010	42	apresentados e não contemplados	9	apresentados em negociação	11	aprovados aguardando contratação	14	total	148
----------------------------------	----	---------------------	----	---------------------------------	---	----------------------------	----	----------------------------------	----	-------	-----

	AREA	PROJETO	FONTE
1	RB	CULTURA E TERRITÓRIO: A CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLAS PARA GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS NA MATA ATLÂNTICA.	AECID
2	RB	CULTURA Y TERRITORIO: LA CONTRIBUCIÓN DE LA CULTURA QUILOMBOLA (DESCENDIENTES DE ESCLAVOS) PARA A ORGANIZACIÓN DEL PAISAJE EN LA FLORESTA ATLÂNTICA	AECID
3	RB	SUPERAÇÃO DA POBREZA E VALORIZAÇÃO CULTURAL: NOVAS PERSPECTIVAS PARA OS QUILOMBOLAS NO VALE DO RIBEIRA	AECID
4	XG	ADEQUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA AGROPECUÁRIA FAZENDA BRASIL	AGROPECUÁRIA FAZENDA BRASIL
5	XG	RESTAURAÇÃO FLORESTAL DE NASCENTES E MATAS CILIARES XINGU CAMPANHA YIKATU XG	AGROPECUÁRIA RONCADOR
6	PPDS	CLEAN ENERGY PLATFORM IN BRAZIL	AIN
7	DI	TRIEANAL 2008-2010	AIN
8	DI	TRIEANAL 2011-2013	AIN
9	RB	SUPERAÇÃO DA POBREZA E VALORIZAÇÃO CULTURAL: NOVAS PERSPECTIVAS PARA OS JOVENS QUILOMBOLAS NO BRASIL	AIN/OD
10	XG	MOBILIZAÇÃO DO MXVS PARA DISCUSSÃO SOBRE BELO MONTE	AMAZON WATCH
11	RB	INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE (SP)	ASSOCIAÇÃO NUCLEO OIKOS
12	RB	REALIZAÇÃO DA 3ª FEIRA DE TROCA DE SEMENTES TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA	ASSOCIAÇÃO NUCLEO OIKOS
13	RAISG	RAISG 2010 INITIATIVE	AVINA AMERICAS
14	XG	AUTONOMIA NO PROCESSO EDUCACIONAL - XINGU E PANARA	AVON/FUNDO VIVA O AMANHÃ
15	XG	EXPEDIÇÕES A SÍTIOS HISTÓRICOS DOS KISÉDJÊ E KAWAIWETE DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU	BID
16	XG	XINGU INDIGENOUS LANDS ECOSYSTEM SERVICES	BMU
17	MAP	DE OLHO NA AMAZÔNIA	BNDES/ FUNDO AMAZÔNIA
18	XG	FORMAÇÃO CONTINUADA DE AGENTES INDÍGENAS NO PIX: VALORIZANDO AS INICIATIVAS SOCIOAMBIENTAIS LOCAIS	CAFOD
19	PIB/MAP	MONITORAMENTO DA SITUAÇÃO E DA SUSTENTABILIDADE DAS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL	CAFOD
20	RN	OFICINAS TEMÁTICAS SOBRE A PRODUÇÃO DE ARTESANATO NA ESCOLA TUKANO YAPURI	CAFOD
21	RN	PROJETO ARQUITETÔNICO ESCOLAS INDÍGENAS NO RIO NEGRO	CAFOD
22	RN	LIVRO SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR YANOMAMI: CONSTRUINDO UM SISTEMA PRÓPRIO DE ENSINO	CAPEMA/CGEEI/MEC
23	RB	ASSESSORIA JURÍDICA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA	CESE

	AREA	PROJETO	FONTE
24	RB	ASSESSORIA JURÍDICA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA	CESE/DTAT
25	PPDS	ESTUDO DE VIABILIZAÇÃO JURÍDICA DO PROJETO DE DESMATAMENTO EVITADOS EM TERRAS INDÍGENAS NA BACIA DO XINGU	CONSERVATION INTERNATIONAL
26	PPDS / RB	ASSESSORIA JURÍDICA PARA A DEFESA DOS DIREITOS TERRITORIAIS COLETIVOS DOS POVOS INDÍGENAS DO XINGU E DOS QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA	COMISSÃO EUROPÉIA
27	RB	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE REGIÕES CARACTERIZADAS POR POPULAÇÕES INDÍGENAS E TRADICIONAIS MEDIANTE O ORDENAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO, EQUITATIVO E SUSTENTÁVEL	COMISSÃO EUROPÉIA
28	XG	DIREITOS INTEIROS PARA POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS DA TERRA DO MEIO: INTEGRAÇÃO TERRITORIAL, ACESSO A DIREITOS E VALORIZAÇÃO DE CULTURAS TRADICIONAIS DE POPULAÇÕES DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DO MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS DA TERRA DO MEIO, PARÁ, BRASIL.	COMISSÃO EUROPÉIA
29	XG	SHARED FOREST GOVERNANCE IN XINGU RIVER HEADWATERS REGION	COMISSÃO EUROPÉIA
30	XG	PUBLICAÇÃO PARQUE INDÍGENA DO XINGU 50 ANOS	CONSTRUCAP/ LEI DE INCENTIVO À CULTURA - MINC
31	XG	PROJETO ARTICULAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE ÓLEOS DE COPAÍBA E ANDIROBA NA REGIÃO DA TERRA DO MEIO, NO OESTE DO PARÁ - COOPERANTE 1	DED - SERVIÇO ALEMÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E SOCIAL
32	XG	PROJETO ARTICULAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE ÓLEOS DE COPAÍBA E ANDIROBA NA REGIÃO DA TERRA DO MEIO, NO OESTE DO PARÁ - COOPERANTE 2	DED - SERVIÇO ALEMÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E SOCIAL
33	PPDS	COMPENSATED REDUCTION IN BRAZIL	EDF
34	XG	CONSOLIDAÇÃO DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA TERRA DO MEIO NO ESTADO DO PARA, PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU E DA TERRA INDÍGENA PANARA	EDF/ BLUE MOON
35	XG	TO CREATE THE BASIS FOR LONG TERM SUSTAINABILITY OF THE XINGU PROTECTED AREAS CORRIDOR	EDF/ GBMF
36	PPDS	COMPENSATED REDUCTION IN BRAZIL	EDF/ ROBERTSON
37	PPDS	MUDANÇAS CLIMÁTICAS	EDF/ ROBERTSON
38	XG	REDE DE SEMENTES DO XINGU: UMA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS	EMBAIXADA BRITÂNICA
39	PIB/ MAP/ RN/XG	PROJETO TRIENAL ISA - 2010 A 2012: INFORMAÇÕES QUALIFICADAS SOBRE POVOS E TERRAS INDÍGENAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS, COMBATE AO PRECONCEITO, E PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES LOCAIS NO XINGU, RIO NEGRO E YANOMAMI	EMBAIXADA DA NORUEGA
40	RB	ISA - VALE DO RIBEIRA PROGRAM	ESPA
41	RB/ XG	FOOD SECURITY AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN BRAZIL, AND, IN PARTICULAR, AMONG THE INDIGENOUS AND TRADITIONAL PEOPLE OF XINGU AND RIBEIRA BASINS, BY THE CONSERVATION AND SUSTAINABLE US OF PLANT GENETIC RESOURCES	FAO
42	RB	ASSESSORIA JURÍDICA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA	FBDH
43	RB	ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS MATAS CILIARES DO VALE DO RIBEIRA	FEHIDRO
44	MM	AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE AÇÃO E RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DO SEMINÁRIO BILLINGS 2002	FEHIDRO
45	MM	DE OLHO NOS MANANCIAIS II	FEHIDRO
46	MM	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO DA REGIÃO DO SUBCOMITÊ JUQUERI-CANTAREIRA	FEHIDRO
47	RB	ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO PILOTO PARA PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS - VALE DO RIBEIRA	FEHIDRO
48	RB	PLANO DIRETOR PARA RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL VISANDO À CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO RIBEIRA DO IGUAPE	FEHIDRO
49	RB	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - RIBEIRA SUSTENTÁVEL	FEHIDRO
50	PPDS	PUBLICAÇÃO "CARBON STOCK OF INDIGENOUS PEOPLES IN THE AMAZON"	FOREST TRENDS
51	XG	KRI IPRE – REGISTRO DE NOSSO TERRITÓRIO E ALDEIAS ANTIGAS DO POVO PANARA	FUNARTE / MAIS CULTURA
52	RB	FLORESTA E ÁGUA-EXPERIÊNCIAS DE PAGAMENTO DE SERVIÇO AMBIENTAL NO VALE DO RIBEIRA	FUNBIO
53	RN	APOIO À PARTICIPAÇÃO DO ISA NO PROGRAMA LEAD – DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE ENERGIA LIMPA PARA AMAZÔNIA	FUNDAÇÃO AVINA
54	RAISG	FORTELECIMENTO DE INICIATIVAS E ARTICULAÇÕES NA AMAZÔNIA LATINO-AMERICANA	FUNDAÇÃO AVINA



	AREA	PROJETO	FONTE
55	RAISG	RAISG – FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES	FUNDAÇÃO AVINA
56	RN	REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA HUTUKARA	FUNDAÇÃO AVINA
57	XG	VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE SOCIOMBIENTAL NA BACIA DO XINGU	FUNDAÇÃO AVINA
58	RB	DESENVOLVIMENTO DE ALTERNATIVAS DE MERCADO PARA O ARTESANATO TRADICIONAL E DA PALHA DA BANANEIRA PARA AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA, ESTADO DE SÃO PAULO	FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL
59	RB	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE APÍCOLA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA	FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL
60	XG	CONTINUIDADE AO APOIO A CAMPANHA 'Y IKATU XINGU	FUNDAÇÃO BLUE MOON
61	XG	SCALLING UP FOREST RESTORATION IN THE XINGU	FUNDAÇÃO DOEN
62	RB	ELABORAÇÃO DO MÓDULO 7, SUB-MÓDULOS 7A E 7C DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MOSAICO DA JURÉIA	FUNDAÇÃO FLORESTAL/ PETROBRAS (REPLAN)
63	PPDS	A LUTA PELA AFIRMAÇÃO DE DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS	FUNDAÇÃO FORD
64	PPDS	GARANTINDO O ARCABOUÇO LEGAL PARA DESMATAMENTO EVITADO (REDD) NO BRASIL	FUNDAÇÃO FORD
65	PPDS	PROMOÇÃO DE DIREITOS TERRITORIAIS DE POPULAÇÕES INDÍGENAS, TRADICIONAIS E PEQUENOS AGRICULTORES: DO NACIONAL AO LOCAL	FUNDAÇÃO FORD
66	PPDS/ COM	RIO+20	FUNDAÇÃO FORD
67	RN/MAP	AMAZÔNIA SOCIOAMBIENTAL: CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	FUNDAÇÃO GORDON & BETTY MOORE
68	RN	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DE RORAIMA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS NO EXTREMO NORTE DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	FUNDAÇÃO GORDON & BETTY MOORE
69	XG	ENCONTRO DE TROCAS DE SEMENTES E MUDAS E DE CONHECIMENTOS SOBRE OS ALIMENTOS DAS ROÇAS TRADICIONAIS DOS ÍNDIOS DO XINGU	FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA
70	RB	LEVANTAMENTO DA DENSIDADE POPULACIONAL E GESTÃO COMUNITÁRIA DE EUTERPE EDULIS MARTIUS (PALMEIRA JUÇARA) EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA/SP	FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO
71	XG	SOCIAL STRATEGIES TO FIGHT AGAINST DEFORESTATION	FUNDAÇÃO PACKARD
72	XG/RB	ENCONTRO DE TROCAS DE SEMENTES E MUDAS E DE CONHECIMENTOS SOBRE OS ALIMENTOS DAS ROÇAS TRADICIONAIS DOS ÍNDIOS DO XINGU	FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
73	RB	PLANEJAMENTO TERRITORIAL ESTRATÉGICO: UMA FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
74	XG	RECUPERANDO AS NASCENTES E MATAS CILIARES: UM EXEMPLO DE CONCERTAÇÃO INTERSETORIAL	FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
75	XG	CORREDOR XINGU DE SOCIOBIODIVERSIDADE, UM DESAFIO DE SUSTENTABILIDADE PARA O BRASIL.	FUNDO VALE
76	XG	PROJETO DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO MOSAICO DE UCS DA TERRA DO MEIO, COM ÊNFASE NAS 3 RESERVAS EXTRATIVISTAS - ANO 1	FUNDO VALE
77	XG	PROJETO DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO MOSAICO DE UCS DA TERRA DO MEIO, COM ÊNFASE NAS 3 RESERVAS EXTRATIVISTAS - ANO 2	FUNDO VALE
78	XG	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA - PA	GISELA MOREAU
79	RB	MUDANÇAS CLIMÁTICAS	GRENDENE
80	XG	APOIO A PROJETOS PILOTOS DE COMBATE A INCÊNDIOS NO PARQUE DO XINGU	GUARANY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
81	RN	GESTÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DA BACIA DO RIO NEGRO (2008-2010)	HORIZONT 3000
82	RN	ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ALTO E MÉDIO RIO NEGRO	HORIZONT 3000
83	PPDS	INICIATIVA MUDANÇAS CLIMÁTICAS	ICCO
84	DI	ISA TRIENAL 2008-2010	ICCO
85	DI	TRIEANAL 2011-2013	ICCO
86	XG	MAPPING HIGH CONSERVATION AREAS	ICV/BACP
87	RB	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL SP/PR PARA GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL	IDESC
88	RB	REFLORESTAMENTO DE MATAS CILIARES NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA	INICIATIVA VERDE
89	RN	FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA, INTERDISCIPLINAR E MULTICULTURAL NO RIO NEGRO	INSTITUTO ARAPYAU
90	RN	LIVRO "EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO RIO NEGRO"	INSTITUTO ARAPYAU

	AREA	PROJETO	FONTE
91	RB	O PAPEL DO SAF NA SEGURANÇA ALIMENTAR QUILOMBOLA: UMA EXPERIÊNCIA DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE
92	XG	O PODER DA SOCIODIVERSIDADE DO XINGU: DESVENDANDO UM LADO DO DESENVOLVIMENTO	INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE
93	RN	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA BACIA DO RIO NEGRO, COM O RECONHECIMENTO E RESPEITO AOS DIREITOS COLETIVOS DOS POVOS INDÍGENAS E COM A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL	INSTITUTO SEMEIA BRASIL
94	XG	REDE DE SEMENTES DO XINGU: UMA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE RENDA VALORIZANDO A DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL	INSTITUTO VENTURA
95	XG	MEETING OF INDIGENOUS PEOPLE OF XINGU ON BELO MONTE DAM	INTERNATIONAL RIVERS
96	RN	CRIANDO CONDIÇÕES PARA A INICIATIVA DE REGISTRO BINACIONAL (BRASIL – COLOMBIA) DA ROTA DE TRANSFORMAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO NOROESTE AMAZÔNICO	IPHAN
97	XG	IDENTIFICAÇÃO DE SÍTIOS E HISTÓRIAS ANCESTRAIS DOS POVOS KAIABI, YUDJA, KISÉDJÊ E PANARÁ	IPHAN
98	RN	UM PATRIMÔNIO INVISÍVEL: DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA SOBRE OS SISTEMAS AGRÍCOLAS DO RIO NEGRO/AM	IPHAN
99	RN	GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA EM PEQUENA E LARGA ESCALA NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL, RORAIMA, BRASIL	ITAU- ECOMUDANÇA
100	RB	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA ATRAVÉS DA CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS DA MATA ATLÂNTICA	MAIS-RETE
101	RB	EDUCAÇÃO E CULTURA PARA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA	MARIANA MOREAU
102	RB	ASSESSORIA ÀS ASSOCIAÇÕES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA PARA A GESTÃO DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS	MDA/AEGRE
103	RB/XG	ATER SOCIOAMBIENTAL: FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE ARTESANAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO VALE DO RIBEIRA E FORMAÇÃO DE REEDITORES DE ATER NA BACIA DO XINGU	MDA/ATER
104	XG	RESTAURAÇÃO FLORESTAL E RECUPERAÇÃO DE SOLOS NA REGIÃO DA BACIA DO XINGU E BR 163 NO MATO GROSSO	MDA/INCRA
105	RB	FOMENTO AO CIRCUITO QUILOMBOLA	MDA/PRONAF
106	RN	PROJETO MAGISTÉRIO YAPIARI: FORMAÇÃO DE PROFESSORES YANOMAMI	MEC-SECAD-FNDE
107	XG	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM MIÚDOS: LÍNGUA, ESPAÇO DE APRENDER E A CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE NO XINGU	MEC-SECAD-FNDE
108	RN	CENTRO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AMAZONAS.	MINC
109	RB	INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA DE IGUAPE (SP)	MINC LEI DE INCENTIVO A CULTURA / PETROBRAS
110	XG	11 PONTOS DE CULTURA NO PARQUE INDÍGENA DO XINGU, TI PANARÁ E KAYAPÓ	MINC/ PONTO DE CULTURA INDÍGENA
111	RN	VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL DA BACIA DO RIO NEGRO – AM E RR: IMPLANTAÇÃO DE 22 PONTOS DE CULTURA INDÍGENA	MINC/ PONTO DE CULTURA INDÍGENA
112	RB	CINE CLUBE ALDEIA CULTURAL - ELDORADO (SP)	MINC/ PONTO DE EXIBIÇÃO AUDIO-VISUAL
113	RN	PONTO DE DIFUSÃO DIGITAL - SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM)	MINC/ PONTO DE EXIBIÇÃO AUDIO-VISUAL
114	RB	PROJETO DE PROTEÇÃO, DIFUSÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/CFDD
115	RB	DIVULGAÇÃO DO CIRCUITO ÉTNICO QUILOMBOLA DE BASE COMUNITÁRIA	MINISTÉRIO DO TURISMO
116	RB	OFICINA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA FOMENTAR OS CIRCUITOS TURÍSTICOS QUILOMBOLA NO VALE DO RIBEIRA - SÃO PAULO	MMA/PNUD
117	PPDS	REGIONAL IMPACTS OF BNDES INVESTMENTS PROJECT	MOTT FOUNDATION
118	XG	CAMPANHA Y IKATU XINGU	NATU KAPILAR
119	DI	AGENDA SOCIOAMBIENTAL 2011	NATURA
120	XG	CARBONO SOCIOAMBIENTAL DO XINGU – EDITAL NATURA 2008/09	NATURA
121	XG	CARBONO SOCIOAMBIENTAL DO XINGU - EDITAL NATURA 2009/10	NATURA
122	RB	PROJETO DE CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA	PDA/MA

	AREA	PROJETO	FONTE
123	XG	AGRICULTURA E CONSERVAÇÃO DAS MATAS CILIARES	PDA/PADEQ
124	RB	CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA NO VALE DO RIBEIRA: PLANEJAMENTO SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ELDORADO (SP)	PDA-MA
125	XG	DISSEMINANDO A CULTURA AGROFLORESTAL NA REGIÃO DO ARAGUAIA XINGU, NORDESTE DE MATO GROSSO	PDA-PADEQ
126	XG	MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE	RAINFOREST ACTION NETWORK
127	RN	DIREITOS INDÍGENAS, FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA NA BACIA DO RIO NEGRO, NOROESTE AMAZÔNICO 2008-12	RFN
128	RN	DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA: GOVERNANÇA, PROTEÇÃO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS – COMPONENTE CORREDOR NORTE 2008-2010	RFN
129	RN	DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA: GOVERNANÇA, PROTEÇÃO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS – COMPONENTE CORREDOR XINGU 2008-2010	RFN
130	PPDS/ RAISG/ RN	DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA: GOVERNANÇA, PROTEÇÃO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS – COMPONENTE GOVERNANÇA 2008-2010	RFN
131	PPDS	PACOTE AMAZÔNIA (2011-15) - COMPONENTE FUNDO AMAZÔNIA	RFN
132	XG	PACOTE AMAZÔNIA (2011-15) - COMPONENTE RAISG	RFN
133	RAISG	PACOTE AMAZÔNIA (2011-15) - COMPONENTE RIO NEGRO	RFN
134	RN	PACOTE AMAZÔNIA (2011-15) - COMPONENTE XINGU	RFN
135	XG	PROGRAMA XINGU SOCIOAMBIENTAL 2008-12	RFN
136	RN	PROJETO DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL – PEI	RFN
137	PPDS	VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL BRASILEIRA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO 2008-12	RFN
138	RB	FORTALECIMENTO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS QUILOMBOLAS ATRAVÉS DE INCENTIVO A PROCESSOS E PRÁTICAS CULTURAIS VOLTADOS A PROMOÇÃO SOCIOCULTURAL DOS JOVENS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA	SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA - SP
139	RB	FEIRA DE TROCA DE SEMENTES E UM SEMINÁRIO DE TROCAS DE CONHECIMENTO SOBRE FORMAS DE MANEJO AGROECOLÓGICOS	SEPIIR
140	XG	SKOLL AWARDS FOR SOCIAL ENTREPRENEURSHIP	SKOLL FOUNDATION
141	RB	CAPACITAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL EM TEMAS RELACIONADOS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, AO ECOTURISMO EM 4 SUB-REGIÕES IDENTIFICADAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS PARQUES ESTADUAIS PERTENCENTES AO PROJETO DE ECOTURISMO NA REGIÃO DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO	SMA/BID
142	XG	CURSO DE FORMAÇÃO EM GESTÃO PARA AGENTES INDÍGENAS NO PARQUE INDÍGENA DO XINGU E TERRA INDÍGENA PANARÁ	TERRE DES HOMMES - HOLANDA
143	XG	PROJETO DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL TFT/JYRSK	TFT/JYRSK
144	XG	RESTORATION OF 100 HECTARES OF DEGRADED RIPARIAN FORESTS IN BASIN OF THE XINGU RIVER, WITHIN THE SCOPE OF THE "Y IKATU XINGU" CAMPAIGN	THE FOREST TRUST
145	XG	PRODUÇÃO RESPONSÁVEL NOS ESTADOS DO PARÁ E MATO GROSSO	TNC/USAID
146	XG	UNIDADE DE FONTES RESPONSÁVEIS NA AMAZÔNIA	TNC/USAID
147	RN/XG	FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA	UNESCO/CRIANÇA ESPERANÇA
148	RB	DIAGNÓSTICO E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANANCIAS DA SUB-BACIA DOS RIOS SÃO LOURENÇO E JUQUIÁ	VITAE CIVILIS

# DOCUMENTAÇÃO

## O que é

Centralizado na sede de São Paulo, funciona como serviço permanente de apoio aos projetos, programas e setores do ISA. Sua ação está baseada, em grande parte, no acompanhamento atualizado e qualificado de processos sociais e políticos, envolvendo diferentes temas, atores sociais e uma rede de instituições, o que exige um sistema de rotinas complexas de captação, processamento informatizado, conservação, disseminação e acesso de documentos/informações, tanto para a equipe do ISA quanto para o atendimento de demandas externas.

## Equipe

Beatriz Cyrineo Pereira (estudante de Letras, estagiária, até agosto); Claudio Aparecido Tavares (produtor editorial, documentalista); Leila Maria Monteiro da Silva (historiadora, documentalista); Luiz Adriano dos Santos (auxiliar de documentação); Miriã Nunes Ribeiro (estudante de Ciências Atuariais, estagiária, a partir de outubro).

## O que foi feito

### ▶ ACERVO AUDIOVISUAL

Fotos digitalizadas e processadas	31.605
Fitas de vídeo, DVDs e mini-DVDs	1.801

### ▶ ACERVO TEXTUAL

Docs/Livros processados	21.923
Docs/Livros pré-processados	6.595

### ▶ BANCO DE NOTÍCIAS

Notícias digitalizadas e processadas	30.170
--------------------------------------	--------

### ▶ CADASTRO INSTITUCIONAL

Pessoas e Instituições	26.729
Cadastros atualizados	4.293

### ▶ MANCHETES SOCIOAMBIENTAIS

Assinantes	7.387
------------	-------

### ▶ ATENDIMENTO

	Acervo textual	Acervo audiovisual	Total
Interno	300	267	567
Externo	104	54	158
Total	404	321	725

### ▶ COBERTURAS FOTOGRÁFICAS

Procissão de Nossa Senhora de Fátima e Fandango da comunidade de Morro Seco, no Vale do Ribeira; I Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas, em Registro (SP); Apresentação da Campanha 'Y Ikatu Xingu na Mostra de Tecnologias Sustentáveis, promovida pelo Instituto Ethos, em São Paulo.

### ▶ MALA-DIRETA DIVULGAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CONVITES E PUBLICAÇÕES

Agenda Socioambiental 2011; Água e Esgoto na Grande São Paulo; Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira; Boletim Rio Negro Socioambiental; Boletim Socioambiental; Fórum Social de São Paulo; Petróglifos Sul-Americanos; Urihi A.

### ▶ PERIÓDICOS

Há 661 coleções de periódicos, sendo 573 delas coleções fechadas (encerradas) e 88 ativas.

### ▶ PESQUISA FOTOGRÁFICA E TRATAMENTO DE IMAGENS

Agenda Socioambiental 2011; Boletim Rio Negro Socioambiental nº 3; Desmatamento Evitado (REDD) e Povos Indígenas; Manejo do Mundo; Xingu, a luta dos povos pelo rio.

### ▶ OUTRAS ATIVIDADES

Agendinha ISA 2010.

## Melhores momentos

A pesquisa fotográfica para o vídeo *Xingu, a luta dos povos pelo rio* possibilitou resgatar cenas históricas da luta dos índios do Rio Xingu contra a construção da usina de Belo Monte, uma batalha que se arrasta há mais de 20 anos.

# GEOPROCESSAMENTO

## O que é

Consiste na produção, atualização e divulgação de informações cartográficas e desenvolvimento de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), para fins de monitoramento e elaboração de diagnósticos socioambientais de Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e outras áreas de interesse socioambiental. Atende ainda as demandas internas de projetos e programas do Instituto Socioambiental (ISA) - em desenvolvimento ou em fase de planejamento - bem como demandas de comunidades e parceiros locais, pesquisadores, organizações governamentais e não governamentais, imprensa e público em geral, produzindo informações sobre os aspectos territoriais dos temas trabalhados pelo ISA.

## Equipe

### ► Núcleo

Cícero Cardoso Augusto (engenheiro cartógrafo, coordenador); Alexandre Degan (geógrafo, analista de geoprocessamento); Rosimeire Rurico Sacó (geógrafa, analista de geoprocessamento); Thomas Jean Georges Gallois (geógrafo em formação, técnico em geoprocessamento, a partir de março).

### ► Analistas de geoprocessamento por programas

Alicia Rolla (geógrafa, Monitoramento de Áreas Protegidas); Maria Fernanda Prado (bióloga, Vale do Ribeira); Marisa Gesteira Fonseca (bióloga, Xingu); Daniela Lavignatti (estudante de geografia, estagiária, Xingu, até setembro); Renata Aparecida Alves (ecóloga, Rio Negro); Camila Franco (estudante de Geografia, estagiária, Rio Negro, a partir de outubro).

## O que foi feito

### ► Participação em cursos e eventos

- Oficina para elaboração do Atlas de Pressões e Ameaças e capacitação no programa Claslite para os membros de "Raisg – Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada", em fevereiro, Bogotá – Colômbia;
- Oficina técnica de sensoriamento remoto para aplicação de metodologia sobre o ENVI (software de sensoriamento remoto) para membros da "Raisg – Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada", em maio, São Paulo/SP;
- Participação em curso sobre programa Claslite, em março, Brasília/DF;
- Feira de Geotecnologias – GEOBRASIL, em maio, São Paulo/SP;
- Participação no VII Seminário Técnico-Científico sobre os dados do Desmatamento na Amazônia Legal em maio, Brasília/DF;
- Participação no seminário "Qualidade de dados Geoespaciais", em julho, São Paulo/SP;
- Participação no curso de Marxan promovido pela WWF, em outubro, Brasília/DF;
- Participação no treinamento "Análise Espacial para resolução de questões prioritárias para conservação" promovido pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) em outubro, Nazaré Paulista/SP;
- 6º Encontro de Usuários de Imagens de Satélites e Sensoriamento Remoto – Parque Tecnológico – em outubro, São José dos Campos/SP;
- Encontro de Usuários para os softwares da *Environmental Systems Research Institute* (ESRI) 2010, em setembro, São Paulo/SP;

- Participação no Seminário de Etnodesenvolvimento dos Povos indígenas de Roraima, em outubro, Roraima/RR; Participação do Curso de ERDAS IMAGINE I e II - Santiago e Cintra, em abril, São Paulo/SP.

### ► Programa Rio Negro

- Para a região da Bacia do Rio Negro e da Bacia do Rio Branco nós mantivemos a proposta de elaboração e manutenção do sistema de informação geográfico (SIG) e banco de imagens de satélite. As atividades de rotina para essa proposta em 2010 foram as atualizações e sistematizações dos dados de campo de todos membros da equipe (aproximadamente 25 pessoas distribuídas em oito regiões ou calhas de rios) e elaboração e discussão SIG Roraima e Yanomami abrangendo para o primeiro caso um diagnóstico de uso da terra e para o segundo caso, os temas de comunidades (com mais de 50 colunas de informações de diferentes temas), garimpos e pistas de pouso, também com vários parâmetros a serem analisados. Com relação aos trabalhos de sensoriamento remoto fizemos levantamentos, downloads ou compras de imagens de interesse, pré-processamentos, georreferenciamento e mosaicação além de estudar e fazer testes sobre o HAND, classificações com Envi no uso de novas imagens e algoritmos de classificação de paisagens.

- Para os trabalhos de campo elaboramos mapas temáticos e cartas-imagem para as equipes do Médio Rio Negro, Rio Içana, Rio Tiquié, Rio Uaupés, Roraima e TI Yanomami, discutimos metodologias de mapeamentos participativos e fizemos treinamentos em ferramentas de geoprocessamento para membros da equipe (curso de ArcGis para equipe ISA-BV e equipe Tiquié) e orientação e formação de estagiária a partir de outubro.

- Produzimos informações cartográficas customizadas e elaboração de mapas na publicação dos Boletins Socioambientais do Rio Negro (resultados do II Seminário Rede Rio Negro e do II Seminário de Ordenamento Territorial em Barcelos); Manejo do Mundo; Pesca no Médio Negro; Folder Pamáali, livro do Seminário Narrativas e Atlas Baniwa (no prelo); e apoio técnico à publicação dos resultados do II Seminário de Etnodesenvolvimento dos Povos Indígenas de Roraima; notícias socioambientais, relatórios, projetos, documentos internos, camisetas (FOIRN), banners e apresentações;

- Na participação de seminários, encontros e reuniões do ISA e parceiros ajudamos na elaboração de metodologias, disponibilização de dados e mapas (CIR, Narrativas, Mapeamentos Participativos e Gestão de TIs – IEB).

- Com relação à manutenção do banco de dados oficiais e de parceiros, o laboratório fez pedidos, mediações, documentação para acesso e disponibilização de dados vetoriais e raster, além de downloads dos dados oficiais dos estados, (como no caso da compilação preliminar das bases cartográficas 1:100.000 disponíveis pelo MMA para o Estado de Roraima) e dos parceiros como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn); Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI); Fundação Nacional do Índio (Funai); Rede Rio Negro (FVA, WWF, IPÊ e mais recentemente a Hutukara e o CIR) e elaboramos mapas digitais e impressos para ICMBio, Funai, Exército, Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), pesquisadores associados do INPA, UFMG, MAE, UFRJ, entre outros.

### ► Monitoramento de Áreas Protegidas e Políticas Públicas

- Plotagens de Terras Indígenas (Tis) e Unidades de Conservação (UCs);
- Finalização da base de Áreas Protegidas da Amazônia Legal, na escala 1:250.000 e atualização e manutenção nas escalas de 1:250.000 e 1:1.000.000;
- Implementação de rotinas automatizadas de análise para dados de desmatamento (Deter) e de Focos de Calor - Inpe;
- Apoio técnico na revisão das informações para o banco de áreas protegidas na WEB;
- Coleta, organização e sistematização de informações cartográficas e temáticas georreferenciadas para o programa;
- Monitoramento permanente das informações temáticas sobre desmatamento, focos de calor, títulos minerários e energia.
- Manutenção de WEB Services para o subsite caracterização de Terras Indígenas e para o site de UCs;

### ► Raisg - Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada

- Coleta, organização e sistematização de informações cartográficas e temáticas georreferenciadas para a rede;
- Ajustes da estrutura do modelo de dados espaciais;
- Organização e sistematização de dados espaciais de acordo com o modelo de dados proposto;
- Atualização de informações para o blog e desenho de novo modelo a ser implantado, com estrutura de webservices (<http://www.raisg.socioambiental.org>);
- Consolidação das bases cartográficas e temáticas;
- Cômputos e análises de Áreas Protegidas para uso em mapas;
- Elaboração e produção do mapa Raisg Amazônia 2010.
- Coordenação das atividades de mapeamento do desmatamento na Amazônia latino-americana, em execução pelos membros da rede.

### ► Programa Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

- Reuniões internas com pesquisador do Inpe sobre a metodologia *Height Above the Nearest Drainage* (HAND) com vistas à aplicação ao Código Florestal.

### ► Programa Xingu

- Monitoramento contínuo de disponibilidade de imagens Landsat e Cbers e processamento das mesmas, incluindo confecção de diversos mosaicos de imagens;
- Concepção, elaboração e disponibilização dos Boletins "De Olho no Xingu" abrangendo 14 municípios e seis Terras Indígenas para 96 parceiros estratégicos na bacia, totalizando 120 boletins mensais de focos de queimada, 80 boletins bimensais de desmatamento e degradação e 47 boletins diários de focos de queimada;
- Análise do desmatamento na Bacia do Rio Xingu com os dados PRODES 2009, incluindo cômputos por municípios, UCs e TIs;
- Continuidade do estudo sobre projeção do uso e cobertura do solo no Parque Indígena do Xingu (PIX) nos próximos 30 anos;
- Realização de análises espaciais para a equipe, tais como: análise de área de roças lupé, análise temporal de focos de queimada no PIX e na bacia, análise da mudança do uso do solo em Canarana entre 2007 e 2009, entre outros;
- Elaboração de diversos mapas para a equipe, incluindo: mapas das aldeias Nãsepotiti, Diauarum e Tuiararé com plotagem de pontos de campo

obtidos pela equipe, mapa de focos de queimada em Santa Cruz do Xingu em 2009, mapa de estradas de Santa Cruz do Xingu, mapa do cadastro fundiário do município de Querência, mapas de expedições dos povos Ikpeng, Kisêdjê e Yudja, mapa do PIX e entorno, mapa de lugares sagrados, entre outros;

- Elaboração de figuras e apresentações em powepoint para diversas reuniões;

- Disponibilização de diversos arquivos vetoriais e matriciais para a equipe e para parceiros;

- Disponibilização de diversos mapas para veículos da imprensa e instituições parceiras, tais como: Rede Globo, O ECO, Revista Novo Horizonte, Greenpeace, Imaflora, Fundo Vale, entre outros;

- Sistematização de dados georreferenciados das ações do Programa Xingu;

- Edição de informações para obtenção de arquivo vetorial da cobertura de vegetação original da Bacia do Rio Xingu em escala 1:250.000, confecção de mapas sobre o tema e cômputos de desmatamento por fitofisionomia;

#### ► Projeto Panará

- Processamento de imagens e confecção de mosaico Landsat 2009;

- Elaboração de mapas para a expedição Panará (aldeias antigas e lugares sagrados).

#### ► Campanha Y Ikatu Xingu

- Análise dos dados de vegetação secundária nas cabeceiras disponibilizados pelo Inpe e confecção de mapas de vegetação secundária por município e por sub-bacia;

- Sistematização de dados socioeconômicos dos municípios das cabeceiras e produção de cartogramas (produção de soja, madeira, pecuária, número de habitantes, entre outros);

- Georreferenciamento de imagens Spot do município de Santa Cruz do Xingu;

- Cômputos de tipologia vegetal segundo Lei Complementar do MT por município e elaboração de mapas;

- Participação em reuniões relativas ao projeto "O ataque ao desflorestamento por meio do fornecimento responsável de commodities agrícolas no Pará e Mato Grosso", desenvolvido em colaboração com TNC e ICV;

- Participação em diversas reuniões, revisão de documentos e análises de dados relacionados ao Projeto "Mapeamento de Áreas de Alto Valor pra Conservação no Mato Grosso", em parceria com ICV, e parceria na iniciativa de revisão das Áreas Prioritárias para Conservação no Cerrado, em parceria com ICV, WWF, TNC, entre outras instituições;

- Definição de métodos e digitalização das bases hidrográficas e de estradas na escala 1:25.000 para o município de Santa Cruz do Xingu;

- Digitalização da base de estradas na escala 1:25.000 e início da digitalização da base hidrográfica para o município de São José do Xingu;

- Participação na elaboração da proposta da publicação "Fique por Dentro da Bacia do Xingu", geração de dados, elaboração e revisão de mapas;

- Sistematização e atualização de dados de propriedades rurais inseridas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos municípios de Canarana, Querência, Santa Cruz do Xingu e São José do Xingu;

- Atualização do uso e cobertura do solo na Bacia do Rio Suiá e município de Querência para o período 2006-2009;

- Mapeamento do uso e cobertura do solo do município de Santa Cruz do Xingu e análise do uso e cobertura do solo em propriedades cadastradas no CAR;

- Mapeamento do uso e cobertura do solo em APPs nas cabeceiras do Rio Xingu;

- ▶ Terra do Meio
- Atualização e disponibilização de mapas das Resex, Terra do Meio e corredor de sociobiodiversidade;
- Confeção de mapas demandados por parceiros;
- Elaboração de figuras e apresentações em PowerPoint para diversas reuniões;
- Organização dos dados espaciais da Terra do Meio;

#### ▶ Programa Vale do Ribeira

- Participação em reuniões de Equipe do programa no município de Eldorado;
- Reuniões para planejamento do Projeto de Mudanças Climáticas - ISA/Oikos;
- Levantamento de dados sobre Mudanças Climáticas em órgãos oficiais; Apoio à elaboração do Projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) – Bacia de Pilões – Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro;
- Apoio para elaboração do Projeto de Monitoramento Ambiental de Eldorado – PDA
- Apoio à elaboração do Projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) – Bacia de Pilões, Martins e Pedro Cubas – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio;
- Elaboração de diversos mapas para reuniões, trabalhos de campo e parceiros.
- ▶ Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM) Alto Juquiá – São Lourenço
- Interpretação do uso e ocupação do solo da APRM Alto Juquiá São Lourenço e área de estudo do entorno para os anos de 1990, 1999 e 2008;
- Participação nas atividades de cruzamento dos dados de uso e ocupação solo da APRM Alto Juquiá/São Lourenço e área de estudo do entorno para os anos de 1990, 1999 e 2008;
- Estudo sobre metodologias para delimitação de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e topos de morro;
- Apresentação dos resultados do projeto da APRM no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, (CBH-RB);
- Elaboração de relatório e mapas finais.
- ▶ Circuito Turístico Quilombola
- Contribuição para elaboração do projeto de continuidade do Circuito Turístico Quilombola;
- Contribuição para organização do I Encontro Nacional de Turismo Quilombola na cidade de Registro (SP);
- Preparação de material para oficina do Circuito Turístico Quilombola;
- ▶ Repovoamento Juçara
- Trabalho de campo na comunidade de Ivaporunduva para levantamento das áreas de repovoamento do palmito juçara;.....
- Apoio técnico para a elaboração de pôster sobre as atividades de repovoamento da juçara;
- Definição das atividades para o inventário da palmeira juçara em conjunto com o Instituto Botânico;
- ▶ Planejamento Territorial – Quilombo de São Pedro
- Preparação de material e realização de oficinas sobre planejamento territorial em São Pedro.
- ▶ Plano diretor para recomposição florestal visando à conservação de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul
- Parceria com Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) para permuta de informações geográficas;

- Ajuste da base cartográfica do IGC na escala de 1:50.000;
- Definição da metodologia para classificação do uso do solo sobre imagens ALOS, utilizando como referência de apoio as imagens Google;
- Definição das áreas de mapeamento para o projeto (APPs + entorno); Classificação do uso do solo para a bacia;
- ▶ Inventário de Referências Culturais
- Visita ao quilombo de Morro Seco para oficina de mapeamento cultural;
- Preparação de mapas para oficinas de mapeamento cultural; .....
- Participação de reunião sobre Paisagens Culturais, em Registro/SP.

#### ▶ Nucleo de Geoprocessamento

- Armazenamento e manutenção de dados espaciais em bancos de dados corporativo e serviços de disponibilidade de informação através de Web Services;
- Modelo de dados permanente para a nova estrutura de armazenamento;
- Realização de treinamento para a equipe Nossa São Paulo – Projeto SP2022;
- Apoio técnico ao projeto do PDA junto a instituição 3ª via;
- Capacitação e apoio técnico aos especialistas e estagiários.

### Indicadores

- ▶ Mapas impressos em papel e em formato digitais utilizados pelos programas do ISA em suas atividades e distribuídos entre outras instituições e parceiros:

	Uso interno		Uso externo
	digital	impresso	digital
Monitoramento	7	11	3
Rio Negro/Yanomami	187	240	13
Terra do Meio	26	24	3
Xingu	147	84	284
Ribeira	81	227	2
Raisg	0	21	-
PPDS	1	10	-
SE	5	11	-
total	454	628	305

- ▶ Quatro mapas foram ainda vendidos ou doados para outras instituições, governo, pesquisadores e outros
- ▶ Os atendimentos à solicitação de pedidos e disponibilização de informações (documentos, shapefiles e imagens) totalizaram 88 respostas.

### Avaliação

Mesmo com a equipe reduzida, foi possível, em função dos conhecimentos e capacidades acumuladas, atender a demandas não previstas, internas e externas, fornecendo informações e orientações. Foi possível também promover a capacitação da equipe em ferramentas de geoprocessamento, mas é necessário inovar e buscar novas tecnologias, bem como fazer uma avaliação da capacidade de atendimento atual de demandas solicitadas.

## Perspectivas

- ▶ Viabilizar a organização dos dados analógicos existentes em forma digital;
- ▶ Realizar novos treinamentos e capacitar tecnicamente a equipe;
- ▶ Integração dos dados geográficos em banco de dados corporativo para disponibilização na internet;
- ▶ Investir no uso de ferramentas de gestão para acúmulo de informações técnicas e memória;
- ▶ Estudos para absorção de novas ferramentas tecnológicas e produtos orbitais com o objetivo de atender as novas demandas dos programas e projetos (videografia, fotografias aéreas, imagens de satélites, etc).

## Produtos

- ▶ Mapa da Amazônia Brasileira – 2009
- ▶ Atualizações:
  - Mapa Terras Indígenas no Brasil;
  - Mapa Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia Legal Brasileira;
  - Mapa da Amazônia 2010 – Áreas Protegidas e Territórios Indígenas – Raisg
  - Estatísticas de terras na Amazônia Legal Brasileira e no Brasil; análises de dados geográficos e estatísticos para o Programa Xingu e o Monitoramento (Prodes e títulos minerários em TIs).



# INFORMÁTICA

## O que é

Atividade permanente que reúne as rotinas necessárias à manutenção operacional dos sistemas informatizados do ISA, em condições adequadas às necessidades das equipes de trabalho da sede em São Paulo e dos escritórios em Brasília, São Gabriel da Cachoeira, Manaus, Canarana e Eldorado.

## Equipe

**Antenor Bispo de Morais** (administrador de empresas, coordenador); **Adriana Araújo dos Santos** (analista de sistemas, analista de suporte); **Luiz Carlos da Silva** (analista de Sistemas, estagiário até setembro de 2010, auxiliar de suporte a partir de setembro de 2010); **Mateus Damico** (estudante de Engenharia da Computação, estagiário, até março 2010); **Oséas Pires Marques** (analista de Sistemas, assistente de informática); **Wandrieli Nery Barbosa** (estudante de Sistemas de Informações, estagiária até dezembro de 2010).

## O que foi feito

- ▶ Manutenção nos computadores da rede do ISA em Manaus e São Gabriel da Cachoeira e Boa Vista e Vale do Ribeira;
- ▶ Aquisição de novos switches para uso de fibra óptica na rede local em São Paulo;
- ▶ Implantação do serviço de virtualização de servidores utilizando Wmware. Quatro servidores virtuais em São Paulo e dois em Brasília;
- ▶ Troca do software de backup. Em São Paulo passamos a utilizar o Symantec Backup Exec com ganho de performance e possibilidade de fazer cópia direto em nosso servidores Linux e em Brasília passamos a usar o software CA ArcServer Backup;
- ▶ Participação na 11ª edição do Fórum Internacional de Software Livre.

### ▶ Capacidade instalada

Total de usuários	153
Total de computadores	211 (112 desktops; 99 notebooks)
Servidores	13

### ▶ Capacidade de armazenamento

	Total	Usado
Boa Vista	1,7 Tb	35%
Brasília	500 Gb	54%
Manaus	2 Tb	16%
São Gabriel da Cachoeira	2 Tb	6%
São Paulo	5,41 Tb	72%

### ▶ Suporte/Serviços de rede

Atendimentos/Suporte	4.679
Mensagens processadas no serviço de e-mail	7.688.916
Quantidade de caixas postais (e-mails e grupos)	233



**P**ROGRAMAS



# MONITORAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

## O que é

O Programa Monitoramento de Áreas Protegidas colabora com o Ordenamento Territorial do Brasil por meio da pesquisa, análise e divulgação dos processos de criação e efetivação de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação federais e estaduais (UCs). Além disso, atua propositivamente, participando de fóruns, redes e consultas que influenciam as políticas públicas e ações do Estado voltadas à defesa dos direitos coletivos, da proteção e conservação ambiental. Esse trabalho iniciou-se no antigo CEDI, Centro Ecu-mênico de Documentação e Informação, em 1983, com o monitoramento de Terras Indígenas no Brasil e foi ampliado, em 1992, para as UCs e outras áreas públicas. O CEDI é uma das organizações que deram origem ao ISA.

As atividades do programa baseiam-se na pesquisa, organização e disponibilização de informação. A atividade de pesquisa sobre as Áreas Protegidas e a política nacional ambiental e indigenista é diária. O monitoramento e indexação dos dados georreferenciados são mediados por um Sistema de Informação de Áreas Protegidas (SisArp), que possibilita o resgate da informação em diversos recortes espaciais (UF, Área Protegida, Bioma, Jurisdição Legal), temáticos (Áreas Protegidas, Notícias, Pesquisas, Projetos, Pressões e Ameaças, Processos Judiciários e Atos Legislativos, entre outros) e em diferentes níveis de profundidade.

As informações organizadas e classificadas são georreferenciadas e disponibilizadas por meio de diferentes meios: publicações impressas, arquivos digitais, site de informações e mapas online. Isso contribui na produção de reflexões e análises sobre as diversas situações das Áreas Protegidas relativas, por exemplo, à características ambientais, como a proteção dos diferentes tipos de cobertura vegetal; à gestão e administração territorial; aos projetos realizados por comunidades (agrobiodiversidade, educação, gestão territorial); ao histórico de pressões antrópicas (desmatamento, mineração, obras de infraestrutura), entre outros.

O trabalho realizado pelo Programa Monitoramento em cooperação com o Laboratório de Geoprocessamento foi a base para a articulação e criação da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), que reúne instituições de oito países amazônicos para consolidar uma base de dados qualificada sobre a região, que permita a produção de conhecimento e subsidie os atores locais. O ISA coordena a rede e é responsável pela consolidação, sistematização e padronização dos dados.

## Parcerias e fontes de financiamento

Embaixada da Noruega; Cafod Agência Católica para o Desenvolvimento; Fundação Gordon e Betty Moore.

## Equipe

Fany Pantaleoni Ricardo (antropóloga, coordenadora); Alex Piaz (bacharel em Marketing, analista web); Alicia Rolla (geógrafa, coordenadora adjunta); Bruno Marianno de Oliveira (gestor ambiental, auxiliar técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Carlos Eduardo Marinelli (biólogo, analista de pesquisa socioambiental); Leandro Mahalem de Lima (antropólogo, analista de pesquisa socioambiental); João Ricardo Rampinelli Alves (desenvolvedor web); Marcelo Lopes Oliveira (programador web até agosto); Rogério

Duarte do Pateo (antropólogo, analista de pesquisa socioambiental até setembro de 2010); Silvia de Melo Futada (bióloga, analista de pesquisa socioambiental), Simone Moerdai (bacharel em Ciências Sociais, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental). **Estagiários:** Bruna Dell Agnolo (Gestão Ambiental); Lia Taruiap Troncarelli (Gestão Ambiental); Thais Buccic Francisco (Oceanografia, Gestão Ambiental); Maria Carolina Moraes (Ciências Sociais); Isabel Rodrigues de Mesquita (Ciências Sociais); Bruno Bevilacqua Aguiar (Ciências Sociais); Frederico Viegas de Freitas Silva (Ciências Sociais).

**Retaguarda institucional:** Cícero Cardoso Augusto (engenheiro cartógrafo, coordenador de geoprocessamento); Alexandre Degan Perussi (geógrafo, analista de geoprocessamento); Eduardo Utima (artista plástico, web designer e desenvolvedor web); Thomas Jean Georges Gallois (Técnico de Geoprocessamento).

## Linhas de ação

- ▶ Pesquisa e monitoramento sobre o reconhecimento, implementação e situação de fato das Áreas Protegidas;
- ▶ Pesquisa e monitoramento das políticas voltadas às Áreas Protegidas no Legislativo e Executivo;
- ▶ Análise e divulgação de informações sobre Áreas Protegidas em documentos, livros e na internet.

## O que foi feito

- ▶ Compilação e qualificação de bases temáticas de pressões sobre as TIs e UCs (desmatamento, obras de infraestrutura, petróleo e gás, mineração, hidrelétricas);
- ▶ Mudança da escala da base cartográfica de UCs e TIs da Amazônia Legal (355 TIs e 291 UCs), de 1:1.000.000 para 1:250.000, visando maior definição dos perímetros e o ajuste dos detalhes de rios e igarapés;
- ▶ Reuniões e encaminhamentos de parceria com o CRIA - Centro de Referência em Informações Ambientais (gestor da iniciativa Species Link de digitalização e disponibilização das informações de coleções biológicas de espécies brasileiras) para parceria no Projeto “de olho na Amazônia” enviado ao BNDES para concorrer a financiamento do Fundo Amazônia.
- ▶ Com o objetivo de fomentar parcerias e melhorar a disponibilização de dados, contribuindo para a troca e incorporação de informações externas, foram desenvolvidos dois protocolos de comunicação para o sistema de Webservice, conhecido como REST e SOAP.
- ▶ Integração das demandas dos programas do ISA para o Projeto do Fundo Amazônia.
- ▶ Continuidade do desenvolvimento e ajuste do SisArp (ciclo 2 de ajustes), incluindo desenvolvimento de novos subsistemas:
  - Sistema Judiciário: Interface web para sistematização, detalhamento e análise para acompanhamento jurídico das Áreas Protegidas. Tal estrutura visa a disponibilização das informações via internet sobre as ações judiciais em cada Área Protegida
  - Sistema Legislativo: Interface web para sistematização, detalhamento e análise para acompanhamento dos atos do poder legislativo relacionados às TIs/UCs possibilitando acompanhamento de diversos temas: desafetação de área, mineração, educação, saúde etc.

- Relatórios: desenvolvida interface para geração de relatórios e exportação de dados para análises externas. Os relatórios têm como universo as Áreas Protegidas e os dados temáticos relativos a elas: pesquisas, notícias, projetos, organizações, povos, informações jurídicas etc.

## Produtos

- ▶ Site Unidades de Conservação na Amazônia brasileira (<http://uc.socioambiental.org/>)
- ▶ Livro: Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: Avanços e Desafios, elaborado em parceria com o Imazon, traz o balanço do reconhecimento das TIs e UCs, incluindo pressões e ameaças, focando principalmente no intervalo de tempo 2007-2010 (o livro será impresso em 2011).

## Indicadores

- ▶ Capacidade de monitorar e influenciar as políticas públicas, a partir da disponibilização de informações qualificadas sobre TIs e UCs;
- ▶ Atendimento satisfatório das demandas do público e das equipes do ISA;
- ▶ Capacidade de elaborar informações e disponibilizá-las por meio do website do ISA e publicações impressas.

## Avaliação

No ano de 2010, o Programa Monitoramento de Áreas Protegidas procurou consolidar o SisArp, em desenvolvimento desde 2007, e que tem em seu cerne a integração de atividades de geoprocessamento e novas tecnologias de informação sobre as Áreas Protegidas no Brasil. Temos como premissa que o desenvolvimento e a consolidação deste sistema é condição para a realização de todo o conjunto de atividades necessárias ao êxito das propostas históricas do Monitoramento. A ferramenta é fundamental na estratégia institucional por diversas razões, principalmente: a) para a ampliação qualificada das redes de parceiros e colaboradores na alimentação e uso do sistema; b) para a consolidação de protocolos e relatórios de informação, válidos, consistentes e passíveis de ampla utilização e disseminação; c) para a montagem, os testes de validação e a homologação de saídas convencionadas, avaliadas e lançadas ao público, a cada etapa de consolidação da Plataforma, conforme sua consistência e validade para “retratar” a situação do terreno.

Tendo em vista o propósito de construção de análises comparativas entre Terras Indígenas, a equipe concentrou, em 2010, parte significativa de seus esforços na consolidação da entrada de dados e na depuração das possibilidades de saídas, com vistas a definir o set de indicadores a serem avaliados. Todas as informações têm sido minuciosamente submetidas a diversos testes de validade e consistência: confiabilidade; coerência; cobertura; completude; comparabilidade; replicabilidade do protocolo de informações; sensibilidade e especificidade; rotina e periodicidade na atualização; desagregabilidade; factibilidade para obtenção; comunicabilidade, acessibilidade e clareza; e, por fim, historicidade. Este trabalho pormenorizado tem levado ao aprimoramento e ampliação das perspectivas sobre o sistema de monitoramento de Áreas Protegidas. É fundamental, para este período, o amadurecimento dos potenciais que se anunciam para a criação da Plataforma Colaborativa que será desenvolvida no âmbito do projeto “De Olho na Amazônia”, em negociação com o Fundo Amazônia/BNDES.

Em sequência ao desenvolvimento do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade das UCs (SISSUC), iniciado em 2008 em parceria com outras ONGs e órgãos ambientais, foi definido um conjunto mínimo de indicadores básicos para a gestão e foram realizados encontros com instituições atuantes na Amazônia, das quais participaram cerca de 400 pessoas, representando 72 organizações entre agências de governo, sociedade civil organizada e academia, dos nove estados da Amazônia Legal e DF. Foram construídos 43 indicadores que, após qualificação, deram origem a 30 perguntas indicadoras, que deverão ser respondidas e analisadas pelo Conselho Gestor da UC, responsável também por encaminhar a aplicação dos resultados obtidos. Uma agenda seguida de planejamento integrado para aplicação do SISSUC foi construída reunindo ISA, ICMBio, Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (CEUC) e organizações da sociedade civil (Fundação Vitória Amazônica-FVA e Instituto de Pesquisas Ecológicas-IPÊ) e o SISSUC foi aplicado em três UCs estaduais do Amazonas que fazem parte do mosaico do Baixo Amazonas: Parque Estadual (PES) do Rio Negro Setor Sul, Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro. Assim como os demais sistemas em curso, o SISSUC também possibilita a comparação entre os resultados das UCs avaliadas, mas a inovação do sistema se faz também por um conjunto de desdobramentos participativos voltados a vários aspectos da conservação e manejo.

# Monitoramento das Terras Indígenas no Brasil

## O que é

Trata-se de rotinas de pesquisa e sistematização de um amplo conjunto de informações referentes às TIs no Brasil, que são analisadas e disponibilizadas para o público por meio dos sites do PIB (<http://pib.org.br>) e do ISA (<http://www.socioambiental.org>), na seção “Caracterização Socioambiental das Terras Indígenas no Brasil” e também em análises customizadas, seja para outros programas do ISA ou para parceiros indígenas e não indígenas.

Diariamente são coletadas informações referentes ao estatuto jurídico das TIs, sobre ações no Judiciário contra elas; incidência de projetos de infraestrutura, dados sobre recursos provenientes de financiadores diversos (públicos e privados), informações sobre as principais pressões que ameaçam sua integridade, além de um quadro detalhado dos projetos e parcerias desenvolvidos em cada uma. O resultado é um panorama do uso dos recursos por suas populações, complementado por um conjunto de informações etnográficas e demográficas, incluindo notícias da mídia local e nacional, que permite a elaboração de cenários e diagnósticos que visam subsidiar e influenciar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Brasil.

## Linhas de ação

- ▶ Pesquisa e monitoramento do reconhecimento, implementação e situação de fato das TIs;
- ▶ Pesquisa sobre a existência de ações no Judiciário contra TIs específicas;
- ▶ Pesquisa e monitoramento das políticas voltadas às Áreas Protegidas no Legislativo e Executivo;
- ▶ Sistematização dessas pesquisas no Sistema de Banco de Dados de Áreas Protegidas (SisArp)
- ▶ Produção e divulgação de informações sobre Áreas Protegidas em documentos, livros e na internet.

## O que foi feito

- ▶ Em relação a **políticas públicas** que envolvem direitos territoriais indígenas monitoradas sistematicamente, as seguintes atividades foram realizadas:
  - *Situação jurídica das TIs*: Continuidade das pesquisas diárias nas publicações oficiais do Executivo e Judiciário sobre as TIs, em relatórios da Funai e pesquisadores.
  - ▶ Em relação ao **Sistema de Banco de Dados**, foram aperfeiçoados e ou desenvolvidos os subsistemas:
    - *Organizações indígenas*: Análise e Desenvolvimento do subsistema de Organizações Indígenas com reestruturação das informações atreladas a elas. Sistematização, revisão e consolidação dos dados históricos e atualizados sobre o perfil da governança dessas organizações. O SisArp conta atualmente com mais de 1000 organizações cadastradas em fase de revisão.
    - ▶ *Projetos e Parcerias*: Pesquisa cotidiana no Diário Oficial da União em busca de convênios e contratos que atendam ao critério estabelecido. Temos realizado o mapeamento de órgãos governamentais e não governamentais nacionais e estrangeiros que realizam programas de financiamento de projetos voltados aos povos indígenas no Brasil. O Sistema de

Projetos foi alvo de revisão para: (1) a reelaboração (análise de consistência, revisão e validação) dos enfoques e denominações temáticas, categorias que classificam os projetos segundo seus objetos e (2) o refinamento dos critérios para a inserção de projetos no banco de dados, ficando estabelecido como principal critério a participação de Organizações Indígenas ou associações comunitárias nos projetos, sejam como proponentes, executoras ou parceiras. Em decorrência desse refinamento, vários projetos foram excluídos e seus dados reservados para serem inseridos de modo mais adequado no SisArp.

- *Pressões e ameaças*: Refinamento, ampliação e revisão do subsistema, com a montagem de uma rotina para captura e inserção diária de informações. Conforme balanço parcial, das 523 TIs no Brasil com perímetro definido, 408 (78%) sofrem pressões ou ameaças territoriais.

- *Notícias atuais*: A partir de busca diária em mais de 60 fontes foram incluídas no SisArp 4.702 notícias sobre povos indígenas no Brasil referentes ao ano de 2010. Destas, 941 abordam a situação dos Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Houve 451 entradas relativas ao impacto da construção de UHEs na Amazônia sobre os povos indígenas, com destaque para o caso Belo Monte. Roraima/Lavrado, que nos últimos anos foi a região mais noticiada por conta do processo de demarcação da TI Raposa/Serra do Sol, contou com 297 notícias em 2010. Estas notícias estão disponibilizadas no site dos Povos Indígenas.

- *Notícias antigas*: o acervo de notícias de 1950/2000 foi digitalizado. Em 2010, foram incluídas no SisArp 2.077 notícias sobre povos indígenas. A inserção de novas entradas segue a ordem alfabética por nome de povo indígena e já chegou à letra K. Além disso, demos início à inserção referente a áreas nas quais o ISA atua diretamente, ou seja, no Parque Indígena do Xingu e no Rio Negro.

- *Sítios arqueológicos*: Montagem do escopo do subsistema de sítios arqueológicos, em parceria com Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), a partir do protocolo do “Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos” (Iphan).

- *Crimes e violência*: Montagem e alimentação do subsistema de Crimes e Violência. Lote inicial de informações baseado nos levantamentos do CIMI de violência contra povos indígenas realizado desde o ano 2000.

- Revisão do escopo, análise de consistência, revisão da alimentação e dos subsistemas de *Projetos, Organizações Indígenas, Agentes e Pressões e Ameaças*.

▶ Em relação à construção do **Painel de Monitoramento Socioambiental “De Olho nas Terras Indígenas no Brasil”**, foram realizadas as seguintes atividades:

- Discussões internas para finalização, homologação e validação do escopo do set de informações e consolidação do protótipo do Painel de Indicadores em Web, a partir da experiência preliminar da “Caracterização de Terras Indígenas”.

- Início de contatos com Iphan para parcerias, compartilhamento de protocolo e compartilhamento de informações sobre iniciativas voltadas ao patrimônio material e imaterial.

- Ampliação e disseminação dos debates sobre as estratégias, o escopo e o protocolo de informações do painel de indicadores.

- Diálogos com atores diversos para o estabelecimento de parcerias para o uso do protocolo e do sistema de informações:

- (a) órgãos públicos e ministérios responsáveis pela condução de políticas indigenistas no Brasil;
- (b) ONGs que atuam em Terras Indígenas no Brasil;
- (c) Universidades e centros de pesquisa;
- (d) Organizações indígenas.

## Perspectivas

- ▶ Em 2011, o Programa dará andamento às permanentes tarefas de aprimoramento do SisArp (taxonomias de informação, subsistemas, rotinas de sistematização, montagem de relatórios de dados) e ampliação da rede de parceiros. Porém, diferentemente dos anos anteriores – nos quais concentramos nossa atenção na definição e teste das entradas de informação dispostas no SisArp, para garantir sua consolidação e consistência
- ▶ O foco em 2011 se concentrará no desenvolvimento e lançamento das saídas de informação em web para o público, como o Painel de Monitoramento Socioambiental “De Olho nas Terras Indígenas no Brasil”, que parte das experiências de lançamento de informações sobre a “Caracterização Socioambiental das Terras Indígenas no Brasil”. A caracterização foi ao ar

em duas versões (2006, 2008), com foco estrito nas informações objetivas e georreferenciadas sobre cada Terra Indígena, porém sem qualquer enfoque comparativo. No “Painel”, propomos tornar mais complexo o projeto, por meio de “retratos” e “comparações”, dispostas em três camadas (ou planos de análise), que permitem a compactação controlada entre Terras Indígenas e regiões de ocupação indígena no Brasil.

- ▶ Reunião de Grupo de Trabalho com colaboradores de várias regiões para discutir os resultados do set de indicadores e propor encaminhamentos;
- ▶ Ampliação da Rede de Parceiros para maior participação no SisArp e Painel de Indicadores das TIs;
- ▶ Lançamento em web do Painel de Monitoramento Socioambiental “De Olho nas Terras Indígenas no Brasil”, previsto para junho de 2011.
- ▶ Com o lançamento do “Painel” e as discussões com os especialistas, daremos andamento às etapas subsequentes planejadas:
  - a) expansão consistente do escopo de informações do SisArp;
  - b) aprimoramento da proposta da plataforma colaborativa;
  - c) estratégias para ampliação das parcerias, com vistas a aprofundar a proposta histórica de trabalho do Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas.



# Monitoramento de Unidades de Conservação no Brasil

## O que é

Trata-se da compilação, sistematização e divulgação de dados georreferenciados sobre UCs federais do Brasil e estaduais da Amazônia Legal. Essas informações abrangem: os instrumentos legais de criação e definição de limites; os instrumentos de gestão como planos de uso e manejo; a criação de conselho de gestores e aprovação de seus regimentos; a situação fundiária com as diferentes formas de regularização cabíveis a cada categoria (concessão de direito real de uso, desapropriação etc); os projetos realizados nas UCs e seu entorno imediato, que contribuam para o manejo e gestão do território e alternativas para melhoria da qualidade de vida; a capacitação comunitária e o acesso à informação. Com isso pretendemos avaliar o grau de implementação das UCs, da conservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais, assim como o grau de assessoria às populações tradicionais e as fragilidades do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, compreendendo o contexto que envolve cada uma das UCs. Uma das importantes fontes de informação são as notícias da mídia e de órgãos ambientais relacionadas a cada UC - acompanhamento diário de mais de 60 fontes da mídia nacional e local -, pelas quais se pode também avaliar as pressões e ameaças no entorno ou no interior dessas áreas. São mais de 85 mil notícias, disponibilizadas em nossos sites (sistemas de caracterização de UC, TI e Povos Indígenas do Brasil) no portal do ISA possibilitando, além da divulgação e acompanhamento, também a reconstrução histórica dos fatos ocorridos.

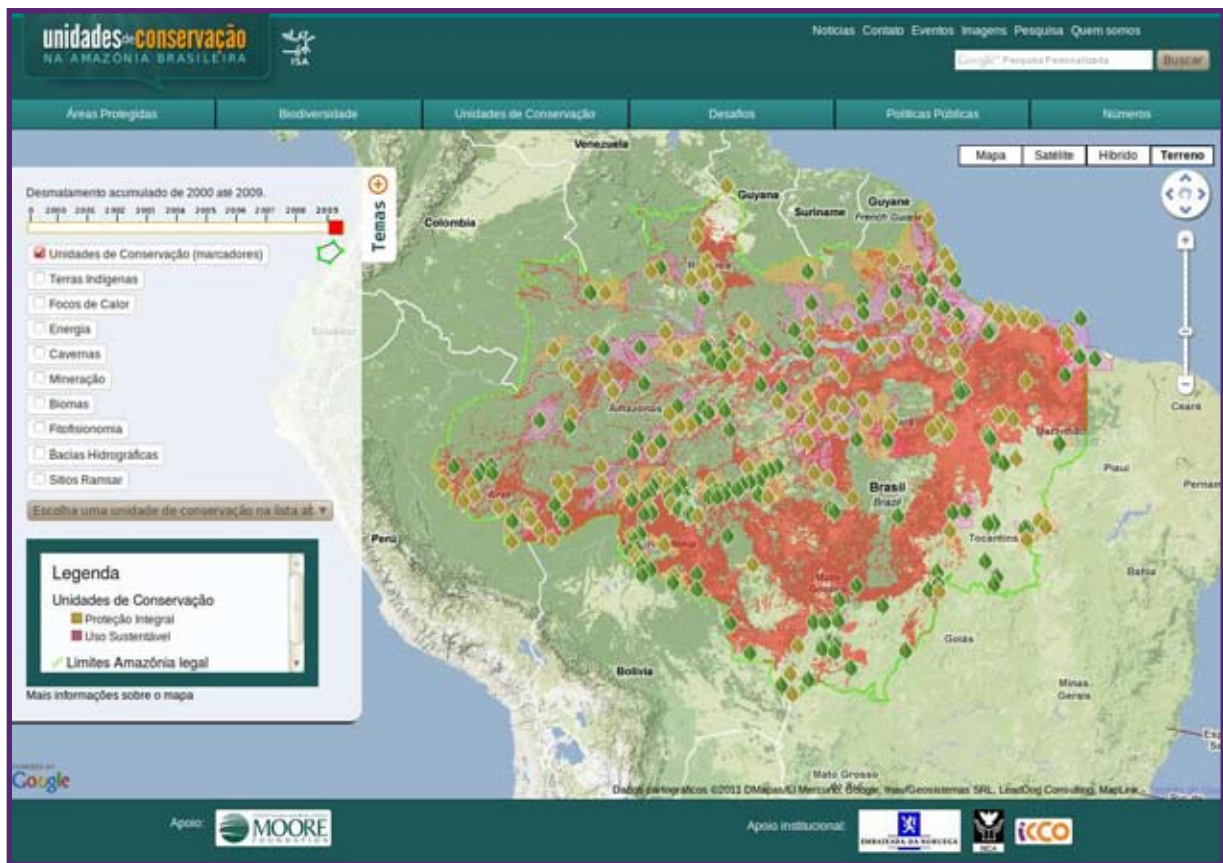
## Linhas de ação

- ▶ Pesquisa e monitoramento do reconhecimento, implementação e situação das Áreas Protegidas;
- ▶ Pesquisa e monitoramento das políticas voltadas às Áreas Protegidas no Legislativo e Executivo;
- ▶ Produção e divulgação de informações sobre Áreas Protegidas em documentos, livros e sites;

## O que foi feito

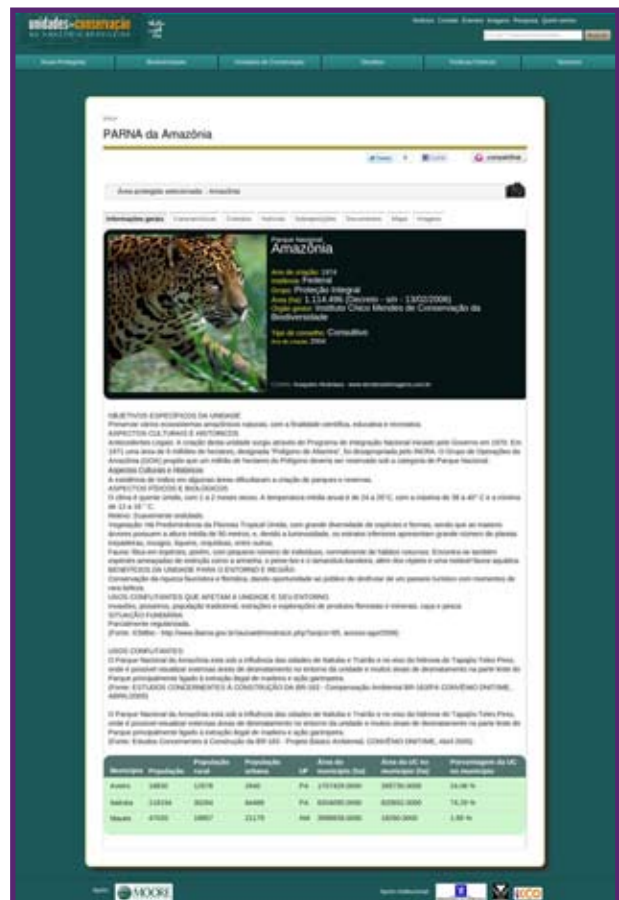
- ▶ No monitoramento e pesquisa de informações:
  - Pesquisa e sistematização de dados da rotina (diários): atos normativos do Executivo, gestão, administração das UCs.
  - Monitoramento de instrumentos do Legislativo (Projetos de Leis e Decretos, Mandados de Segurança, entre outros) que versem diretamente sobre o Sistema Nacional de Áreas Protegidas ou sobre UC específica, seja para fragilizá-lo (redução de limites, compensação ambiental, alteração de categoria, etc) ou fortalecê-lo. O monitoramento da Base de Proposições Federais da Câmara dos Deputados do Brasil levou à indexação e acompanhamento de aproximadamente 50 proposições, sendo que os tipos mais frequentes foram Projetos de Lei (31) e Projetos de Decreto Legislativo (10). Os temas mais frequentes nas proposições são Fundiário, Criação de Área Protegida e Gestão.
  - Acompanhamento diário de mais de 60 fontes da mídia nacional e local: foram cadastradas mais de 25 mil notícias vinculadas às UCs ou relacionadas a temas correlatos. Os temas mais recorrentes foram: Amazônia, UHE Belo Monte, biodiversidade, desmatamento.

- Revisão, adequação e padronização permanente das informações no banco de dados.
- Pesquisa e elaboração de textos de caracterização das UCs.
- Manutenção e atualização permanente da estrutura da Caracterização Socioambiental das UCs na Amazônia Legal Brasileira (<http://www.socioambiental.org/uc/>), interface web que disponibiliza uma versão simplificada dos dados do SisArp, acrescido de uma estrutura de mapas online.
- Aquisição de documentos de referências para as UCs e para a temática da conservação na Amazônia – fronteiras agrícolas, madeiras – e incorporação à área de Documentação do ISA;
- Elaboração de cômputos de quantitativos absolutos e de extensão territorial das UCs, cruzamento de informações e análises para publicações, divulgação na mídia, colaboradores, pesquisadores, organizações governamentais e não governamentais, entre outros;
- Indexação no SisArp de material do acervo da área de Documentação do ISA e encaminhamento para digitalização a fim de divulgação web. Esta atividade resultou em mais de 19.000 páginas digitalizadas, entre notícias, relatórios, instrumentos legais e outros materiais; sendo que todas as notícias antigas, aproximadamente 2.300 (do ano de 1971 em diante) já foram indexadas ao SisArp e estão disponíveis para consulta on line.
- Assessoria na publicação “Atlas de pressões e ameaças de UCs”, a ser publicado brevemente em parceria ISA/IEB.
- Ampliação do monitoramento através do acompanhamento de 15 fontes de pesquisas acadêmicas e não acadêmicas – incluindo a interface de busca do Google Acadêmico – permitiu a indexação de 821 novas pesquisas incorporadas ao Sisarp e relacionadas diretamente a alguma UC. São 556 pesquisas vinculadas diretamente a uma UC específica. Uma análise das pesquisas mostrou que as UCs mais abordadas da Amazônia Legal são a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá (AM), o Parque Nacional (Parna) Jaú (AM) e a Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes (AC) e fora da Amazônia Legal são o Parque Estadual da Serra do Mar (SP), o Parna da Serra do Cipó (MG) e o Parna da Serra da Canastra (MG). Os campos de estudo mais abordados são Ecologia, Gestão e Geografia e as categorias sobre as quais mais incidem pesquisas são: Parques, Resex e Floresta.
- ▶ Na disponibilização de informações:
  - Elaboração de Notícias Socioambientais sobre o Tema ou sobre alguma UC específica e divulgação por meio de site e mailing.
  - Lançamento do site Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira – com lançamento para casa já realizado e lançamento oficial previsto para abril de 2011. Concebido como um passo adiante após a Caracterização Socioambiental de Unidades de Conservação, no ar desde 2006, além das informações indexadas diariamente no SisArp, o site integra informações georreferenciadas de natureza e fontes diversas, textos explicativos e opinativos de pessoas da equipe, do ISA e de colaboradores externos e imagens cedidas pelo pessoal da casa e por parceiros. O site disponibiliza cômputos, informações básicas por UC referentes à gestão e atos normativos, caracterização ambiental, sobreposição com outras Áreas Protegidas, notícias relacionadas, fotos, artigos e textos para conhecimento aprofundado. Temas importantes para aferir o grau de conservação ambiental das UCs estão disponíveis ao usuário do site, entre eles desmatamento, processos minerários incidentes em UCs (6.788 incidentes sobre 23,2%



do território das UCs), focos de calor atualizados diariamente e grandes obras (como as 352 Hidrelétricas, sendo 268 PCHs, 84 Hidrelétricas e 437 Termelétricas), por meio da plataforma Google Maps, entre outros dados, com possibilidade de ampliação de dados. Lançado em sua versão beta, o site continuará demandando desenvolvimento e ajustes de conteúdo, linguagem e ferramentas, por meio de: aquisição e elaboração de conteúdo, mapeamento e captura de material multimídia para inserção e disponibilização no canal Youtube. Os textos já foram traduzidos para as versões do site em inglês e espanhol.

- Realização de parcerias com pesquisadores e personalidades atuantes no cenário político ambiental para elaboração de análises críticas gerando textos e depoimentos em áudio.
- Troca de mais de 430 emails com usuários, a fim de esclarecer informações ou ceder documentação solicitada, através de email da 'Caracterização Socioambiental de UCs'.
- O sistema registrou o acesso de aproximadamente 205 mil pageviews da "Caracterização Socioambiental de UCs" entre janeiro e dezembro de 2010.
  - ▶ Na construção de um sistema de indicadores para avaliação das UCs
- Manutenção dos encontros do GT de Avaliação da construção do Sistema de Monitoramento da Sustentabilidade Socioambiental de UCs da Amazônia (SISSUC), com a realização de seis reuniões.
- Realização de Oficina reunindo ONGs de referência que atuam em UCs da Amazônia (CI-Brasil, CNS, CTA, FVA, GTA, ICV, Iepé, IIEB, IPÊ, MIQCB e SOS Amazônia) para priorização de alvos de monitoramento socioambiental.
- Homologação da proposta de funcionamento do sistema de monitoramento e do envolvimento das principais ONGs e instituições do movimento social da Amazônia como colaboradores no projeto "De olho na Amazônia", encaminhado ao BNDES na linha do Fundo Amazônia.



- Realização de workshop de “Indicadores de Sustentabilidade de UCs”, reunindo 36 pessoas de 18 instituições dos diferentes setores da sociedade para definição de seu set mínimo.
- Construção de 43 indicadores para o monitoramento socioambiental da sustentabilidade.
- Realização de uma série de reuniões em Brasília e Manaus junto ao ICMBio, Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (CEUC)/SDS e ONGs atuantes na gestão de UCs estaduais do Amazonas para construção de parcerias para aplicação piloto do SISSUC.
- Implementação de parceria com o CEUC para aplicação do SISSUC em UCs estaduais, de Proteção Integral e Uso Sustentável.
- Realização de três oficinas para aplicação piloto do SISSUC junto aos conselhos gestores do PES do Rio Negro Setor Sul, PES do Rio Negro Setor Norte e Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.
- Realização de duas oficinas para definição de metas e planejamento de ações de manejo e conservação, utilizando os resultados dos Indicadores de Sustentabilidade Socioambiental junto aos conselhos gestores do PES do Rio Negro Setor Sul e RDS do Rio Negro.
  - ▶ Na participação e organização de eventos:
- Seminário Internacional sobre Serviços Ambientais, Indicadores de Sustentabilidade e Reservas da Biosfera. Promovido pela UNESCO/ONU. Ouro Preto-MG, abril/2010.
- Oficina de Trabalho sobre Plano Estratégico e Metas da Convenção sobre a Diversidade Biológica para o Período 2011-2020 e Condições para sua Implementação. Realizado pelo MMA e IUCN, em Brasília-DF, setembro/2010
- II Encontro Paulista de Biodiversidade. Realizado pela SMA/SP, nov/2010.
- Seminário sobre Termos de Compromisso com Populações Tradicionais em UCs de Proteção Integral. Realizado pelo ICMBio, nov/2010.
  - ▶ Na Capacitação de Recursos Humanos:
- Curso Introdutório de Gestores de Unidades de Conservação da Amazônia. Realizado pelo IPÊ e WWF-Brasil para gestores federais e estaduais. Duas edições: Chapada Diamantina-MT (abr/2010) e Manaus (maio/2010)
- Capacitação de Conselhos Gestores sobre Desenvolvimento da Sustentabilidade Socioambiental de UCs da Amazônia. Realizada no PES do Rio Negro Setor Norte, PES do Rio Negro Setor Sul e RDS do Rio Negro, julho/2010
- Capacitação do Conselho do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro. Realizado pelo ICMBio e IPÊ. Palestrante com o tema “Monitoramento da Sustentabilidade Socioambiental”. RDS do Rio Negro, Novo Airão-AM, agosto/2010
- Curso de Conservação de Recursos Genéticos - Embrapa e UnB. Realizado na Embrapa-Cenargen. Brasília-DF, novembro/2010
- Mestrado Profissionalizante em Gestão de Áreas Protegidas - INPA. Módulo de Campo II: presença humana e gestão participativa em UCs de Uso Sustentável. RDS Uatumã, Amazonas, dezembro/2010

## Perspectivas

- ▶ Desenvolvimento contínuo do site, com a agregação de novos dados, abordagem de assuntos complementares e implementação de novas ferramentas participativas;
- ▶ Fortalecer parcerias pessoais e institucionais;
- ▶ Disponibilização dos documentos digitalizados e íntegra das notícias antigas. Potencializar a estratégia de comunicação e difusão crítica das informações, principalmente site;
- ▶ Produção de análises sistemáticas sobre a implementação e fragilidades das UCs da Amazônia Brasileira;
- ▶ Aproximação dos demais Programas do ISA a fim de iniciar a concepção de uma plataforma de agrobiodiversidade em UCs e TIs;
- ▶ Implementação de parceria com o ICMBio para aplicação do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade Socioambiental em UCs federais;
- ▶ Renovação da parceria com o CEUC/SDS para continuidade das atividades resultantes e extensão do SISSUC para um número maior de UCs estaduais;
- ▶ Publicação de um kit com a primeira versão definitiva do protocolo de aplicação do SISSUC e sua divulgação junto a instituições governamentais, não governamentais e organizações sociais envolvidas na gestão de UCs da Amazônia;
- ▶ Publicação dos resultados práticos e desdobramentos da aplicação do SISSUC em UCs estaduais do Amazonas;
- ▶ Implantação de um painel eletrônico de indicadores de UCs para que os resultados dos indicadores de campo, e de outros indicadores - gerados a partir de dados secundários – sejam automaticamente disponibilizados no site de UCs para facilitar a disseminação e o acesso ao conhecimento sobre a sustentabilidade socioambiental das UCs da Amazônia brasileira;
- ▶ Formação de uma rede de ONGs de referência que atuam em UCs da Amazônia para adensar o conjunto de dados, informação e conhecimento socioambiental sobre elas..

# POLÍTICA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL

## O que é

O Programa Política e Direito Socioambiental (PPDS) tem como objetivo garantir, pela via legislativa, executiva ou judicial, a implementação de direitos relativos ao meio ambiente, biodiversidade, povos indígenas e populações tradicionais. Reunindo uma equipe multidisciplinar no escritório de Brasília, o PPDS desenvolve uma agenda de monitoramento e intervenção que procura influenciar políticas socioambientais, por meio da atuação em instâncias formais de formulação e discussão de políticas, além de atuar de forma integrada com outros programas do ISA nas interfaces destes com órgãos governamentais e políticas públicas, de modo a garantir a verticalização das ações da instituição.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ▶ Financiadores

Fundação Ford; RFN – Fundação Rainforest da Noruega; ED – Defesa do Meio Ambiente; Embaixada Britânica; ICCO – Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento; Fundação Avina; União Europeia; AIN – Ajuda da Igreja da Noruega;

### ▶ Parcerias

Amigos da Terra – Amazônia Brasileira; Apremavi – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí; Bracelpa – Associação Brasileira de Celulose e Papel; CI – Conservação Internacional Brasil; Forest Trends; Fundação SOS Mata Atlântica; Greenpeace; GTA – Grupo de Trabalho Amazônico; ICV – Instituto Centro de Vida; Instituto Ethos; Imaflora – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola; Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Ipam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Moab – Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira; MST – Movimento dos Sem – Terra; RMA – Rede de ONGs da Mata Atlântica; SBE – Sociedade Brasileira de Espeleologia; The Nature Conservancy – TNC; Via Campesina; WWF Brasil.

## Equipe

**Márcio Santilli** (filósofo, coordenador); **Raul Silva Telles do Valle** (advogado, coordenador adjunto); **Ana Paula Caldeira Souto Maior** (advogada, assessora de políticas públicas); **Barbara Fontoura Simões Pires** (estudante de direito, estagiária); **Biviany Rojas Garzon** (cientista política e advogada, a partir de novembro); **Erika Magami Yamada** (advogada, assessora jurídica, até novembro); **Francisco Nascimento** (técnico em contabilidade, assistente técnico administrativo – período parcial); **Julio César Garcia** (jornalista, editor, a partir de maio); **Katiuscia Nóra-Sotomayor** (jornalista, editora, até abril); **Léa Vaz Cardoso** (agrônoma, assessora de políticas públicas, a partir de agosto); **Leonardo José Borges Amorim** (estudante de direito, estagiário, até julho); **Natalie Unterstell** (administradora, tec. des. pesquisa socioambiental, até março); **Oswaldo Braga de Souza** (jornalista, a partir de março); **Priscila Paz Godoy** (advogada, assessora jurídica, até junho); **Saulo Andrade** (biólogo, tec. desenv. pesquisa socioambiental, até dezembro).

## O que foi feito

### DEFESA DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

#### ▶ Reconhecimento, demarcação e recuperação de Terras Indígenas (TIs)

O PPDS acompanha os processos de demarcação ou regularização de Terras Indígenas nas regiões onde o ISA trabalha (Xingu e Rio Negro), assessorando as comunidades parceiras, bem como processos paradigmáticos e de repercussão nacional.

- Monitoramento do processo administrativo de demarcação de Terras Indígenas na bacia do rio Negro

Continuamos a apoiar os parceiros locais do ISA (sobretudo a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – Foirn) no acompanhamento dos procedimentos de demarcação de Terras Indígenas junto à Funai, notadamente dos casos Marabitanas/Cué-Cué e Médio/Baixo Rio Negro. Facilitamos a interlocução de lideranças com a equipe e dirigentes da Funai responsáveis pelo andamento dos processos, bem como repassamos dados sobre saúde, educação, população regional, entre outros, para a equipe da Funai responsável pela elaboração dos relatórios de identificação. Apesar de nosso esforço, nesse período pouco ou nada se avançou nos processos administrativos de demarcação dessas terras, principalmente por problemas com os grupos de trabalho.

- Apoio às comunidades indígenas do Xingu na defesa judicial de seus territórios

- Levantamento das ações judiciais no TRF e inclusão no banco de dados  
Como informado no relatório de 2009, um de nossos objetivos é fazer um levantamento geral das ações em curso no Mato Grosso contra a demarcação de Terras Indígenas. Já havíamos feito um levantamento na primeira instância da Justiça Federal em Cuiabá, e em setembro de 2010 fizemos um trabalho semelhante de levantamento e consulta de processos em curso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Entre as informações coletadas destacamos: a existência de decisões liminares que suspendem ou paralisam as demarcações administrativas e portarias declaratórias de Terras Indígenas; as principais teses dos autores e dos réus e suas demandas judiciais; a existência ou não de determinação de perícia antropológica judicial para confirmação da ocupação tradicional indígena sobre a área em litígio; os resultados destas perícias; o entendimento dos juízes no tocante ao reconhecimento ou não de direitos territoriais indígenas; a existência de recursos; e os principais argumentos em segunda instância. Esses dados estarão disponíveis no sistema de banco de dados do ISA.

- Defesa judicial das TIs Batelão e Wawi

Monitoramos o andamento das ações judiciais que contestam a demarcação das TIs Batelão (povo Kaiabi) e Wawi (povo Kisedje). Mantivemos contato permanente com as comunidades interessadas, bem como com os procuradores da Funai responsáveis pelo caso, para subsidiá-los com informações relevantes.

Participamos da audiência de uma das testemunhas da ação judicial contrária à demarcação da TI Batelão (povo Kaiabi), realizada na comarca de Vila Rica. A dificuldade de comunicação com o chefe de posto da Funai, bem como de deslocamento do mesmo e de lideranças interessadas em acompanhar a audiência em Vila Rica, já havia dado causa ao adiamento de uma audiência, que retardou o processo em cerca de 6 meses. Essa seria a última audiência antes da sentença, mas problemas com os ad-

vogados dos autores fizeram com que ainda exista a necessidade de se realizar outras.

- Apoio aos Yanomami

Em 2009 o ISA incorporou o programa de apoio ao povo Yanomami que era executado pela antiga CCPY. Nesse contexto, o PPDS passou a apoiar, pontualmente, algumas de suas demandas relativas à boa gestão de seu território. Atuamos nos dois maiores problemas da Terra Indígena Yanomami: garimpo - a advogada do ISA participou de reuniões que resultaram em uma ação deflagrada pela Polícia Federal e o Exército contra o garimpo, em outubro -, e a invasão das terras por fazendeiros na região do Ajarani - os membros da diretoria da Hutukara Associação Yanomami (HAY) e a advogada do PPDS se reuniram com o Coordenador Geral de Assuntos Fundiários da Funai para tratar do assunto. Foi levantada a possibilidade de usar o caso Yanomami, julgado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para pressionar o governo brasileiro a concluir a retirada dos não índios do Ajarani.

- Monitoramento no processo de reestruturação administrativa da Funai

No final de dezembro de 2009, o Presidente Lula assinou um decreto que aprovou a reestruturação administrativa da Funai. As principais diretrizes são (i) o fim da tutela e a continuação da obrigação da União de promover, proteger e fazer respeitar os direitos indígenas, (ii) a gestão participativa e a (iii) descentralização técnica.

Apesar de serem, no geral, positivas, as medidas afetaram núcleos de poder e interesses corporativos dentro da instituição. E como toda mudança, veio acompanhada de algumas falhas ou omissões. Isso levou a reações contrárias por parte de algumas lideranças indígenas e indigenistas, que pressionaram o governo federal a recuar na proposta de reestruturação (Veja aqui mais em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3030>)

Diante dessa possibilidade o ISA manifestou publicamente seu apoio à reestruturação medida há muito tempo demandada por várias das organizações que trabalham junto aos povos indígenas. Para auxiliar na compreensão de nossos parceiros locais, o PPDS preparou material e repassou informações aos programas regionais e às associações indígenas parceiras sobre as mudanças ocorridas, de caráter geral e de caráter específico a cada programa e região. (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3027>)

- Participação na elaboração da Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI

Em 2009 foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial, composto por representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Funai e de representantes indígenas, para propor uma política nacional de gestão ambiental e territorial para as Terras Indígenas. Esta iniciativa do governo atende a reivindicação de organizações indígenas para que o Estado organize uma política que oriente os vários órgãos do governo federal, estadual e municipal na forma de apoiá-los com recursos financeiros e técnicos a fazer a gestão de suas terras. Ademais, ela é o expoente de uma série de políticas que vêm sendo elaboradas buscando apoiar povos indígenas e populações tradicionais a manter os seus territórios, a realizar o manejo dos recursos naturais e a manter os seus modos de vida. O objetivo da PNGATI é institucionalizar as experiências do PDPI (Projetos Demonstrativos para Povos Indígenas), que fica sob a gestão do MMA, dando escala a projetos piloto de uso sustentável dos recursos naturais, de proteção ao território, de conservação de recursos. (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3093>).

A elaboração da PNGATI contou com um processo de consulta organizado por meio da realização de cinco seminários regionais. O PPDS repassou informações para os programas regionais e para as organizações indígenas parceiras bem como participou de algumas reuniões, como a realizada em Manaus, para povos indígenas de parte da região amazônica. Participamos também de sua discussão e aprovação no âmbito do CNPI. (Ver <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3121>)

Os trabalhos do GTI e as consultas resultaram em uma minuta de decreto e em um documento que enumera uma série de ações que precisam ser realizadas para que, após ser assinado o decreto que institui a PNGATI, venha a ocorrer a sua implementação. O que deve ficar para 2011.

## DEFESA DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS E PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### ► Monitoramento do PLP 12/03

O governo federal enviou ao Congresso Nacional em 2008, um projeto substitutivo ao PLP 12/03, que visa regulamentar o art. 23 da Constituição Federal, que trata da competência comum da União, Estados e Municípios na proteção do meio ambiente, o que inclui o licenciamento ambiental. O objetivo central era definir os critérios para a identificação do órgão competente para licenciar determinado empreendimento. Regulamenta, porém, outros assuntos de suma importância.

Apesar do interesse do governo em aprová-lo, a bancada ruralista conseguiu impedir sua votação durante um bom tempo. Para permitir sua aprovação, incluiu no projeto alterações que retiram competência do Conama para regulamentar uma série de matérias e limitam sobremaneira o poder do Ibama e dos órgãos municipais em fiscalizar e paralisar atividades danosas ao meio ambiente.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados dessa forma, e quase foi aprovado no Senado Federal sem modificações. Participamos de uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, em dezembro, que foi fundamental para evitar sua aprovação da forma como estava. A matéria será retomada em 2011.

### ► Monitoramento das ações judiciais contra o Decreto de Compensação Ambiental de Obras de Significativo Impacto Ambiental e o que permite a destruição de cavernas

O ISA e a Amigos da Terra – Amazônia Brasileira propuseram, em junho de 2009, Reclamação nº 8465 perante o Supremo Tribunal Federal em face do Decreto nº 6.848, de 14/05/09, que diminuiu o valor da compensação financeira devida por empreendimentos de significativo impacto ambiental. Em 2010 peticionamos mais de uma vez ao relator, Marco Aurélio Mello, para que incluísse o processo em pauta, mas isso não ocorreu.

Em outro caso, o da Ação de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o Decreto nº 6.640, que passou a permitir que cavernas – e outros tipos de cavidades naturais subterrâneas – pudessem ser permanentemente destruídas por atividades econômicas, houve a saída do relator – Eros Grau – e até o final do ano não havia sido empossado o novo ministro do STF, o que fez com que não houvesse qualquer movimentação no processo.

### ► Monitoramento das tentativas de modificação do Código Florestal brasileiro

- Aprovação do substitutivo ao PL nº 1876/99 na comissão especial da Câmara dos Deputados

No segundo semestre de 2009 foi criada, na Câmara dos Deputados, uma comissão especial para analisar e votar alterações no Código Florestal Brasileiro. Essa comissão, dominada por parlamentares ligados a produtores rurais – ruralistas –, fez uma série de audiências públicas, mas sempre

organizadas por sindicatos de produtores rurais ligados aos parlamentares ruralistas, nas quais apenas um ponto de vista pôde ser ouvido. Participamos apenas das reuniões realizadas em Brasília e em Roraima, onde pudemos presenciar o direcionamento das falas e conclusões, e diversas organizações parceiras relataram o mesmo das demais reuniões. Os próprios consultores contratados pelo relator, Aldo Rebelo, para ajudá-lo a elaborar seu projeto eram ligados à Confederação Nacional da Agricultura – CNA, principal órgão de representação de fazendeiros e que há pelo menos três anos vem fazendo uma sistemática campanha pela revogação da lei de proteção das florestas.

Cientes, por diversas formas, de que o projeto de alteração da lei que culminaria desse processo seria, do ponto de vista da conservação das florestas e das populações tradicionais, um desastre, desde o começo do ano buscamos divulgar artigos e notícias que analisassem a atual legislação e os possíveis efeitos das principais propostas de alteração, já que o trabalho da comissão veio acompanhado de uma verdadeira campanha de difamação da lei florestal, baseada muitas vezes em informações equivocadas e análises tendenciosas. Nesse sentido publicamos um artigo (“Código Florestal: mudar é preciso, mas para onde?”) em um livro organizado por alguns professores de direito ambiental e membros do Ministério Público; fizemos uma palestra na Semana da Água do Vale do Ribeira sobre o assunto, além de diversas outras em Brasília; elaboramos e divulgamos diversas notícias em nosso website e, durante o mês de abril, lideramos a elaboração, em conjunto com outras organizações, de um website especial ([www.sosflorestas.com.br](http://www.sosflorestas.com.br)), cujo objetivo é disponibilizar informações referenciadas sobre a lei florestal e seu processo de alteração, bem como demonstrar os equívocos e impactos das propostas de alteração, entre elas a elaborada por Aldo Rebelo. O site está no ar desde a primeira semana de junho e recebeu 38 367 visitantes até o final de 2010.

Como esperado, em junho o relator apresentou sua proposta. Bastante retrógrada, ela altera pontos cruciais da atual legislação. Apesar do despertar de interesse da sociedade com relação ao assunto, não foi possível evitar a votação do projeto ou alterá-lo significativamente. Foi aprovado por 13 votos a 5. Fizemos a cobertura jornalística da votação e publicamos artigos analisando as prováveis consequências que advirão caso ela se transforme efetivamente em lei. Nos meses seguintes participamos de vários debates e entrevistas denunciando os problemas do relatório, com destaque para uma palestra no Encontro Nacional de Juízes Estaduais, em Aracaju/SE, no mês de novembro.

- Questionário aos candidatos à Presidência da República acerca das modificações no Código Florestal

Em função do revés ocorrido na comissão especial, e cientes de que esse assunto tem que necessariamente passar, em última instância, pelo Presidente da República, que tem o dever de sancionar ou vetar qualquer projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, organizamos em agosto, junto com outras organizações ambientalistas, uma consulta aos principais candidatos à Presidência (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3167>) para saber qual a opinião de cada um a respeito dos principais pontos do projeto aprovado pelos deputados.

Os resultados, amplamente divulgados pela mídia, e inclusive registrados em cartório, foram positivos. (Saiba mais em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3167>). Todos se manifestaram contrários aos principais pontos do projeto (anistia aos desmatamentos ilegais, diminuição de proteção de áreas ambientalmente importantes, outros), e uma das respostas mais incisivas e diretas foi a da candidata que acabou ganhando as eleições, Dilma Roussef. Segundo ela, “o Brasil pode expandir

sua produção agrícola sem desmatar”, o que demonstra seu apoio a uma política de redução contínua do desmatamento. Além disso, se disse contrária à “convivência com o desmatamento e à leniência e flexibilidade com desmatadores”, confirmando que é contra projetos de anistia a desmatamentos ilegais, mas se dizendo favorável a programas de pagamento por serviços ambientais que ajudem os agricultores a cumprirem com a legislação. Esse documento será usado para cobrar um posicionamento da atual Presidente da República a respeito do assunto.

- Diálogo Florestal

Em agosto começamos a participar de um grupo de discussão formado por várias das principais organizações não governamentais do País (Fundação SOS Mata Atlântica, Apremavi, WWF – Brasil, Conservação Internacional, The Nature Conservancy, Instituto Bioatlântica) e as principais empresas de florestas plantadas com atividades no País, representadas na Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), que tinha como foco analisar e se posicionar acerca das propostas de alteração da legislação florestal. Após três meses de discussões, chegou-se ao conteúdo de uma carta de posicionamento comum, que avança em vários dos pontos cruciais da discussão, e foi lançada em 2011.

- Apoio a estudo sobre impacto das mudanças sobre áreas ripárias

Em julho fomos procurados por um graduado pesquisador brasileiro, Antonio Donato Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que estava disposto a produzir um estudo analisando o impacto das alterações propostas à saúde ambiental dos rios e áreas úmidas do país. Fizemos diversas reuniões presenciais e remotas para ajudá-lo a compreender os ditames da lei e analisar os resultados preliminares.

A ideia era lançar o estudo publicamente até o final do ano, mas não foi possível em razão de sua não conclusão até essa data. A previsão é que ele seja concluído até abril de 2011.

- Campanha contra a votação do regime de urgência para apreciação do projeto na Câmara dos Deputados

Em dezembro, como já citado, houve uma grande pressão da banca do agronegócio para que o projeto fosse votado pelo plenário da Câmara dos Deputados. O ISA, com outras organizações, se mobilizou (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3232>) contra essa tentativa de aprovação da matéria em final de ano, sobretudo porque em janeiro de 2011 se iniciaria uma nova legislatura, já que eleições parlamentares ocorreram em outubro. A mobilização foi bem sucedida a proposta não entrou em votação, o que possibilitou que os novos parlamentares possam ter a oportunidade de avaliar a questão.

#### ► Início dos estudos sobre mecanismos de esverdeamento da política agrícola

Em agosto, com a chegada de uma nova profissional à equipe, iniciamos nova linha de ação dentro do programa: a de elaborar e propor novos instrumentos econômicos que potencializem a política de conservação ambiental em imóveis particulares, especialmente no que se refere as normas previstas no Código Florestal. Para tanto, a estratégia que vem sendo adotada é de propor mudanças no arcabouço institucional da política agrícola por meio da inclusão de incentivos (prêmios) ao produtor rural que cumpra fielmente com a legislação.

Fizemos um levantamento dos principais instrumentos da política agrícola - crédito, apoio à comercialização e seguro agrícola - assim como de propostas com a interface agricultura e meio ambiente (agroambiental) que já tivessem sido desenvolvidas por ministérios, universidades ou órgãos de pesquisa. Foram contatados técnicos de instituições como os

ministérios da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Meio Ambiente (MMA) e Desenvolvimento Agrário (MDA), a Companhia Brasileira de Abastecimento (Conab), o Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea), as Confederações da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ONGs ambientalistas em geral.

Esse levantamento inicial indicou a quase inexistência de propostas de instrumentos econômicos na política agroambiental. Apenas a política de crédito rural apresenta algum componente ambiental ao disponibilizar linhas de financiamento para investimento em boas práticas agropecuárias e na recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e reserva legal (RL). Entretanto, cabe destacar o baixo desempenho destas quando comparadas às demais linhas que são objeto de estudo em andamento juntamente com consultoria externa. Previsto para abril de 2011 o estudo visa analisar estas linhas, em todos os estados brasileiros, identificando limitações, dificuldades e espaços para a implementação das linhas mencionadas.

#### ► Apresentação de proposta para regulamentação da lei de sementes e mudas

Em agosto entrou em consulta pública uma proposta de regulamentação da Lei Federal nº 10.711/03, que regula a produção e a comercialização de sementes e mudas de espécies florestais nativas e exóticas, algo de fundamental importância para a atividade de restauração florestal no país.

O ISA elaborou uma análise da proposta e encaminhou ao Ministério da Agricultura e Pecuária um documento com sugestões de aprimoramento, já que, a nosso ver, o projeto criava excessivas burocracias para a comercialização de sementes e mudas de espécies nativas, o que poderia dificultar sobremaneira a criação de um mercado consolidado e, mais, afastar pequenos produtores e populações tradicionais dessa atividade econômica, já que não teriam como cumprir com todas as exigências.

Pouco mais de um mês depois de finalizado o prazo da consulta pública foi aberto novo prazo para recebimento de sugestões, que se estendeu até dezembro. De qualquer forma estamos em contato permanente com a assessoria técnica do MAPA para saber dos desdobramentos. Com a mudança de governo não há data final para uma decisão.

#### ► Monitoramento do processo de licenciamento ambiental e implantação da UHE Belo Monte

Há vários anos o ISA acompanha a intenção governamental de construir hidrelétricas no Rio Xingu, algo que data da década de 1970. Junto com os povos indígenas da região, num primeiro momento, e com os movimentos sociais de Altamira, num segundo momento, monitoramos os passos do governo e, especialmente, o procedimento administrativo de licenciamento ambiental, que foi reiniciado em 2007.

Em novembro de 2009 a equipe técnica do Ibama publica parecer onde aponta uma série de inconsistências nos estudos apresentados, e pede aperfeiçoamentos e complementações que poderiam estender o processo de análise por mais um ano. Em fevereiro de 2010, diante da pressão do Ministério de Minas e Energia – MME e da Casa Civil da Presidência da República, mesmo com a existência de outros pareceres técnicos reafirmando a impossibilidade de se liberar a licença prévia, a diretoria do Ibama assinou a LP 342/10, que considera ser ambientalmente viável o empreendimento.

Em função da emissão da licença, o ISA, com o apoio de outras organizações (Justiça Global, Sociedade Paraense de Direitos Humanos e outras), elaborou e entregou um informe à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), focada sobretudo na falta de consulta adequada aos povos indígenas afetados. Colaboramos também com a elaboração de uma medida cautelar que foi apresentada à CIDH.

Em âmbito nacional, elaboramos, em conjunto com a organização Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, uma notificação extrajudicial, endereçada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, principal financiador do empreendimento, informando-o dos problemas na licença e dos graves prejuízos que poderão ocorrer com a construção da obra. Também entregamos notificações aos demais investidores da obra: os fundos de pensão do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás, além de alguns bancos privados.

Em abril foi realizado o leilão para definir o grupo empresarial que vai construir a obra. Previamente à data de sua realização mantivemos contato permanente com o Ministério Público Federal, que havia ingressado, no mês de março, com duas ações judiciais para anular a licença ambiental concedida, pelos muitos problemas e ilegalidades existentes no processo. Poucos dias antes do leilão, que ocorreria em Brasília, o Juiz Federal de Altamira concedeu uma liminar anulando a licença ambiental e mandando cancelar o certame até o julgamento final da ação, sob a alegação de que falta uma lei específica para autorizar a construção de hidrelétricas em terras indígenas e, mais, que a licença concedida desconsidera o parecer da equipe técnica do próprio órgão ambiental (Ibama), que opinava por sua não concessão (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3062>)

Em função da concessão dessa liminar, e sabendo que ela seria analisada rapidamente pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede de suspensão de liminar, fomos, junto com outros membros do Movimento Xingu Vivo para sempre (MXVPS), conversar com o presidente do Tribunal, Desembargador Jirair Meguerian, para explicar a situação, mostrar as ilegalidades e pedir que não derrubasse a liminar concedida. Essa audiência, no entanto, foi inútil. Praticamente na véspera do leilão (16/04) a liminar foi derrubada pelo Presidente do TRF 1º sem praticamente entrar no mérito jurídico da questão. (Saiba mais em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3064>)

Porém, no dia 19/04, dia anterior ao leilão, o Juiz Federal de Altamira concedeu uma nova liminar, em outra ação que havia sido interposta pelo MPF, e paralisou novamente o processo. Mais uma vez a Advocacia Geral da União (AGU) interpôs uma suspensão de segurança que, na noite do mesmo dia, subsidiou uma nova decisão do TRF1, novamente derrubando a liminar e sem qualquer argumento jurídico. Com essa decisão, foi aberto o caminho para o leilão. Em função do absurdo papel assumido pelo TRF1, ajudamos a elaborar uma carta assinada pelo MXVPS que lamenta a politização e parcialidade do Judiciário brasileiro nesse caso (Saiba mais em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3064>)

No dia 20/04 o leilão foi realizado, sob a ameaça de que outra liminar o paralisasse – e de fato ocorreu, mas foi derrubada minutos depois –, e um vencedor foi conhecido: o consórcio Norte Energia, composto por um grupo de empresas ligadas à construção civil, venda de energia, produção de alumínio e investidores. Participamos das manifestações que ocorreram no dia, organizadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo MXVPS, bem como de diversas entrevistas e debates nos principais canais de comunicação brasileiros (Rede Globo, Rede Record, O Globo, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e outros), tanto antes como depois do leilão, apontando os problemas no processo de licenciamento, os impactos da obra, as alternativas possíveis.

Após a realização do leilão, o ISA continuou apoiando as atividades locais do MXVPS e passou a se dedicar ao monitoramento das condições colocadas pelo Ibama na licença ambiental para que a obra pudesse ser de fato instalada. São mais de 80 condições, muitas delas subdivididas em diversas outras, o que torna a tarefa complexa. Em setembro houve

uma reunião em Belém com membros do Ministério Público Federal e do PAINEL DE ESPECIALISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA) que ajudaram a analisar o EIA/RIMA, para definir quais as condicionantes devem ser prioritariamente monitoradas e como o trabalho deve ser realizado. Dessa reunião saíram diretrizes importantes, as quais deverão ser seguidas na continuidade dos trabalhos. O ISA pretende se concentrar no apoio ao monitoramento e cobrança do cumprimento dessas condicionantes.

#### ► Monitoramento das ações judiciais em curso

- Ação Civil Pública – Declaração de nulidade das licenças expedidas para a construção da usina hidrelétrica Barra Grande

Em 2004, a Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica (RMA) e outros, representados por um advogado do ISA, ajuizaram uma Ação Civil Pública na Justiça Federal de Florianópolis para declarar a nulidade das licenças expedidas para a construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande. Em novembro de 2009, foi proferida a sentença do caso, extinguindo o processo com julgamento do mérito, a qual foi publicada apenas em 2010. Os advogados do ISA elaboraram e apresentaram apelação nesse caso.

- Ação Civil Pública – Mata Atlântica – Espécies em extinção

Em 2000 o ISA propôs uma Ação Civil Pública contra o Ibama, visando conter grave dano ambiental ocasionado por conduta daquele órgão ambiental, que emitira autorizações de transporte, exploração e corte seletivo de espécies nativas ameaçadas de extinção e integrantes do Bioma Mata Atlântica, sem que tivessem sido realizados estudos comprobatórios da viabilidade ecológica, genética e econômica de sua exploração.

Somente em 2009, ainda em primeira instância, foi publicada sentença que julgou extinto o processo em decorrência da falta de interesse de agir superveniente do ISA, por conta da edição da Lei nº 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica. Os advogados do ISA recorreram, em 2010, da decisão, alegando que mesmo havendo lei à época que proibisse o Ibama de outorgar as autorizações, ele o fazia, razão pela qual é importante haver uma decisão judicial nesse sentido. A sentença também condenou o Ibama na elaboração e execução de projeto de conservação e de reflorestamento, em áreas críticas no bioma Mata Atlântica, com espécies nativas declaradas em extinção, parte sobre a qual houve recursos do Ibama.

#### ► Monitoramento do processo de licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto

Durante o período de realização desse projeto não foi outorgada a licença prévia para o empreendimento. A razão principal, inicialmente, foi a existência de um óbice jurídico inafastável, o Decreto Federal nº 99556/90, que proibia taxativamente a destruição de cavernas e cavidades naturais subterrâneas. O decreto foi modificado no final de 2008, como já explicado anteriormente. Em 2009 ele foi regulamentado, estabelecendo critérios para definição do grau de relevância das cavidades para fins de autorização de supressão. Não houve, no entanto, a concessão da licença até o final de 2010. Permanecemos monitorando com visitas regulares à sede do Ibama para obter as informações atualizadas do caso.

#### ► Seminário com movimentos sociais sobre política nacional de mudança climática

Após a realização de oficinas regionais sobre o tema da mudança climática nos anos de 2008 e 2009, a prioridade no tratamento do tema durante 2010 foi a sua inserção nos debates do processo eleitoral e sucessório.

Para tanto, foi realizado um seminário em Brasília, reunindo representantes de organizações da sociedade civil brasileira que integram as redes

do Observatório do Clima, do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) e dos parceiros no Brasil da Rainforest da Noruega (RFN) e Icco, além de organizações locais que mantêm termos de cooperação permanente com o ISA, como a Atix, Foirn e organizações quilombolas do Vale do Ribeira.

Ao final do seminário, foram ouvidos e abordados representantes do governo federal e do governo de São Paulo, num debate focado nas perspectivas de implementação das metas nacional e estadual de redução de emissões, assim como na inserção de demandas relativas à vulnerabilidade climática de regiões específicas do País.

Com efeito, o tema da mudança climática conquistou um espaço inédito nos debates que se seguiram durante a campanha eleitoral de 2010, com a adoção de compromissos por parte dos principais candidatos presidenciais. Vale destacar que a ascensão da candidatura de Marina Silva, pelo PV (Partido Verde), que havia assumido esta temática com maior profundidade, acabou criando condições favoráveis para o avanço das posições dos demais candidatos.

#### PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO JURÍDICO

- Lançamento do livro “Desmatamento Evitado (REDD) e povos indígenas: experiências, desafios e oportunidades no contexto amazônico”

Esse livro aborda experiências de projetos de REDD em terras indígenas amazônicas, além de trazer uma análise jurídica dos vários pontos envolvidos no assunto.



#### Indicadores

- 42 incidentes judiciais (ações e recursos) monitorados;
- 46 entrevistas para televisão, rádio, mídia impressa entre maio e novembro; explicando as posições do ISA em relação aos temas principais como tentativas de alteração do Código Florestal, Desmatamento, Belo Monte, Hidrelétricas, Eleições.
- Publicação de seis artigos no “Direito do ISA” do site;
- Elaboração de 85 Notícias Socioambientais escritas total ou parcialmente pela equipe.

#### AValiação

A ênfase do trabalho do PPDS em 2010 esteve voltada para as eleições gerais no Brasil. A campanha eleitoral foi uma oportunidade para se dar visibilidade a vários temas da agenda socioambiental. Em particular, a questão da mudança climática e das políticas nacionais correlatas teve uma presença inédita no processo, estimulando o posicionamento dos vários candidatos. A presença de uma candidatura forte do Partido Verde, através da figura de Marina Silva, fortaleceu esse processo, tendo ela alcançado cerca de 20 milhões de votos, ficando em terceiro lugar no primeiro turno das eleições e tendo a oportunidade de influenciar o posicionamento dos candidatos que disputaram o segundo turno. O PPDS atuou diretamente subsidiando com informações as candidaturas interessadas e, indiretamente, associando o ISA a um conjunto de organizações no âmbito da campanha SOS Florestas.



O PPDS participou de grupos de trabalho junto ao governo federal para formular propostas para a política nacional de REDD, assim como de grupos de empresas e de ONGs que se mobilizaram no tratamento dos temas relativos à mudança climática. Realizou, inclusive, um seminário com a participação de representantes de várias organizações e redes da sociedade civil subsidiando o questionamento do posicionamento dos candidatos à Presidência. Obtivemos compromissos de alguns candidatos, incluindo a Presidente eleita, Dilma Rousseff, no sentido de vetar dispositivos que venham a ser aprovados no sentido de redução das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e da reserva legal no âmbito da legislação florestal (Código Florestal).

Também foi objeto da atuação o do PPDS o acompanhamento do processo de reestruturação administrativa da Funai e de elaboração da proposta de Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de TIs (PNGATI), como destaques na agenda indigenista. Vale ressaltar que a proposta da PNGATI tem sua origem nas formulações feitas pelo ISA em 2000 de um programa de conservação de biodiversidade em Terras Indígenas.

Os temas mais quentes do ano, foram o já mencionado Código Florestal e o licenciamento de obras de infraestrutura, em especial o caso de Belo Monte.

No tema do Código Florestal, além do questionamento aos presidentiáveis, consideramos extremamente relevante o envolvimento do ISA na elaboração de uma proposta construída em articulação com empresas do setor florestal, no âmbito do Diálogo Florestal. O PPDS também iniciou em 2010 estudos e articulações para a inserção do ISA em debates relativos à política agrícola, cujos resultados serão colhidos ao longo de 2011, após a definição dos termos em que se dará a reforma do Código Florestal.

## Perspectivas

Para 2011 esperamos:

- ▶ Manter o monitoramento das ações judiciais que ameaçam as terras dos povos indígenas do Xingu, mantendo-os informados e apoiando-os numa correta defesa de seus interesses e direitos;
- ▶ Manter o monitoramento das ações judiciais em curso, buscando decisões favoráveis, sobretudo na relativa ao decreto de cavernas e a de compensação ambiental;
- ▶ Interferir positivamente na aprovação de uma lei sobre Pagamento por Serviços Ambientais, para que tenhamos um marco legal que permita re-compensar aqueles que atuam em prol da conservação ambiental;
- ▶ Ajudar a criar um sistema de controle social da implantação da UHE Belo Monte, através da criação de um observatório independente e com capacidade técnica
- ▶ Trabalhar contra uma alteração negativa na legislação florestal, mantendo o debate com a sociedade sobre a importância do tema, bem como ajudar a construir políticas que apoiem, com medidas de incentivo e premiação, a correta aplicação da legislação hoje existente;
- ▶ Manter o apoio aos parceiros locais nos temas de interface

## Melhores momentos

- ▶ Mobilização contra a aprovação das propostas feitas por ruralistas para enfraquecer o Código Florestal
- ▶ Apresentação de propostas para regulamentação da produção e comercialização de sementes nativas (em parceria com Programas Xingu e Ribeira)
- ▶ Realização de seminário com movimento social sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas
- ▶ Coordenação de grupo de trabalho com FUNAI para entendimento comum sobre projetos de REDD+ em Terras Indígenas
- ▶ Mobilização pela aprovação do PL de reestruturação da saúde indígena (ação global)
- ▶ Posicionamento público favorável à reestruturação da Funai e informação às organizações parceiras sobre situação de suas respectivas regiões
- ▶ Mobilização contra a instalação da UHE Belo Monte

# RIO NEGRO

## O que é

Um conjunto articulado de iniciativas que tem por objetivo geral contribuir para o desenvolvimento sustentável na Bacia do Rio Negro, com o reconhecimento e respeito aos direitos coletivos dos povos indígenas e com a valorização da diversidade socioambiental. A Bacia do Rio Negro – que ocupa uma área de cerca de 70 milhões de hectares – é a maior bacia de águas pretas do mundo. Apresenta grande diversidade socioambiental. Suas paisagens únicas estão bem conservadas no eixo do Rio Negro e já ameaçadas pela economia predatória no eixo do Rio Branco. A maior parte da Bacia do Rio Negro está situada em território brasileiro, entre Roraima e o noroeste do Estado do Amazonas, mas se estende pela Colômbia, Venezuela e Guiana, o que impõe estratégias de cooperação transfronteiriça em rede. Na parte brasileira da bacia, são 32 povos indígenas, várias Terras Indígenas já oficialmente reconhecidas e em processo, assim como formações florestais únicas e várias Unidades de Conservação ambiental. Os projetos que compõem o Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (ISA) promovem soluções integradas para: (1) o reconhecimento, proteção e sustentabilidade das Terras Indígenas; (2) a criação e consolidação de outras áreas protegidas na formação de mosaicos; (3) áreas urbanas; (4) valorização do patrimônio socioambiental; (5) adaptação de políticas públicas para a região.

## Parcerias e Fontes de Financiamento

### ► Parcerias Prioritárias

Foirn Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e suas associações filiadas; HAY Hutukara Associação Yanomami; Fundación Gaia Amazonas (Colômbia); Wataniba Asociación para el Desarrollo Humano Multiétnico de la Amazonía (Venezuela)

### ► Financiadores

AIN Ajuda da Igreja da Noruega; Cafod Agência Católica para o Desenvolvimento; Embaixada da Noruega; Fapeam Fundação de Apoio à Pesquisa no Amazonas; Funai/CGEI Fundação Nacional do Índio / Coordenação-Geral de Educação Indígena; Fundação Gordon & Betty Moore; RFN Fundação Rainforest da Noruega; Horizont3000/Aliança pelo Clima Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento; Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável; Instituto Semeia; Iphan Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional; Unesco Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Projeto Criança Esperança.

### ► Parcerias Locais e Cooperação Técnica

3TIIC - Associação Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura; Aatizot Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de la Zona Tiquié; Acaipi Asociación de Capitanes Indígenas del Pirá-Paraná; Acep Associação do Conselho da Escola Pamáali; Acimet Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié; Acimrn Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro; Acir Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas; Acirc Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanho; Acirp Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto; Aciru Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari; Aeitu Associação da Escola Indígena Tuyuka Utapinopona; Aeity Associação da Escola Indígena Tukano Yupuri; Aeitypp Associação da Escola Indígena Tukano yepa Piro Porã;



Aetikap Associação da Escola Indígena Tukano Koãpa Ahkuto Paramerã; Aiacaj Associação Indígena da Área de Canafé e Jurubaxi; Aibad Associação Indígena da Bacia do Aracá e Demeni; AIFP Associação Indígena de Floresta e Padauri; Asiba Associação Indígena de Barcelos; Atriart Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié; Ayrca Associação Yanomami do Rio Cauaboris; CABC Coordenadoria de Associações Baniwa e Coripaco; Caiarnx Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié; Caimbrn Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro; Cepi Centro de Pesquisadores Indígenas de Iauaretê; Cerci Centro de Estudo de Revitalização da Cultura Indígena; Cipac Comunidades Indígenas de Pari Cachoeira; CIR Conselho Indígena de Roraima; Coidi Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê; Coitua Coordenação das Organizações Indígenas do Tiquié e Uaupés Abaixo; Comagept Cooperativa Mista Agroextrativista dos Povos Tradicionais do Médio Rio Negro; CPDEK Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Kalikattadapa; ELBC-Pamáali Escola Indígena Baniwa e Coripaco; Escola Estadual Indígena São Miguel; Estação de Piscicultura de Iauaretê; Fundação Rainforest dos Estados Unidos; ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Inpa Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Instituto Iraquara; IRD Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento em Cooperação; MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário; MMA Ministério do Meio Ambiente; Neai/Ufam Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena / Universidade Federal do Amazonas; Núcleo Inskiran da Universidade Federal de Roraima (UFRR); NuTI/MN/UFRRJ Núcleo de Transformações Indígenas/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro; Oibi Organização Indígena da Bacia do Içana; OIBV Organização Indígena de Bela Vista; OIDS Organização Indígena de Desenvolvimento Sustentável; Pacta Projeto de pesquisa da agrobiodiversidade no Rio Negro/AM e Juruá/AC; Programa Gesac (Governo Eletrônico Serviço ao Cidadão) / Ministério das Comunicações; Programa Mais Cultura / Ministério da Cultura; PWA Programa Waimiri-Atroari; RCA Rede de Cooperação Alternativa; SDS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas; Seduc Secretaria Estadual de Educação do Amazonas; Semed Secretaria Municipal de Educação e Desporto de São Gabriel da Cachoeira; Survival International; UFSCar Universidade Federal de São Carlos; Vídeo nas Aldeias; Wariró Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro

## Equipe

Carlos Alberto (Beto) Ricardo (antropólogo, coordenador); Carla Dias (bióloga e antropóloga, coordenadora adjunta); Marcos Wesley de Oliveira (coordenador adjunto Pró-Yanomami); Adeilson Lopes da Silva (ecólogo, Içana); Aloísio Cabalzar Filho (antropólogo, Tiquié); Ana Maria Antunes Machado (pedagoga, Pró-Yanomami); Ana Paula Caldeira Souto Maior (advogada); André Luiz Martini (antropólogo, Uaupés); Andreza Silva de Andrade (jornalista, S. Gabriel da Cachoeira); Camila Franco (estagiária em Geoprocessamento); Camila Sobral Barra (antropóloga, Médio Rio Negro); Ciro Campos de Souza (biólogo,

Pró-Yanomami); **Clarisse do Carmo Jabur** (antropóloga, Pró-Yanomami); **Darfran Macário** (biólogo, Pró-Yanomami); **Elizabeth Moraes** (estudante secundarista, estagiária do Espaço Público da sub-sede ISA-SGC); **Francimar (Sucy) Lizardo dos Santos** (supervisor de administração em S. Gabriel da Cachoeira); **Francis Miti Nishiyama** (jornalista, produtora); **Hanna Limulja** (antropóloga, Pró-Yanomami); **Joás (Mocotó) Rodrigues da Silva** (auxiliar de administração em S. Gabriel da Cachoeira); **Laise Lopes Diniz** (pedagoga, Içana); **Lidia Montanha Castro** (pedagoga, Pró-Yanomami); **Lucia Alberta Andrade** (educadora e antropóloga, Brasília e S. Gabriel da Cachoeira); **Lucineide Lima** (auxiliar de serviços gerais em Boa Vista); **Marcílio Cavalcanti** (agrônomo, administrador Manaus); **Marcolino da Silva** (auxiliar administrativo em Boa Vista); **Margarida Murilo Costa** (zeladora em São Gabriel da Cachoeira); **Marina Antoniovanni da Fonseca** (bióloga, Manaus); **Matthieu Jean Marie Lena** (cientista social, administrador Boa Vista); **Melissa Santana de Oliveira** (antropóloga, Tiquié); **Moreno Saraiva Martins** (antropólogo, Pró-Yanomami); **Natasha Mendes Cavalcante** (estudante de administração, estagiária em Manaus); **Octavio Luiz Rodrigues Rebello** (administrador, gerente de projeto); **Pieter van der Veld** (agrônomo, Tiquié); **Renata Alves** (ecóloga, analista em sensoriamento remoto); **Sidnaldo dos Santos** (auxiliar administrativo em Boa Vista).

**Colaboradores associados:** **Aline Scolfaro** (antropóloga, UFSCar Universidade Federal de São Carlos); **Almir de Oliveira** (arquiteto); **Antonio Nobre** (agrônomo, INPA/INPE Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia / Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais); **Bruce Albert** (antropólogo, IRD Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento em Cooperação); **Cristina Silva** (antropóloga, UFSCar); **Eduardo Neves** (antropólogo, MAE/USP Museu de Arqueologia e Etnologia da Univ. de SP); **Eduardo Viveiros de Castro** (antropólogo, Museu Nacional/UFRJ); **Flávio C. T. Lima** (ictiólogo, MZ/USP Museu de Zoologia da Univ. de SP); **Flora Dias Cabalzar** (antropóloga, USP); **François-Michel Le Tourneau** (geógrafo, Centre National de la Recherche Scientifique da França/Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB); **Geraldo Andreello** (antropólogo, UFSCar); **Glenn Shepard Jr.** (antropólogo e ecólogo, MPEG Museu Paraense Emilio Goeldi); **Helder Perri Ferreira** (linguista); **Henyo Trindade Barretto Filho** (antropólogo, IEB Instituto Internacional de Educação do Brasil); **José Ribamar Bessa Freire** (jornalista e historiador, UERJ Univ. do Estado do Rio de Janeiro); **Judite Gonçalves Albuquerque** (educadora, Unemat Univ. do Estado de Mato Grosso); **Kristine Stenzel** (linguista, UFRJ); **Laure Emperaire** (etnobotânica, IRD); **Lúcia Hussak van Velthem** (antropóloga, MCT Ministério da Ciência e Tecnologia); **Ludivine Eloy** (geoagrônoma); **Luiza Garnelo** (médica e antropóloga, Ufam e Fiocruz Fundação Oswaldo Cruz); **Manuela Carneiro da Cunha** (antropóloga,

Cebrap Centro Brasileiro de Análise e Planejamento); **Maria Cristina Troncarelli** (educadora); **Marta Azevedo** (antropóloga e demógrafa, Unicamp); **Maurice Tomioka Nilson** (geógrafo, Inpa); **Mauro Cornacchioni Lopes** (engenheiro de pesca); **Paulo Maia** (antropólogo, UFMG Universidade Federal de Minas Gerais); **Pedro Rocha** (antropólogo, Museu Nacional/UFRJ); **Piero Leirner** (antropólogo, UFSCar); **Ralme Gischewski Borges** (apicultor); **Renata Eiko** (zootecnista, mestranda Ufam); **Rogério do Pateo** (antropólogo, UFMG); **Walmir Cardoso** (astrônomo, PUC/SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

## Linhas de ação

O programa está estruturado nas seguintes linhas de ação:

- ▶ Colaborar com o Ordenamento e Gestão Territorial
- ▶ Incentivar a Rede Rio Negro
- ▶ Fortalecer as organizações locais
- ▶ Fortalecer a Diversidade Socioambiental
- ▶ Formular propostas inovadoras de Educação Escolar Indígena
- ▶ Incentivar a Pesquisa Intercultural
- ▶ Priorizar os Calendários e as formas tradicionais de Manejo do Mundo
- ▶ Contribuir para a adaptação das Políticas Públicas
- ▶ Fortalecer o Patrimônio e a Valorização Cultural
- ▶ Formular o Programa Regional de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro
- ▶ Coordenar a equipe do PRN, as Relações Institucionais e a Captação de Recursos

Desde 2005, as atividades foram organizadas por rios/regiões, e o relatório narrativo segue esse mesmo critério. As linhas de ação citadas acima são transversais a quase todos os rios e regiões.

- ▶ Coordenação/Desenvolvimento do Programa (São Paulo, Brasília, Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Boa Vista)
- ▶ Formação Superior Indígena, Interdisciplinar e Multicultural
- ▶ Manaus
- ▶ Médio Rio Negro: Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos
- ▶ São Gabriel da Cachoeira
- ▶ Rio Içana
- ▶ Rio Tiquié
- ▶ Rio Uaupés
- ▶ Roraima

## Eixos de trabalho por áreas de atuação

	São Paulo	Brasília	Manaus	Médio Rio Negro	SGC	Rio Içana	Rio Tiquié	Rio Uaupés	Roraima
Ordenamento e Gestão Territorial		X	X	X					X
Rede Rio Negro	X		X	X	X	X	X	X	X
Fortalecimento Institucional e organizações locais	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fortalecimento da Diversidade Socioambiental	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação Escolar Indígena		X			X	X	X	X	X
Pesquisa Intercultural	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Calendários e Manejo do Mundo			X		X	X	X	X	
Políticas Públicas	X	X	X	X	X				X
Patrimônio e Valorização Cultural		X		X		X	X	X	
Programa Regional de Desenvolvimento Sustentável do RN	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Coordenação, Relações Institucionais e Captação de Recursos	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Transversalmente a esses eixos de trabalho, estratégias gerais têm sido privilegiadas:

- ▶ Incentivar a produção, valorização e documentação dos conhecimentos indígenas
- ▶ Apoiar a pesquisa do ponto de vista do diálogo de conhecimentos;
- ▶ Favorecer os intercâmbios de experiências, conhecimentos e práticas entre os índios e com a equipe do PRN;
- ▶ Provocar interfaces técnicas e de gestão das redes indígenas e não indígenas afins;
- ▶ Assessorar os arranjos e rearranjos institucionais das organizações indígenas;

▶ Favorecer a circulação de conhecimentos produzidos nos processos em curso

▶ Principais agentes com quem o PRN trabalha:

1. professores
2. agentes de manejo
3. alunos jovens das escolas
4. lideranças das associações
5. pesquisadores indígenas
6. artesãos
7. anciões, conhecedores

# Desenvolvimento do Programa/Coordenação

## O que é

Trata-se da coordenação permanente do Programa Rio Negro (PRN), com as funções de: elaborar, atualizar e implementar o planejamento estratégico do programa; desenvolver e manter relações interinstitucionais apropriadas, em especial com as parcerias; identificar oportunidades, monitorar a execução do portfólio de projetos, formular e encaminhar projetos; elaborar relatórios narrativos e monitorar os gastos do programa, incluindo a aplicação regular de indicadores de desempenho; propor e viabilizar desdobramentos futuros; disponibilizar informações sobre a região do Rio Negro e as atividades do programa utilizando os meios regulares do Instituto Socioambiental (ISA); conceber e editar publicações relativas ao Rio Negro; promover a articulação entre as equipes e as atividades dos diferentes projetos do programa e deste com a estrutura do ISA; articular e mobilizar uma rede de pesquisadores e colaboradores de instituições externas.

## Parcerias e fontes de financiamento

AIN Ajuda da Igreja da Noruega; Embaixada da Noruega; Fundação Gordon & Betty Moore; Fundação Rainforest da Noruega – RFN; Horizont3000/ Aliança Pelo Clima; Instituto Arapyáú; Instituto Semeia

## Equipe

Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Carla Dias; Marcos Wesley de Oliveira, Ana Paula Caldeira Souto Maior, Francimar Lizardo dos Santos (Sucy); Francis Miti Nishiyama; Marclio de Souza Cavalcante; Matthieu Jean Marie Lena, Octavio Luiz Rodrigues Rebello, Renata Alves

## O que foi feito

### ► RELAÇÃO COM O ISA GERAL

- Coordenação da agenda de trabalho do PRN com os demais setores do ISA (Administração, Comunicação, Geoprocessamento, Informática, Política e Direito Socioambiental);
- Participação em reuniões gerais da Coordenação do ISA para discussão e deliberação de questões institucionais;
- Interface entre o PRN e demais áreas e programas do ISA no que se refere ao planejamento, realização e monitoramento de atividades e de recursos humanos e financeiros.
- Organização e coordenação da reunião geral de final de ano, dezembro/2010, incluindo uma roda de conversa com a equipe do Programa Xingu.

### ► IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES, FORMULAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DE PROJETOS

- Interlocução permanente com representantes das organizações que apoiam o PRN: Lars Løvdal, Torkjell Leira, Søren Hvalkof, Yngve Kristiansen e Britta Odegard (RFN), Brunhilde Haas de Saneaux (Horizont3000), Paul Little (Fundação Moore), Ana Gita de Oliveira/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Kristian Bengtson (Embaixada Real da Noruega); Anamaria Schindler (Instituto Arapyáú), Pedro Passos (Instituto Semeia), Carlos Miller, Federico Bellone e Juliana Strobel (Avina). A coordenação do PRN realizou contatos com representantes do Ministério

Federal Alemão de Cooperação Econômica e do Desenvolvimento, Aliança Pelo Clima, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco), Ajuda da Igreja da Noruega (AIN), Funbio.

- Elaboração de proposta do PRN para o projeto do ISA a ser apresentado para o Fundo Amazônia
- Apoio institucional do Instituto Semeia para viabilizar atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Rio Negro.
- Negociações com a produtora de viagens Matueté para estabelecer uma parceria, visando promover o turismo cultural na região do Rio Negro, por meio de viagens no barco Sebastião Borges
- Elaboração e apresentação à Embaixada Real da Noruega do projeto de apoio ao Seminário internacional “Construindo bases para a Universidade Indígena do Rio Negro”. A proposta foi aprovada e o Seminário se realizará em 2012
- Elaboração junto com a Foirn de um documento conceitual apresentado à Embaixada Real da Noruega para apoio institucional da Foirn e das Coordenadorias regionais do Rio Negro. O projeto deve ser consolidado em maio de 2011 e a execução está prevista para um período de três anos entre meados de 2011 a meados de 2015
- Apresentação ao Ministério da Cultura (MinC) do Plano de Trabalho “Valorização da Diversidade Cultural da Bacia do Rio Negro – Amazonas e Roraima no âmbito do Edital Pontos de Cultura Indígena do Programa Mais Cultura.
- Reuniões com o Prof. Dr. Targino de Araújo Filho, reitor da UFSCar, Eduardo Neves do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP para discutir as possibilidades de uma parceria com o ISA, visando a realização de projetos no Rio Negro.
- Participação na avaliação externa das atividades apoiadas pela Rainforest da Noruega no âmbito do projeto Diversidade Socioambiental na Amazônia: Governança, Proteção e Manejo de Recursos Naturais.
- Participação na avaliação externa promovida pela Fundação Moore no âmbito do projeto Amazônia Socioambiental: consolidação de áreas protegidas na Amazônia Brasileira.
- Parceria com o Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) para viabilizar a publicação da tradução para o português do livro *Petróglifos Sul-Americanos, de Theodor Koch-Grünberg*.
- Reuniões com o cônsul da República Tcheca em São Paulo, sr. Stanislav Kázecký, para viabilizar a tradução para o português da publicação de um livro do viajante e explorador tcheco Enrique Stanko Vráz, que esteve no Rio Negro no final do século XIX.

### ► DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A BACIA

- Implementação da linha de ação Formação Superior Indígena Sustentável no Rio Negro, com o apoio do Instituto



Arapyauá. No âmbito desta linha de ação, realizaram-se os seminários Manejo do Mundo e Narrativas de origem e rotas de transformação, ambos em São Gabriel da Cachoeira.

- Colaboração ao Programa Território Rio Negro da Cidadania Indígena, com Foirn, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Participação na oficina das coordenadorias regionais e da Foirn, visando a elaboração do planejamento das atividades a serem realizadas em 2010.
- Participação nas reuniões do Conselho Diretor da Foirn, ocorridas em janeiro e junho,
- Apoio a assembleias Indígenas da Foirn, Hutukara, CIR e Ayrca
- A coordenação viabilizou a elaboração do Plano de Negócios da Pimenta Baniwa, por meio da contratação do consultor e gastrônomo Paulo Lima que viajou para o Alto Içana em outubro. O trabalho foi complementado pela documentação fotográfica de Rogério Assis. O Plano de Negócios foi concluído e apresentado ao ISA e aos Baniwa em dezembro.
- Elaboração e construção de um novo website do PRN, onde constarão informações de referência relacionadas às ações do Programa, além de mais possibilidades de interação com o público e atualização de informações por meio de redes sociais, disseminação de vídeos e fotos. A implantação do site está prevista para o segundo trimestre de 2011.
- Promoção de diálogos entre ISA, Gaia (Colômbia) e Wataniba (Venezuela) para discutir perspectivas futuras na região do noroeste amazônico nas décadas de 2010-2020.

#### ► ESTRATÉGIA DE BASES DE DADOS

Para mantermos o sistema de informação geográfico (SIG) e contemplarmos as demandas da equipe e de parceiros do PRN trabalhamos:

- na atualização e sistematização dos dados oficiais governamentais e dos parceiros como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn); Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI); Fundação Nacional do Índio (Funai); Rede Rio Negro (FVA, WWF, IPÊ e mais recentemente a Hutukara e o CIR);
- na compilação e sistematização de dados, carga de registros, manutenção de banco de dados e disponibilização de tabelas, shapefiles, kmzs e mapas de trabalho para as equipes do Médio Rio Negro, Rio Içana, Rio Tiquié, Rio Uaupés, Roraima e TI Yanomami (construção do SIG Yanomami abrangendo comunidades, garimpos e pistas de pouso);
- na elaboração de metodologias de mapeamentos participativos e treinamentos em ferramentas de geoprocessamento para membros da equipe (curso de ArcGIS para equipe ISA-BV e equipe Tiquié) e orientação e formação de estagiária à partir de outubro;
- no levantamento, download ou compra, pré-processamentos, georreferenciamento e mosaicação de imagens de satélite para os limites das bacias dos rios Negro e Branco;
- no atendimento a pedidos externos, tais como ICMBio, Funai, Exército, Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), pesquisadores associados do Inpa, UFMG, MAE, UFRJ, entre outros;
- nas reuniões e discussões com parceiros na elaboração de metodologias, disponibilização de dados e mapas para seminários (CIR, Narrativas, Mapeamentos Participativos e Gestão de TIs - IEB), notícias socioambientais, relatórios, projetos, documentos internos, camisetas (Foirn), banners e apresentações;
- participação na produção de informações cartográficas e elaboração de mapas na publicação dos Boletins Socioambientais do Rio Negro (resul-

tados do II Seminário Rede Rio Negro e do II Seminário de Ordenamento Territorial em Barcelos); Manejo do Mundo; Pesca no Médio Rio Negro; Folder Pamáali, livro do Seminário Narrativas e Atlas Baniwa (no prelo); compilação preliminar das bases cartográficas 1:100.000 disponíveis pelo Ministério do Meio Ambiente para o Estado de Roraima;

- produção de informações cartográficas e apoio técnico à publicação dos resultados do II Seminário de Etnodesenvolvimento dos Povos Indígenas de Roraima;

#### ► PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- Workshop e Field Excursion sobre Energia Solar em Calcutá e Sundebarn, Índia, promovido pela Universidade de Oslo (fevereiro)
- Reunião do Conselho Estratégico do Programa de Construção Sustentável / CBIC, em São Paulo (março)
- Assembleia Geral Anual de Wataniba, em Puerto Ayacucho, Venezuela (julho)
- XIV reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana – Condisi (agosto)
- Reunião do Comitê Técnico-Científico do processo de estruturação do marco legal sobre serviços ambientais do Amazonas, a convite do Idesam (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas) e do Ceclima (Centro Estadual de Mudanças Climáticas),
- Assembleia Geral do Vídeo nas Aldeias, em Olinda (dezembro)

#### ► ADMINISTRAÇÃO DAS SUBSEDES EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, MANAUS E BOA VISTA

As subsedes do ISA em São Gabriel da Cachoeira, Manaus e Boa Vista atuam na viabilização de condições para um pleno desenvolvimento das atividades dos projetos do PRN. Nestes espaços, o ISA mantém rotinas administrativas, logísticas e de suporte às equipes em atividades de campo, executa a manutenção de instalações e equipamentos, assessora organizações parceiras, realiza representação institucional, recebe visitantes, colaboradores e pesquisadores associados.

### Indicadores

- Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores para constituir parcerias necessárias à consolidação do Programa;
- Número de convênios e colaboradores;
- Crescimento do orçamento vinculado;
- Capacidade de formular projetos e captar oportunidades;
- Publicações sobre os temas dos projetos;
- Publicações de autores indígenas.

### Avaliação

- **Políticas Públicas/Saúde** - As ações de acompanhamento das políticas públicas federais, através da equipe do ISA Brasília, em parceria com a Hutukara, Atix e Foirn - incluindo a presença de lideranças em Brasília e uma campanha na internet - contribuíram de forma significativa para a criação, no final de 2010, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no lugar da Funasa. Trata-se de uma antiga reivindicação do movimento indígena e das organizações da sociedade civil que apoiam dos povos indígenas. Esse reposicionamento “para cima”, com a criação de uma secretaria vinculada diretamente ao gabinete do Ministro da Saúde, deve resultar, em médio prazo, num aumento da cobertura e da qualidade do atendimento especializado aos povos indígenas. Para tanto será preciso que haja uma seleção adequada de pessoal por meio de concurso público,

a nomeação de pessoas competentes para os cargos de confiança, e que se garanta a real autonomia administrativa dos distritos sanitários especiais indígenas como unidades gestoras.

► **Assembleias Indígenas** - O PRN/ISA apoiou uma série de assembleias indígenas no final de 2010: Ayrca, em Maturacá (julho), Hutukara, no Tootobi (novembro) e Foirn, em Barcelos (novembro).

► **Políticas Públicas/Educação Escolar** - Após dez anos de implementação continuada de um programa de formação de professores yanomami (Magistério Yariapiari/PEY), pela CCPY e pelo ISA (a partir de 2009), com recursos da cooperação internacional, iniciou-se um processo de transferência de responsabilidades para o governo do Estado de Roraima. Em 2010, a maioria das ações do PEY foram desenhadas pela equipe do ISA em colaboração com a Hutukara e o governo de Roraima, contando com apoio financeiro de instituições governamentais, como a Funai, o MEC, a SECD-RR e o Ceforr. Porém estas instituições não cumpriram com as solicitações e não disponibilizaram os recursos prometidos, frustrando muitas iniciativas, entre as quais a realização do tradicional curso anual de formação de professores yanomami, oferecido ininterruptamente pela CCPY/ISA desde 2000.

Também foi frustrante o não reconhecimento oficial do Magistério Yariapiari, pelo governo de Roraima e, como consequência, a certificação da primeira turma de professores yanomami que se formou em 2009.

O governo federal, através da Secad, do Ministério de Educação, iniciou a criação e implementação dos Territórios Etnoeducacionais como uma nova proposta para a gestão da educação escolar indígena. Houve a criação dos Territórios Etnoeducacionais Yanomami e Ye'kuana e do Rio Negro, mas a estrutura administrativa permanece a mesma. A expectativa, a médio e longo prazos, é de que os territórios etnoeducacionais sejam a base para a criação de um sistema próprio de educação escolar indígena.

No Rio Negro propriamente, após dez anos de experiências com a criação de escolas-piloto indígenas diferenciadas, com apoio da cooperação internacional e algum grau de reconhecimento oficial pela prefeitura de S. Gabriel da Cachoeira, 2010 foi marcado pela continuidade de um processo de consulta para formular uma proposta de formação indígena "avançada", apoiado pelo Instituto Arapyáú, com a realização de dois seminários temáticos e uma série de registros e publicações, entre as quais se destaca o livro *Manejo do Mundo*.

► **Cultura** - Longa negociação política envolvendo equipe do PRN/ISA, lideranças indígenas da Foirn e associações de base, Ministério da Cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que abriu caminho para a busca de apoio do governo federal de projetos diretamente formulados pelas comunidades e associações indígenas do Alto Rio Negro, que resultou em um Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e Instituto Socioambiental, para *desenvolvimento de políticas e projetos de valorização, patrimonialização e registro cultural*, assinado pelo Ministro da Cultura, João Luiz Silva Ferreira (20/12/2010), considerando 20 projetos planejados pela Foirn e ISA como prioritários. O acordo está amparado pelos seguintes mecanismos políticos e jurídicos:

- criação, dentro do MinC, do Programa Cultural para o Alto e Médio Rio Negro, através da portaria no. 64 do Gabinete do Ministro da Cultura cujo objetivo é o estabelecimento de uma plataforma estratégica de cooperação voltada à preservação do patrimônio cultural, ao fomento, ao desenvolvimento e ao intercâmbio de projetos culturais junto aos povos indígenas que habitam a Bacia do Rio Negro e afluentes, localizados no

município de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, região noroeste do Estado do Amazonas;

- comunicado conjunto dos presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Juan Manuel Santos, em 1º de setembro de 2010, afirmando serem prioritárias atividades de registro, fortalecimento e patrimonialização cultural para os povos indígenas do noroeste amazônico, especialmente a elaboração de um programa de Cartografia Cultural Binacional (Brasil-Colômbia) dos Povos Indígenas do Noroeste Amazônico (Mapeo).

- registro do Sistema Agrícola do Rio Negro como bem cultural brasileiro no livro dos modos de fazer do Iphan / MinC, em novembro de 2010. Deste processo participaram Asiba (Associação Indígena de Barcelos), Acimrn (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro), Foirn, Pacta (Projeto de Pesquisa sobre Agrobiodiversidade Rio Negro e Acre) e ISA.

- O Projeto "Valorização da Diversidade Cultural da Bacia do Rio Negro - Amazonas e Roraima: Implantação de 22 Pontos de Cultura Indígena (PCIs)" apresentado ao MinC pelo ISA e atendendo ao edital correspondente, foi selecionado e posteriormente o convênio que deveria ser firmado entre MinC e ISA foi suspenso, causando grande frustração não só na equipe do ISA que trabalhou com afinco na elaboração do projeto, mas principalmente nos parceiros indígenas que tinham muita expectativa com os resultados desse projeto. Os 22 PCIs seriam implantados da seguinte maneira: 10 no lavrado de Roraima, em parceria com o CIR; seis na Terra Indígena Yanomami, em parceria com a HAY e Ayrca; e seis na região do Rio Negro, em parceria com a Foirn.

Tal esforço da equipe do PRN/ISA tem como objetivo a legitimação do discurso indígena e o empoderamento das associações de base em um processo que garanta a expressão de seus projetos e problemas locais em seus próprios termos, incluindo, para tanto, adaptação/criação de mecanismos jurídicos e administrativos que se relacionem melhor com a realidade política, social e cultural dos povos indígenas do Rio Negro.

► **Políticas Públicas/Ordenamento e gestão territorial** - De maneira geral a interlocução com setores dos governos estaduais e federal ficou comprometida no segundo semestre devido às campanhas eleitorais.

No Médio Rio Negro, entre Santa Isabel e Barcelos, o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas avançou a passos estreitos, os GTs de identificação continuam em processo de pesquisa de campo e devem ser finalizados em 2011. Por outro lado, há um aumento do movimento local contrário às demarcações de TIs, bem como de qualquer outro tipo de Áreas Protegidas. O Programa Rio Negro e parceiros, por sua vez, continuam acompanhando o processo e favorecendo a interlocução entre as instituições afins, bem como promovendo pesquisas e propostas para a regulamentação do uso de recursos naturais, sobretudo, aquáticos.

Em Roraima, o governo do estado continua tendo muitas dificuldades para assumir as escolas yanomami bem como a formação de seus professores. A maioria das aldeias yanomami não possui escola e onde elas existem (aproximadamente 30) o seu funcionamento até o momento se deu em grande parte pelos esforços do ISA com apoio financeiro principal da cooperação internacional. Infelizmente, apesar dos esforços concentrados das equipes do ISA e Hutukara, o governo do Estado pouco tem conseguido avançar no que diz respeito também ao reconhecimento da formação dos professores yanomami, através do Magistério Yariapiari desenvolvido pela CCPY/ISA desde o ano 2000, e também em relação à certificação dos professores já formados (16 em 2009).

As dificuldades encontradas para a elaboração do Diagnóstico Socioambiental de Roraima ocorrem porque a maioria dos órgãos estaduais e federais não disponibiliza dados oficiais na internet, não possui meios

para georreferenciar dados nem dados em formato digital para atender às demandas de informação da sociedade civil, resultando em falta de transparência na administração pública. A carência de pessoal e estrutura administrativa e, em alguns casos, a desconfiança em relação à atuação do ISA, contribuiu também para o excesso de burocracia, morosidade ou recusa dos gestores no atendimento às solicitações de informação que deveriam ser de domínio público. A coleta de informações foi ainda mais dificultada no segundo semestre de 2010, devido à campanha eleitoral, considerada a mais acirrada da história do estado.

Avançamos muito menos do que o desejado em relação ao fortalecimento da Rede Rio Negro, apesar de núcleos regionais dentro desta rede permanecerem ativos e articulados, como é o caso de Canoa e dos processos integrados entre Pró Yanomami e Wataniba.

► **Equipe** - É comum neste tipo de trabalho que o ISA faz em nível regional, ciclos de disponibilidade das equipes de campo. Gente jovem se dedica intensamente às atividades de campo por alguns anos, geralmente logo após concluir sua formação acadêmica básica, mas depois de alguns anos querem voltar ou sair para estudar, estabilizar suas relações afetivas e viver nas grandes cidades. Nem sempre é possível remanejar essas pessoas dentro da equipe do Programa ao qual pertencem ou mesmo dentro do ISA.

## Perspectivas

- Implementar o Programa de Valorização Cultural junto ao MinC e Foirn;
- Implementar os 22 Pontos de Cultura Indígena por meio da retomada de interlocução com o MinC;
- Aprimorar a gestão de projetos com fundos públicos;
- Redefinir o quadro de disponibilidades das pessoas da equipe e realizar novas contratações;
- Viabilizar o extenso programa de sistematização e publicação de resultados das atividades do PRN nos últimos anos;
- Preparar uma nova geração de projetos que permitam viabilizar as continuidades, desdobramentos e novidades do PRN para 2012/2015, em coordenação com o planejamento estratégico do ISA
- Concluir a publicação sobre Narrativas de origem e rotas de transformação, realizar mais dois seminários no âmbito do processo de formação indígena “avançada”: 1) temático, sobre economia no Rio Negro (com uma publicação associada) e 2) de finalização da proposta;
- Sistematização final e da proposta de formação indígena “avançada”, com o desenho institucional do Centro de Pesquisas do Rio Negro, consolidando a parceria com Instituto Arapyáú e articulando com o mesmo instituto e demais parceiros a implementação da proposta para 2012;
- Avançar em um projeto de comunicação e fortalecimento da Rede Rio Negro;
- Finalizar, por meio de uma publicação, a proposta de ordenamento e gestão territorial do Médio Rio Negro;
- Lançar um novo site do Programa Rio Negro com novas formas de interação e uso das ferramentas de redes sociais;
- Apoio para a elaboração do Plano de Salvaguarda do Sistema Agrícola do Rio Negro junto com o Iphan, pesquisadores do Pacta e parceiros locais;
- Concluir o Diagnóstico Socioambiental de Roraima, com a publicação do material e a realização de um seminário em Boa Vista, Roraima.

## Produtos

- *Ati umkhore suori nirã kihti* - Livro dos mitos de origem das constelações
- Boletim Rio Negro Socioambiental nº 2
- Boletim Rio Negro Socioambiental nº 3
- Jornal nº 10 do Paapiu (*Yanomama Kahiki ā turu*) - língua yanomama
- Jornal nº 19 do Toototobi (*Hereamu Yanomae thē ā oni*) - língua yanomae
- Jornal nº 20 do Parawau (*Yanomami te pē wayamou*) - língua yanomami
- Jornal nº 3 de Auaris - língua sanöma
- *Katisehé* - Informativo do movimento indígena do Distrito de lauretê - vol. 2
- Livro de problemas matemáticos sanöma
- Livro Manejo do Mundo - Conhecimentos e Práticas dos Povos Indígenas do Rio Negro
- *Nirõ kahse ukuri turi - Yepa Pirõ Porã tuaõnase bueri turi* - Livro de benzimentos dos Tukano do Alto Tiquié
- Petróglifos Sul-Americanos
- Plano de Negócios da Pimenta Baniwa
- Projeto Político Pedagógico da Região Parawau – versão nas línguas yanomami e português
- Projeto Político Pedagógico da Região Toototobi – versão nas línguas yanomae e português
- Projeto Político Pedagógico do Demini – versão nas línguas yanomae e português
- Série Pescarias no Rio Negro - *Como cuidar para o peixe não acabar*

## Melhores momentos

- Apoio às assembleias indígenas (Foirn, Hutukara, CIR e Ayrca)
- Base de dados socioambientais e site
- Seminários temáticos e Projeto de Formação Superior Indígena (Manejo do Mundo - Conhecimentos e Práticas dos Povos Indígenas do Rio Negro; Narrativas de Origem e Rotas de Transformação)
- Diagnóstico Socioambiental de Roraima
- I Encontro de Educação no Médio Rio Negro
- Reconhecimento do Sistema Agrícola do Rio Negro como Patrimônio Cultural Brasileiro
- Elaboração de Termo de Cooperação entre Foirn, ISA e MinC
- Conclusão dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de escolas yanomami
- Diagnóstico socioambiental de Surucucus (TI Yanomami)
- Oficinas de cartografia com pesquisadores indígenas em lauretê
- Encontros da rede de escolas Baniwa e Coripaco
- Implementação de ponto de cultura no Médio Tiquié (Aeity)
- Encontros da rede de manejo ambiental na Bacia do Rio Tiquié





# Formação superior indígena, interdisciplinar e multicultural no Rio Negro

## O que é

Esta linha de ação visa desenhar e implementar um programa de formação superior indígena, interdisciplinar e multicultural, no Rio Negro, como um espaço inovador e estratégico para o desenvolvimento sustentável dessa extensa região da Amazônia, com forte presença indígena e de áreas protegidas. As ações estão sendo coordenadas pelo ISA e a Foirn juntamente com a sua base de organizações regionais e escolas indígenas. A primeira fase desta linha de ação consiste na organização, análise, divulgação de materiais relacionados a três eixos temáticos (I – Manejo do mundo: conhecimentos indígenas e mudanças climáticas; II – Narrativas de origem, rotas de transformação; III – Economia indígena do Rio Negro), que reúnem a maior parte do material acumulado no desenvolvimento dos projetos no Alto Rio Negro. Para esses três eixos convergem grande parte dos esforços e resultados alcançados no âmbito da parceria ISA-Foirn-associações/comunidades indígenas. Trata-se de iniciativas que investem nas possibilidades do desenvolvimento sustentável a partir do diálogo intercultural, com ênfase na perspectiva indígena. A abordagem desses eixos temáticos visa tanto sistematizar pesquisas em andamento há anos como propor um conjunto de questões a serem desenvolvidas por outros grupos de pesquisa na região, e que farão parte do programa de formação superior. Ao mesmo tempo, a equipe estará dedicada a articulações, consultas e contatos visando a estruturação e formalização da formação superior.

## Fonte de financiamento

Instituto Arapyáú

## Parcerias

Foirn, Acep, Acaipi, Acimet, Atriart, Aaitu, Aeity, Aeitypp, EIBC, CPDEK, Cepi, Cerci, Coidi, Fundación Gaia Amazonas, Oibi, Asiba e Acimrn.

## Equipe

Aloisio Cabalzar, Adeilson Lopes da Silva, André Martini, Beto Ricardo, Carla Dias, Francis Miti Nishiyama, Laíse Lopes Diniz, Lucia Alberta Andrade de Oliveira (coordenadora), Melissa Santana de Oliveira, Francimar (Sucy) Lizardo dos Santos, Joás (Mocotó) Rodrigues da Silva, Octavio Luiz Rodrigues Rebello.

*Colaboradores:* Marta Azevedo (Unicamp/ISA) e Flora Cabalzar

## O que foi feito

O ano de 2010 foi de grande importância para este projeto, pois conseguimos realizar diversas atividades estruturais.

► Realização do **Seminário Manejo do Mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro**, de 9 a 13 de abril, em São Gabriel da Cachoeira, com a participação de 100 pessoas, entre lideranças, professores e jovens indígenas do Brasil e da Colômbia, Assessores Pedagógicos

Indígenas, Agentes Indígenas de Manejo Ambiental; representantes do Iphan, Prefeitura Municipal e Diocese de São Gabriel da Cachoeira, 2ª Brigada de Infantaria, pesquisadores de instituições de pesquisa e de ensino superior pública brasileira, equipes da Foirn e do ISA.

Objetivo do seminário: propiciar o diálogo entre várias concepções indígenas sobre manejo ambiental, práticas de observação da natureza na constituição de calendários ecológicos, ciclo de vida dos animais e das pessoas; práticas de manejo ambiental que vêm sendo desenvolvidos pelas associações indígenas locais, além do diálogo com diversos atores sejam cientistas, políticos, sociedade civil em torno da questão das mudanças climáticas. Nesse seminário foi feito o lançamento da publicação: *Manejo do Mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro*.

• **Principais reflexões, avanços e desafios que resultaram deste seminário:**

- atitudes para o manejo do mundo, em curso ou possíveis de se pensar hoje, segundo entendimentos diversos, relatadas pelas lideranças da região do Rio Negro (Uaupés, Içana, Tiquié, Rio Negro, em suas nuances e diferenças, assim como pelos líderes indígenas do Piraparaná (Colômbia);
- o tema mais geral foi o calendário (foco de muitas pesquisas indígenas nos últimos tempos) debatido coletivamente também na perspectiva das mudanças climáticas e das relações de poder envolvidas nos diálogos entre conhecimentos indígenas e não indígenas;
- a visão dos povos indígenas do Rio Negro sobre manejo do mundo é complexa, abrangente e interrelaciona vários aspectos da vida e do mundo.

- **Desenho Institucional:** ter um espaço para atividades conjuntas; as comunidades como locais privilegiados para transmissão, produção e reprodução de conhecimentos; rede de parceiros e colaboradores, que precisa ser acionada e formada para que esse processo comece a andar; e criação do Conselho dos Velhos.

- **Nomes que estão sendo sugeridos:** Espaço de estudos universais; Centro de formação do bem viver; Formação superior indígena; Universidade Indígena; Unidiversidade ; Unirn – Universidade Indígena do Rio Negro; Centro de estudos aprofundados do bem viver; Instituto de Conhecimentos dos povos do Rio Negro.

- **Objetivos e princípios:**

- Que seja um ensino superior inovador (a ser feito depois da educação básica);
- Que esteja relacionado com o território do Rio Negro, pensado para esta região;
- Que tenha uma conexão direta com as comunidades indígenas;
- Que possa formar os indígenas da região para pensar o bom futuro das suas comunidades;
- Que parta das experiências que estão sendo desenvolvidas na região, tanto das escolas piloto como de outros processos que acontecem fora das escolas;
- Que atenda toda a região de atuação da Foirn;
- Que seja discutido permanentemente um programa de política linguística;



Roda de conversa com os velhos conhecedores indígenas no seminário Manejo do Mundo.

- **Metodologia:** diálogo intercultural, problematizando e levando em consideração a questão dos inúmeros sistemas de conhecimentos e as formas de produção e transmissão dos mesmos; partir da diferença entre as ciências indígenas e as ciências não indígenas; importância da tradução nas diferentes línguas; e fazer troca de informações entre as regiões.

- **Dilemas:** Como fica a questão da transmissão, produção e reprodução dos conhecimentos? Pessoas de outras regiões sendo indígenas ou não poderão participar desta formação? A pesquisa não é forma de transmitir conhecimento – na pesquisa o pesquisador pergunta, no modo de conhecimento tradicional os velhos é que interessam em repassar o conhecimento. Talvez a pesquisa seja um catalisador- provocador de temas e assuntos. Inseguranças sobre demandas, expectativas que se tem em relação a este curso. Quem está demandando, a quem iremos atender e com que foco.

- ▶ No dia 18 de maio de 2010, com o objetivo de criar a rede de Instituições de Ensino Superior parceiras da proposta, fizemos uma visita/reunião à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e uma conversa com o Reitor – Prof. Dr. Targino de Araújo Filho.



Plenária do seminário "Narrativas de Origem, Rotas de Transformação" na maloca da Foirn.

- ▶ No dia 19 de maio tivemos uma reunião no Instituto Arapyaú para avaliar o andamento da elaboração da proposta de ensino superior indígena, avaliação do seminário Manejo do Mundo e possibilidades futuras da parceria Arapyaú/ISA. Um dos principais encaminhamentos que surgiram desta reunião foi a possibilidade de financiamento pelo Instituto de uma publicação da experiência da parceria da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e ISA com a educação escolar indígena no Rio Negro.

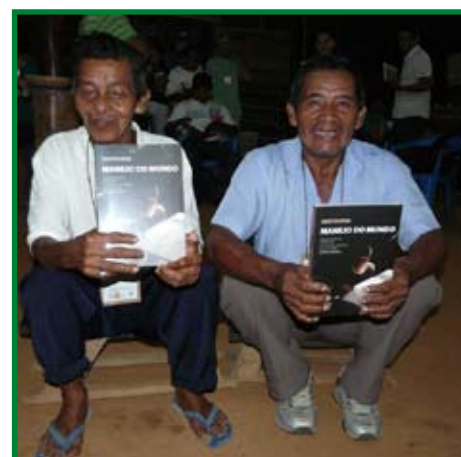
- ▶ Participação em reuniões na Secad/MEC, principalmente no GT sobre bacharelados e licenciaturas interdisciplinares.

- ▶ Realização do encontro de Educação do Médio Rio Negro, entre os dias 27 e 30/08, em Santa Isabel do Rio Negro, onde pudemos conversar sobre a situação da educação escolar nesta região e suas perspectivas futuras. Além disso, houve um diálogo sobre o Programa de Formação Superior Indígena;

- Participação no Grupo de Trabalho que está reformulando as diretrizes para a educação escolar indígena do Brasil;

- ▶ Realização do **Seminário Narrativas de origem, rotas de transformação**, em São Gabriel da Cachoeira/AM, no período de 24 a 30 de novembro, que contou com a participação de 120 pessoas, entre lideranças, professores e jovens indígenas do Brasil e Colômbia, Assesores Pedagógicos Indígenas, Agentes Indígenas de Manejo Ambiental; representantes do Iphan, Prefeitura Municipal e Diocese de São Gabriel da Cachoeira, 2ª Brigada de Infantaria, pesquisadores de instituições de pesquisa e de ensino superior pública brasileira, equipe da Foirn e do ISA.

- **Objetivo do seminário:** realizar o balanço de um conjunto de pesquisas colaborativas sobre a geografia mítica, que vêm sendo realizadas na região por pesquisadores in-



Mandu Tuyuka e Guilherme Tenório Tuyuka com o livro *Manejo do Mundo*.

dígenas e não indígenas e gerar recomendações para a proposta de um Programa de Formação Superior Indígena. Os participantes puderam utilizar equipamentos de tradução simultânea para as línguas baniwa, espanhol e tukano.

• **Principais reflexões, avanços e desafios que resultaram deste seminário:**

- os sábios de diversas etnias fizeram suas narrativas de origem e os pesquisadores não indígenas apresentaram os resultados dos estudos que fizeram sobre o tema na região;

- “O tema evidencia o quanto as histórias de origens contadas em diferentes versões pelos vários povos da região, tem peso fundamental e são extremamente importantes na vida cotidiana de todos esses grupos. As orientações dos rios ou dos elementos físicos que existem hoje estão explicadas nas narrativas, na forma de um conjunto sucessivo de transformação daqueles seres que habitaram o mundo desde seu início.” (Geraldo Andrello)

- “No Médio Tiquié temos a mesma história, essa é uma força da política indígena, por isso defendo através das escolas indígenas que nossa cultura seja preservada e seja considerada seriamente entre nossos grupos étnicos e também que os não índios vejam que essas histórias sagradas são sustentação desse mundo em que vivemos, que essas histórias sejam verdadeiramente suscitadas por nossos povos para as futuras gerações.” (Vicente Tukano)

- No último dia do seminário (30/11), os participantes criaram um grupo de trabalho (GT) que deverá sistematizar todas as discussões já feitas sobre este processo, realizar encontros e consultas regionais e propor alternativas e rumos a seguir. A composição do GT é interinstitucional, com a participação da Foirn, ISA, Prefeitura de S. Gabriel, Funai, Instituto Federal do Amazonas (Ifam), representantes de organizações parceiras, e representantes indígenas de toda a região do Alto e Médio Rio Negro, num total de 11 membros.

## Indicadores

- ▶ Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores para constituir parcerias;
- ▶ Número de colaboradores;
- ▶ Interesse positivo demonstrado pelos participantes;
- ▶ Articulações e mobilizações às comunidades indígenas realizadas;
- ▶ Publicações sobre os temas do projeto;
- ▶ Seminários realizados.

## Avaliação

Com as atividades realizadas foi possível identificar algumas questões que precisam ser mais bem trabalhadas em outras oportunidades:

- ▶ Com a realização destes dois seminários foi possível avançar no diálogo sobre o tema e ir afinando a conversa sobre a construção do Programa de Formação Superior Indígena do Rio Negro;
- ▶ Concluímos no decorrer do diálogo que a ampliação da consulta às comunidades indígenas do Rio Negro é de fundamental importância para este processo prosseguir e ter resultados positivos futuramente;
- ▶ É preciso ampliar a nossa mobilização com os potenciais financiadores e outros parceiros pontuais da proposta.

## Perspectivas

- ▶ Elaborar a primeira versão do Programa de Formação Superior Indígena, contemplando os resultados dos diálogos realizados no Rio Negro nestes 15 anos;
- ▶ Realizar de 5 a 9 de julho de 2011 o seminário onde será apresentada a primeira versão do Programa de Formação Superior Indígena, a partir das sistematizações dos seminários e consultas realizadas;
- ▶ Realizar o III Seminário Temático Economia Indígena do Rio Negro, previsto para outubro de 2011;
- ▶ Elaborar o website do Programa Rio Negro, incluindo um blog específico para tratar do projeto de formação superior e trocar experiências;
- ▶ Criar rede de colaboradores;
- ▶ Publicação em julho de 2011 da série “Conhecimentos Indígenas, Pesquisa Intercultural: Narrativas de origem, rotas de transformação”;
- ▶ Publicação do livro “A Educação Escolar Indígena do Rio Negro: a força das parcerias”;
- ▶ Consolidação das consultas realizadas nas comunidades indígenas do Rio Negro;
- ▶ Sistematizar as ofertas de ensino superior oferecidas no Rio Negro;
- ▶ Continuar conversas no CNPq, CNE (Conselho Nacional de Educação), Secad/MEC (Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade/MEC) sobre a regulamentação de processo (programas) de formação autônomo, específico;
- ▶ Iniciar o diálogo com outras instituições que poderão contribuir com este programa como o Ministério da Ciência e Tecnologia;
- ▶ Elaborar um informativo deste processo, traduzido para as três línguas co-oficiais de São Gabriel da Cachoeira.

## Melhores momentos

- ▶ Realização do Seminário Manejo do Mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro e o lançamento da publicação de mesmo nome (saiba mais em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3057>);
- ▶ Realização do Seminário Narrativas de origem, rotas de transformação, e a criação do Grupo de Trabalho que irá contribuir com a ampliação da consulta e sistematização das discussões para compor o Programa no Rio Negro (saiba mais em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3231>).

# São Gabriel da Cachoeira - Espaço Público

## O que é

O Espaço Público foi criado pelo ISA para fomentar o intercâmbio cultural entre os 22 povos indígenas do Alto Rio Negro e a sociedade brasileira, em ambiente de respeito aos direitos coletivos e difusos dos povos, conforme estabelece a Constituição Federal, para valorização do conhecimento tradicional e do conhecimento científico interdisciplinar disposto ao diálogo intercultural. Possui três ambientes em funcionamento:

-Telecentro comunitário, chamado de Telecentro Socioambiental, onde qualquer pessoa tem acesso gratuito à internet, composto por sete estações com plataforma Ubuntu (Linux). O Telecentro é fruto de uma parceria do ISA com o Ministério das Comunicações, por meio do Programa Gesac - Governo Eletrônico Serviço ao Cidadão-, que disponibiliza conectividade via satélite para iniciativas de inclusão digital desde 2004.

-Biblioteca com títulos que abrangem temáticas socioambientais, povos indígenas, educação e literatura estrangeira e brasileira. A biblioteca é de acesso público, aberta em horários definidos de funcionamento.

-Salão/auditório destinado a eventos culturais, projeções audiovisuais, palestras, oficinas e seminários. Desde março de 2008, o Espaço Público está projetando filmes para a comunidade, por meio da parceria ISA e Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, nos projetos Cine Mais Cultura.

-Vendas e doações também são realizadas no Espaço Público, assim como o controle de estoque de publicações, entrada e saída de acervo.

## Fontes de financiamento

Fundação Gordon & Betty Moore; Horizont3000; Instituto Arapyaú

## Parcerias

Programa Gesac / Ministério das Comunicações

Programa Mais Cultura / Ministério da Cultura

## Equipe

Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Francimar Lizardo (Sucy); Gilmara Alberta Morais Andrade; Joás Rodrigues da Silva (Mocotó).

## O que foi feito

### ▶ TELECENTRO

Em 2010 o número de novos usuários cadastrados foi de 101 pessoas. A média anual de acesso variou entre 200 e 300 acessos por mês entre os usuários já cadastrados e os novos.

Continuamos com o mesmo perfil de usuários: com faixa etária entre 12 e 25 anos, estudantes em sua grande maioria que procuram o telecentro para pesquisas escolares, leitura e envio de e-mail, sites de relacionamento, entretenimento e notícias. As restrições de acesso continuam como: acesso a sites pornográficos, a sites de jogos, bate-papo ou sites que incitem a violência ou crimes. Recebemos muitas pessoas das comunidades indígenas em busca de conhecimento na parte de informática. Muitos vêm para aprender a mexer nos computadores e em busca de conhecimento de informática e internet. Nossa ajuda é essencial para que eles possam aprender a usar a ferramenta.

### ▶ Balanço geral de usuários do Telecentro:

-Desde 2006 foram 9.290 acessos, 1.499 pessoas cadastradas.

-2006 a 2010 por etnia: 357 Baré, 82 Baniwa, 168 Tukano, 57 Tariano, 38 Piratapuaia, 39 Desano, 16 Wanano, 6 Arapaso, 1 Tikuna, 1 Aripunã, Kubeo, 2 Yanomami, 1 Barasana e 1 Tuyuka.

### ▶ BIBLIOTECA

A biblioteca da subseção do ISA-São Gabriel da Cachoeira continua sendo referência na região para pesquisas escolares, universitárias, científicas e outras, principalmente em relação aos temas povos indígenas do Rio Negro e no Brasil e meio ambiente.

No ano de 2010 com a diminuição da equipe só uma pessoa atende as demandas do Telecentro e da biblioteca. Por isso, para usar a Biblioteca, as pessoas agora marcam hora, o que tem funcionado muito bem.

### ▶ CINEMA NO ISA

Em 2010 continuamos com nossas sessões de cinema quinzenais, às sextas-feiras e sábados. São elaborados relatórios minuciosos de exibições e enviados para a monitoria do Cine Mais Cultura.

O ISA exibiu programas da Programadora Brasil e também outros filmes nacionais e estrangeiros, entre infantis, históricos, documentários, animações, comédias, dramas, suspense etc. Todos estão devidamente cadastrados no acervo do ISA São Gabriel da Cachoeira. Em 2010 recebemos todas as coleções da programadora Brasil.

Em 2010, as sessões de cinema receberam 464 espectadores. A programação das exibições é feita mensalmente e é anunciada na cidade por meio de cartazes elaborados pelo ISA e também por meio de anúncios nas duas rádios da cidade: Municipal AM e A Crítica, que veiculam os gratuitamente.

As principais dificuldades continuam sendo a falta de novidades no acervo para atrair principalmente o público infantil e recursos para manter o cinema, o acervo, a propaganda e o pessoal responsável para se dedicar especificamente a esta atividade.

## Indicadores

- ▶ Visibilidade das ações dos projetos do Programa Rio Negro;
- ▶ Espaço Público estruturado com todos os equipamentos adequados para realização de atividades em audiovisual;
- ▶ Desde 2006 foram 9.290 acessos e 1.499 pessoas cadastradas.
- ▶ Banco de dados contendo o perfil dos usuários do Telecentro e Biblioteca Socioambiental;
- ▶ Implementação de uma programação fixa de cinema aberta à comunidade.

## Avaliação

### ▶ TELECENTRO

- Continuamos com problemas nas estações do telecentro devido à variação de energia elétrica resultante da má distribuição de energia da Central de Energia do Amazonas (Ceam).

- Em 2010 o Telecentro do ISA não incorporou estagiários e avalia que isso seria muito importante.

- A partir do mês de março foi liberada para conexão de rede sem fio para o telecentro, o que facilitou e aumentou o número de usuários.

#### ► BIBLIOTECA

- Ainda não temos uma forma de cadastro dos visitantes da biblioteca. Sendo assim, não temos como mensurar a quantidade de acessos e o nível de interesse dos nossos visitantes. Precisamos implementar esse cadastro em 2011;

- A biblioteca carece de atualizar as teses e dissertações elaboradas pelos pesquisadores, e publicadas nos últimos 10 anos na Colômbia, Venezuela e Brasil.

- Muitos livros do acervo sumiram e não conseguimos recuperá-los;

- Não está liberado o empréstimo de publicações para serem levadas das dependências do ISA, por não haver sistema de controle de entrada e saída de livros. Portanto, as consultas continuam sendo somente locais.

#### ► CINEMA NO ISA

- A dificuldade em se fazer um anúncio com qualidade é o nosso maior problema. Precisariamos fazer o anuncio das sessões abrangendo toda a cidade e não somente nas escolas e instituições.

- Há problemas em conseguir novos filmes para o acervo, é preciso ver uma forma de adquirir mais filmes para o acervo.

## Perspectiva

#### ► CINEMA NO ISA

- Adquirir acervos audiovisuais para o Cinema no ISA via Programadora Brasil, Conselho Nacional de Cineclubistas (CNC) e outros;

- Transformar o Cinema no ISA em ponto de exibição das produções audiovisuais realizadas pelo Pontão de Cultura da Foirn nos próximos anos;

- Continuar apoiando o movimento de cinema entre jovens indígenas da cidade de São Gabriel da Cachoeira.

#### ► BIBLIOTECA

- Implementar cadastro de usuários da biblioteca.

#### ► TELECENTRO

- Continuar o funcionamento do telecentro socioambiental.

# ISA Manaus

## O que é

A abertura da subsede foi aprovada na 12ª Assembléia Geral Ordinária do ISA. Foi inaugurada em 17/05/2005, na Rua 6, nº 73 – Conjunto Vila Municipal – Adrianópolis.

A partir de março de 2007, a subsede do ISA Manaus foi transferida para o centro de Manaus, em frente ao Teatro Amazonas no Largo São Sebastião, na Rua Costa Azevedo, Nº 272, 1º Andar.

Trata-se de um apartamento residencial adaptado para escritório e casa de hóspedes com 2 suítes, 2 salas de trabalho, sala de reunião, cozinha, área de serviço, depósito e ampla varanda. Com localização privilegiada, a subsede tem equipe permanente, que atende ao público e disponibiliza hospedagem para integrantes e colaboradores do Programa Rio Negro, além de prestar apoio logístico às atividades e projetos executados pelo ISA no Médio Rio Negro e em São Gabriel da Cachoeira.

## Equipe

Marcelio de Sousa Cavalcante (supervisor administrativo); Natasha Mendes Cavalcante (estagiária).

## Parcerias e fontes de financiamento

Fundação Gordon & Betty Moore

## O que foi feito

A subsede é alugada e foi reestruturada e adaptada para funcionar como escritório e hospedaria. Dispõe de infraestrutura com sistema de Internet Banda Larga conectado ao ISA em São Paulo, um veículo e demais equipamentos que possibilitam o apoio necessário à equipe do Programa Rio Negro em trânsito ou a serviço em Manaus. Também dá apoio logístico às atividades de campo e à sede do ISA em S. Gabriel da Cachoeira. Além do atendimento ao público, auxilia nos eventos e reuniões realizadas pelo ISA em Manaus e faz a venda e distribuição das publicações do instituto. Em 2010 hospedaram-se na sede em Manaus 51 pessoas, sendo 21 da equipe do PRN e 30 de outras instituições, parceiros e colaboradores, totalizando 357 diárias. A maioria da equipe do PRN hospedou-se mais de uma vez.

O ISA-Manaus atua também na manutenção e produção de viagens do barco Sebastião Borges, adquirido no início de 2006, como parte da estratégia de ampliação das ações do ISA no Médio e Baixo Rio Negro e que em 2010 fez três viagens.

O apoio logístico em Manaus às atividades do ISA em São Gabriel da Cachoeira continuou em 2010 com a realização de serviços e aquisição de materiais e equipamentos, tanto para a manutenção da estrutura do ISA em SGC, como no apoio à Foirn e às diversas associações filiadas que mantêm atividades conjuntas com ISA. Em 2010 foram realizados 42 embarques de materiais para SGC no porto, com 324 volumes despachados.

O ISA continuou a parceria com a Associação Comunidade Waimiri Atroari por meio da GaleriAmazônica para comercialização e exposição de artesanatos indígenas e regionais. A GaleriAmazônica fica localizada no andar térreo abaixo da sede do ISA, e foi inaugurada em abril de 2008.

O ISA Manaus também contou em 2010 com uma estagiária em Administração que entre outras atividades ficou responsável pelo auxílio ad-

ministrativo, recepção de visitantes, vendas de livros, cadastro de pessoas para recebimento das Manchetes Socioambiental, coleta de manchetes jornalísticas socioambientais sobre o Rio Negro e a Amazônia e atuação na parceria com a GaleriAmazônica.

### ► APOIO AOS GRUPOS EM TRÂNSITO POR MANAUS

Destaques de 2010:

- Apoio de transporte e hospedagem à equipe do ISA, parceiros, colaboradores e convidados em trânsito por Manaus para participarem do seminário de Manejo do Mundo realizado em São Gabriel da Cachoeira, de 8 a 13 de abril de 2010.

- Apoio de transporte e hospedagem à equipe do ISA, parceiros, colaboradores e convidados em trânsito por Manaus para participarem do seminário temático de Narrativas de Origem e Rotas de Transformação realizado em São Gabriel da Cachoeira no período de 24 a 30 de novembro de 2010.

- Durante todo ano foram prestados apoio no transporte à equipe do ISA e parceiros nos deslocamentos do aeroporto para a sede do ISA e vice-versa, totalizando 26 traslados de pessoas e apoio logístico ao ISA São Gabriel da Cachoeira.

### ► EVENTOS

A equipe do ISA Manaus representa a instituição junto a órgãos públicos e parceiros na participação de encontros, seminários e fóruns, e organiza quando necessário eventos. Em 2010 aconteceram nove participações em reuniões e fóruns e dois eventos de lançamento de publicações do ISA, conforme a seguir:

- Organização do evento de lançamento em Manaus da publicação do ISA: Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira em 10 de Fevereiro de 2010. Local: Banca do Largo em frente ao Teatro Amazonas.

- Participação no II Fórum das Águas de Manaus promovido pela Assembleia Legislativa do Amazonas em 23 de Março de 2010.

- Participação na Reunião sobre Indicadores de Unidades de Conservação promovido pelo Programa de Monitoramento do ISA em 19 de Maio de 2010 no Lord Hotel em Manaus.

- Participação como representante do ISA no lançamento dos prêmios Professor Samuel Benchimol e Prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente e homenagens aos 50 anos da FIEAM e aos 200 anos da presença judaica na Amazônia no dia 8 de Julho de 2010, no Auditório da Universidade Estadual do Amazonas, em Manaus.

- Participação no curso de Capacitação em Mudanças Climáticas promovido pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – Ceclima e Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas no período de 19 a 21 de Julho de 2010, na unidade de Tecnologia da Universidade Estadual do Amazonas em Manaus.

- Apoio na organização do evento de lançamento do livro *Petróglifos Sul-Americanos* em parceria com a Sociedade Brasileira de Arqueologia no dia 13 de Setembro de 2010, na Banca do Largo, em Manaus.

- Participação no Encontro “Brasil Rumo a Conferência da Biodiversidade (COP 10)” promovido pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – SDS no dia 7 de outubro de 2010, no Hotel Da Vinci em Manaus.

- Participação na V Reunião do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia (FAMC) como membro

do conselho do Fórum pelo ISA no dia 23 de novembro de 2010, no Confort Hotel em Manaus.

- Participação com Ana Paula Caldeira na “Oficina de Priorização de Áreas para Criação de Unidades de Conservação no Amazonas” promovido pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas e o Centro Estadual de Unidades de Conservação - Ceuc no período de 23 e 24 de Novembro de 2010, no Studio 5 em Manaus.

- Acompanhamento a Camila Barra, Ana Paula Caldeira, Presidente da Foirn e lideranças indígenas do Meio Rio Negro em reuniões no Incra, Itam (Instituto de Terras no Amazonas) e ICMBio em 4 e 5 de novembro de 2010 para tratar de assuntos relacionados ao Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro.

- Participação da estagiária Natasha Mendes no Seminário de Arqueologia Internacional, na exposição e venda de publicações do ISA de 12 a 17 de setembro de 2010, no Palácio Provincial em Manaus.

- Participação de Natasha Mendes no V Encontro de Produtores Indígenas do Rio Negro realizado de 8 e 10 de dezembro de 2010, na Foirn, em São Gabriel da Cachoeira.

#### ▶ PARCERIA COM GALERI AMAZÔNICA

Em 2010 a parceria com a Associação Comunidade Waimiri Atroari para gestão da Galeria Amazônica foi ampliada com a participação da estagiária em Administração, que atuou no apoio administrativo e logístico, nas vendas e divulgação da Galeria Amazônica.

As vendas de artefatos, livros e artesanato este ano tiveram um incremento de 39%, passando de uma média mensal de R\$ 18.601,56 em 2009, para R\$ 25.841,76 em 2010.

#### ▶ VIAGENS DO BARCO SEBASTIÃO BORGES

• Viagem 1 – Com equipe da Rede Rio Negro no período de 18 a 25 de fevereiro de 2010. Destino: Rio Jauaperi.

• Viagem 2 – Para Oficina do fotógrafo Pedro Martinelli durante o Festival Folclórico de Parintins no período de 23 a 30 de Junho de 2010. Destino: Cidade de Parintins – Médio Amazonas.

• Viagem 3 – Equipe da empresa Matueté no período de 04 a 08 de agosto de 2010. Destino: Encontro das Águas, Rio Cuieiras, Anavilhanas e Novo Airão.

## Indicadores

- ▶ Capacidade de interlocução com diversos públicos;
- ▶ Visibilidade das ações dos projetos do PRN;
- ▶ Número de hospedagens, de eventos e de intercâmbio – em 2010, hospedaram-se 51 pessoas, sendo 21 da Equipe do PRN e 30 parceiros de outras instituições, totalizando 357 diárias. Sendo 254 diárias (71%) de pessoas do PRN e 103 diárias (29%) de colaboradores;
- ▶ Capacidade de apoio logístico às atividades dos projetos e às equipes de campo;
- ▶ Qualidade da infraestrutura de trabalho das equipes permanentes no escritório de Manaus;
- ▶ Cadastro de 55 pessoas para recebimento das Manchetes Socioambientais;
- ▶ Venda de 132 publicações, doações de 611 e transferências para outras sedes do ISA, Galeria Amazônica e Banca do Largo de 1527 publicações;
- ▶ Envio de 324 volumes de materiais e publicações para São Gabriel da Cachoeira;
- ▶ Ampliação do leque de apoio aos parceiros do ISA;
- ▶ Representação do ISA junto aos órgãos ambientais do Amazonas;

## Avaliação

Justificou a sua implantação e manutenção, e a nova localização da subsede tem proporcionado a inserção do ISA na cidade e ampliado a articulação com as organizações locais. O ISA Manaus foi imprescindível no apoio às equipes em trânsito e no apoio logístico à São Gabriel da Cachoeira e à instituições parceiras, bem como à Rede Rio Negro.

## Perspectivas

- ▶ Espera-se a manutenção e o aperfeiçoamento das ações de apoio às atividades dos projetos e às equipes de campo do PRN, bem como a participação em eventos e seminários.
- ▶ Otimizar o uso do Barco Sebastião Borges com o aumento do número de viagens.
- ▶ Buscar alternativas para aumentar as vendas de artesanato da Galeria Amazônica.

## Melhores momentos

- Lançamento das publicações: *Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira e Petróglifos Sul-Americanos*.
- Três viagens do Barco Sebastião Borges.
- Participação no Conselho do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas.
- Maior participação no apoio institucional à Galeria Amazônica.

# Médio Rio Negro: Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos

## O que é

Linha de ação que articula pesquisas, levantamento de dados e suporte às associações indígenas do Médio Rio Negro tendo por objetivo principal apoiar o ordenamento territorial na região, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Atualmente essa atuação se dá em seis frentes:

- 1) Fortalecimento Institucional: Assessoria antropológica e administrativa às associações indígenas locais Asiba (Associação Indígena de Barcelos), Acimrn (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro), Acirp (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto) Aifp (Associação Indígena de Floresta e Padauri) e Aiacaj (Associação Indígena da Área de Canafé e Jurubaxi), contribuindo na elaboração de projetos e na organização de eventos e oficinas;
- 2) Ordenamento Territorial: Assessoria antropológica à Foirn e às associações de base para mobilização dos atores sociais a fim de realizarem um planejamento articulado do ordenamento territorial na região, com ênfase na demarcação de Terras Indígenas e construção de um mosaico de Áreas Protegidas (APs);
- 3) Pesquisa participativa e elaboração de dossiê, realizada entre Acimrn, ISA, Iphan e Pacta, sobre a agrobiodiversidade e conhecimentos associados nas comunidades e núcleo urbano de Santa Isabel com a finalidade de concluir o processo de registro do Sistema Agrícola do Rio Negro como Patrimônio Imaterial e desenvolver o projeto de salvaguarda;
- 4) Levantamento Socioambiental Participativo em Barcelos: análise dos resultados oriundos do levantamento realizado a partir de entrevistas domiciliares e mapeamento em grupo das áreas de uso e ocupação tradicional, das áreas ricas em recursos (principalmente fibras vegetais e recursos hídricos) e das regiões-foco de interesses múltiplos, entre moradores das comunidades, pescadores comerciais e empresas de turismo. Ademais, as entrevistas domiciliares funcionam também como um cadastro dos grupos familiares que alimentarão o banco de dados do PRN/ISA e da Asiba;
- 5) Elaboração de Termos de Conduta e Acordos para uso e acesso dos recursos, tendo em vista os conflitos decorrentes de interesses divergentes entre moradores e empreendedores da pesca comercial e do turismo de pesca e da falta de regulamentação e ordenamento do uso dos recursos
- 6) Extrativismo da Piaçaba: levantamento e mapeamento das relações comerciais envolvendo as comunidades da região, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de alternativas de comercialização e assessoria antropológica para articulação e elaboração de projetos que favoreçam a ampliação da rede de artesãos locais.

Essas ações pretendem contribuir com o fortalecimento das associações de base facilitando a mobilização, as discussões e a participação no ordenamento territorial, considerando o fato de que a região foi apontada como sendo de altíssima importância para a conservação da biodiversidade (ver *Resultados do Seminário Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira - Macapá (AP)*, setembro de 1999 no site do ISA – [www.socioambiental.org/inst/sem/amazonia/macapa/index\\_html](http://www.socioambiental.org/inst/sem/amazonia/macapa/index_html) – com recomendações para criação de Áreas Protegidas, sem, contudo, até o presente momento, ter consolidado qualquer tipo de estatuto fundiário.

## Parcerias e fontes de financiamento

Acir; Acimrn; Asiba; Acirp; Aifp; Aibad; Aiacaj; Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN); Foirn; Cooperativa Mista Agroextrativista dos Povos Tradicionais do Médio Rio Negro (Comagept); Pacta (Projeto de pesquisa da agrobiodiversidade no Rio Negro/AM. e Juruá/AC.); Iphan; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundação Gordon & Betty Moore e Horizont3000.

## Equipe

Ana Paula Caldeira Souto Maior, Camila Sobral Barra, Carla Dias, Renata Alves e pesquisadores (bolsistas) indígenas locais

## O que foi feito

### ▶ FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- Assessoria para reunião do Conselho Diretor da Foirn (janeiro);
- Assessoria e organização de reunião do antropólogo Sidnei Peres com Foirn, Asiba, Acimrn e coordenadorias, tendo como pauta a combinação de uma agenda conjunta e metodologia para os próximos passos do processo de identificação das TIs, do GT coordenado pelo Sidnei Peres e estratégia de mobilização das associações junto às comunidades (janeiro);
- Articulação e assessoria antropológica para realização de assembleias (CAIMBRN e Acirp) e reunião sobre Acordos de Uso (fevereiro);
- Realização e atualização de informações para o Levantamento Socioambiental nas comunidades de Barcelos e mapeamento de áreas de uso e fontes de recurso (abril), nas regiões do Baixo Rio Negro e Rio Caurés;
- Assessoria antropológica e logística para realização de viagens de articulação da Foirn, Asiba, Acimrn, CAIMBRN, velhas lideranças do Alto Rio Negro, velhas lideranças fundadoras da Asiba e professores indígenas de Barcelos para discussão de direitos indígenas e demarcação de terras: na margem direita do Rio Negro (desde o Rio Caurés até Santa Isabel do Rio Negro) em março, no Rio Preto em junho e no Rio Padauri em agosto;
- Reuniões em Brasília (março e outubro), com Funai, MDA e MMA;
- Realização de exercícios cartográficos e revisão de dados e áreas de uso em reuniões e assembleias;
- Retomada de contato junto ao Instituto de Terras do Amazonas (Iteam - Incra) para mapeamento de títulos e registros na região do Médio Rio Negro, a fim de completar o levantamento fundiário da região;
- Elaboração de mapas e documentos para subsidiar as mobilizações e audiências com Funai: preparação de cartas com demandas do movimento indígena relativas às necessidades econômicas da região de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos (CAIBRN) e solicitação de urgência para encaminhamentos do processo de identificação das Terras Indígenas;
- Elaboração de Ementa para o Curso de História sobre o Médio Rio Negro conjuntamente com os professores contratados para ministrar o curso e organização da logística local (maio e junho);
- Realização do Curso de História sobre o Médio Rio Negro entre 21 e 24 de julho, em Barcelos, com discussões sobre identidade étnica, valorização das línguas indígenas e pesquisas acerca das trajetórias pessoais, memórias e narrativas regionais. Ministrado pelo professor José Ribamar Bessa,



da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);

- Realização do Encontro de Educação Escolar Indígena Diferenciada em Santa Isabel, com apoio de Lucia Alberta de Andrade e Joás, o Mocotó (agosto), ambos do Programa Rio Negro;
- Assessoria antropológica e jurídica para os preparativos e realização da XII Assembleia da Foirn em Barcelos (agosto, outubro e novembro);

#### ► **ORDENAMENTO TERRITORIAL**

- Sistematização e análise de resultados do II Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro para composição de boletim (janeiro-maio);
- Reuniões com instituições da Rede Rio Negro, (março e abril) para apresentação de agendas e planejamento conjunto de atividades. Apresentação de resultados preliminares dos exercícios cartográficos do II Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro para avaliação conjunta e elaboração de termo de compartilhamento de bases de dados;
- Reunião com Procuradora dos Direitos do Cidadão do MPF-AM, Dra. Luciana Gadelha sobre acompanhamento do processo de identificação das TIs em Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos e demanda do movimento indígena e da Rede Rio Negro para realização de audiências informativas sobre direito constitucional e demarcação de terras. Também foi discutido o procedimento de acordos de pesca que será instaurado pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) e Aquabio, bem como a discussão sobre o decreto de pesca do Rio Negro (abril);
- Elaboração de material e cessão de dados para o GT de Identificação de TIs de Santa Isabel;
- Disponibilização de dados do Levantamento Socioambiental de Barcelos para o GT de Barcelos.
- Elaboração do Boletim Rio Negro Socioambiental nº 3 – *Ordenamento Territorial é condição para desenvolvimento sustentável do Médio Rio Negro* (junho-setembro); publicação e distribuição por correio, email e em reuniões com instituições em Brasília, Manaus, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira (outubro-novembro);
- Viagem de lideranças e assessores do ISA para reuniões em Manaus



Carla Dias/ISA

O historiador José Ribamar Bessa Freire, à direita, durante aula sobre História do Médio Rio Negro, em Barcelos.

- (novembro) – visita às instituições (Incrá, Iteam, SDS e ICMBio) que participaram e que foram convidadas para o II Seminário de Ordenamento Territorial para entrega do boletim com resultados do evento e retomada de diálogo sobre o processo;
- Participação, a convite da SDS/AM, do Seminário: “Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Estado do Amazonas” e “Unidades de Conservação: avanços e perspectivas no Amazonas” (novembro).

#### ► **SISTEMA AGRÍCOLA DO RIO NEGRO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL**

- Continuidade de assessoria técnica e antropológica para o desenvolvimento de uma pesquisa realizada em parceria com pesquisadores do Pacta (Projeto de Pesquisa sobre Agrobiodiversidade no Rio Negro e Acre) e pesquisadores indígenas de Santa Isabel do Rio Negro;
- Revisão do relatório para elaboração do dossiê sobre o sistema agrícola do Rio Negro (agosto) e participação da reunião do Conselho Consultivo do Iphan onde o Sistema Agrícola do Rio Negro foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil (novembro);

#### ► **LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO EM BARCELOS**

- Recomposição e treinamento da equipe de pesquisadores em parceria com a Asiba e construção conjunta de cronograma e metodologia de trabalho (março);
- Elaboração de Termo de Referência, entrevistas e contratação de novo consultor para desenvolvimento de Banco de Dados e sistema que armazenará o cadastro dos associados da Asiba e produzirá relatórios de análise dos resultados do Levantamento Socioambiental Participativo: informações acerca da população indígena desse município, de sua dinâmica social, relações de produção e estadias alternadas na cidade e nas comunidades, contribuindo assim para o planejamento das ações dos poderes públicos (janeiro-março);
- Aproximação com o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) para comparação e troca de dados, realização de reunião em março para apresentação do Levantamento Participativo Socioambiental e combinação de agenda com pesquisadores para comparação dos dados cadastrais DSEI-Asiba e estabelecimento de possível parceria para atualização e troca de informações;



- Sistematização de dados sociais do Levantamento Participativo Socioambiental, elaboração de planilha de controle e análise de dados principais (famílias, comunidades, etnia e atividade econômica) para realização de censo preliminar e levantamento de informações que contribuam para as outras atividades que estão sendo realizadas na região (março-abril);
- Coordenação de novas viagens do Levantamento Participativo Socioambiental, pesquisa nas regiões de Barcelos em comunidades novas e que recentemente aproximaram-se da Asiba: Rio Caurés e margem direita do Rio Negro (abril-maio). Os objetivos desse levantamento são: caracterizar o perfil da população de cada comunidade, levantar sua situação socioeconômica, os tipos de conflitos por acesso aos recursos naturais existentes nas sub-regiões e atualizar o cadastro familiar indígena de associados da Asiba;
- Treinamento de pesquisadores para implantação do Banco de Dados do Levantamento Participativo Socioambiental de Barcelos (julho);
- Avaliação e validação do modelo dos relatórios a serem apresentados com resultados sobre os dados do Levantamento Participativo Socioambiental de Barcelos (outubro);
- Finalização da digitação dos dados das comunidades de Barcelos (setembro) e dos bairros da sede municipal (novembro).

#### ► TERMOS DE CONDUTA E ACORDOS PARA USO E ACESSO AOS RECURSOS

- Realização de reunião com SDS e Aquabio para articulação de encontro no Médio Rio Negro, dando continuidade à indicação do interesse da SDS de executar o ordenamento pesqueiro na região, a Foirn convidou as instituições para acompanharem assembleias e realizarem reunião de esclarecimentos e pactuação com as comunidades (fevereiro);
- Realização de reunião sobre Acordos de Uso no Médio Rio Negro, em Tapera, Rio Padauri, com assessoria do ISA e apoio da Acimrn, Asiba, CAIMBRN e Projeto Aquabio (ICMBio-MMA) para discussão dos procedimentos legais para criação de acordos de pesca e esclarecimentos sobre metas e possibilidade de o projeto Aquabio, juntamente com SDS, organizar o processo (fevereiro);
- Participação no Workshop sobre Ordenamento Pesqueiro no Médio Rio Negro, organizado pela Ufam e Fapeam apresentando resultados de pesquisas desenvolvidas na região e propostas de políticas públicas (março);
- Aproximação com a Colônia de Pescadores de Barcelos Z-33 para proposição de agenda de trabalho conjunto, com intuito de proceder a mapeamento de áreas de uso e conflitos por acesso a pesca e registro de iniciativas e demandas destes atores, como forma de preparação para a continuidade das discussões sobre o ordenamento territorial da região (março);
- Realização de Reunião com SDS, Ipaam e Aquabio para formalização dos resultados da reunião de Tapera, apresentação de Ata e documentos elaborados pelas comunidades, juntamente com carta de pedido oficial para abertura de processos de acordos de pesca nos rios Preto, Padauri, Jurubaxi, Uneuixi, Aracá, Demeni e compartilhamento de agendas para planejamento de futuras reuniões (março);
- Avaliação dos resultados das consultorias sobre pesca, leituras dos relatórios finais e avaliação dos resultados considerando o objetivo esperado de produção de etnografias acerca: a) das atividades e perfis de agências de turismo de pesca esportiva e b) das redes de comercialização de peixe comestível, cujas fontes de recursos localizam-se, prioritariamente, nos rios Padauri, Preto, Aracá, Demeni, Jurubaxi, Quiuini e Caurés (abril);
- Participação na reunião sobre Decreto de Pesca da Bacia do Rio Negro (maio), a qual mobilizou representantes da sociedade civil, no âmbito da

Rede Rio Negro (ISA, FVA, Acimrn, Asiba e Foirn) e juntos construíram um documento contendo propostas baseadas nas discussões realizadas nos municípios para que o novo Decreto de Pesca da Bacia do Rio Negro incorpore e respeite as considerações e recomendações dos principais atores locais;

- Preparação de Documento Base para elaboração de livreto sobre pesca no Médio Rio Negro – contratação de consultoria para realização de pesquisa de aprofundamento, entrevistas e levantamento de dados junto a agências e nova pesquisa de campo para levantamento de dados sobre a pesca comercial (junho-julho);
- Elaboração e edição, com apoio de consultores, do primeiro volume da Série Pescarias no Rio Negro com o título *Como cuidar para o peixe não acabar*, apresentando os resultados da pesquisa sobre as redes de pesca comercial e esportiva no Médio Rio Negro (agosto - setembro);
- Publicação e distribuição do livreto *Como cuidar para o peixe não acabar* (novembro);
- Reunião com SDS e Aquabio para retomada de agenda sobre discussão de acordos de pesca no MRN, atualização sobre o processo no MP do acordo de pesca do Rio Unini e ações da SDS em relação à Lei de Serviços Ambientais de Barcelos (novembro);



#### ► EXTRATIVISMO DA PIAÇABA

- Assessoria para articulação da Asiba com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), cuja equipe realizou a primeira visita à Barcelos em maio 2010, para articular com a Asiba e outras cooperativas e associações ligadas às comunidades extrativistas da piaçaba um levantamento das famílias e áreas economicamente ativas. A Conab propôs que a Asiba fosse preparada para organizar a comercialização mais justa com implementação da política de subvenção do preço mínimo da piaçaba. Para tanto, a Asiba propôs que seja realizada uma ação conjunta com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Funai para documentação da população e emissão do documento necessário (DAP) para reconhecimento do extrativista para o programa e também para acessar outros recursos e políticas públicas como o Pronaf, crédito familiar e que outra instituição assumira a gestão da subvenção, uma cooperativa de preferência (maio);
- Disponibilização de dados do Levantamento Socioambiental para o diagnóstico sobre a cadeia da piaçaba e revisão do Censo dos piaçabeiros realizado em parceria por FVA, Sebrae e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (setembro);
- Assessoria e acompanhamento da discussão de projeto integrado de apoio à cadeia da piaçaba integrando ações do Território Rio Negro de Cidadania Indígena (TRNCI), MDA, MMA, Sebrae e SDS (setembro-outubro);
- Reunião com Asiba e Cooperativa Mista Agroextrativista dos Povos Tradicionais do Médio Rio Negro (Comagept) para articulação das instituições em relação às ações de estruturação da cadeia da piaçaba via projetos da Conab, TRNCI, SDS, MDA e MMA (novembro).

## Indicadores

- ▶ Projetos elaborados pelas associações Acimrn e Asiba aprovados;
- ▶ Fortalecimento político e aumento da credibilidade local das associações Acimrn e Asiba via aprovação e execução de projetos pelas associações de forma autônoma
- ▶ Realização da 1ª. Fase dos estudos do GT de Identificação das TIs de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro com participação de lideranças do movimento indígena;
- ▶ Editoração, publicação e ampla divulgação do Boletim Rio Negro Socioambiental número 3;
- ▶ Aprovação com unanimidade pelo Conselho Diretor do Iphan do Sistema Agrícola do Rio Negro como patrimônio imaterial;
- ▶ Levantamento preliminar de expectativas em relação ao programa de salvaguarda do Sistema Agrícola do Rio Negro;
- ▶ Atualização e incremento da base de dados georreferenciada do PRN/ISA;
- ▶ Levantamento Socioambiental Participativo de Barcelos e Banco de Dados concluídos com todos os cadastros inseridos e análise dos relatórios com os resultados (em andamento);
- ▶ Editoração, publicação e ampla divulgação do 1º. Volume da Série Pescarias no Rio Negro: *Como cuidar para o peixe não acabar*;
- ▶ Mapeamento preliminar das interseções de propostas positivas para o Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro e retomada de diálogo interinstitucional para fechamento da proposta em 2011;
- ▶ Mapeamento detalhado e atualizado das áreas de uso, fontes de recurso e conflitos das comunidades dos rios: Negro, Uneuixi, Jurubaxi, Preto, Padauri, Caurés, Quiuini, Aracá e Demeni;

## Avaliação

O movimento indígena vem se organizando cada vez mais com o intuito de elaborar e articular formas de garantir algum controle sobre o uso de suas áreas de ocupação tradicional. Ao mesmo passo que patrões (comerciantes), empresários ligados aos interesses de exploração de fibras vegetais e do turismo de pesca na região, bem como boa parte do poder público executivo e legislativo dos municípios posicionam-se de forma cada vez mais clara e engajada em um movimento contrário à demarcação de Terras Indígenas (TIs) e de outras formas de destinação de uso de recursos e regularização territorial coletiva, como por exemplo, Unidades de Conservação (Ucs).

A fim de garantir a participação efetiva das lideranças indígenas e contribuir para os processos de identificação das Terras Indígenas dos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, em 2010, lideranças indígenas, acompanhadas de pessoas da equipe do ISA, fizeram duas viagens à Brasília para reuniões de atualização de informações e planejamento com a presidência da Funai e os setores responsáveis pelo processo de demarcação. O ISA buscou também manter a interlocução com os coordenadores dos GTs e Funai de forma a colaborar, mediante solicitação, com subsídios técnicos, material cartográfico, bibliográfico e dados de pesquisas sobre a região.

Concomitantemente a estas articulações, mantivemos os esforços investidos na criação de um ambiente participativo, incluindo sociedade civil e instituições do governo federal, estadual e municipal, para a elaboração de um Plano/Mapa de Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro que oriente um mosaico de espaços protegidos, incluindo TIs e UCs. Neste sentido, ressaltamos a publicação do 3º Boletim Rio Negro Socioambiental

com o tema *Ordenamento Territorial é condição para desenvolvimento sustentável do Médio Rio Negro*, apresentando os resultados do II Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro, realizado em outubro de 2009, em Barcelos. Além do histórico dessa discussão e trechos explicativos sobre as figuras jurídicas de Áreas Protegidas, o Boletim apresenta os mapas com os resultados dos exercícios cartográficos realizados durante o seminário, apontando áreas prioritárias para ações de ordenamento da pesca, preservação ambiental e áreas de uso por populações tradicionais. E por fim, o texto do Boletim traz experiências de ordenamento territorial ocorridas em outras localidades, onde a destinação fundiária e de uso de recursos influenciou positivamente a vida da população local.

Com o Boletim publicado, lideranças indígenas da Foim e associações de base, acompanhadas pela equipe do ISA visitaram instituições em Manaus que foram convidadas para o II Seminário, com o intuito de distribuir a publicação e reforçar a importância da continuidade dessa discussão, bem como o interesse do movimento indígena em estimular o debate e a articulação interinstitucional para um planejamento e ordenamento territorial participativo. A comitiva esteve na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (SDS), com presença do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam) e da Coordenação Executiva do Programa Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos da Amazônia (Aquabio – ICMBio/MMA). Neste mesmo período em Manaus, a comitiva reuniu-se também com o Instituto de Terras do Amazonas (Iteam), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e com a Coordenação Regional do Amazonas do Instituto Chico Mendes (ICMBio), órgão do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Podemos considerar estes contatos como de grande influência para o processo de ordenamento territorial da região. Ficou claro que estas instituições reconhecem o direito originário dos povos indígenas, previsto no Art. 231 da Constituição Federal e assim suas previsões de agenda e expectativas de atuação estão balizadas pela definição do processo de identificação das TIs. Com os polígonos das TIs definidos, agendas e ações poderão ser delineadas a partir de cada instituição ou entre as instituições afins. Desta maneira, o movimento indígena se viu ainda mais responsável e ciente de que sua principal missão é criar estratégias de controle social e cooperação para que a Funai possa, com mais agilidade, concluir os estudos de identificação e posterior demarcação. Sem, contudo, deixar de propor e estimular um ambiente de articulação interinstitucional para que todas as demandas sociais e de direitos territoriais sejam equacionadas e para que haja compromisso da sociedade civil e dos órgãos governamentais com a conservação ambiental.

Ressaltamos ainda que o 3º Boletim Rio Negro Socioambiental, foi elaborado tendo como público alvo prioritário a população local. Assim, aumentamos a tiragem e a distribuição local desta publicação. Considerando este aspecto, reforçamos o cuidado com a linguagem e com o caráter informativo do Boletim, visando, sobretudo, a aproximação de outros atores e o estímulo ao debate. Neste sentido, ISA e Foim investiram também na diversificação dos fóruns de discussão e na valorização cultural e de identidade enquanto estratégia para sensibilização e informação da população local sobre a história e direitos indígenas. Assim, por meio da temática educação, história e cultura foi organizado o Curso de História do Médio Rio Negro, em Barcelos, e o Encontro sobre Educação Diferenciada Indígena, realizado no final do mês de agosto em Santa Isabel do Rio Negro.

O curso de história foi como uma viagem ao tempo passado, estimulando discussões sobre identidade étnica, valorização das línguas indígenas e

pesquisas acerca das trajetórias pessoais, memórias e narrativas regionais. Ministrado, entre 21 e 24 de julho em Barcelos, pelo professor José Ribamar Bessa, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Os depoimentos e debates ocorridos durante o curso marcaram um aspecto indissociável do processo de busca pelo conhecimento e entendimento do passado: o político. Essa iniciativa mostrou-se riquíssima, estimulante e potencialmente agregadora, aproximando indígenas e não indígenas, professores e estudantes. A procura pelo curso superou as expectativas, mas não foi possível exceder as 70 vagas previstas. O material produzido para o curso foi distribuído e reproduzido para todos os interessados e disponibilizamos um exemplar para a biblioteca da Secretaria Municipal de Educação.

Participaram do curso professores indígenas e não indígenas de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, lideranças de comunidades e das sedes municipais e a Secretaria de Educação do Município de Barcelos. Foram poucos dias de curso, com resultados surpreendentes, deixando evidente a necessidade de realizarmos um segundo módulo. O curso levantou questionamentos importantes e subsidiou o encontro de Educação Indígena Diferenciada no mês seguinte, em Santa Isabel. O principal objetivo deste encontro foi a construção de um Plano Estratégico para ações iniciais de implementação de uma Educação Indígena Diferenciada nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro tendo em vista a possibilidade de aproximação com o MEC, via o Território Etnoeducacional do Rio Negro. O plano foi pactuado entre os presentes, definindo ações prioritárias e possíveis parcerias para sua execução.

Dando continuidade à estratégia de sensibilização e mobilização da população local, a realização da XII Assembleia Geral da Foirn em Barcelos, no mês de novembro, também teve como objetivo fortalecer as associações e comunidades do Médio Rio Negro, entre os municípios de Santa Isabel e Barcelos. As sessões temáticas trouxeram para o debate a reflexão sobre o processo de reconhecimento dos direitos indígenas e o ordenamento territorial dessa região, bem como apresentou para a população de Barcelos, uma ampla discussão sobre direitos indígenas, patrimônio e conhecimento intercultural. As diretorias da Foirn e da Associação Indígena de Barcelos (Asiba) convidaram os secretários municipais para participar da Assembleia Geral, além dos vereadores e representantes de associações e cooperativas locais, como a Cooperativa de Piaçabeiros – Coopiaçamarin. No entanto, novamente, representantes desses segmentos organizaram uma manifestação pública contra a demarcação de TIs e continuam coletando assinaturas de moradores de Barcelos contra o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas, entendendo que a demarcação implicará o “fechamento dos rios” e proibição das atividades extrativistas.

A Foirn e o ISA investiram esforços também em dar continuidade à agenda de discussão sobre acordos de uso e ordenamento pesqueiro, a partir do planejamento estabelecido em assembleia regional da Foirn no mês de fevereiro, com participação do Programa Aquabio (Ministério

do Meio Ambiente/MMA). Representantes da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) também eram esperados para a assembleia, mas não compareceram. A SDS esteve na região somente no mês de maio com objetivo de discutir a revisão do Decreto de Pesca da Bacia do Rio Negro que venceria em setembro de 2010.

A Rede Rio Negro empenhou-se em sistematizar os pontos levantados durante a discussão sobre o Decreto de Pesca bem como publicar recomendações para as políticas de ordenamento pesqueiro na região, entre elas a reedição do Decreto de Pesca. Neste sentido, com o intuito de contribuir para o ordenamento pesqueiro, a diminuição de conflitos por acesso aos recursos pesqueiros e informar a população local, o ISA, com apoio das associações de base, concluiu a análise e edição do material das consultorias e pesquisas realizadas sobre as cadeias produtivas de pesca (peixe comestível e pesca esportiva) na região. O resultado é a publicação do primeiro volume da série Pescarias no Rio Negro, o livreto *Como cuidar para o peixe não acabar*. Este material tem sido muito bem recebido pela população regional, instituições governamentais locais e do estado, da sociedade civil ou com fins de pesquisa, bem como pelos turistas que frequentam a região. Avaliamos que um segundo volume da série destinado aos turistas, principalmente, contando a história regional, caracterizando a população e a diversidade socioambiental local pode ser um importante instrumento para diminuir a distância de conhecimento e divergência de interesses entre turistas e moradores da região. Planejamos nos dedicar a esta publicação em 2011.

Ainda em 2010 foram finalizadas as viagens do Levantamento Socioambiental Participativo de Barcelos com a inclusão de comunidades recentes e foram digitados cerca de 700 cadastros familiares de associados e moradores das comunidades indígenas no Banco de Dados desenvolvido para uso da Asiba e do ISA. Prevê-se que os relatórios de consulta dos dados serão finalizados em fevereiro de 2011, permitindo assim a elaboração de uma publicação, com uma análise dos resultados sobre o perfil das comunidades de Barcelos. Além de permitir conhecer melhor a população da região, suas atividades e dinâmicas sociais, os resultados do Levantamento Socioambiental Participativo serão fundamentais para elaboração de políticas públicas visando o desenvolvimento socioambiental desta população e também para criação de projetos que subsidiem alternativas para melhoria da qualidade de vida.



Cerimônia de dabucuri: boas vindas e troca de presentes durante a Assembleia Geral da Foirn, em Barcelos.

Beto Ricardo/ISA

Em novembro, o Conselho Consultivo do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) reconheceu o Sistema Agrícola do Rio Negro como patrimônio cultural brasileiro. O bem será registrado no Livro dos Modos de Fazer. Durante o processo de formulação do dossiê e registro do Sistema Agrícola como patrimônio, o ISA, o projeto de pesquisa Pacta (Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados/Unicamp-CNPq e IRD) e o próprio Iphan apoiaram a Acimrn e a Foirn na realização de encontros sobre patrimonialização, divulgação do processo de registro e levantamentos participativos acerca de iniciativas desejadas para a salvaguarda do bem, as quais terão papel fundamental na mobilização de jovens, fortalecimento do movimento e valorização cultural com geração de renda. Entre as ações de salvaguarda previstas no dossiê estão: a) mobilização de jovens indígenas para pesquisas e registros de audiovisual sobre o modo de fazer roça de antigamente, o atual e do futuro, sobre benzimentos e mitos de origem das plantas; b) valorização dos dabucuris (rituais de trocas de bens); c) fomento à realização de feiras e outras modalidades de escoamento e valorização do produto regional. O registro do sistema agrícola como patrimônio cultural certamente dará grande visibilidade aos conhecimentos tradicionais associados ao modo de fazer roça do Rio Negro, mas, sobretudo, fortalecerá política e nacionalmente o movimento indígena e sua luta para garantia dos direitos territoriais e valorização do modo de viver indígena. Ademais, o processo de patrimonialização e as pesquisas têm gerado uma interessante mobilização acerca do tema e a auto-estima da população envolvida. A elaboração e execução de um Plano de Salvaguarda que dê conta do Alto e Médio Rio Negro, bem como do dinamismo do sistema agrícola e produção de conhecimento associado é certamente um grande desafio para curto e médio prazo.

## Perspectivas

### ▶ Produtos

- Publicação dos resultados do Levantamento Socioambiental das comunidades de Barcelos;
- Aprovação de projetos para fortalecimento institucional das associações indígenas;
- Encarte com mapa e recomendações para o ordenamento territorial da região;
- Plano de Salvaguarda do Sistema Agrícola do Rio Negro: um patrimônio invisível;
- Oficina de Artesanato nas comunidades do Rio Preto e Padauri para ampliação da rede de artesãos;
- Publicação de 2º. Volume da Série Pescarias no Rio Negro

### ▶ Assessoria

- Apoio às organizações indígenas locais para elaboração e gestão de projetos institucionais;
- Apoio às organizações indígenas para a participação no processo de criação das TIs;
- Apoio às comunidades e associações indígenas para a formulação de acordos de uso de recursos e conflitos potencializados pelo processo de criação das TIs;
- Apoio às organizações indígenas para articulação interinstitucional para elaboração de uma proposta participativa de Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro;
- Apoio para o fortalecimento institucional e político das novas associações indígenas de base que se iniciam nos afluentes do Rio Negro: Preto (Aicrp), Padauri (Aifp), Aracá (Aibad) e margem direita do Rio Negro (Aicaj);
- Apoio à Asiba para realização de recadastramento dos associados e levantamento socioambiental;
- Apoio à Asiba, Acimrn e Comagept para acompanhamento junto a SEIND para implementação dos projetos aprovados pelo Território da Cidadania;
- Apoio à Acimrn, juntamente com pesquisadores do Projeto Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia (Pacta) - IRD/Unicamp, para articulação regional e formulação de um dossiê da proposta protagonizada pela própria Acimrn para registro do Sistema Agrícola do Rio Negro como patrimônio imaterial brasileiro, por meio de um projeto aprovado pelo Iphan.

## Melhores momentos

- ▶ Realização do Curso de História sobre o Médio Rio Negro – Notícia Socioambiental (NSA): <http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=3140>
- ▶ Realização da XII Assembleia geral da Foirn em Barcelos – NSA: <http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=3223>
- ▶ Elaboração de recomendações para as políticas de ordenamento pesqueiro na região, entre elas a reedição do Decreto de Pesca – NSA: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3099>
- ▶ Publicação do primeiro volume da série Pescarias no Rio Negro, o livro *Como cuidar para o peixe não acabar* – NSA: <http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=3225>
- ▶ Publicação do 3º Boletim Rio Negro Socioambiental com o tema “Ordenamento Territorial é condição para desenvolvimento sustentável do Médio Rio Negro”
- ▶ Participação na reunião do Conselho Consultivo do Iphan/MINC onde foi reconhecido o Sistema Agrícola do Rio Negro como Patrimônio Cultural do Brasil (novembro 2010) – NSA: <http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=3227>

# Rio Içana

## O que é

O trabalho do Programa Rio Negro junto às comunidades Baniwa e Coripaco na Bacia do Rio Içana parte do princípio de que é necessário contribuir para que se fortaleça um ambiente virtuoso de ideias e práticas que visem reconhecer, sistematizar, debater, valorizar e intercambiar conhecimentos e formas de atuação e de organização relevantes para a segurança alimentar, para a economia, para a manutenção e melhoria da qualidade de vida, e que fortaleçam a auto-estima, a governança indígena sobre seu território e as boas práticas de manejo, respeitando a diversidade socioambiental da bacia e estabelecendo o diálogo e a cooperação entre os conhecimentos tradicionais e outras formas de conhecimentos com os quais seja possível interagir.

Na Bacia do Içana, o ISA tem como principais parceiros a Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi), a Coordenadoria de Associações Baniwa e Coripaco (CABC), que por sua vez representa outras 12 associações e, sobretudo, a Escola Indígena Baniwa e Coripaco (EIBC-Pamáali), que recentemente passou a coordenar uma Rede de Escolas Baniwa e Coripaco que se estende por 63 comunidades do Médio e Alto Içana, Ayari e Cuiari. As atividades desenvolvidas atingem mais diretamente uma população indígena de seis mil pessoas em 93 comunidades, distribuídas numa área que cobre 2.747.186 ha de terras que essa bacia ocupa no lado brasileiro.

Desde 2005 a atuação da equipe do Programa Rio Negro-Içana se dá em seis frentes de ação:

1) Apoio e assessoria ao Fortalecimento do Ambiente Institucional na Bacia do Içana: apoia atividades de planejamento estratégico, de negociações com o governo e com a sociedade civil, de discussão sobre os arranjos e rumos de processos e de organizações indígenas da bacia e apoia a captação de recursos. Essa ação concentra-se, sobretudo no apoio e cooperação institucional com a Escola Indígena Baniwa e Coripaco (EIBC) -Pamáali, no apoio à Rede de Escolas Baniwa e Coripaco, à CABC e à Oibi.

2) Manejo Ambiental: contempla as ações de pesquisa e projetos que visam acionar um amplo conjunto de atores e de conhecimentos indígenas e não indígenas, no sentido de traçar e implementar estratégias para diagnosticar a situação de uso, conservação e manejo de recursos, ambientes e relações importantes para viver e estar bem na Bacia do Içana e no mundo. Através desta frente organizamos e divulgamos, de maneira cumulativa, os resultados de pesquisas e planos de manejo ambiental realizadas pelos colaboradores da Rede de Escolas e associações de diferentes trechos da Bacia do Içana.

3) Atlas do Içana (Cartografia): o Atlas Baniwa-Coripaco do Içana é parte essencial de um processo de acúmulo e divulgação de informações-diagnóstico com vistas a apoiar a gestão territorial na Bacia do Içana. Baseia-se, sobretudo, na produção de mapas contextualizados e na sistematização de informações em uma base georreferenciada que possa resultar num atlas cumulativo, elaborado e atualizado de forma participativa, e que promova a circulação dessas informações nas escolas, organizações e entre os diferentes atores, sejam da sociedade civil organizada ou do governo, dedicados ao processo de desenvolvimento sustentável na Bacia do Içana. Os seguintes interesses temáticos vêm sendo trabalhados: 1) Territorialidade e Socio-diversidade; 2) Biodiversidade e Manejo Ambiental; 3) Geografia Mítica e Histórica; 4) Economia e Organização Sociopolítica; 5) Demografia, Saúde e Educação.

4) Alternativas Econômicas (Arte Baniwa), Inovação Tecnológica e Inclusão Digital: concentra-se principalmente em facilitar o acesso ao mercado pela marca Arte Baniwa. Mais recentemente dedica-se a desenvolver estratégias e a apoiar a comercialização da pimenta Baniwa. Busca atuar prospectando oportunidades e analisando os potenciais geradores de renda para outros produtos da bacia, incluindo a análise de oportunidades derivadas de possíveis pagamentos por serviços socioambientais, do uso de imagem e também dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Promove e apoia a formação de jovens baniwa em gestão de negócios e empreendedorismo, e também busca promover o acesso à tecnologia apropriada para a região, concentrando as ações no desenvolvimento de um piloto com energias alternativas, na experimentação de inovações na arquitetura de taipa e no fortalecimento do processo de inclusão digital dos Baniwa e Coripaco.

5) Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali: a escola está no centro de nossa cooperação com os Baniwa e Coripaco, e é nossa parceira privilegiada, com a qual colaboramos, desde 1999, no cumprimento da missão de “Desenvolver a Formação dos cidadãos Baniwa e Coripaco com metodologia de ensino-pesquisa participativo com base nos princípios e valores interculturais para serem protagonistas no desenvolvimento sustentável de suas comunidades e na construção da Política de Educação Escolar Indígena no Rio Negro”.

6) Rede de Escolas Baniwa e Coripaco: concentra-se no apoio à consolidação de espaços de formação e autoformação de professores, viabilizando as práticas pedagógicas apropriadas. Fazem parte da rede 13 escolas das regiões do Rio Içana e Ayari, que atendem a 63 comunidades e cerca de 1.400 alunos. Tem como princípio os valores tradicionais e novos conhecimentos, que apoiem o desenvolvimento de ensino de qualidade e a concretização do Programa de Educação Baniwa e Coripaco

## Parcerias e fontes de financiamento

### ► Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore; Instituto Arapyauá, RFN

### ► Parcerias

Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi), Coordenadoria de Associações Baniwa e Coripaco (CABC), Escola Indígena Baniwa e Coripaco (EIBC) Pamáali, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Associação do Conselho da Escola Pamáali (Acep).

## Equipe

Adelson Lopes da Silva (Biólogo e Ecólogo); Laise Lopes Diniz (Pedagoga em carga horária de meio período desde janeiro de 2009); Renata Aparecida Alves (Analista de Geoprocessamento).

**Colaboradores:** Aimas (Agentes Indígenas de Manejo), lideranças, pesquisadores indígenas e professores associados à Oibi, à EIBC/Pamáali e à Rede de Escolas Baniwa e Coripaco; Andreza Andrade (jornalista-ISA); Almir de Oliveira (arquiteto); Carlos Alberto (Beto) Ricardo (coordenador do Programa Rio Negro); Carol Da Riva (fotógrafa); Deise Lucy Montardo (antropóloga do Museu Amazônico/Ufam); Eduardo Petta (jornalista); Francimar Lizardo Santos (Sucy-administrador-ISA); Glenn Shepard Jr. (antropólogo e ecólogo, Inpa); Joás (Mocotó) Rodrigues (apoio logístico-ISA); Jorge Paulo Nava (IPA – Instituto de Permacultura do Amazonas); Judite Albuquerque (con-



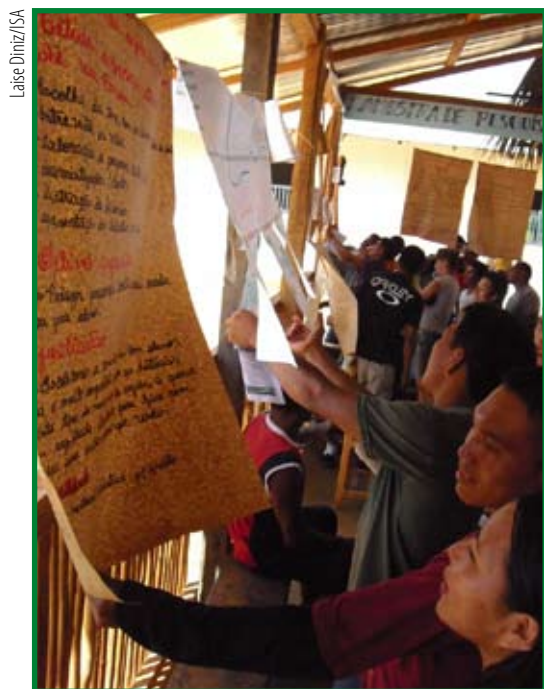
- início do processo de instalação de turbina hidrocínética na Escola EIBC-Pamáali, que será mais uma experiência inovadora no tema energias alternativas, que já conta com um sistema de energia solar e de gerador com óleo vegetal instalados e em funcionamento. Os gargalos técnicos para a instalação da turbina hidrocínética estão sendo discutidos e encaminhados por uma comissão formada por EIBC-ISA-IPA.

#### ▶ ESCOLA INDÍGENA BANIWA E CORIPACO PAMÁALI

- acompanhamento ao projeto financiado pelo PDPI: *Panheexoopa Pee-maka Matsia: Formação Profissional para o Desenvolvimento Sustentável no Rio Içana*. Assim como acompanhamento da capacitação de uso de recurso do PDPI e apoio à execução das atividades;
- apoio na readequação do projeto e acompanhamento às atividades do apoio institucional da Natura à EIBC-Pamáali;
- articulação com a Gerência de Educação Escolar Indígena, equipe da Seduc e do CEEI-AM, para o reconhecimento do ensino médio da EIBC-Pamáali, de acordo com o Projeto Político Pedagógico aprovado no Conselho estadual;
- negociação junto a Seduc para a aprovação do Projeto de Arquitetura da Escola Pamáali, que propõe a reformulação do conceito de arquitetura implementado até então para a construção de escolas na região do Alto Rio Negro (em andamento);
- apoio nas atividades de pesquisa-ação, visando o desenvolvimento de estratégias de manejo da bacia;
- participação ativa na discussão da pauta relacionada com os seminários-consultas que vêm se dando no intuito de formular o futuro programa de formação superior indígena no Rio Negro (projeto Arapyau).

#### ▶ REDE DE ESCOLAS BANIWA E CORIPACO

- apoio ao planejamento estratégico da Rede de Escolas Baniwa e Coripaco;
- realização do 3º Encontro da Rede de Escolas Baniwa e Coripaco realizada na comunidade Vista Alegre/Cuiari, envolvendo 52 comunidades da região do Médio e Alto Içana, Ayari e Cuiari;



Exposição das pesquisas durante o Encontro Rede de Escolas Baniwa e Coripaco na Comunidade Vista Alegre (julho 2010).

- apoio aos encontros de formação dos professores da Escola Kalidzamai, Maadzero e Pamáali;
- apoio na atuação dos Assessores Pedagógicos Indígenas (APIs) da região do Médio Içana para viagem de articulação e acompanhamento das escolas indígenas;
- elaboração de um projeto para buscar financiamento para ampliar as atividades da Rede de Escolas Baniwa/Coripaco no ano de 2012.
- realização da Oficina de Organização de Conteúdo e Planejamento de Publicações com assessoria da designer gráfica Renata Alves. Nesta oficina trabalhou-se uma solução gráfica para a série *Kaawhiperi Yoodzawaaka*, que reunirá uma significativa parcela da produção dos Aimas da Bacia do Içana. Nesta oficina também foi realizada uma importante revisão das monografias para publicação, trabalhando procedimentos de edição de texto e de normatização dos itens estruturais do roteiro das pesquisas.

### Indicadores

- ▶ EIBC-Pamáali atende a 65 jovens Baniwa e Coripaco, pertencentes a 22 comunidades do Médio e Alto Rio Içana, Rio Ayari e Rio Cuiari;
- ▶ em 2010 a EIBC-Pamáali iniciou a organização para publicação das monografias produzidas, com temas relacionados à cosmologia baniwa e coripaco, história, organização social e manejo ambiental;
- ▶ atividades desenvolvidas no âmbito dos dois projetos institucionais da EIBC (PDPI e Natura).
- ▶ ampliação das monografias específicas sobre manejo ambiental de recursos e ambientes importantes para viver e estar bem na Bacia do Içana; além das 38 em 2009, foram iniciadas mais 20 pesquisas em 2010.
- ▶ Formação do Núcleo de Gestão e Empreendedorismo junto ao ensino médio na EIBC.

### Avaliação

Em 2010, o principal parceiro no desenvolvimento das atividades foi a Acep, e a Escola Pamáali, por possuir um quadro de profissionais indígenas formados, resultado dos 10 anos de investimento em processos de formação desenvolvidos pela equipe do ISA, garantiu a continuidade das atividades relacionadas ao manejo ambiental, apoio a formulação de propostas educacionais adequadas a região e projetos que tratam do desenvolvimento de alternativas econômicas para o Içana e afluentes. A Acep é a gestora financeira das atividades da Rede de Escolas Baniwa/Coripaco.

O intercâmbio de experiências e visões sobre educação escolar indígena, gestão territorial e manejo ambiental tem sido os temas que estimulam os atores que compõem a Rede de Escolas Baniwa e Coripaco, tendo a Escola Pamáali como a principal articuladora e que coloca questões desafiadoras e traz inovações para enriquecer debates e propor caminhos para inspirar boas iniciativas para a região socioambiental na Bacia do Içana. As atividades desenvolvidas pelas escolas em parceria com o ISA contribuem no desenvolvimento de experiências inovadoras, consolidado no ensino fundamental e em construção no ensino médio indígena na região do Içana. Entretanto, a assessoria do ISA tem sido constantemente sobrecarregada com a ampliação do leque de atores envolvidos com as iniciativas em curso e com o volume de materiais e processos para serem encaminhados.



## Produtos

- ▶ Caderno de Manejo Biodiversidade: o que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no MUNDO.
- ▶ Estudo Econômico-Financeiro: Pimenta Jiquitáia: Terroir Baniwa, Amazônia.
- ▶ No livro *Manejo do Mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro*:
  - Visões baniwa sobre as mudanças climáticas.
  - Relato da experiência de pesquisa no Rio Içana, do pesquisador baniwa Armindo Feliciano Miguel Brazão.
  - Arumã: um recurso socioambiental.
  - Manejo ambiental na Rede de Escolas Baniwa e Coripaco: Para viver e estar bem no mundo.

## Perspectivas

- ▶ Publicações do Atlas, das monografias da EIBC-Pamáali e do livro sobre Paisagens Baniwa.
- ▶ Aprovação do projeto de Implantação das novas instalações da EIBC.
- ▶ Participação nos seminários de construção do programa de formação superior indígena no Rio Negro e na série de publicações temáticas relativas ao mesmo.
- ▶ Publicação de 36 monografias da Escola Pamáali.
- ▶ Avanço significativo no tema de autonomia energética depois da instalação da turbina hidrocínética.
- ▶ Incremento da capacidade de diagnóstico da situação de uso e proposição de planos de manejo da biodiversidade pelos próprios Baniwa e Coripaco com a consolidação da proposta metodológica difundida pela Série *Kaawhiperi Yoodzawaaka*.

## Melhores momentos

- ▶ Oficina de alimentação alternativa para peixes e aves na EIBC-Pamáali;
- ▶ 3º Encontro da Rede de Escolas Baniwa/Coripaco na comunidade Vista Alegre, que reuniu cerca de 200 participantes de 52 comunidades;
- ▶ Chegada da micro-turbina para início de experiência com geração de energia hidrelétrica.
- ▶ Formação do Núcleo de Gestão e Comercialização da Escola Pamáali.
- ▶ Povos Waiana-Apalai implantando experiências de pesquisa e manejo de arumã desenvolvidas com os Baniwa em suas comunidades, no Parque Indígena do Tumucumaque, AP.
- ▶ Lançamento do Seminário e livro *Manejo do Mundo*.

# Rio Tiquié - Calendário

## O que é

Os povos Tukano Orientais concebem o universo como em constante movimento leste-oeste. Há um paralelo entre o curso dos grandes rios da região (como o Negro, Uaupés e Tiquié), o eixo longitudinal da maloca e o equador celeste. Essa associação procede da própria trajetória de origem desses povos, concebida como a subida do Rio de Leite desde o Lago de Leite (o oceano) até a transformação no alto curso dos rios, onde habitam atualmente. Pode-se dizer que, assim como as pedras, cachoeiras, os próprios rios e serras são marcas da trajetória de origem na Terra – nessa camada –, as estrelas e constelações são também sinais dessa fase na esfera celeste. Os ciclos de vida, como as migrações de peixes e aves, são evidenciados já nessas narrativas, e seguem acontecendo. São ciclos que cabe manejar por meio de procedimentos rituais e do trabalho cotidiano. A partir de 2005, um conjunto de observações e registros diários, estudos e seminários de pesquisa vêm sendo desenvolvido no Rio Tiquié com foco no calendário. Vários aspectos estão sendo abordados, de forma mais ou menos sistemática: calendário astronômico (identificação e nomeação das constelações), ecológico (descrição dos ciclos de vida de animais, plantas, paisagens), econômico (atividades relacionadas à agricultura, pesca, caça, coleta de frutos e pequenos animais – que podemos denominar de manejo indígena dos ecossistemas) e sociocológico (ciclos de festividades, dabucuris e rituais, trabalhos comunitários, visitas, viagens, doenças).

Simultaneamente, várias iniciativas culturais estão em curso, seja no incentivo à retomada ou fortalecimento de práticas rituais, ao registro e aprendizado dos conhecimentos dos mais velhos, aos fluxos de informações entre as comunidades do Tiquié e desse com outras regiões do noroeste amazônico. A Associação da Escola Indígena Tuyuka Utapinopona (Aeitu) está desenvolvendo um projeto de gestão cultural com várias atividades, realização de cerimônias e oficinas.

Com algumas diferenças de ênfase, esse assunto está sendo abordado pelos Tukano, Desana e Miriti-tapuya do Médio Tiquié, pelos Tuyuka, Bará e Makuna do Alto Tiquié, e também pelos Tukano do Alto Tiquié. Existem três grupos de pesquisa principais:

(1) agentes indígenas de manejo ambiental das associações do Médio Tiquié - Acimet e Aeity -, alunos e professores da Escola Tukano Yupuri; (2) e alunos e professores do ensino médio da Escola Tuyuka. (3) alunos, professores, lideranças e conhecedores da Escola Tukano Yepa pirô porã, Alto Tiquié. Simultaneamente, os assessores-pesquisadores do ISA ou associados participaram do desenho dessa pesquisa, assim como da elaboração dos dados e sua edição.

Esta linha de atuação está relacionada às linhas temáticas 'Manejo do mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro' e 'Narrativas de origem rotas de transformação', desenvolvidas no âmbito da construção de uma proposta de ensino superior indígena no Alto Rio Negro. Além disso, essa pesquisa motivou a idealização do seminário transfronteiriço 'Ciclos e calendários indígenas no Noroeste Amazônico', em parceria com a Fundación Gaia e o Musa (Museu da Amazônia), a ser realizado em agosto de 2011.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI (associações indígenas).

### ▶ Parcerias

Acimet; Acirc; Aeitu; Aeity; Atriart; Aeitypp, OIDS, Foirm.

## Equipe

30 agentes indígenas de manejo ambiental (Alma) e voluntários da pesquisa (Acimet; Aeitu; Aeity; Atriart, Aeitypp); alunos de ensino médio (Aeity/Aeitu); Aloisio Cabalzar; Melissa Santana de Oliveira; Pieter Jan van der Veld.

*Colaboradores:* Marcos Wesley de Oliveira (Som nas Aldeias); Renata Alves de Souza (Designio); Walmir Tomazzi Cardoso (PUC-SP).

## O que foi feito

- ▶ Publicação em abril do livro *Manejo do Mundo*, coletânea reunindo comunicações sobre as pesquisas indígenas e conjuntas no Alto Rio Negro, organizado por Aloisio Cabalzar;
- ▶ Realização em abril do seminário Manejo do Mundo em São Gabriel da Cachoeira;
- ▶ Publicação de comunicação "Manejo ambiental e pesquisa do calendário anual no rio Tiquié", no livro *Manejo do Mundo* (ISA, 2010);
- ▶ Publicação de comunicação "Calendário astronômico do Médio Tiquié. Conhecimentos para educação e manejo", no livro *Manejo do Mundo* (ISA, 2010)
- ▶ Publicação em maio de matéria de Marcelo Leite na Folha de S. Paulo, sobre atividades que o ISA apoia no Rio Tiquié;
- ▶ Oficina de sistematização dos diários de observações dos agentes indígenas de manejo ambiental e preparação para participação no seminário (março-abril);
- ▶ Participação de agentes indígenas de manejo ambiental, conhecedores e professores, no seminário 'Manejo do mundo: conhecimentos e práticas indígenas no Alto Rio Negro', parte da discussão da construção da proposta de ensino superior indígena no Alto Rio Negro (abril)
- ▶ Implantação de Ponto de Cultura do Médio Tiquié (mar)
- ▶ Oficina de formação dos alunos de ensino médio da Aeity em técnicas audiovisuais – preparação para viagens de conhecimento aos locais de origem e transformação dos tukano e desana (out-nov);
- ▶ Idealização e pré-organização do seminário 'Ciclos e calendários indígenas no noroeste amazônico'. (ago-dez);
- ▶ Oficina de narração e registro de benzimentos Aeitypp (maio);
- ▶ Oficina de planejamento das atividades para 2011;
- ▶ Diários de observações do calendário ecológico e socioeconômico de 30 pesquisadores indígenas;
- ▶ Oficina de sistematização dos diários de observações dos Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (maio);
- ▶ Descrição do ciclo anual;
- ▶ Oficina de edição gráfica em São Gabriel da Cachoeira com Agentes Indígenas de Manejo Ambiental e lideranças de Acimet (jul);

- ▶ Elaboração e edição de livro em Tuyuka sobre adornos cerimoniais (no prelo);
- ▶ Participação no II Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica, Manaus, 12-17/09. Título: “Petróglifos e concepções socioespaciais dos povos indígenas no Alto Rio Negro: entre a origem e os dias de hoje”, Aloisio Cabalzar e Higino Tenório;
- ▶ Conferência “Manejo do Mundo no Noroeste Amazônico”, de Aloisio Cabalzar, Faculdade de Educação da UFMG, setembro;
- ▶ Publicação de *Petróglifos Sul-Americanos*, em coedição ISA e Museu Paraense Emílio Goeldi, com apresentação “Petróglifos no Alto Rio Negro: visão contemporânea dos povos indígenas”, de Aloisio Cabalzar;
- ▶ Elaboração de material em Tukano sobre mitos de origem de constelações, da lua e do sol e da via láctea (em fase de impressão);
- ▶ Participação em intercâmbio da RCA ao Parque Indígena do Xingu, em outubro;

## Indicadores

- ▶ Publicações em português e nas línguas indígenas;
- ▶ Diários de registro dos agentes indígenas de manejo;
- ▶ Registro e disponibilização para pesquisa nas escolas indígenas de conhecimentos rituais.

## Perspectivas

- ▶ Publicação em português sobre calendário no noroeste amazônico;
- ▶ Elaboração de projeto para realizar o registro audiovisual de um ciclo anual;
- ▶ Realização de seminário transfronteiriço sobre ciclos e calendários indígenas no noroeste amazônico (ago/2011);

## Melhores momentos

- ▶ Publicação do livro *Manejo do Mundo*, coletânea sobre as pesquisas indígenas e conjuntas;
- ▶ Realização do seminário *Manejo do Mundo* em São Gabriel da Cachoeira;
- ▶ Matéria de Marcelo Leite na Folha de S. Paulo, sobre atividades que ISA apóia no Rio Tiquié;
- ▶ Animação dos Agentes Indígenas de Manejo Ambiental;
- ▶ Participação do encontro com arqueólogos de todo o mundo em Manaus;
- ▶ Intercâmbio no Xingu.



# Rio Tiquié - Rios e peixes

## O que é

Desenvolvimento de modelos de manejo sustentável dos peixes na Bacia do Rio Tiquié, aliando conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos adaptados, por meio de parceria direta com associações indígenas. Tem duas linhas de ação:

- Elaboração, implementação e avaliação de medidas de manejo sustentável dos peixes. Construir e implementar experiências de manejo dos peixes;
- Monitoramento de práticas e produção da pesca com pesquisadores locais: os Agentes de Manejo Ambiental (Aimas) e voluntários.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore e Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI (associações indígenas).

### ▶ Parcerias

Acimet, Acirc, Aciru, Aeity, Aeitu, Aetikap, Atriart, Cipac, Coitua, OIBV, OIDS, 3TIIC; Foin.

## Equipe

Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (Aimas) e voluntários da pesquisa sobre pesca (Acimet, Acirc, Aciru, Aeity, Aeitu, Aetypp, Aetikap, Atriart, Cipac, OIBV, OIDS, 3TIIC; Atriart); Aloisio Cabalzar; Pieter van der Veld.

*Colaboradores:* Renata Eiko Minematsu, Flavio CT Lima.

## O que foi feito

- ▶ Publicação de comunicação "Pesca no Tiquié" no livro *Manejo do Mundo* (ISA, 2010);
- ▶ Publicação de comunicação "Inventário das espécies de peixe no rio Tiquié", no livro *Manejo do Mundo* (ISA, 2010);
- ▶ Registro diário da produção de pesca em unidades domésticas do Tiquié e afluentes, em conjunto com os Agentes Indígenas de Manejo (atualmente há cerca de 80 pescadores que registram suas pescarias);
- ▶ Oficina de elaboração de mapas das áreas de manejo de comunidades;
- ▶ Edição do mapa da área de manejo das comunidades de São Francisco, Maracajá, Santo Antônio e São João;
- ▶ Implementação de banco de dados com mais de 15 mil registros de pescarias de 166 pescadores em 39 comunidades;
- ▶ Verificação dos registros desse Banco de Dados;
- ▶ Realização de encontros nas comunidades com os voluntários e Aimas envolvidos nessa pesquisa.

## Indicadores

- ▶ Planos de manejo dos recursos pesqueiros formulados pelas associações;
- ▶ Oficinas sobre manejo sustentável dos peixes nos rios, lagos e outros ambientes aquáticos;
- ▶ Publicações de apoio ou com base nessas iniciativas;
- ▶ Número de lagos submetidos a um período de repouso/reserva;
- ▶ Número de comunidades e pesquisadores indígenas (Aimas e voluntários) envolvidos na pesquisa;
- ▶ Número de fichas de pesquisa preenchidas e digitalizadas no banco de dados da Pesquisa de Pesca;
- ▶ Relatórios e NSAs com análises dos dados da pesquisa.

## Avaliação

Houve continuidade dos registros das pescarias. Não houve um grande encontro sobre manejo dos peixes na Bacia do Tiquié, como aconteceu em 2008 e 2009. Em lugar disso, investiu-se na sistematização e edição do material já reunido, o que deve ser concluído em 2011. A assessoria do ISA no Tiquié continua sobrecarregada, resultando em acompanhamento insuficiente dos novos voluntários. Em alguns casos, a falta de cadernos de fichas ou erros na metodologia de anotações foi tardiamente detectada, prejudicando a pesquisa. A digitalização dos cadernos das fichas de pesca continua sendo feita em São Gabriel da Cachoeira por uma estagiária. Foram feitas revisões e aprimoramentos na programação da base de dados, mas ainda há necessidade de serem finalizadas.

## Perspectivas

- ▶ Publicação em tukano e português dos dois encontros sobre manejo dos peixes na Bacia do Tiquié realizados em 2008;
- ▶ Publicação de relatório analítico com base no banco de dados das pescarias registradas a partir de 2005;
- ▶ Publicação de três novos mapas das áreas de manejo das comunidades do Tiquié.

# Rio Tiquié - Paisagens florestais

## O que é

Um levantamento etnoecológico das paisagens florestais no Alto e Médio Tiquié, em conjunto com o ensino médio da Escola Tuyuka e os Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (Aimas) associados às associações Aeity, Acirc e Acimet, formando os alunos e os Aimas por meio de pesquisa participativa. Os dados coletados podem servir como plataforma de discussão sobre a gestão territorial e manejo de recursos florestais. É uma pesquisa intercultural e interdisciplinar.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore; Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI (associações indígenas).

### ▶ Parcerias

Aeity, Aeity, Acirc, Acimet.

## Equipe

Conhecedores tradicionais Tuyuka e Tukano (Aeity e Acimet); Aimas das associações Aeity e Acimet; Professores e alunos do Ensino Médio Tuyuka, Aloisio Cabalzar, Marcus Schmidt, Pieter van der Veld.

## O que foi feito

▶ Levantamento ecológico e etnobotânico de caranazais nas áreas de manejo das comunidades de São Pedro e Cachoeira Comprida. Dos caranazais são extraídas as folhas dessa palmeira para cobertura das casas. O caraná encontrado na área da pesquisa foi contado e agrupado em categorias definidas pelos conhecedores indígenas. Outras plantas lenhosas encontradas na área da pesquisa também foram contadas e medidas. Por meio dessa pesquisa foram tratadas as mais diversas matérias: o sistema de coordenadas geográficas, técnicas de desenho (em escala, 2-D e 3D) e matemática. Os velhos ensinaram aos jovens o uso de cada planta encontrada.

▶ Publicação de comunicação “Manejo do Caraná no Alto Tiquié” no livro *Manejo do Mundo* (ISA, 2010);

▶ Publicação de comunicação “Capoeiras tuyuka. Processos de restauração e recuperação de terras degradadas”, no livro *Manejo do Mundo* (ISA, 2010);

▶ Publicação de comunicação “Trilhas tuyuka. Um estudo das paisagens florestais no Alto Tiquié”, no livro *Manejo do Mundo* (ISA, 2010);

▶ Levantamento ecológico e etnobotânico do igapó, uma floresta ciliar que fica inundada durante as enchentes. Houve dois períodos de pesquisa no Médio Tiquié.

Prof. Ramos faz uma avaliação de uma capoeira inicial – *mama wiariro*. Observa-se a predominância de árvores cultivadas, em vermelho. O sistema agrícola dos Tuyuka acaba interferindo no processo de recuperação das florestas

## Indicadores

- ▶ Pesquisadores indígenas (alunos e professores do ensino médio Tuyuka, Aimas) aperfeiçoados nas técnicas de representação das paisagens florestais e formados para a pesquisa participativa e monitoramento ambiental;
- ▶ Relatórios de pesquisa;
- ▶ Etnomapas;
- ▶ Plano de manejo de paisagens;
- ▶ Materiais publicados nas línguas indígenas.

## Avaliação

Os alunos do ensino médio Tuyuka estão muito interessados e participam da pesquisa com entusiasmo. É uma forma adequada de descrever as paisagens florestais, aliando conhecimentos indígenas e científicos ocidentais. O estudo de igapó está no início e deve continuar nos próximos anos para que seja mais completo.

## Perspectivas

- ▶ Continuar a pesquisa de paisagens Tuyuka, finalizando relatório sobre o estudo dos caranazais;
- ▶ Continuidade da pesquisa sobre igapós na região de Pirarara, com bons resultados;
- ▶ Retomar pesquisa sobre capoeiras;
- ▶ Iniciar uma pesquisa sobre sistemas agrícolas na região da comunidade de São José, no Médio Tiquié.

## Melhores momentos

- ▶ Publicações incluídas no livro *Manejo do Mundo*.

Marcus Schmidt/ISA



# Rio Tiquié - Geração de renda

## Inventário florestal de matéria-prima de artesanato

### O que é

Trata-se de um inventário florestal da sorva (*Couma utilis*), utilizado na confecção do banco tukano (kumurõ), artesanato ritual carregado de simbologia, mas que também está sendo produzido para o mercado. O inventário da sorva é uma pesquisa participativa, que tem como objetivo estudar a densidade, a distribuição, a fenologia e a regeneração dessa árvore e avaliar qual o impacto de sua exploração para a comercialização do banco. Os resultados dessa pesquisa devem levar a recomendações para chegar a um manejo sustentável da matéria-prima.

### Parcerias e fontes de financiamento

#### ▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore

#### ▶ Parcerias

Atriart, Aeitũ, Aeity, Acirc, Acimet.

### Equipe

Aimas das associações Atriart, Aeitũ, Aeity, Acirc e Acimet; Conhecedores tradicionais; Marcus Schmidt, Pieter Jan van der Veld.

### O que foi feito

- ▶ Publicação de comunicação "Manejo florestal participativo da sorva;
- ▶ Produção sustentável do banco tukano - kumurõ", no livro *Manejo do Mundo* (ISA, 2010);
- ▶ Atividades de monitoramento do crescimento e árvores derrubadas por parte dos artesãos.

### Indicadores

- ▶ Pesquisadores indígenas formados para a pesquisa participativa e monitoramento ambiental;
- ▶ Relatório de pesquisa;
- ▶ Imagens de satélites com registro das sorvas;
- ▶ Plano de manejo de sorva em fase de elaboração;
- ▶ Sorvas plantadas pelos artesãos.

### Avaliação

Não houve recursos para novas atividades do ISA. A equipe se limitou a conversas e supervisões pontuais. A venda dos bancos continua, principalmente na região de Pirarara-poço, Médio Tiquié.

### Perspectivas

- ▶ Buscar fontes de financiamento para continuar o inventário florestal da sorva, incluindo novas áreas da pesquisa.

# Rio Tiquié - Bem estar das comunidades

## Segurança alimentar - produção alternativa

### O que é

Trata-se do desenvolvimento de modelos de produção alternativa: piscicultura, avicultura, meliponicultura e manejo agroflorestal. O objetivo é aumentar a segurança alimentar de comunidades e escolas indígenas, com atividades complementares de treinamento técnico e capacitação administrativa das organizações indígenas, com foco nos agentes de manejo, alunos e professores das escolas indígenas, diretores das associações locais. A produção alternativa é uma linha de ação complementar ao manejo sustentável dos recursos naturais. Além disso, a produção alternativa serve como um instrumento de ensino na educação indígena diferenciada.

### Parcerias e fontes de financiamento

#### ▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore

#### ▶ Parcerias

3TIIC; Aatizot; Acimet; Aeitu; Aeity; Aeitypp; Atriart; Cipac; Foirn; Instituto Iraquara; OIDS.

### Equipe

Alunos de Ensino Médio Tuyuka (Aeitt); Coordenador agrícola (Aeity); Fernando de Oliveira (Instituto Iraquara); Monitores (3TIIC, Aatizot, Acimet, Aeitt, Aeity, Aeitypp, Atriart, Cipac, OIDS); Técnicos indígenas (Atriart); Pieter van der Veld.

### O que foi feito

- ▶ Aumento geográfico da atividade de piscicultura, de uma atividade originalmente restrita a área de Alto Tiquié (atuação da Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (Atriart)), em uma atividade que abrange a maior parte do Tiquié (da parte Alto Tiquié Colombiano até o Médio Tiquié), com envolvimento de dez associações e três escolas indígenas;
- ▶ Produção de alevinos em dois lugares, a Estação Caruru e a Escola Tuyuka;
- ▶ Estágios em piscicultura na Estação Caruru;
- ▶ Oficinas de construção de açudes de engorda de peixe em três lugares, com participantes de dez associações do Médio e Alto Tiquié;
- ▶ Produção de três informativos sobre atividades agrícolas alternativas (piscicultura, avicultura e manejo agroflorestal) pela Escola Tukano Yupuri;

### Indicadores

- ▶ Quantidade de alevinos produzidos;
- ▶ Quantidade de unidades de reprodução em funcionamento;
- ▶ Quantidade de açudes de engorda em funcionamento;
- ▶ Quantidade de novos açudes em construção;
- ▶ Quantidade de estagiários de piscicultura na Estação Caruru;
- ▶ Quantidade de oficinas de produção agrícola alternativa;
- ▶ Quantidade de meliponários e quantidade de colméias em cada meliponário;
- ▶ Quantidade de galinheiros comunitários e escolares e a quantidade de galinhas mantidas nesses galinheiros.

### Avaliação

A assessoria da ISA esta cada vez menos envolvida nas atividades de produção alternativa. A coordenação e execução dessas atividades ficam na maior parte sob a responsabilidade de técnicos indígenas, professores e alunos das escolas indígenas diferenciadas e líderes locais. O apoio técnico da assessoria do ISA acontece esporadicamente. Em 2010, a assessoria ficou mais ocupada pelas pesquisas florestais e as pesquisas da pesca, além ajudar as associações indígenas na gestão administrativa de seus projetos.

Os técnicos da Atriart estão oferecendo assistência aos piscicultores de dez associações indígenas, incluindo Alto Tiquié colombiano, Vaupés colombiano até o Médio Tiquié brasileiro. A participação do ISA se restringiu ao acompanhamento da gestão administrativa do Projeto da estruturação de piscicultura do Alto e Médio Tiquié, apoiado pelo PDPI.

# Rio Uaupés - “Repensando a relação entre gentes (*masá*) e a natureza (*marî katisé*)” Manejo ambiental, educação, fortalecimento institucional e registro/valorização do patrimônio cultural

## O que é

Trata-se de uma iniciativa de ampliação de pontos de diálogo com as populações indígenas advinda da experiência do ISA no Distrito de Iauaretê, município de São Gabriel da Cachoeira, relacionadas a três pontos: manejo ambiental, educação e afirmação/registo cultural.

Repensar a relação entre as gentes e a natureza, tomada como um programa de ações, significa criar esferas de diálogo e registro das experiências na interface entre a cosmologia, os conhecimentos tradicionais indígenas, suas instituições sociais e a cosmologia ocidental/científica, suas técnicas e estruturas políticas e sociais. Estas esferas de diálogo são assembleias, reuniões, programas de pesquisa com moradores da região e assessores externos, produção de livros, imagens e filmes além de mapeamentos participativos com conteúdos que expressem a visão de mundo dos povos do distrito de Iauaretê e sua reflexão original sobre as relações com os brancos.

Garantir o acesso da população indígena aos seus direitos legais e informar-lhes de seus deveres também faz parte de uma revisão da inserção da população e das organizações indígenas nas políticas de assistência social e de desenvolvimento do Estado. Em outras palavras, é preciso assegurar, além do usufruto das terras, os seus direitos à especificidade cultural e social e à liberdade de expressão em seus próprios termos.

Para tanto, o componente Uaupés do Programa Rio Negro se apoia solidamente na criação de espaços públicos onde os temas tomados como prioritários pela população indígena possam ser debatidos, registrados e encaminhados de maneira que as distinções entre produção/registo cultural, educação disciplinar/diferenciada e parentesco/política representativa possam ser minimizadas por meio da legitimação do discurso indígena e do empoderamento das associações de base em um processo que garanta a expressão de seus projetos e problemas locais em seus próprios termos.

Atualmente esta linha de ação propõe desempenhar iniciativas integradas que enfrentem e amenizem alguns dos problemas mais graves que a região enfrenta atualmente, quais sejam: a falta de peixes nos rios, a dependência exagerada de produtos industrializados e assessoria externa no desenvolvimento de iniciativas de produção de alimentos e renda, bem como a desvalorização dos conhecimentos tradicionais por parte dos jovens.

## Parcerias e fontes de financiamento

Foirn; Coidi; Cerci; Escola Estadual Indígena São Miguel; Neai/Ufam; MinC/Iphan; PDPI/MMA; Fundação Gordon e Betty Moore; Vídeo nas Aldeias, Estação de Piscicultura de Iauaretê.

## Equipe

André Martini (antropólogo) e Adão Oliveira Tariana (Antropólogo)  
Colaboradores: Lúcia Alberta (Antropóloga/ISA); Renata Alves (Geoprocessamento ISA); Renata Souza (Tipográfico Comunicação); Paulo Lara (consultor); Ivo Fontoura Tariana (Antropólogo/Cetam - Centro de Educação Tecnológica do

Amazonas); Gilton Mendez (Antropólogo/Ufam); Carlos Dias Jr. (Antropólogo/Ufam); Vincent Carelli (Antropólogo/Cineasta, Vídeo nas Aldeias); Ana Gita de Oliveira (Antropóloga/Iphan); Geraldo Andreello (Antropólogo/UFSCar); Geraldo Veloso Tukano (Educador/Cepi, Escola São Miguel); Aline Scalfaro; Olavo Reis; Ana Carolina Romão (mestrandos UFSCar).

## O que foi feito

### ► ESTAÇÃO DE PISCICULTURA DE IAUARETÊ/MANEJO AMBIENTAL

- Este ano, devido à dificuldades administrativas e mudança da equipe do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI/MMA), principal financiador das ações em Iauaretê, todos os repasses financeiros para a Estação de Piscicultura ficaram indisponíveis a partir de e abril, o que representou grande desafio para a equipe na questão da auto-sustentabilidade. Os técnicos tiveram que se dedicar mais às atividades tradicionais de produção para manter sua família e, ao mesmo tempo, manter uma rotina mínima na estação. Apesar das dificuldades daí derivadas, como atraso de algumas atividades, falta de pagamento da ajuda de custo - o que causou transtornos para as famílias dos técnicos - a Estação de Piscicultura continuou com algumas atividades, manteve sua infraestrutura e um plantel de peixes em colaboração com o projeto 97 (Revitalização Cultural de Iauaretê) e a Escola Estadual Indígena São Miguel. Isso dá mostras da resiliência da equipe e da atividade de piscicultura tal como foi apropriada pelos técnicos e lideranças de Iauaretê. Abriu-se, então, um debate sobre como não depender de fontes de recursos externas, que se desenvolverá em 2011.

- Articulação entre a equipe técnica da Estação de Piscicultura e a diretoria da Escola Estadual Indígena São Miguel produziu uma rotina de aulas diferenciadas, contando como carga horária para disciplinas. Aproximadamente duas vezes por semana os alunos do ensino médio e professores participaram dentro da estação de todas as atividades dos técnicos (construção/manutenção de viveiros, manejo de peixes, reprodução artificial, distribuição de peixes em áreas alagadas), o que resultou em um maior conhecimento das atividades da estação e uma formação inicial em piscicultura para cerca de 30 alunos.

- Incorporação de técnicas tradicionais de pesca e manejo na produção de peixes na Estação de Piscicultura: por meio de oficinas de conhecimentos tradicionais em parceria com o PDPI, foram incorporados oito tipos de armadilhas na captura de matrizes nos rios da região, o que tem o potencial de substituir as malhadeiras em todas as atividades de pesca de matrizes da estação a médio prazo.

- Manejo de espécies de peixes que não exigem procedimentos laboratoriais para reprodução em cativeiro, o que diminui a dependência de insumos e recursos externos contribuindo para a sustentabilidade econômica e social do projeto.

- Os trabalhos comunitários (*wayuris*) se tornaram o principal meio de manutenção da Estação de Piscicultura. Com a realização das oficinas do



projeto manejo pesqueiro do PDPI na estação, alunos e seus pais têm se envolvido nas atividades de trabalho comunitário, o que melhorou consideravelmente as instalações e a participação social no projeto, diminuindo a dependência de recursos externos.

- Investimento em engorda de peixes como forma de trazer sustentabilidade financeira para a Estação de Piscicultura: os técnicos decidiram engordar cerca de 2000 peixes para manutenção da equipe e venda. O excesso de produção será comercializado no povoado a preços subsidiados e a renda será revertida para a equipe indígena do projeto de manejo pesqueiro.

- Iniciadas as obras para construção de um viveiro-escola para os alunos da Escola Estadual Indígena São Miguel.

#### ► EDUCAÇÃO - ESCOLA SÃO MIGUEL/CENTRO DE PESQUISADORES INDÍGENAS DE LAUARETÊ

- Instalação de um Ponto de Cultura na escola, através da Rede Povos da Floresta/ACMA com financiamento do Ministério da Cultura (MinC). Isso permitiu uma melhor estrutura para os projetos de registro, valorização e fortalecimento cultural, bem como um incremento na produção de filmes e acervo fotográfico. Também ampliou o acesso à informação e comunicação por meio da disponibilização de mais terminais de internet na Escola. A gestão desse ponto é totalmente autônoma, contando com participação da Foirn, diretoria da Escola, Conselho Gestor de Projetos de lauretê e assessoria do ISA.

- Registro audiovisual da semana dos povos indígenas de lauretê permitiu a montagem de um filme de aproximadamente uma hora de duração, no qual destacam-se os diferentes ritmos e estilos de quatro etnias de lauretê (Tukano, Tariano, Desano, Pira-Tapuia e outros povos) na performance de danças com instrumentos (cariço) e na dança tradicional *Kapiwaia*. O filme já foi produzido e será exibido na Escola durante aulas e eventos.

- Manutenção da videoteca e uma biblioteca interculturais do Projeto Cerci no povoado. Com aproximadamente 120 títulos escritos e 40 DVDs, trata-se da biblioteca mais completa à disposição da comunidade. Com apoio de um pesquisador do Centro de Pesquisadores Indígenas de lauretê - Cepi (financiado pela Fundação Moore/ISA), todo o acervo foi catalogado, o que permite controle de empréstimos. A biblioteca, que fica no prédio da Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de lauretê (Coidi), foi usada por estudantes, pesquisadores, professores e conhecedores tradicionais no ano de 2010.

- Manutenção das atividades do Cepi: com oito alunos secundaristas selecionados pela escola e a preparação de um espaço físico com equipamentos (computadores, impressoras, GPS, gravadores digitais, câmeras fotográficas) para apoiar suas atividades. Foi produzido um primeiro artigo e um power point resultantes da pesquisa "Censo Socioeconômico e pesquisa de opinião sobre pesca em lauretê", com os dados da comunidade de Vila Fátima. Esses produtos mostraram para os pesquisadores e financiadores o potencial da pesquisa, uma das mais completas já realizadas no povoado. Tal resultado orientará o processamento de dados/geração de novos textos de outras comunidades e a publicação do livro deverá acontecer no final de 2011.

- Além disso, os pesquisadores estão desenvolvendo pesquisas nos seguintes temas: suicídio entre as populações indígenas na região e histórico das instituições presentes em lauretê. Os resultados serão entregues em junho de 2011.

- Cartografia Cultural na região de lauretê: No começo de 2010, com o final das atividades de campo da pesquisa do Censo, a coordenação do Cepi e o Conselho Gestor de Projetos priorizaram uma pesquisa sobre lugares sagrados na região de lauretê, tanto em sua dimensão horizontal (espacial, geográfica e paisagística) quanto em sua dimensão vertical (profundidade de significados culturais desses lugares, ligados às narrativas de origem e, também, à ética/estética do cotidiano dos povos indígenas de lauretê. Num primeiro momento, os pesquisadores receberam treinamento instrumental no manejo de GPS (para que o trabalho fosse georreferenciado), entrevistas com velhos conhecedores e registro audiovisual feito por assessor do ISA. Em julho de 2010, aconteceu uma oficina de Cartografia com o apoio de Renata Alves (geoprocessamento/ISA) e conduzida pelo consultor Paulo Hunold Lara, especialista. Nesta oficina, foi dada uma formação mais substancial para cerca de 15 pessoas (Cepi, lideranças, Estação de Piscicultura, Escola São Miguel), desde a leitura de mapas impressos, cálculo de escalas, coordenadas geográficas e manejo avançado do GPS. Também foi criado um banco de dados unificado para armazenar os dados da pesquisa, bem como um processamento autônomo que permite plotagem de mapas georreferenciados direto no programa *Google Earth*, o que reduz a dependência do laboratório de geoprocessamento do ISA.

#### ► REGISTRO - VALORIZAÇÃO CULTURAL

- Apesar da queima criminososa da maloca do Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de lauretê (Cerci), os enfeites repatriados do Museu do Índio em Manaus continuam sendo usados em cerimônias em lauretê e em comunidades próximas. Além disso, a Coidi encomendou uma caixa tradicional para guardá-los, junto aos Tuyuka do Igarapé Umari (*Basá Busá A'kapi*).

- Envolvimento dos *kumua* (benedizores) no projeto de revitalização cultural em projetos educativos e produtivos como instrutores remunerados, o que ampliou o poder de diálogo dos conhecedores tradicionais e sua



André Martini/ISA

Oficina de Cartografia no Cepi.

participação política, além de ter dado mais chances para os jovens tomarem contato com os conhecimentos tradicionais de sua região por meio de oficinas, aulas e palestras.

- Mais de 30 lugares sagrados registrados em banco de dados, incluindo o Baixo Uaupés, lauretê e Papuri, com registro audiovisual da narrativa de velhos conhecedores.

- Produção adiantada de mais um volume "Narradores Indígenas", do sib Tukano Kimaro Porã.

- Visita do Secretário Executivo do MinC a São Gabriel da Cachoeira e a lauretê, Alfredo Manevy, entre fevereiro e março de 2010. O então titular da pasta esteve em visita informal à região. Manevy entrou em entendimento com a Foirn e demandou apoio do ISA para conhecer a Cachoeira de lauretê, patrimônio imaterial nacional registrado no livro de lugares do Iphan.

Nessa viagem, teve oportunidade de conhecer parte dos 87 projetos de registro/valorização cultural que a Foirn e ISA estão desenvolvendo/planejando em todo o Rio Negro. Assistiu a danças tradicionais na Escola São Miguel e recebeu uma homenagem durante uma festa tradicional na maloca Koivathe, onde foram usados os ornamentos repatriados do Museu do Índio em Manaus. Essa visita abriu caminho para a elaboração de um acordo de cooperação técnica entre MinC-Iphan, Foirn e ISA para fomento dessas iniciativas na região (ver fortalecimento institucional).

- Oficina de Editoração de textos com a consultora Renata Alves, em São Gabriel da Cachoeira, na qual dez pessoas de lauretê aprenderam os fundamentos de redação e montagem do informativo Katisehé.

#### ► FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL COIDI/FOIRN

- Manutenção do Comitê Gestor de Projetos com um membro da Coidi, um membro da Escola São Miguel, um membro da Estação de Piscicultura de lauretê e um membro do Centro de Estudos e Revitalização das Culturais Indígenas de lauretê (Cerci). Estes representantes coordenam as demandas, atividades e resultados de diversos projetos realizados no povoado de lauretê. Em 2010, o comitê realizou três reuniões.

- Visita inicial dos técnicos do Iphan - Regional Manaus para levantamento técnico no processo de restauração do antigo prédio do Hospital São Miguel, atual Cerci e sede da Coidi.

- Ampliação da parceria com o governo federal, por meio da elaboração de um Acordo de Cooperação Técnica entre MinC-Iphan, Foirn e ISA, reconhecido pelo Decreto nº 47 do Ministério da Cultura (que criou o programa cultural para o Alto e Médio Rio Negro), pela manifestação conjunta dos presidentes do Brasil e Colômbia em favor das atividades de registro e valorização cultural transfronteira e pela publicação do extrato do acordo no Diário Oficial da União. Cabe ressaltar que todos os projetos previstos para serem realizados nesse âmbito (20) foram apresentados pelo movimento indígena, e que as negociações têm, entre outras prioridades, a adaptação/construção de mecanismos jurídicos e administrativos que se relacionem melhor com a realidade política, social e cultural dos povos indígenas do Rio Negro.



Pesquisadores Indígenas durante registro de lugares sagrados.

## Indicadores

### ► PISCICULTURA

- Participação e mobilização social nas atividades (reuniões, *wayuris*, oficinas)
- Número de famílias e comunidades atendidas pelo projeto (assessoria técnica + recebimento de produção)
- Capacidade de articulação entre atividades de piscicultura, agricultura tradicional e atividades sociais, educacionais e de reafirmação cultural;
- Número de alevinos produzidos;
- Qualidade da participação da equipe técnica indígena;
- Articulação com as lideranças indígenas, comunidades e famílias no raio de ação do projeto, em especial no desenvolvimento de uma agenda conjunta de prioridades;
- Capacidade de responder às prioridades da comunidade e das lideranças indígenas;
- Elaboração de atividades que visem à formação de novos agentes locais disseminadores de conhecimentos de manejo de peixes e pesca.

### ► MANEJO AGROFLORESTAL

- Produção de parte dos alimentos e insumos para alimentação da equipe técnica e dos animais criados dentro da Estação de Piscicultura;
- Capacidade de articulação entre atividades de agricultura aplicada à produção animal, agricultura tradicional e atividades sociais e educacionais.

### ► ASSESSORIA ANTROPOLÓGICA

- Efetividade da gestão administrativa e financeira pela associação indígena;
- Efetividade do controle social das comunidades;
- Efetividade da articulação social entre atividades produtivas, assessoria técnica indígena, escolas e outras instituições públicas e demandas das lideranças, comunidades e famílias envolvidas no processo;
- Testar a capacidade de articulação entre conhecimentos técnicos voltados para a produção e conhecimentos tradicionais, em especial os que envolvem relação com os animais e o meio ambiente;

- Produzir formas alternativas de combinação entre conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais que auxiliem as atividades de manejo ambiental e a dinâmica social na região do Rio Uaupés;
- Defender a expressão dos conhecimentos indígenas e o seu respeito na elaboração de projetos e políticas públicas;
- Promover a participação direta das lideranças indígenas em instâncias decisórias e de produção de conhecimento;
- Auxiliar nos processos de inovação/incorporação dos conhecimentos tradicionais à processos sociais e econômicos heterogêneos (comércio, educação formal, produção, extrativismo).
- Auxiliar o acesso das populações indígenas a conhecimentos científicos, políticos e acadêmicos, além de garantir o conhecimento dos direitos e deveres legais que essas populações possuem.

## Perspectivas

- Integração de atividades de produção de alimentos, de formação de agentes locais de manejo e de reunião de conhecimentos tradicionais com participação de diversos setores da comunidade de lauretê e das comunidades mais próximas (técnicos indígenas, xamãs, lideranças representativas, professores e alunos de escolas, assessores externos) por meio da ação contínua do Comitê de Projetos e da Coidi.
- Finalização da primeira pesquisa do Cepi/lauretê e publicação dos dados relativos à população e à pesca na região;
- Realização de debates sobre a relação com os peixes incorporando aspectos xamânicos, ecológicos e jurídicos;
- Desenvolvimento de técnicas e unidades de piscicultura mais adaptadas ao contexto socio-ambiental regional, apostando em técnicas menos invasivas e de menor dependência externa, em especial criação de peixes que não demandem controle reprodutivo (desova espontânea). Iniciar experimentação com alimentação alternativa (frutos e farináceos) na manutenção de peixes e aves na Estação lauretê;
- Conclusão do Projeto Político Pedagógico da Escola São Miguel e garantia da participação de conhecedores tradicionais na formação dos alunos;
- Publicação e disseminação de coletâneas com conteúdos que expressem e defendam os conhecimentos tradicionais indígenas, elaborados por meio de pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores indígenas, assessores e conhecedores tradicionais;
- Fortalecimento da capacidade operacional e política da Coidi para influenciar processos de formulação de projetos e políticas públicas no distrito de lauretê.

## Melhores momentos

- Visita do Secretário Executivo do MinC, Alfredo Manevy a São Gabriel e lauretê com sua comitiva (Américo Córdula, Elaine Tozzi e Débora Peters).
- Festa tradicional em homenagem à visita do secretário na Maloca Tariana Koivathe, com apresentação e uso dos ornamentos repatriados do Museu do Índio em Manaus;
- Construção coletiva do Acordo de Cooperação Técnica MinC-Iphan/Foinr/ISA, com apoio previsto a 20 projetos da lista das ações de registro e valorização da Foinr;
- Finalização de um capítulo do livro "Censo Econômico e pesquisa de opinião sobre pesca em lauretê" e apresentação para os líderes e professores de lauretê;
- Finalização de quatro filmes sobre ações culturais em lauretê, sendo três deles filmados e produzidos pelo cineasta indígena, João Arimar Noronha Lana;
- Oficina de Cartografia em lauretê, que deu os fundamentos e organização para que mais de 30 lugares sagrados da região fossem registrados pelos pesquisadores do Cepi;
- Três jornadas de trabalho da equipe do ISA e Foinr, mais representantes das comunidades de base, em Brasília, para desenvolvimento dos marcos do acordo de cooperação técnica com o Ministério da Cultura e apresentação de alguns projetos em seu âmbito.
- Aprovação do pré-projeto MAPEO (Cartografia Cultural Binacional Brasil - Colômbia) pelo Iphan.



Secretário Executivo do MinC, Alfredo Manevy, diante dos *Basá Busá* repatriados, junto aos *kumua* Tariana e Tukano.

André Martini/ISA

# ISA Roraima

## O que é

2010 foi o segundo ano de atuação direta do ISA em Roraima, após a incorporação pelo Programa Rio Negro (PRN), em janeiro de 2009, dos projetos até então desenvolvidos pela Comissão Pró-Yanomami (CCPY). Além de dar continuidade aos projetos de Educação Yanomami (PEY) e de Gestão Territorial Yanomami (GT), neste ano o ISA Roraima inaugurou novas frentes de atuação para além da Terra Indígena Yanomami, iniciando a elaboração do Diagnóstico Socioambiental de Roraima e dando suporte técnico ao Conselho Indígena de Roraima para a montagem de um Sistema Georreferenciado (SIG) da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol.

O PEY busca o reconhecimento oficial da rede escolar Yanomami multi-lingue que respeite os processos próprios de aprendizagem, as propostas pedagógicas, que possua subsídios didáticos próprios e que seja formada por um quadro de docentes yanomami e mantida pelo governo brasileiro. Suas ações são voltadas principalmente à formação e certificação dos professores yanomami, ao apoio às escolas, à produção de materiais didáticos bilíngues e a referenciar políticas públicas educacionais adequadas ao contexto yanomami.

O GT busca promover a reflexão sobre a ocupação territorial da Terra Indígena Yanomami (TIY) e entorno, desenvolvendo ações de manejo agroflorestal, piscicultura e apicultura; elaborando diagnósticos socioambientais; promovendo a fiscalização e vigilância territorial; e acompanhando as políticas públicas, especialmente sobre saúde e mineração.

O projeto "Diagnóstico Socioambiental de Roraima: desenvolvimento econômico e valorização dos serviços ambientais no extremo norte da Amazônia brasileira" tem o objetivo de elaborar um diagnóstico amplo e atualizado capaz de subsidiar iniciativas de gestão territorial com responsabilidade socioambiental e contribuir na implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico com justiça social e valorização dos serviços ambientais em Roraima. O projeto é financiado com recursos da Fundação Moore desde fevereiro/2010, e será concluído em agosto/2011.

Marcos Wesley/ISA



O ISA apoiou a Assembleia Geral da Hutukara, realizada entre 1 e 7 de novembro no Toototobi, Terra Indígena Yanomami.

O ISA Roraima tem como seus principais parceiros a Hutukara Associação Yanomami (HAY), organização fundada em 2004 e presidida pelo líder Davi Kopenawa Yanomami, e a Wataniba – Asociación para el Desarrollo Humano Multiétnico de la Amazonía, sediada na Venezuela.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ▶ Parceiras

Hutukara Associação Yanomami (HAY), Conselho Indígena de Roraima (CIR), Wataniba – Asociación para el Desarrollo Humano Multiétnico de la Amazonía (Venezuela), Fundação Rainforest dos Estados Unidos, Survival International e Núcleo Inskiran da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

### ▶ Fontes de financiamento

Ajuda da Igreja da Noruega (AIN), Embaixada da Noruega, Fundação Gordon & Betty Moore. Fundação Rainforest da Noruega (RFN), Funai/CGEL.

## Equipe

Marcos Wesley de Oliveira (indigenista, coordenador adjunto do PRN responsável pelo ISA/Roraima), Lídia Montanha Castro (pedagoga, coordenadora do PEY), Ana Maria Antunes Machado (pedagoga, assessora do PEY), Ana Paula Souto Maior (advogada, assessora do ISA/RR), Clarisse do Carmo Jabur (antropóloga, assessora do PEY), Ciro Campos (biólogo, assessor do projeto Roraima Socioambiental), Dafran Gomes Macário (biólogo, assessor do GT), Hanna Cibele Lins Rocha Limulja (antropóloga, assessora do PEY), Lucineide Veras Lima (auxiliar de serviços gerais); Marcolino da Silva (motorista), Matthieu Jean Marie Lena (cientista social, analista de administração), Moreno Saraiva Martins (antropólogo, assessor do GT), Sidinaldo Lima dos Santos (auxiliar administrativo).

**Colaboradores:** Bruce Albert (antropólogo, diretor de pesquisa no Institut de Recherche pour le Développement e pesquisador associado do ISA), François-Michel Le Tourneau (geógrafo, pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique da França, pesquisador associado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB e pesquisador associado do ISA), Helder Perri Ferreira (linguista), Judite Gonçalves Albuquerque (educadora, Universidade do Estado do Mato Grosso Unemat), Márcio Santilli (filósofo, ISA/PPDS), Maria Cristina Troncarelli (educadora), Maurice Tomioka Nilson (geógrafo, Inpa), Mauro Cornacchioni Lopes (engenheiro de pesca), Ralme Gischewski Borges (apicultor), Rogério do Pateo (antropólogo, professor da UFMG).

## O que foi feito

### ▶ PROJETO DE EDUCAÇÃO YANOMAMI (PEY)

A atividade de maior destaque em 2010 foi o 2º Encontro de Coordenadores Regionais Yanomami de Educação que aconteceu nos meses de fevereiro e março na sede da Hutukara Associação Yanomami (HAY), quando foram discutidas as atribuições e responsabilidades dos diferentes atores envolvidos

com a educação escolar yanomami, a começar pelos próprios yanomami enquanto lideranças, alunos, professores, gestores da HAY, e incluindo também o sistema estadual de ensino, o Ministério da Educação e as organizações de apoio. Também foram realizadas oito assessorias pedagógicas nas regiões do Demini, Toototobi, Parawau e Auaris direcionadas para a finalização dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de 14 escolas, sendo dez delas já reconhecidas pelo Estado. Houve ainda a produção de sete jornais nas línguas Yanomami e a elaboração de um livro de atividades de matemática na língua Sanõma. Por fim, houve a organização da documentação do Magistério Yarapiari que resultou numa coleção de sete volumes, além das pastas individuais dos 18 professores formados em 2009.

As ações realizadas pelo PEY em 2010 foram:

- 2º Encontro dos coordenadores regionais yanomami de educação (24/03 a 05/04), na sede da HAY, com participação também dos diretores da HAY, equipe do ISA-PEY e da Diocese/RR.
- Oito visitas para assessoria pedagógica nas regiões do Demini (18 a 30/03), Parawau (18 a 30/03 e de 15 a 30/10), Toototobi (31/03 a 30/04 e de 17 a 30/09), Auaris (31/03 a 30/04 e de 07 a 25/08) e Paapiu (21/09 a 11/10).
- Pesquisa e documentação da língua Yanomama do Paapiu com registro de festas, cantos, caçadas. Elaboração do Dicionário multimídia (em andamento) e registro de histórias pelos pesquisadores Yanomama (em andamento).
- Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das oito escolas do Toototobi (seis reconhecidas e duas ainda não reconhecidas), da escola do Demini (reconhecida) e das cinco escolas do Parawau (três reconhecidas e duas não reconhecidas) foram completados, revisados e traduzidos para a Língua Portuguesa.
- Organização da documentação completa do Magistério Yarapiari configurado como uma memória técnica de todo o processo formativo de 2001 a 2009, formando uma coleção composta de sete volumes mais a organização das pastas individuais dos 18 professores formados em 2009.
- Orientação para inscrição de seis professores no vestibular do Instituto Inskiran da UFRR e realização de uma oficina preparatória para o vestibular (6 a 11, 14 a 18/06)
- Participação na reunião de criação do Território Etnoeducacional Yanomami e Ye'kuana (TEEYY) (30 e 31/08), com a participação de 50 representantes regionais indígenas.
- Participação da I Reunião do Comitê Gestor do TEEYY (10 a 12/11) com a presença de 30 representantes indígenas.
- Retirada de documentação pessoal de nove professores Yanomami para contratação temporária junto a SECD/RR; essa atividade se estendeu nos meses de março a maio.
- Participação no Encontro Temático da Rede de Cooperação Alkternativa (RCA) sobre valorização cultural, no Rio de Janeiro (27 a 30/09) e do Intercâmbio da RCA no Xingu, cujo tema foi vigilância territorial (15 a 20/10).
- Participação no Seminário de Ensino Superior Indígena na UFRR (25 a 27/10).

#### ► PROJETO GESTÃO TERRITORIAL YANOMAMI (GT)

Em 2010 ocorreram atividades em três regiões da Terra Indígena Yanomami - Auaris, Ajarani e Surucucus – além de ações voltadas à fiscalização e vigilância territorial e acompanhamento das políticas públicas.

Na região de Auaris trabalhou-se diretamente em três eixos principais de trabalho:



- Adensamento de dados sobre a região, aprofundando o Diagnóstico Socioambiental de Auaris realizado em 2007 pela CCPY. Trabalhou-se em conjunto com o Projeto de Educação Yanomami (PEY) em cursos e oficinas ministrados aos professores Sanõma. Nessas ocasiões, direcionaram-se conjuntamente os conteúdos trabalhados em sala de aula para questões de uso do território e dos recursos ambientais da região;

- Ações de manejo agroflorestal que, após um diagnóstico sobre a produção agrícola dos Sanõma, apontou para a formação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) como uma ação potencialmente importante para a diversificação da produção de alimentos e para a recuperação de áreas degradadas pelo uso contínuo. Um período de trabalho de campo foi dedicado a oficinas de manejo agroflorestal e criação de SAFs na região de Auaris;

- As ações de piscicultura que, neste ano, concluíram a 1ª etapa do processo de implementação na região, desde a reforma dos tanques, até o povoamento e engorda dos peixes.

Na região do Ajarani, trabalhou-se na capacitação de duas comunidades da região em atividades de manejo do seu território. Os resultados dessas atividades foram tanto o adensamento de informações sobre a região quanto a criação de alternativas econômicas aos trabalhos de diaristas nas fazendas que ficam dentro e fora da Terra Indígena Yanomami, e que em geral remuneram muito pouco os indígenas. Além disso, essas ações favorecem a vigilância da TIY através do incentivo de práticas de manejo do território, que resultam na ocupação e uso de uma maior área, o que coíbe invasões da TIY. As atividades realizadas foram: oficina de construção de canoa, ministrada por dois consultores Ye'kuana, da Terra Yanomami, para os indígenas da comunidade Cachoeirinha; apoio logístico para o manejo

de castanha do Brasil, apoiando a venda de 600kg coletados pelas comunidades da região; mapeamento dos castanhais da região com objetivo de otimizar a cadeia produtiva da castanha do Brasil na região.

Na região de Surucucus realizou-se um “Diagnóstico Socioambiental” que contou com a participação do consultor François Michel, antigo colaborador do ISA/CCPY. Foi ministrada uma oficina de GPS para dez Yanomami da região. Essa oficina permitiu que os indígenas coletassem dados independentemente da presença da equipe do ISA, o que permitiu um aprofundamento no conhecimento da região.

As ações de acompanhamento das políticas públicas federais, através da equipe do ISA Brasília e Roraima, em parceria com a Hutukara - incluindo a presença de lideranças em Brasília e uma campanha na internet - contribuíram de forma significativa para a criação, no final de 2010, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no lugar da Funasa. Trata-se de uma antiga reivindicação do movimento indígena e das organizações da sociedade civil que apoiam os povos indígenas. Esse reposicionamento “para cima”, com a criação de uma secretaria vinculada diretamente ao gabinete do Ministro da Saúde, deve resultar, a médio prazo, num aumento da cobertura e da qualidade do atendimento especializado aos povos indígenas. Para tanto será preciso uma seleção adequada de pessoal, através de concurso público, a nomeação de pessoas competentes para os cargos de confiança e que se garanta a real autonomia administrativa dos distritos sanitários especiais indígenas (DSEIs) como unidades gestoras. Em relação ao garimpo, tendo em vista que os encaminhamentos de documentos à Funai e Polícia Federal estavam resultando nas mesmas missões inócuas de retirar os garimpeiros da área, neste ano com o apoio do Exército Brasileiro, resolveu-se que além de intensificar a divulgação na mídia e fazer denúncias - como a realizada no primeiro semestre, na reunião anual do Fórum Permanente dos Povos Indígenas da ONU, em Nova York, em abril, por meio de documento entregue ao Relator Dr. James Anaya (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3074>) - seria necessária uma nova reunião com o Ministério Público Federal. Em agosto, Davi Yanomami e a assessoria jurídica do ISA foram recebidos pela Dra. Deborah Duprat e pelo Dr. Marcos Aurélio Veiga Rios, atual coordenador da 6ª Câmara do MPF, que trata dos assuntos indígenas. Foi conversado e protocolado documento em que a HAY basicamente pede duas coisas: 1)

que o MPF cobre da PF os resultados das investigações que tem feito, pois acredita-se que os delegados da PF em RR tenham dados suficientes para descrever a dinâmica do garimpo e quem a financia; 2) com base nestes dados conduza a elaboração de um plano de operação permanente de combate ao garimpo, que envolva vários órgãos federais (PF, IBAMA, PF, MPF, Exército etc.) e com isso estabeleça os papéis de cada um, para por fim às operações cosméticas realizadas em conjunto pela PF e Exército.

Houve também assessoria à HAY e participação com Davi Yanomami em reuniões na Funai cobrando que a Diretoria de Proteção Fundiária retire os ocupantes não índios na região do Ajarani, o que resultou na Expedição da Resolução nº 218, de 19/10/2010, da Comissão de Sindicância que julgou as benfeitorias consideradas passíveis de indenização, um passo fundamental para a desintrusão. A Funai está em fase de definição do valor a ser pago pelas benfeitorias consideradas de boa-fé e deverá constituir uma comissão para chamar os ocupantes, para que recebam a indenização e saiam da TIY. Caso eles não aceitem o valor, a Funai deve impetrar uma ação judicial para efetivar o pagamento e requerer a desintrusão.

#### ► PROJETO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DE RORAIMA

- Obtenção de informações para construção de um banco de dados, por meio de visitas institucionais aos órgãos públicos e organizações da sociedade civil com sede em Roraima, busca em sites oficiais e imprensa (fontes: ISA, Incra, Iteraima, Ibama, ICMBio, IBGE, Femact, Inpa, Inpe, ANA, Ministérios (planejamento, saúde, segurança pública, MME, MDA), Casa Civil da Presidência, Embrapa, Funasa, Secretarias Estaduais, Companhia Energética de Roraima, Diário Oficial, Assembleia Legislativa, organizações indígenas, Associação de Pescadores, Produtores Rurais e Assentados, Diocese, Comissão Pastoral da Terra);

- Sistematização / produção de informações para construção da base de dados georreferenciada;

- Elaboração de mapas temáticos;

- Mapeamento das comunidades nas Terras Indígenas do Lavrado (Parceria ISA/CIR), sendo que o resultado parcial inclui 21 TIs, das quais 16 com georreferenciamento em campo e cinco com dados secundários (Inpa, ICMBio, PPTAL).

## Outras Iniciativas

#### ► ENERGIA ALTERNATIVA:

- Elaboração do Projeto Cruviana, que tem como objetivo a implantação de projetos de geração de energia elétrica de origem eólica para as comunidades não interligadas à rede de transmissão na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. Este projeto foi elaborado com base no estudo realizado em 2009, intitulado “Demandas e Potencialidades para o Aproveitamento de Energia Limpa de Origem Eólica nas Comunidades Indígenas de Roraima”, que apresenta uma análise preliminar do grande potencial eólico da região com base nos dados do “Atlas do Potencial Eólico Brasileiro”. A implantação de projetos de geração eólica, associados com outras fontes de energia, pode ampliar a oferta de energia limpa para regiões isoladas, reduzindo as emissões de gases estufa

Leandro Mehllem/ISA



Abertura do II Seminário de Etnodesenvolvimento dos Povos Indígenas de Roraima, na comunidade do Maturuca, TI Raposa Serra do Sol.

pelas comunidades indígenas e a dependência por agentes externos para a alimentação dos geradores a diesel.

- Discussão com as organizações indígenas, apresentação do estudo e obtenção de apoio ao Projeto Cruviana durante a 39ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima;
- Elaboração e apresentação de propostas para obtenção de financiamento.

#### ► UCs:

Participação no processo de criação e nas reuniões ordinárias dos Conselhos Consultivos do Parque Nacional da Mocidade e da Estação Ecológica de Niquiá; Acompanhamento dos processos de criação (Flona Jauaperi, Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi, 'UC' do Lavrado), ampliação (Estação Ecológica de Maracá, Parque Nacional Viruá, Parque Nacional Mocidade) e recategorização (Floresta Nacional Parima) das Unidades de Conservação em Roraima. Participação em eventos, encontros e assembleias de povos indígenas, com destaque para 39ª e 40ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima e para o II Seminário de Etnodesenvolvimento dos Povos Indígenas de Roraima.

#### ► SIG:

Suporte ao processo de criação/atualização do Sistema de Informação Geográfica Yanomami; elaboração de mapas de trabalho para o Programa de Educação Yanomami (ISA) e Hutukara Associação Yanomami; suporte em SIG para Conselho Indígena de Roraima (CIR).

#### ► DE OLHO NAS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA:

Acompanhamento dos principais processos de licenciamento (energia, mineração, hidrelétrica, rodovias).

## Indicadores

#### ► PEY:

- Assinatura e publicação do decreto de criação de cinco escolas Yanomami.
- Contratação de nove professores Yanomami e Sanõma formados por meio de contratos temporários;
- Envio de material escolar e subsídios didáticos para as 24 escolas regularizadas pelo Decreto nº 7.973 de 30/05/07;
- Preenchimento pelos professores Yanomami e Sanõma da documentação escolar junto a SECD/RR.
- A SECD/RR, o CEE/RR e a Funai assinaram dois Termos de Ajuste de Conduta (TAC) junto aos MP Estadual e Federal. Sobre as escolas foi exigido o levantamento das novas demandas escolares, implementar os PPPs das escolas credenciadas; o CEE/RR deve fazer uma resolução sobre o credenciamento e reconhecimento das escolas indígenas até 30-07-2011. Sobre o Censo Escolar a SECD/RR deverá visitar as comunidades para coletar os dados e realizar matrícula inicial (março e abril), curso de capacitação para preenchimento dos formulários do censo escolar até 15-11-2010, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) ficou responsável pela assistência técnica. A Funai assinou o TAC se responsabilizando por expedir os Registros Administrativos de Nascimentos Indígenas (RANI) dos alunos yanomami matriculados.
- Foram realizadas cinco reuniões com a equipe do DAE/SECD/RR (Divisão de Atenção ao Educando / Secretaria da Educação, Cultura e Desportos do Estado de Roraima) sobre a merenda escolar (5, 8, 9 e 12/03 e 9/06).
- Tradução para a língua portuguesa de 14 PPPs das escolas Yanomami (dez escolas reconhecidas e quatro não reconhecidas)
- Finalização dos PPPs das cinco escolas do Paapiu.

#### ► GT:

##### Região Auaris:

- Construção de quatro viveiros de mudas em diferentes comunidades da região de Auaris, resultantes de oficinas de manejo agroflorestal;
- Produção de 2.000 mudas de espécies de interesse dos indígenas da região;
- Diversificação da produção em 4 roças "modelo" em diferentes comunidades da região
- Três tanques de piscicultura produziram peixes que foram consumidos pela população local.
- Criação e implantação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), com a consequente transferência da responsabilidade da saúde indígena da Funasa para essa nova secretaria.
- Dossiê sobre o garimpo na Terra Indígena Yanomami elaborado e entregue aos órgãos governamentais responsáveis (Funai, Ibama, Polícia Federal, MPF).

##### Região de Ajarani:

- Produção de mapa de recursos ambientais utilizados pelas comunidades da região do Ajarani (Cachoeirinha e Serrinha) para a coleta (principalmente de castanha do Brasil), com todas as informações para construção de um fluxo de produção da castanha.
- Duas canoas produzidas para uma comunidade da região;
- Comercialização de 600kg de castanha do Brasil coletados na região.

## Avaliação

Após dez anos de implementação continuada de um programa de formação de professores yanomami (Magistério Yarápiari/PEY), pela CCPY e pelo ISA (a partir de 2009), com recursos da cooperação internacional, iniciou-se um processo de transferência de responsabilidades para o governo do Estado de Roraima. Em 2010, a maioria das ações do PEY foram desenhadas pela equipe do ISA em colaboração com a Hutukara e o governo do Estado de Roraima, contando com apoio financeiro de instituições governamentais, como a Funai, o MEC, a SECD-RR e o Ceforr (Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima), porém estas instituições não cumpriram com as solicitações e não disponibilizaram os recursos prometidos, frustrando muitas iniciativas, entre as quais a realização do tradicional curso anual de formação de professores yanomami, oferecido ininterruptamente pela CCPY/ISA desde 2000.

Também foi muito frustrante o não reconhecimento oficial do Magistério Yarápiari, pelo governo de Roraima e, como consequência, a não certificação da primeira turma de professores yanomami que se formou em 2009.

O governo brasileiro iniciou a criação e implementação dos Territórios Etnoeducacionais como uma nova proposta para a gestão da educação escolar indígena. Houve a criação do Território Etnoeducacional Yanomami e Ye'kuana, mas a estrutura administrativa permanece a mesma. A expectativa a médio e longo prazos é de que os territórios etnoeducacionais sejam a base para a criação de um sistema próprio da educação escolar indígena.

Devido à grande instabilidade nas relações com o poder público, a equipe do PEY tem buscado meios para mapear outras fontes de financiamento e fortalecer a atuação da equipe em campo associada ao desenvolvimento de novas formas de atuação. Mesmo com grande movimentação e instabilidade na equipe do PEY, em 2010 foi possível realizar as atividades previstas e garantidas com o financiamento da RFN.

A realização do Diagnóstico Socioambiental de Roraima, iniciado em 2010, representa a primeira ação contínua e sistemática do ISA para além da TI Yanomami, e seus resultados fornecem um importante instrumento para a compreensão e análise da conjuntura em Roraima e para o planejamento e apoio de ações futuras em parceria com outras organizações da sociedade civil. Apesar do grande volume de informações reunidas e sistematizadas, as metas fixadas para a construção do banco de dados e da base de dados georreferenciada foram alcançadas em apenas 80%, devido a falta de transparência ou morosidade dos órgãos públicos estaduais e o estado incipiente da produção de informações georreferenciadas no governo de Roraima e nos órgãos federais com sede no estado; a conclusão do projeto foi adiada para agosto de 2011.

A criação da Sesai pode ser considerada como uma vitória “parcial” do movimento indígena e das organizações de apoio, como o ISA, que conseguiram retirar da Funasa - órgão sob o comando do PMDB, partido que integra a base política do governo - a responsabilidade sobre a saúde indígena. Resta agora garantir que a nova secretaria não sofra ingerência política do mesmo grupo de interesses que comanda a Funasa e consiga transformar os distritos sanitários especiais indígenas em unidades gestoras autônomas com quadro de funcionários formado por meio de concurso público.

Com relação ao garimpo a avaliação é negativa, pois apesar das inúmeras denúncias sobre seu crescimento na Terra Indígena Yanomami e das várias reuniões que ISA e HAY fizeram com os órgãos públicos responsáveis (Funai, Ibama, MPF, Polícia Federal), nenhuma ação eficaz foi tomada.

## Perspectivas

Em 2011 espera-se:

### ► PEY

- A certificação pelo Estado de Roraima dos professores Yanomami formados em 2009;
- A aprovação dos PPPs das escolas Yanomami pela SECD/RR;
- Traduzir os PPPs das escolas do Paapiu, pelo ISA;
- Publicar o PPP do Magistério Yarapiari, pelo ISA;
- Publicar o Dicionário Yanomama- Português, pelo ISA;
- Participar das reuniões no TEEYY e fortalecimento das políticas públicas;
- Aprimorar as pesquisas auto-etnográficas realizadas pelos professores, alunos e especialistas yanomami através do PEY;
- Ampliar a rede de parceria local para desenvolver o trabalho de pesquisa, envolvendo universidades, Inpa, Embrapa, outros;
- Realizar a avaliação do PEY por meio de consultoria externa que ajude a refletir sobre o trabalho desenvolvido nos últimos 10 anos e indique os rumos a serem seguidos.

### ► DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DE RORAIMA

- Produção da publicação com os resultados do “Diagnóstico Socioambiental de Roraima”, apresentando a análise dos resultados e uma série de mapas temáticos integrando as informações de bacias hidrográficas, questão fundiária, impactos ambientais, infraestrutura, economia, indicadores sociais, áreas protegidas e políticas de desenvolvimento;
- Realização de um seminário para apresentação dos resultados e da publicação do “Diagnóstico Socioambiental”, com a participação de organizações sociais, gestores de órgãos públicos, e comunidade científica, entre outros, com participação de convidados de outras regiões do país.
- Conclusão do mapeamento das Terras Indígenas do Lavrado, com o georreferenciamento das comunidades nas 28 TIs.

### ► PROJETO CRUVIANA

Realização de visita técnica para estudos complementares do potencial e avaliação das alternativas tecnológicas para geração de energia elétrica de origem eólica para a Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (ISA/CIR/Zero); continuidade da interlocução com o Conselho Indígena de Roraima e da busca de financiamento para implantação de projetos de geração eólica para comunidades não interligadas à rede de transmissão de energia elétrica.

### ► AJARANI E GARIMPO

Concluir o processo de desintrusão dos fazendeiros da região do Ajarani. Com relação ao garimpo espera-se melhor cooperação com o MPF em Roraima para obtenção de dados sobre a dinâmica do garimpo, a exposição destes dados e o início de ação articulada entre os órgãos federais. A obtenção e interpretação de dados de saúde também pode ajudar a mostrar a relação negativa entre o garimpo e a saúde indígena Yanomami.

## Melhores momentos

- A tradução de 14 Projetos Políticos Pedagógicos das escolas Yanomami;
- Criação do Território Etnoeducacional Yanomami e Ye 'kuana;
- Mapeamento dos castanhais na região do Ajarani;
- Diagnóstico Socioambiental da região de Surucucus;
- Apresentação e obtenção de apoio para o Projeto “Cruviana” durante a 39ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima;
- Mapeamento das Comunidades nas Terras Indígenas do Lavrado (Parceria ISA/CIR), já realizado em 16 TIs (em andamento).
- Participação no processo de criação dos Conselhos Consultivos do Parque Nacional da Mocidade e da Estação Ecológica de Niquiá.



# VALE DO RIBEIRA

## O que é

Programa regional que tem como unidade de atuação a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuário Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Trata-se da mais importante área de Mata Atlântica remanescente no Brasil, tendo sido reconhecida em 1992 pela Unesco como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade. O Vale do Ribeira - que abrange as regiões sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná, - no atual contexto das Mudanças Climáticas, ganha ainda mais importância por conservar com suas florestas, as ricas biodiversidade e socio-diversidade, um importante manancial de água para a região mais populosa do País.

O objetivo do programa é auxiliar na construção de políticas públicas com interfaces em recursos hídricos, naturais e comunidades tradicionais. Para tanto, faz um monitoramento socioambiental participativo e interativo, atualiza e disponibiliza as informações produzidas, capacita atores locais e planeja ações e projetos visando a formação de uma agenda positiva voltada ao desenvolvimento sustentável da região.

O ISA, por meio do Programa Vale do Ribeira (PVR), participa de Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação estaduais e federais: Mosaico Jacupiranga. Participa do Comitê da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, do Conselho do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica, da Coordenação da Campanha contra a Construção de Barragens no Rio Ribeira de Iguape e da Coordenação da Campanha Cílios do Ribeira.

O PVR desenvolve projetos-piloto de diagnóstico, planejamento e desenvolvimento socioambiental, fortalecimento organizativo e geração de renda em quatorze comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira. Com o projeto de Inventário de Referências Culturais quilombolas o PVR incorporou mais quatro comunidades no seu trabalho, atingindo 18 no total.

## Equipe

**Nilto Ignácio Tatto** (Bacharel em Estudos Sociais, coordenador); **Raquel Pasinato** (Bióloga, coordenadora adjunta); **Anna Maria de Castro Andrade** (Antropóloga, técnica de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Camila Pontes Abuy Yaghi** (Pedagoga, auxiliar técnica); **Ivy Wiens** (Relações Públicas, assessora da Campanha Cílios do Ribeira); **João Paulo Santos Lima** (Contabilista, assessor administrativo) até julho de 2010; **Karin Ingrid Rettl** (Administradora, assessora de comercialização) até junho de 2010; **Luca Fanelli** (Historiador, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Maria Fernanda do Prado** (Bióloga, assessora em geoprocessamento); **Maurício de Carvalho Nogueira** (Biólogo, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Náutica Pupo Pereira de Moraes** (Auxiliar de serviços gerais); **Reinaldo Gomes Ribeiro** (Técnico agropecuário, auxiliar de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Renato Flávio Resende Nestlener** (Técnico agropecuário, auxiliar de pesquisa e desenvolvimento Socioambiental); **Silvani Cristina Alves** (Auxiliar administrativa); **Willians Zorzan** (Advogado, assessor jurídico).

**Colaboradores:** **Altair de Matos Pereira** (Itesp); **Cecília Matheus** (Banco de Alimentos de Campinas); **Clodoaldo Armando Gazzetta** (Instituto Ambiental Vidágua, biólogo); **Clóvis José Fernandes de Oliveira Junior** (Pesquisador, Instituto de Botânica, SMA); **Cristina Adams** (Pesquisadora da USP/Leste); **Eduardo Pereira Cabral Gomes** (Pesquisador, Instituto de Botânica, SMA); **Felipe Leal** (fotógrafo, Núcleo Oikos); **Francisca Alcivânia de Melo Silva** (Pes-

quisadora UNESP/Registro); **Iara Rossi** (Itesp, Assessora de capacitação); **Kjersti Thorkildsen** (Pesquisadora Noragric); **Lucia Munari** (Mestranda do IB/USP); **Marcos Barros** (Núcleo Oikos); **Marcos Roberto Viotti** (Itesp); **Maria Elisa Garavello** (Pesquisadora Esalq/USP); **Maria Walburga** (Pesquisadora, USP/Educação); **Monica Barroso** (Núcleo Oikos); **Nivaldo Maia** (Banco de Alimentos de Campinas); **Sydnei Santana e Silva** (Itesp, engenheiro agrônomo).

## Parcerias e fontes de financiamento

### ► Parceiros locais

Associação Quilombo Abobral Margem Esquerda; Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Bombas; Associação Quilombo Cangueme; Associação Quilombo Galvão; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Maria Rosa; Associação Quilombo Morro Seco; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Pilões; Associação Quilombo do Poça; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo Praia Grande; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu.

### ► Parcerias institucionais locais, regionais, nacionais e internacionais

Aecid Agência de Cooperação Espanhola: apoio financeiro; AIN/OD Operação Dia do Trabalho dos estudantes secundaristas da Noruega: apoio financeiro; AIN Ajuda da Igreja da Noruega: apoio financeiro; Asstraf Associação da Agricultura Familiar de Cerro Azul (PR); Banco de Alimentos da Prefeitura de Campinas: parceria na implementação de atividades; Cese Coordenadoria Ecumênica de Serviço/DTAT-Icco: apoio financeiro; Conab Companhia Nacional de Abastecimento: parceria na comercialização de bananas; Diocese de Registro: parceria nas atividades do projeto da Campanha de Recuperação da Mata Ciliar e Campanha contra o Tráfico de Pessoas; Diretorias regionais de ensino de Miracatu, Registro e Apiaí: parceria na execução das atividades e Campanha contra o Tráfico de Pessoas; Eacone Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Quilombolas e Negras do Vale do Ribeira: parceria na implementação das atividades; Esalq/USP Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz Universidade de São Paulo/Depto de Economia, Administração e Sociologia: cooperação técnica - projeto artesanato; Fehidro/CBH-RB Fundo Estadual dos Recursos Hídricos/Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul: apoio financeiro; Fundação Florestal (FF-SMA-SP): parceria na implementação de atividades; Fundação Banco do Brasil: apoio financeiro; IBD Instituto de Botânica do Estado de São Paulo: apoio técnico; Idesc Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira: parceria na execução de atividades regionais; Iniciativa Verde: parceria na implantação de atividades; Instituto Ambiental Vidágua: parceria na implementação das atividades; Ital Instituto de Tecnologia dos Alimentos: apoio técnico na implementação de atividades; Itesp Fundação Instituto de Terras "José Gomes da Silva": parceria na implementação de atividades; Mais - Rete: "Movimento per l'Autosviluppo, l'Interscambio e la Solidarietà" - M.A.I.S., " Rete di Tecnici " - Rete: apoio financeiro; Mariana Moreau: apoio financeiro; MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário: apoio financeiro; MMA/PDA Ministério do Meio Ambiente/Subprograma de Projetos Demonstrativos: apoio financeiro; Moab Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira; MTUR Ministério do Turismo: apoio financeiro; Núcleo Oikos: parceria na execução de atividade do projeto Inven-

tário de Referências Culturais; Prefeitura da Estância Turística de Eldorado (SP); Prefeitura Municipal de Ilha Comprida (SP); Prefeitura Municipal de Iporanga (SP); Prefeitura Municipal de Itaóca (SP); Proter Programa da Terra: parceria na implementação de atividades e apoio financeiro; Rede Juçara: parceria na execução de atividades do projeto em rede sobre palmeira juçara; Unicamp: parceria na execução de atividades do Plano de Manejo Mosaico Juçara; USP Leste: apoio técnico; Vitae Civilis: apoio na execução de atividades.

## O que foi feito

O ISA vem atuando no Vale do Ribeira desde 1996, quando elaborou o Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira. Desde então suas atividades vêm crescendo em abrangência e diversificando-se. Atualmente o Programa Vale do Ribeira está estruturado em três linhas de ação:

- Desenvolvimento Sustentável Local
- Monitoramento Socioambiental Regional
- Educação e Cultura

## Parcerias

O ISA vem trabalhando conjuntamente com algumas instituições regionais, com o objetivo de alcançar sinergia nos esforços, ganhar em eficiência na alocação de recursos físicos, humanos e financeiros e em eficácia na apresentação dos resultados das atividades.

Avalia-se que em 2010 o diálogo e as ações conjuntas com parceiros locais e regionais foi ampliado e melhorou em termos de resultados para a região.

Em 2010, com maior diálogo entre organizações locais foi possível diminuir as sobreposições de atividades e projetos de diferentes instituições atuantes no Vale do Ribeira, otimizando recursos físicos, financeiros e humanos nas ações realizadas. Também as parcerias com órgãos públicos foram estabelecidas, destacando-se a assinatura do termo de cooperação com o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e a construção do projeto de PSA (Pagamento de Serviços Ambientais) com a prefeitura municipal de Eldorado.

Com as associações quilombolas o ISA continua apoiando o fortalecimento organizativo das associações de forma transversal e integrada nos projetos. A parceria busca contribuir na organização administrativa das associações e nas questões relacionadas a projetos desenvolvidos em conjunto, apoiando a relação com os financiadores externos.

## Indicadores

### LINHA DE AÇÃO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL

- ▶ Econômicos: aumento na renda das comunidades devido a seu acesso à políticas públicas de comercialização como Programa de Aquisição de Alimentos e comercialização de produtos da roça, artesanato e turismo;
- ▶ Sociais: aumento do número de jovens participando das atividades, principalmente relacionadas ao turismo;
- ▶ Ambientais: aumento de roças abertas sem licença devido a atrasos dos órgãos competentes para realização das vistorias; Áreas de Preservação Ambiental sendo recuperadas pelas comunidades;
- ▶ Nove notícias socioambientais produzidas.

### LINHA DE AÇÃO: EDUCAÇÃO E CULTURA

- ▶ 16.285 acessos no site Quilombos do Ribeira; um vídeo em elaboração; 103 variedades de sementes levantadas; cerca de 96 atividades culturais/educacionais propostas pelo ISA; 169 bens culturais inventariados; 10 quilombolas cursando universidade em 2010; dois grupos culturais com atividades retomadas; sete Notícias Socioambientais produzidas.

### LINHA DE AÇÃO: MONITORAMENTO SOCIOAMBIENTAL REGIONAL

- ▶ Número de parceiros; Diversidade de parceiros (número de parceiros/área de atuação); Número de sugestões de representantes do ISA aprovadas nos diferentes fóruns; sete processos de titulação mapeados e um titulado em 2010; 10.659 acessos ao site "Cílios do Ribeira"; estratégia para atuação com o tema Mudanças Climáticas consolidada e projetos pilotos em execução; sete notícias socioambientais produzidas.
- ▶ Participação em Comitês e Conselhos Regionais: Conselho do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica; Conselho do Mosaico Jacupiranga; Comitê da Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape e Litoral Sul; Conselho Municipal de Meio Ambiente de Eldorado/SP; Conselho Municipal de Turismo de Eldorado/SP; Conselho Estadual da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo

## Produtos

- Boletim Campanha Cílios do Ribeira
- Publicação *Semeando Sustentabilidade*
- Mapa-pôster do Inventário de Referências Culturais Quilombolas
- Banner do Ponto de Cultura Socioambiental

## Campanhas em andamento

- Contra a Construção de Barragens;
- Recuperação das Matas Ciliares do Rio Ribeira de Iguape - Cílios do Ribeira.

## Avaliação

O Vale do Ribeira tem importância socioambiental reconhecida há algum tempo, quando a Unesco lhe concedeu o título de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica por tratar-se da principal área remanescente desta floresta no planeta.

Em 2010 o Programa Vale do Ribeira encerrou um ciclo de cinco anos de apoio financeiro pela Ajuda da Igreja da Noruega para desenvolvimento de atividades. Este apoio permitiu ao PVR se estabelecer no Vale enquanto uma organização importante articuladora regional da sociedade civil. Além de proporcionar o desenvolvimento de atividades em 18 comunidades quilombolas da região.

Em 2010 avançamos nas discussões da legislação ambiental que muitas vezes influencia a vida das comunidades quilombolas e do Vale como um todo. Propusemos alguns caminhos para legislações de licenciamento de roças, do qual saiu uma Resolução SMA 27 (licenciamento de roças) e a Resolução SMA 29 (que dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação). Contribuímos ainda com informações para a Lei de Sementes e Mudanças Florestais ainda em trâmite e também com a Resolução 16 SMA sobre manejo do palmito juçara (polpa e sementes) também em trâmite.

Com as políticas públicas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e merenda escolar houve oportunidades para os quilombolas desenvolve-

rem sua agricultura para geração de renda e aumento da segurança alimentar. O ISA forneceu apoio técnico para o fortalecimento organizativo das associações de Ivaporunduva e Porto Velho ajudando-as a acessarem tais programas.

Em relação aos desafios climáticos, na avaliação geral do programa, as ações estão contribuindo no sentido de mitigar alguns impactos, através das atividades da Campanha, dos viveiros comunitários, de recuperação de áreas degradadas e nascentes, bem como o apoio a iniciativas de gestão territorial dos recursos naturais e aos programas de manejo das UCs, que mantêm a biodiversidade da Mata Atlântica, além de contribuírem na regulação do fluxo de chuvas e conservação do solo.

O conjunto de intervenções do programa em suas três linhas de ação poderá contribuir para reduzir os impactos regionais das mudanças do clima, contribuindo com as metas e diretrizes do Plano Nacional de Mudanças Climáticas em nível regional e local, especialmente se integradas com outras ações que estão em curso realizadas por diferentes atores, potencializando seus resultados:

A seguir apresentamos um quadro avaliando os efeitos das atividades do programa no Vale do Ribeira em dois cenários:

Cenário 1 (sem a intervenção dos projetos)	Cenário 2 (com a intervenção dos projetos)
Aumento das áreas com atividades produtivas agrícolas tradicionais aumentando a pressão sobre as áreas florestadas	Restauração florestal das áreas desmatadas com a diminuição da pressão sobre a floresta
Aumento do desmatamento em áreas planas próximas de estradas e rios para implantação de atividades produtivas tradicionais	Implementação de atividades produtivas compatíveis com os processos de recomposição de Áreas de Preservação Permanente - APPs
Falta de alternativas econômicas adequadas ao contexto sociocultural local contribui para aumentar a exploração predatória dos recursos naturais	Proposição de modelos produtivos compatíveis com os sistemas ecológicos regionais
Aceleração de processos de degradação em áreas privadas e o consequente esgotamento de recursos naturais	Implementação de modelos de Pagamento por Serviços Ambientais estimulando o monitoramento voluntário das tendências de uso e ocupação do solo através de Sistema de Informações Geográficas.

## Perspectivas

O Programa Vale do Ribeira continuará em 2011 com a implantação, consolidação e acompanhamento das atividades descritas neste relatório. Para isto conta com projetos já aprovados, projetos novos encaminhados e outras fontes de apoio que poderão ser acessadas.

Em 2011 serão implantadas novas áreas de recuperação de matas ciliares, resultado da mobilização da Campanha Cílios do Ribeira.

O PVR irá ampliar sua participação no campo das políticas públicas regionais, atuando em fóruns locais, na elaboração de planos de manejo do Mosaico do Jacupiranga; em fóruns estaduais, na construção do Plano Di-

retor para Recomposição de Matas Ciliares na Bacia Hidrográfica do Ribeira, no acompanhamento da aprovação da Resolução 16 da SMA/SP sobre o manejo do palmito juçara que reformula a regulamentação do manejo dos frutos da palmeira juçara (polpa e sementes). Fará também projeto piloto de comercialização da polpa de juçara de quintais quilombolas para o Programa de Merenda Escolar. Isto tem efeito direto no desenvolvimento da cadeia produtiva da juçara, visando incentivar o uso múltiplo da espécie para a sustentabilidade da palmeira na Mata Atlântica.

Em 2011 será finalizado o projeto piloto de planejamento territorial estratégico nos quilombos de São Pedro e Morro Seco, que é o passo seguinte da Agenda Socioambiental Quilombola. O Planejamento Territorial Estratégico pretende desenvolver ferramentas de auxílio à tomada de decisão e, como produto, a elaboração de um plano de ação orientado para o equacionamento das demandas das comunidades. Este processo também pretende auxiliar as comunidades no equacionamento daquelas demandas que resultem em interferência e alteração nas formas de uso da terra.

Em 2011 o PVR vai ampliar as ações de difusão e fomento cultural das manifestações quilombolas visando o fortalecimento da cultura imaterial e material das comunidades.

O PVR executará, em parceria com a Prefeitura Municipal de Eldorado, projeto piloto sobre Pagamento por Serviços Ambientais, de acordo com as diretrizes do programa Mina D'Água, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, norteador pela Resolução SMA 123/10. Abrangerá também parte do município de Iporanga, e incluirá o carbono entre os serviços ambientais estudados.

Em 2011 serão realizados alguns seminários e atividades específicas para discussão de temáticas e formulação de propostas como por exemplo a discussão de projetos de Pagamento de Serviços Ambientais para a região do Vale do Ribeira; turismo sustentável de base comunitária; referências culturais quilombolas e sementes tradicionais, entre outros.

O programa vai continuar os estudos para entender as vulnerabilidades do Vale do Ribeira às Mudanças Climáticas. A região é uma reserva importante de Mata Atlântica para o Estado de São Paulo e para o Brasil, visto tratar-se do maior remanescente contínuo deste bioma. Além disto, a região localiza-se entre duas grandes cidades brasileiras, São Paulo e Curitiba, as quais usufruem dos serviços prestados por esta floresta, como água, por exemplo, e muitos outros recursos naturais, ainda que extraídos em não conformidade com a lei, como o palmito juçara, por exemplo. Vale ressaltar que o Estado de São Paulo publicou em 2009 sua Política de Mudanças Climáticas, através da Lei 13.798, regulamentada pelo Decreto 55.947/2010, onde estabelece ações de redução de emissões e de estratégias de mitigação, como o Programa de Remanescentes Florestais, que inclui o pagamento por serviços ambientais. No âmbito federal, a Lei 12.187/2009 veio estabelecer a Política Nacional de Mudanças Climáticas.

## Melhores momentos

- Mutirões de Plantio da campanha Cílios do Ribeira;
- Mutirões de plantio em Porto Velho;
- Encontro Nacional de Turismo em comunidades quilombolas;
- Encontro Nacional da Rede Juçara em Registro;
- Publicação dos resultados do projeto de manejo da juçara;
- III Feira de trocas de sementes das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira;

- Oficinas de Planejamento Estratégico Participativo para consolidação do Circuito Quilombola de turismo de base comunitária;
- Registro audiovisual e fotográfico do Inventário de Referências Culturais Quilombola e Oficinas do Ponto de Cultura;
- Início da construção da Casa do Mel no quilombo de Porto Velho;
- Registro em cartório do título da terra do Quilombo de Ivaporunduva;
- Oficinas de Planejamento Territorial no quilombo de São Pedro;
- Participação na construção do acordo entre a comunidade quilombola de Bombas e a Fundação Florestal para realização dos estudos do Plano de Manejo do Parque Estadual do Alto Ribeira (Petar), dentro do território quilombola;
- Aprovação da Resolução SMA 027 para licenciamento de roças tradicionais;
- Aprovação da Resolução SMA 029 para identificação e reconhecimento de população tradicional nas UCs de SP.
- Prêmio Dorothy Stang é concedido Nilto Tatto na categoria Humanidade pelos trabalhos e projetos de alternativas econômicas sustentáveis e geração de renda que desenvolve com sua equipe junto às comunidades quilombolas no Vale do Ribeira (SP).

# Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

### O que é

Monitoramento socioambiental participativo e interativo, atualização e disponibilização das informações produzidas, capacitação dos atores locais e apoio ao desenvolvimento de ações e projetos visando a formação de agenda positiva para o desenvolvimento sustentável na região e a elaboração de políticas públicas relativas à gestão dos recursos naturais e dos direitos de comunidades tradicionais aí residentes.

### Parcerias e fontes de financiamento

- ▶ Asstraf Associação da Agricultura Familiar de Cerro Azul (PR); Fehidro/CBH-Ribeira; Cenp Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas/Secretaria de Educação de São Paulo: parceria na implementação de atividades; Cese; Idesc; Diretorias regionais de ensino dos municípios de Miracatu, Registro e Apiaí; Eacone (Equipe de Assessoria e Articulação das comunidades Negras); Instituto Ambiental Vidágua; Moab (Movimento dos Ameaçados por Barragens; Prefeitura da Estância Turística de Eldorado; Prefeitura Municipal de Ilha Comprida.

### Equipe

Anna Maria Andrade; Ivy Wiens; Maria Fernanda do Prado; Nilto Ignácio Tatto; Silvani Cristina Alves

### O que foi feito

- ▶ Representação do ISA no Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-Ribeira) e na Câmara Técnica de Planejamento do CBH-Ribeira;
- ▶ Participação nas assembleias e reuniões da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão e do Grupo Técnico da cobrança pelo uso da água;
- ▶ Participação nas oficinas do Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- ▶ Participação na visita técnica e na elaboração das considerações sobre o EIA/RIMA da Bunge;
- ▶ Elaboração da minuta da cobrança pelo uso da água;
- ▶ Realização da 7ª Semana da Água do Vale do Ribeira;
- ▶ Realização da 1ª Semana Integrada do Meio Ambiente;
- ▶ Participação em duas reuniões do Conselho Gestor do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica;
- ▶ Participação no Seminário “Entre Mundos”
- ▶ Reunião específica com representantes de comunidades tradicionais sobre a participação comunitária no seminário de pesquisa do Vale do Ribeira e do Pólo de Biotecnologia;
- ▶ Realização do II Seminário do Pólo de Biotecnologia;
- ▶ Publicação da página eletrônica <http://www.pbma.com.br/>;
- ▶ Apoio na articulação da Campanha contra a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tijuco Alto, com a sociedade civil organizada do Vale do Ribeira, em especial o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab);
- ▶ Atualização do site da Campanha contra a Construção de Barragens no Rio Ribeira;

- ▶ Acompanhamento das audiências públicas para a criação da nova lei do Mosaico Juréia Itatins;
- ▶ Acompanhamento e assessoria à comunidade quilombola de Bombas para discussão do território e acordos de trabalho com a Fundação Florestal para reconhecimento da comunidade quilombola;
- ▶ Organização de reuniões de articulação institucional entre os comitês de bacias do Rio Ribeira (SP / PR) para Gerenciamento de Recursos Hídricos da bacia:
- ▶ Realização de duas reuniões junto aos órgãos de gestão das águas no Paraná para levantamento de informações;
- ▶ Reunião com a Coordenação do CBH-RB para apresentação de resultados parciais;
- ▶ Levantamento de informações sobre a gestão das águas no Paraná;
- ▶ Organização de reunião para decidir sobre o encaminhamento do processo de chancela de paisagem cultural do Vale do Ribeira para o Iphan.

### Indicadores

- ▶ Minuta da cobrança pelo uso da água elaborada e em acordo com a legislação;
- ▶ Número de municípios envolvidos nas atividades da Semana da Água e Semana do Meio Ambiente;
- ▶ Projeto aprovado em assembléia do CBH-RB para projeto sobre PSA;
- ▶ Participação de representantes de comunidades no seminário de pesquisa e do PBMA, como protagonistas;
- ▶ Facilidade para a obtenção de informações no PR;
- ▶ Disponibilidade dos envolvidos em colaborar com o projeto de integração das Bacias;

### Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
  - Articulação entre os municípios para realização de ações conjuntas;
  - Participação ativa do CBH nas discussões do Plano Estadual e Nacional de Recursos Hídricos. O Comitê é um ponto aglutinador para discussão de diversas políticas públicas estratégicas para o PVR, como PSA, mudanças climáticas etc;
  - Protagonismo das comunidades durante o seminário de pesquisa do Vale do Ribeira e do Pólo de Biotecnologia, dando voz às suas demandas e elaborando carta de princípios;
  - Iniciativa da UFSCar, campus Sorocaba, em assumir as atividades do Pólo;
  - Oportunidade para o desenvolvimento da agenda de mudanças climáticas do ISA;
  - Aproximação dos comitês do Vale do Ribeira do Paraná e São Paulo;
  - Fortalecimento das reivindicações para a região.
- ▶ **Pontos de Atenção**
  - Como ampliar a participação das comunidades e população nas discussões;
  - Discutir e democratizar o sistema Fehidro;

- Elaborar estratégia para resolver o déficit de saneamento urbano e rural na região;
- Falta de financiamento para a continuidade dos trabalhos de restauração florestal;
- Como mobilizar as organizações da região e integrar o Vale Paranaense? É necessário envolver os municípios paranaenses do Vale que não estão inseridos no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira - Coalizar.
- Inserir o Vale do Ribeira e o Programa Vale do Ribeira do ISA na agenda nacional e estadual de Mudanças Climáticas, buscando preparar-se para os impactos e oportunidades.

## Perspectivas

- ▶ Ter a cobrança pelo uso da água aprovada pelo Comitê de Recursos Hídricos e publicada pelo governador;
- ▶ Iniciar as discussões da cobrança para a zona rural; promover avaliação sobre o Comitê no ano em que se comemoram os 15 anos de sua fundação;
- ▶ Fortalecer discussões sobre mudanças climáticas e serviços ambientais na Bacia.
- ▶ Mudança de perfil dos trabalhos do PBMA, tornando-o mais voltado às demandas da população do Vale;
- ▶ Aproveitar o conteúdo acadêmico disponível na UFSCar para o desenvolvimento do Vale do Ribeira;
- ▶ Em 2011 continua a luta contra as barragens e aumenta o desafio ao PVR: ser um dos protagonistas da luta contra as barragens e ao mesmo tempo dialogar com atores regionais e locais favoráveis à barragem, mas simpáticos à campanha de recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira. Situação esta agravada pela discussão nacional sobre o Código Florestal Brasileiro que não se resolveu em 2010.
- ▶ Realizar as reuniões de integração dos comitês; formar comissão para dar continuidade aos trabalhos; elaboração de banco de dados integrado.

## Melhores momentos

- ▶ 7ª Semana da Água, a 1ª Semana Integrada de Meio Ambiente e a visita à empresa Bunge, em Cajati;
- ▶ Oficina com as comunidades em Registro;
- ▶ Realização do IV Seminário de Pesquisa e II Seminário do PBMA;
- ▶ Reuniões de discussão com a comunidade de Bombas, Itesp e Fundação Florestal sobre acordo para pesquisas visando o reconhecimento do território quilombola;
- ▶ Contato com o Comitê paranaense; envolvimento dos representantes dos dois comitês no processo.

# Diagnóstico e Delimitação da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da sub-bacia dos rios São Lourenço e Juquiá

## O que é

Este projeto busca apoiar a elaboração de um diagnóstico ambiental da área de proteção e recuperação da sub-bacia dos rios São Lourenço e Juquiá. Também contempla a definição e formatação de instrumentos cartográficos (geral e temáticos) e uma abordagem preliminar de itens do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental – PDPA. Além disso, será realizado o esboço da proposta de lei específica a ser usado como instrumento de referência para a Câmara Técnica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais do Alto Juquiá e São Lourenço (CT – APRM), e para o próprio Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira do Iguape (CBH-RB) que serve para o desempenho de suas atribuições nos termos da Lei no. 9866/97.

## Parcerias e Fontes de Financiamento

- ▶ Prefeituras de Jujutiba e de São Lourenço da Serra e Câmara Técnica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais Alto Juquiá-São Lourenço (CT-APRM AJ-SL); Vitae Civilis

## Equipe

Maria Fernanda Prado; Nilto Tatto (responsável)

*Colaboradores:* Laboratório de Geoprocessamento do ISA: Cícero Augusto, Rose Rurico Sacó, Alexandre Dega; Marcelo Cardoso (Coordenador executivo Vitae Civilis);

## O que foi feito

- ▶ Interpretação do Uso e Ocupação do Solo da APRM Alto Jóquei -São Lourenço e área de estudo do entorno para os anos 1990, 1999 e 2008;
- ▶ Participação nas atividades de cruzamento dos dados de uso e ocupação do solo da APRM Alto Juquiá-São Lourenço e área de estudo do entorno para os anos 1990, 1999 e 2008;
- ▶ Estudo sobre metodologias para delimitação de APP topo de morro;
- ▶ Apresentação dos resultados do projeto da APRM no Comitê (CBH-RB);

## Indicadores

- ▶ Participação dos atores envolvidos nas reuniões da Câmara Técnica;

## Produtos gerados

- ▶ Relatório e mapas temáticos.

## Avaliação

- ▶ **Pontos fortes**
  - Temas tratados (vetores indutores de ocupação, mananciais, uso do solo etc);
  - Fortalecimento da parceria entre ISA e VITAE CIVILIS;
  - Presença no Comitê através da CT-APRM AJ-SL;
- ▶ **Pontos de Atenção**
  - Projeto de baixa prioridade para os parceiros (de forma geral);
  - Atividades futuras planejadas não foram executadas, o que torna o projeto isolado e descontinuo no Comitê;
  - Projeto elaborado com previsão de muito tempo de trabalho de laboratório e pouco tempo para articulação e trabalho de campo.

## Perspectivas

Não foram escritos projetos de continuidade o que limita o planejamento de atividades futuras e torna o projeto descontinuo. Em 2010 o ISA entregou os produtos e encerrou esta atividade.

## Melhores momentos

Trabalhos de campo nos quais houve a troca de conhecimentos com membros das prefeituras e entrega dos produtos finais.

# Assessoria Jurídica para Defesa dos Direitos Territoriais Coletivos dos Quilombos do Vale do Ribeira

## O que é

O projeto tem o objetivo de prestar assessoria jurídica na defesa dos direitos territoriais coletivos das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, seguindo as estratégias metodológicas da advocacia popular, que valoriza o intercâmbio de saberes e orienta aqueles que representam, no sentido de emancipação e não de dependência ou subalternização. As principais atividades previstas são: monitoramento dos processos judiciais e dos procedimentos administrativos em curso; produção de subsídios para as comunidades quilombolas sobre seus direitos territoriais; e articulação permanente entre os quilombos e os respectivos órgãos públicos responsáveis pelo reconhecimento e defesa de seus direitos territoriais. Os resultados esperados são: maior autonomia e qualificação na defesa dos direitos coletivos territoriais e na relação com os órgãos públicos em demandas territoriais; aproximação dos quilombos do sistema de justiça, compreendendo como seus direitos são processados e como podem intervir; construção de precedentes judiciais positivos, visando criar jurisprudência que reforce a defesa dos direitos coletivos dos quilombos; e conferir maior segurança jurídica às comunidades quilombolas quanto ao reconhecimento de seus territórios tradicionais.

## Parcerias e fontes de financiamento

- ▶ Eaacone Equipe de Articulação e Apoio às Comunidades Negras do Vale do Ribeira: parceria nas atividades; Moab Movimento dos ameaçados por barragens do Vale do Ribeira; União Europeia: apoio financeiro; Associações Quilombolas: parceiras na execução de atividades; PDA/Rede Juçara: Apoio financeiro; Cese Coordenadoria Ecumênica de Serviço

## Equipe

- ▶ Anna Maria Andrade; Luca Fanelli; Nilto Tatto; Reinaldo Gomes Ribeiro; Willians Zorzan (responsável)
- Colaboradores:* Kjersti Thorkildsen (Pesquisadora da Noragric); Maria Sueli Berlanga (Moab e Eaacone); Silvani Cristina Alves (ISA), Ocimar Bin (Pq. Jacupiranga); Clayton Lino (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica), Josenei Cará (Pq. Jacupiranga), André Moraes (Eaacone), Equipe de Quilombos do Inkra, Itesp, Fabio Tomas (Petar); Ronaldo Ribeiro (Cetesb); Sandra Leite (Fundação Florestal), Raul Telles do Valle (ISA); Danilo Angeluci Amorim (Cetesb), Marcos Gamberini (Prefeitura Municipal de Registro/SP); Ignês Mariconi (Itesp).

## O que foi feito

- ▶ Monitoramento de sete processos judiciais em curso, versando sobre posse e disputa pela terra e território;
- ▶ Reformulação de quatro estatutos das associações quilombolas de Nhunguara, Porto Velho, Ivaporunduva e Sapatu;
- ▶ Assessoramento jurídico e técnico em seis reuniões entre representantes quilombolas e Secretaria do Meio Ambiente, relacionada à comunidade de Bombas cujo território foi sobreposto por UC de proteção integral;
- ▶ Duas reuniões com as comunidades quilombolas para discussão da mi-

nuta de resolução proposta pelo Estado de São Paulo para o licenciamento de roças tradicionais;

- ▶ Sistematização da legislação ambiental e proposição de alternativas sobre manejo (polpa, sementes, palmito) da palmeira juçara em quatro estados (SC, RS, SP e RJ);
- ▶ Produção de subsídios para oficinas de esclarecimento da legislação ambiental nas comunidades quilombolas;
- ▶ Contribuição na inclusão dos direitos dos pequenos produtores na lei de sementes e mudas;

## Indicadores

- ▶ Presença da maioria dos representantes quilombolas nas atividades;
- ▶ Duas resoluções aprovadas (SMA-27 e SMA-29);
- ▶ Qualidade da participação, capacidade de argumentação das lideranças comunitárias;
- ▶ Todas as comunidades são beneficiadas com as atividades.

## Avaliação

- ▶ **Pontos fortes**
  - Maior capacidade de posicionamento de alguns grupos perante os conflitos verificados;
  - Participação expressiva das comunidades em reuniões específicas sobre temas urgentes;
  - Criação de lastro de confiança junto às comunidades.
- ▶ **Pontos de atenção**
  - Acesso às comunidades é deficitário;
  - Dificuldade para conciliação de agendas dos parceiros e comunidades;
  - Não previsão de recursos para realização de oficinas;
  - Fraca participação e atuação do Inkra.

## Perspectivas

Continuar acompanhando, analisando e informando os quilombos sobre os processos judiciais em curso; atenção especial à atividade de monitoramento dos procedimentos administrativos; intensificar as novas demandas por políticas públicas aventadas pelas comunidades relacionadas ao componente jurídico territorial e ambiental.

## Melhores momentos

- ▶ Publicação da Resolução SMA-027, de 30/03/10, que dispõe sobre procedimentos simplificados de autorização para supressão de vegetação nativa,
- ▶ Publicação da Resolução SMA-029, de 30/03/10 que dispõe sobre procedimentos para identificação e reconhecimento de população tradicional nas UCs de SP,
- ▶ Assinatura do acordo de trabalho entre SMA/Fundação Florestal e a associação quilombola de Bombas e o Itesp para levantamentos de campo visando o reconhecimento do território de Bombas;



# Campanha Cílios do Ribeira

## Projeto Ribeira Sustentável: Articulação e mobilização social para a conservação e recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira



### O que é

O projeto parte de parceria entre o Instituto Socioambiental, o Instituto Ambiental Vidágua e a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras e Quilombolas do Vale do Ribeira (Eaacone) para o desenvolvimento de ações estratégicas e permanentes para a recuperação e conservação ambiental das Áreas de Preservação Permanente (APPs) da bacia hidrográfica, em especial as matas ciliares do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, para preservar os recursos hídricos da bacia, essenciais para a qualidade de vida de toda a população do Vale do Ribeira.

O objetivo principal é garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, essenciais para a qualidade de vida da população que habita o Vale do Ribeira, região que concentra a maior área contínua de Mata Atlântica do País.

### Equipe e colaboradores da Campanha Cílios do Ribeira

Nilto Tatto (ISA, coordenador); Clodoaldo Gazzetta (Vidágua); Ivy Wiens (ISA); Maria Fernanda Prado (ISA); Reinaldo Gomes Ribeiro (ISA); *Laboratório de Geoprocessamento do ISA*: Cícero Cardoso Augusto, Maria Fernanda do Prado; *Imprensa e website*: Maria Inês Zanchetta (ISA), Alex Piaz (ISA), Eduardo Massaaki Utima, (ISA), Katarini Miguel (coordenadora de Comunicação, Vidágua)

*Colaboradores*: Adriana Araujo dos Santos (Informática, ISA), Antenor Bispo de Moraes (Informática, ISA); Claudio Aparecido Tavares (Documentação, ISA); Fernanda Ribeiro De Franco (coordenadora de Educação Ambiental, Vidágua); João Vicente Cófani Nunes (conselheiro, Vidágua); Jonas Costa Rangel (coordenador de Fomento Florestal, Vidágua); Lázara Maria Gomes Gazzetta (bióloga do Programa Mata Atlântica/Vidágua); Náutica Pupo Pereira de Moraes (ISA); Ocimar Bim (conselheiro, Vidágua); Raquel Pasinato (ISA); Rosimeire Rurico Sacó (Laboratório de Geoprocessamento ISA); Silvani Cristina Alves (ISA); Vera Feitosa (Produção Gráfica, ISA); Mauricio de Carvalho (ISA); Vinicius Klier Araújo (Caaeté Florestal).

### Parcerias

#### ► Conselho Gestor da Campanha Cílios do Ribeira

Instituição/Segmento: Eaacone Equipe de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras; Caiçara; Sintravale Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul; Associação Sindical dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Cerro Azul; Indígena

#### ► Representantes dos médios e grandes produtores (agricultura, banana, chá, pecuária, mineração, reflorestamento e Sindicatos rurais)

Instituição/Segmento: Abavar Associação dos Bananicultores do Vale do Ribeira; Amavales Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira e Baixada Santista

#### ► Representantes das áreas urbanas (Prefeituras)

Instituição/Segmento: Prefeitura de Registro; Prefeitura de Ilha Comprida; Prefeitura de Cerro Azul - PR

#### ► Representantes dos Governos Estaduais e Federais

Instituição/Segmento: Sabesp Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; Comitê da Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape/Litoral Sul; Instituto Ambiental do Paraná; Itesp Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo; Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SP; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-PR/Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná; Cati Coordenadoria de Assistência Técnica Integral; ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

#### ► Representantes das Diretorias de Ensino

Instituição/Segmento: Diretoria de Miracatu; Diretoria de Registro

#### ► Representante das Entidades, Associações, Cooperativas, ONGs

Instituição/Segmento: ISA Instituto Socioambiental; Instituto Ambiental Vidágua; Idesc Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira; Unesp Universidade Estadual Paulista

### Fontes de financiamento

► Fundo Estadual dos Recursos Hídricos (Fehidro) - Comitê Bacias Hidrográficas Rio Ribeira de Iguape, Secretaria Estadual Meio Ambiente;

### O que foi feito

- Contratos assinados com diagnósticos e projetos técnicos elaborados para novos 96 hectares;
- 18.000 mudas plantadas (9.000 em Porto Velho; 5.000 no PE Rio Turvo; 1.000 mudas em Sete Barras; plantios pontuais educativos em diversos pontos da Bacia);
- Atividades de Educação Ambiental - cinco apresentações da peça teatral "O segredo do rio";
- 30 Reuniões técnicas;
- Um Boletim publicado;
- Um Artigo publicado em congresso e um em livro;
- Duas reuniões do Conselho Gestor

### Indicadores

- Notícias publicadas no site da campanha;
- Envolvimento das comunidades quilombolas;
- Número de projetos de recuperação elaborados;
- Número de mudas plantadas.



Presidente da Associação do Quilombo Porto Velho, Vandir dos Santos, visita o viveiro de Ilha Comprida, que forneceu mudas nativas para plantios realizados nas comunidades.



Mutirão de plantio às margens do Rio Ribeira de Iguape, em Sete Barras, realizado com a participação de alunos de escolas estaduais.

## Avaliação

### ▶ Pontos fortes

- Consolidação de metodologia para diagnóstico de áreas e elaboração de projetos;
- Articulação concreta com a Abavar (Associação dos Bananicultores do Vale do Ribeira);
- Fortalecimento da Campanha no Alto Vale.

### ▶ Pontos de atenção

- Monitoramento das áreas de plantio;
- Como manter a mobilização regional, considerando o fim dos recursos para técnico de campo e plantios.

## Perspectivas

- ▶ Alcançar os 120 hectares (já estão em negociação os 14 hectares restantes); finalizar os plantios já contratados; encaminhar projeto ao Fehidro para a continuidade da campanha; possibilidade de parceria privada para a continuidade das ações junto aos bananicultores;
- ▶ Elaboração do Plano Diretor de Matas Ciliares; articulação da Bacia Ribeira de Iguape/Litoral Sul no PR e SP (ISA);
- ▶ Aprimorar o programa de monitoramento das áreas de plantio piloto;
- ▶ Inserir o debate sobre as mudanças climáticas no âmbito da Campanha Cílios do Ribeira.

## Melhores momentos

- ▶ Encontro do Conselho Gestor da Campanha Cílios do Ribeira em Registro;
- ▶ Processo de plantio realizado em Porto Velho; reuniões com a Abavar; articulação com os grêmios das escolas estaduais em Sete Barras.

# Projeto Rede Juçara: o Uso Sustentável da Palmeira Juçara como Estratégia para Conservação da Mata Atlântica

## O que é

O projeto tem o objetivo de promover ações em rede para geração de conhecimentos e experiências que subsidiem a construção de programas e políticas públicas para o desenvolvimento da cadeia produtiva da polpa de juçara, aliado a formação da identidade socioambiental do produto e ao fortalecimento do protagonismo de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no bioma Mata Atlântica. Está condicionado à atuação de 13 instituições parceiras, governamentais e não governamentais e de pesquisa, que desenvolvem ações efetivas com o uso sustentável da palmeira juçara e produção de polpa, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

## Parcerias e fontes de financiamento

▶ PDA Mata Atlântica: apoio financeiro; Ipema Instituto de Permacultura e Ecvilas da Mata Atlântica: coordenação técnica do projeto; Água Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável Guapiruvu: parceiro na execução de atividades; Acaroe Associação para Cultura Meio Ambiente e Cidadania: parceiro na execução de atividades; Acevam Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba: parceiro na execução de atividades; Anama Ação Nascente Maquine: parceiro na execução de atividades; Cemear Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais: parceiro na execução de atividades; Centro Ecológico CE: parceiro na execução de atividades; Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Rio Grande do Sul: parceiro na execução de atividades; Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo: parceiro na execução de atividades e apoio técnico; Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal): apoio técnico; Ministério do Meio Ambiente – Departamento de Florestas – Plano de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agroflorestais (Pensaf): apoio técnico; Prefeitura Municipal de Ubatuba (Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca): parceiro na execução de atividades.

## Equipe

Luca Fanelli (responsável); Reinaldo Gomes Ribeiro; Willians Zorzan  
*Colaboradores:* Maria Fernanda Prado (ISA); Luciano Corbelini (Ipema), Leticia Troian (Anama); Gilberto Otta (Água), Wagner Porfilho (FF); Marcos Gamberini (Prefeitura Municipal de Registro/SP)

## O que foi feito

▶ Finalizada análise da legislação nacional e de quatro estados, sobre manejo da juçara e propostas de ajustes.  
▶ Sistematização das oficinas sobre identidade do produto juçara;  
▶ Participação das atividades da Rede Juçara, incluindo a realização do I Encontro da Rede Juçara, em Registro (participação de mais de 200 pessoas, entre agricultores, gestores, pesquisadores, estudantes, de mais de cinco estados);

▶ Participação em duas reuniões ordinárias da rede;  
▶ Finalização do levantamento a campo, nos pólos da rede, e a articulação junto aos gestores públicos locais (Santa Catarina e Rio Grande do Sul);  
▶ Realização de três oficinas, uma em cada pólo da rede para análise da legislação nacional e de quatro estados sobre manejo da juçara, e debate com stakeholders e propostas de ajustes.

## Indicadores

▶ Presença da maioria das organizações parceiras na reunião da rede; Banco de dados  
▶ Contribuição das análises jurídicas para o fortalecimento da estratégia da rede juçara;

## Avaliação

▶ **Pontos fortes**  
- Grande potencial de manejo sustentável da polpa da juçara das comunidades;  
- Envolvimento nas atividades da Rede Juçara, proporcionando aumento de conhecimentos e trabalho em rede;  
▶ **Pontos de atenção**  
- Falta de financiamento específico para o trabalho local com juçara;  
- Nem todos os parceiros acessam com facilidade a ferramenta da comunicação pela internet;  
- A rede precisa iniciar diálogo com segundo setor.

## Perspectivas

▶ Elaborar e executar projetos piloto de comercialização da fruta da juçara, processada em polpa;  
▶ Busca de financiamentos específicos para sustentabilidade do trabalho em rede.

## Melhores momentos

▶ I Encontro da Rede Juçara, em Registro  
▶ Oficinas regionais para discussão da legislação ambiental sobre manejo do palmito juçara (polpa).

# Projeto Inventário de Referências Culturais Quilombolas

### O que é

Levantamento do patrimônio cultural imaterial de 16 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira por meio da aplicação da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Iphan, desenvolvido no âmbito do plano de salvaguarda do patrimônio imaterial.

### Parcerias e fontes de financiamento

AIN/OD Operação Dia do Trabalho dos estudantes secundaristas da Noruega: apoio financeiro; Iphan Instituto do patrimônio Histórico Artístico Nacional: apoio técnico na metodologia INRC; Petrobrás: apoio financeiro; SEC Secretaria Estadual da Cultura: apoio financeiro; Mariana Moreau; Núcleo Oikos: apoio financeiro e na execução de atividades; Associação Quilombo de Abobral; Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Bombas; Associação Quilombo Cangume; Associação Quilombo Galvão; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo de Maria Rosa; Associação Quilombo Morro Seco; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo de Pilões; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo de Praia Grande; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu; Banco do Brasil.

### Equipe

Anna Maria Andrade (responsável); Nilto Tatto

**Colaboradores:** Estagiários: Pascoal Baptistiny Savio Samba (Conectas e Acadir), Renata Mesquita. Pesquisadora colaboradora: Kjersti Thorkildsen. Agentes Culturais locais: Sandra Rosa de Oliveira (Porto Velho), Jaime Maciel de Pontes (Cangume), Pedro Peniche (Bombas), Lázaro de Jesus Gomes (Praia Grande), Levina Franco de Lima (Maria Rosa), Arlete Aparecida Ro-

cha de Almeida (Pilões), José Nolascode França e José Rodrigues da Costa (Nhunguara), Liamara Cristina Pereira (Morro Seco), Leonila Pricila da Costa Pontes (Abobral), Aurico Dias (São Pedro), Valdir Rodrigues da Silva e Jair Rodrigues dos Santos (Galvão), Ivo Santos da Rosa (Sapatu), Neire Alves da Silva e Vandir R da Silva (Ivaporunduva), Thaís Josiane Pereira (Mandira), Kauê Santos da Silva e Jorlei da Costa Pereira (Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima); André Moraes (Coordenador do BB Educar nas comunidades Quilombolas); Maria Fernanda Prado (ISA); Eacone Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira; CEPCE; Pólo Metodista Eldorado; Simone Toji (Iphan); Felipe Leal (Núcleo Oikos); Monica Barroso (Núcleo Oikos)

### O que foi feito

- ▶ Três encontros gerais de Agentes Culturais Quilombolas no ISA-Eldorado, Núcleo Ouro Grosso/Petar (Iporanga) e Aldeia Cultural (Eldorado);
- ▶ 17 reuniões nas comunidades para apresentação do projeto e levantamento preliminar dos bens culturais;
- ▶ 76 visitas de campo para aplicação dos questionários do INRC, monitoramento de agentes culturais, registro audiovisual e fotográfico;
- ▶ Quatro oficinas para composição dos mapas culturais nas comunidades de Bombas, Morro Seco, Porto Velho;
- ▶ Dez reuniões para composição do vídeo do Inventário.

### Indicadores

- ▶ Número de participantes em 16 reuniões realizadas nas comunidades (homens e mulheres): total de 220, em média 13,75 pessoas/reunião;
- ▶ Número de agentes culturais atuantes no projeto - 19 no total;
- ▶ Número de participantes em quatro oficinas de mapa cultural: 92 pessoas - média de 23 pessoas/oficina;
- ▶ Número de bens culturais identificados no inventário: 160 diferentes tipos.



Romaria de São Gonçalo, manifestação cultural tradicional no Quilombo de Praia Grande.

## Avaliação

fotos: Anna Maria Andrade

### ▶ Pontos fortes

- Mapeamento bastante completo de diversos aspectos das expressões culturais quilombolas;
- Participação ativa dos agentes culturais na aplicação de questionários ou mediação entre o técnico e a comunidade;
- Entusiasmo dos mais velhos em ver valorizados seus conhecimentos adquiridos por meio da tradição e oralidade;
- Crescente compreensão e interesse nas comunidades sobre o significado de patrimônio cultural e sua importância no contexto de luta pelos direitos quilombolas.

### ▶ Pontos de atenção

- ▶ Questionários da metodologia do Iphan são complexos para uso dos agentes culturais locais;
- ▶ Superar dificuldade de alguns em compreender os “ganhos” que a valorização da cultura pode promover para a comunidade;
- ▶ Envolver os quilombolas na definição das formas de acesso aos seus conhecimentos uma vez disponibilizados para o Ministério da Cultura.



Processamento de mandioca é um dos bens culturais inventariado.

## Perspectivas

Ampliar a visibilidade do patrimônio cultural das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Uma vez finalizados os mapas culturais e apresentados os resultados do projeto durante o Seminário Final será possível subsidiar, a partir dos levantamentos realizados, o fomento de grupos culturais e celebrações quilombolas selecionadas por sua importância e/ou ameaça de desaparecimento.

## Melhores momentos

- ▶ Registro do Puxirão de colheita de arroz realizado pela comunidade de Praia Grande, revelando aspectos ainda vivos de um sistema cultural em declínio nas demais comunidades quilombolas do projeto;
- ▶ Registro da Corrida da Bandeira do Divino em Praia Grande e da Romaria de São Gonçalo nas comunidades de Porto Velho e Praia Grande, indicando a integridade e importância deste bem cultural no Alto Vale do Ribeira;
- ▶ Reuniões gerais nas quais os agentes culturais trocam informações, aprendem uns com os outros, valorizam os saberes tradicionais e identificam semelhanças e diferenças entre as comunidades, em seus modos de vida, conhecimentos, técnicas e histórias. Perspectiva é de promover aproximações intergeracionais.



O feixe de taboa extraído no Quilombo de Pilões é outro bem cultural utilizado na confecção de esteiras.

# Projeto Ponto de Cultura Socioambiental

## O que é

Um ponto de cultura que visa fortalecer as expressões culturais quilombolas por meio da promoção de práticas e vivências voltadas aos quilombolas e do levantamento participativo dos bens culturais das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

## Equipe

Anna Maria Andrade; Raquel Pasinato (responsável)

Colaboradores: Wanderley Junior Novaes (Adecc); Alex Sales Silva (Adecc); Nilto Tatto (ISA); Edivina Maria Tiê (Associação Pedro Cubas de Cima); Kauê Santos da Silva e Preta (Pedro Cubas de Cima).

## Parcerias e fontes de financiamento

SEC Secretaria do Estado da Cultura: apoio financeiro; Associação Quilombola de Pedro Cubas; Associação Quilombola de Pedro Cubas de Cima;

## O que foi feito

- ▶ 12 Oficinas de capoeira nas comunidades quilombolas de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima;
- ▶ Evento de apresentação do grupo de capoeira;
- ▶ Levantamento das manifestações culturais nas comunidades quilombolas no âmbito do inventário de referências culturais;
- ▶ Publicação de um banner com as atividades do projeto;
- ▶ Duas reuniões semestrais com as lideranças da comunidade e os pais dos alunos de capoeira para avaliação.

## Indicadores

- ▶ Participam das atividades de capoeira 14 crianças e 22 adolescentes das comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima divididas em duas turmas por faixa etária;
- ▶ Despertar do interesse em atividades culturais por meio do levantamento/inventário de bens;

## Avaliação

- ▶ **Pontos fortes**
  - Envolvimento de crianças e adolescentes nas atividades;
  - Ocupação e fortalecimento cultural para crianças e adolescentes;
  - A presença nas atividades é de 90% em média; o que caracteriza que eles estão se dedicando e se identificando com as atividades nesta primeira fase do projeto;
  - Alguns alunos já estão observando se tem ou não aptidão para a atividade de capoeira; há um grupo de adolescentes que assumiu a responsabilidade de limpar o salão, cuidar do material das aulas e organizar as turmas.
  - Nas duas comunidades o fomento da capoeira é bem avaliado pelas lideranças locais e pelos pais; as lideranças locais apoiam a iniciativa e entendem que isto fortalece a permanência dos jovens no quilombo, que ajuda a envolvê-los em trabalhos coletivos.

### ▶ Pontos de atenção

- O trabalho com crianças e adolescentes requer maior dedicação dos técnicos envolvidos, já que eles estão em processo de construção de personalidade e os valores passados nas atividades devem ser observados de acordo com a cultura local;
- Percebe-se que os alunos que têm dificuldades com o aprendizado, demoram mais tempo do que o normal para aprender os movimentos e canções, o que reflete uma dificuldade que eles também apresentam na escola, que pode ser derivada de alguns fatores como deficiência nutricional e falta de apoio familiar para o ensino. Por isso, a iniciativa de realizar reuniões periódicas com os pais;
- Há uma imensa gama de bens culturais a serem fortalecidos nas comunidades.

## Perspectivas

- ▶ Finalizar o levantamento dos bens culturais;
- ▶ Para as atividades de capoeira, no ano de 2011, em parceria com associação de capoeira local (Adecc) está previsto um intercâmbio entre as comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima com outras da região, visando incentivar os alunos a apresentarem o que já aprenderam no projeto e aprender com outros grupos. Também continuamos tentando viabilizar um espaço físico (barracão) em Eldorado para oferecer um apoio aos alunos do projeto e que também seria um local de manifestações culturais, funcionando como um Ponto de Cultura local (zona urbana integrando o rural). Retomar as aulas e treinos com os alunos.

## Melhores momentos

- ▶ Oficina de fabricação de berimbau;
- ▶ Evento de apresentação do grupo de capoeira;
- ▶ Registro das manifestações culturais em foto e vídeo.

# Projeto Educação e Cultura para Sustentabilidade Socioambiental das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

## O que é

Projeto piloto de fomento de um grupo cultural quilombola (dança da Nhá Maruca do quilombo de Sapatu) e apoio às atividades do Grupo de Estudantes Universitários Quilombolas.

## Parcerias e fontes de financiamento

Mariana Moreau: apoio financeiro; CEPCE: apoio na organização de atividades com estudantes quilombolas; Associação Quilombola e grupo cultural Nhá Maruca de Sapatu.

## Equipe

Anna Maria de Castro Andrade (responsável); Nilto Tatto; Silvani Cristina Alves

Colaboradores: Pascoal Baptistiny (Estagiário Conectas e Acadir); Élon Alves da Silva (Mestrando em Educação PUC/SP); Luiz Marcos de França (professor, quilombo São Pedro); Laudessandro Marinho (CEPCE Eldorado)

## O que foi feito

- ▶ Três reuniões de Mapeamento de Demandas e Planejamento para estruturação o grupo cultural de Sapatu;
- ▶ Viagem a São Paulo para adquirir materiais, equipamentos e instrumentos para o grupo;
- ▶ Encontro entre as comunidades de Sapatu e Nhunguara para troca de conhecimentos sobre danças tradicionais;
- ▶ Três reuniões com grupo de estudantes para discussões temáticas relacionadas às comunidades quilombolas e educação;
- ▶ Apoio financeiro no valor de R\$ 200,00 para 10 estudantes quilombolas: Lucas Rodrigues dos Santos (Pedro Cubas), Heloisa de França Dias (Luiz Marcos), Ana Maria José da Silva (Ivaporunduva), Ivonete Alves da Silva (Ivaporunduva), Alexandra Marinho da Silva (Ivaporunduva), Edna Maria Silverio Pereira (Pedro Cubas), Rodrigo Marinho R. da Silva (Ivaporunduva), André Luiz P de Moraes (André Lopes), Lucimara F. Leite (Pedro Cubas de Cima), Ivone da Glória Silva (Ivaporunduva).

## Indicadores

- ▶ Dez estudantes quilombolas matriculados em cinco diferentes cursos de nível superior: pedagogia, gestão pública, ciências contábeis, administração e letras;
- ▶ Ensaios semanais do grupo cultural;
- ▶ Participação dos membros do grupo cultural nas reuniões de mapeamento de demandas e planejamento;

## Avaliação

### ▶ Pontos fortes

- Valorização do grupo cultural quilombola estimula o interesse dos jovens pelas tradições culturais;
- Os estudantes discutem os problemas de ensino/aprendizagem na escola da região e começam a delinear ações para implementação de conteúdos escolares mais adequados a realidade local;
- Educação e cultura trabalhados de forma integrada tendem a ter seus efeitos potencializados, pois abrangem as gerações mais novas e facilitam as trocas intergeracionais.

### ▶ Pontos de atenção

- Garantir a continuidade das atividades do grupo cultural após a conclusão das ações de fomento;
- Superar as dificuldades impostas pelo modelo escolar atual e garantir a continuidade de ações orientadas para implementação de educação diferenciada nas escolas quilombolas;
- Cautela ao transformar aspectos da cultura quilombola em conteúdo curricular, pois isto implica recriar o contexto de transmissão dos conhecimentos, afastando a oralidade e o "aprender fazendo".

## Perspectivas

Para o grupo cultural está colocada a perspectiva de se estruturar como grupo de apresentação aproveitada na atividade turística e em eventos regionais. Para o grupo de estudantes, a perspectiva é aprovar um projeto para obter recursos que permita capacitar o grupo e depois financiar suas ações na escola Chules Princesa e na formação de multiplicadores locais; Ampliação das atividades de fomento com a aprovação de projeto junto ao Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça.

## Melhores Momentos

- ▶ Encontro do grupo cultural de Sapatu com a comunidade de Nhunguara revelou o interesse e disposição de ambas as comunidades em promover suas tradições culturais;
- ▶ Reunião em que foi realizado um diagnóstico, com a participação de todos os estudantes, dos principais problemas que afetam o ensino/aprendizagem na escola quilombola local, bem como proposição de um conjunto de ações capazes de reduzir estes efeitos.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL

# Projeto Fortalecimento das Roças e Conservação das Sementes Tradicionais Quilombolas

### O que é

A Feira de Troca de Sementes visa o resgate e a valorização das sementes tradicionais (crioulas) das comunidades, e o incentivo à comercialização de seus produtos. A realização da Feira de Troca de Sementes faz parte de uma estratégia mais ampla, que diz respeito à roça, ou seja a atividade que, embora em crise hoje, constitui o esteio social, econômico e cultural das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

### Equipe

Luca Fanelli (responsável); Silvani Alves

Colaboradores: ISA: Raquel Pasinato, Camila Pontes Abuy-Yaghi, Willians Zorzan, Renato Netlechner, Ivy Wiens, Anna Maria Andrade e Nilto Tatto; Clóvis Oliveira (IB); Lucia Munari (USP); Monica Barroso (Núcleo Oikos), Pedro Lima (Itesp); Marcelo Laurindo (Ministério da Agricultura); Slow Food2, organização não-governamental de âmbito internacional que trabalha para promover a ecogastronomia: apoio técnico na Feira de Sementes quilombolas.

### Parcerias e fontes de financiamento

Instituto de Terras do Estado de S. Paulo (Itesp), Equipe de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone), Prefeituras municipais de Eldorado e de Itaoca; Núcleo Oikos: apoio financeiro; AIN/OD Operação Dia do Trabalho dos estudantes secundaristas da Noruega: apoio financeiro.

### O que foi feito

- ▶ Visitas nas comunidades a serem envolvidas na feira;
- ▶ Debate com representantes das comunidades e assessoria jurídica relacionada à resolução sobre roça (autorização plurianual de uso de terreno para cultivo);
- ▶ Articulação com parceiros e organização da feira;
- ▶ Participação do GT sementes da Comissão de Produção Orgânica do Estado de S. Paulo;
- ▶ Realização da I Feira Estadual de Troca de Sementes Crioulas/ Tradicionais, em parceria com o Instituto Kairós;
- ▶ Participação no I Fórum Paulista de Agroecologia, com representantes quilombolas;
- ▶ Realização da III Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira;
- ▶ Elaboração de projeto de fortalecimento das sementes encaminhado à Seppir e já aprovado para 2011.

### Indicadores

- ▶ Número de comunidades participantes: 12.
- ▶ Número de etnovarietades apresentadas: 103 (estimativa).
- ▶ Valor bruto arrecadado: R\$ 527,00 (estimativa).

### Avaliação

#### ▶ Pontos fortes

- Aumento da comercialização de produtos;
  - Continuidade nas parcerias de anos anteriores;
  - Arrecadação de valores (pequenos) localmente;
- #### ▶ Pontos de atenção
- Diminuição no número de etnovarietades apresentadas;
  - Desequilíbrio nas contribuições das comunidades para o almoço coletivo;
  - Ausência de comunidades que já participavam da atividade;

### Perspectivas

Continuidade na realização da Feira e maior compromisso no impacto da troca de sementes no dia-a-dia dos agricultores quilombolas.

### Melhores momentos

- ▶ I Feira Estadual de Troca de Sementes Crioulas/ Tradicionais, em parceria com o Instituto Kairós;
- ▶ III Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira;

### Outras ações pontuais

- ▶ Apoio à gestão do site das comunidades quilombolas: atualização do site com notícias sobre as comunidades quilombolas.
- ▶ Em 2010 houve 16.258 acessos ao site [www.quilombosdoribeira.org](http://www.quilombosdoribeira.org)



Luca Fanelli

Quilombolas de Nhunguara exibem mudas na feira de troca de Eldorado



## Projeto Artesanato

### O que é

O projeto tem como objetivo promover alternativas de desenvolvimento, sustentabilidade socioeconômica, cultural e educacional que possibilitem a permanência da população jovem dos quilombos em suas comunidades, reduzindo o risco de exclusão e marginalização desses jovens ao migrarem para outras regiões. Para tanto, o artesanato de palha de banana e o artesanato tradicional quilombola podem se tornar uma alternativa de geração de renda.

### Equipe

Camila Pontes Abuy Yaghi; Raquel Pasinato (responsável)

Colaboradores: Iara Rossi (Itesp); Maria Elisa de P. E. Garavello (Esalq/USP); Alziro Coraza (Consultor)

### Parcerias e fontes de financiamento

AIN/ OD Ajuda da Igreja da Noruega; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo de Sapatu; Associação Quilombo de André Lopes; Esalq/USP - Departamento de Economia, Administração e Sociologia; Itesp; MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário; Mais – Rete: “Movimento per l’Autosviluppo, l’Interscambio e la Solidarietà” – M.A.I.S., “Rete di Tecnici” – Rete: apoio financeiro.

### O que foi feito

- ▶ Duas Oficinas de reforço de costura em Ivaporunduva;
- ▶ Oficina de reforço de Costura - Sapatu
- ▶ Treinamento sobre comercialização - Sapatu; Ivaporunduva; André Lopes;
- ▶ Três oficinas de reforço de tear em André Lopes;
- ▶ Contatos de comercialização de peças para Sapatu e Ivaporunduva;

### Indicadores

- ▶ Número de artesãos envolvidos na comercialização de artesanato de palha de bananeira;
- ▶ Melhoria na padronização das peças artesanais; peças diferenciadas;
- ▶ Melhoria da organização do grupo de artesanato de Sapatu e André Lopes;
- ▶ Realização de vendas em lojas;
- ▶ Aumento dos contatos de vendas pelo site <http://www.kuilombosdo-ribeira.org.br/content/69>.

### Avaliação

#### ▶ Pontos fortes

- Aumento da autonomia de grupos mais antigos;
- Mais artesãs motivadas a participar de feiras de comercialização;
- Site como ferramenta importante de comercialização.

#### ▶ Pontos de atenção

- Problemas com fungos e brocas ainda existem;
- Necessidade de mais diálogo entre grupo de artesanato e associação quilombola;
- Desinteresse constante dos jovens pelo artesanato tradicional quilombola;
- Preocupação com manejo de recursos florestais da Mata Atlântica para artesanato;

### Perspectivas

Em 2011 encerram-se as atividades de capacitação por meio do projeto apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. As ações na área artesanal dependem neste momento muito mais da organização interna das associações do que de capacitações oferecidas por parceiros. O ISA , espera em 2011, finalizar um ciclo de capacitações em relação ao artesanato de fibra de bananeira e fortalecer ações de resgate do artesanato com outras matérias-primas como taquara, cipó e taboa, nativas do bioma atlântico. O foco será fortalecer o artesanato tradicional quilombola e encontrar alternativas para geração de renda por meio do inventário cultural em andamento.

### Melhores momentos

- ▶ Oficinas de reforço de costura
- ▶ Oficinas de reforço de tear

# Projeto Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Palmeira Juçara em Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

## O que é

Visa a implementação do Programa Regional de Repovoamento do palmito juçara nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, com a participação efetiva de representantes comunitários na implantação e monitoramento das atividades realizadas em mutirões, implantação de módulos de sistemas agroflorestais, reforma e construção de viveiros de mudas comunitários, e distribuição das mudas. O projeto também busca fomentar espaços de discussão sobre o uso múltiplo do palmito juçara para geração de renda nas comunidades, conscientizando com vistas a diminuir sua exploração clandestina na Mata Atlântica.

## Equipe

Luca Fanelli (responsável); Nilto Tatto; Raquel Pasinato; Willians Zorzan  
*Colaboradores:* Associação Quilombo do André Lopes; Associação Quilombo de Cangume; Associação Quilombo de Galvão; Associação Quilombo de Ivaporunduva; Associação Quilombo de Mandira; Associação Quilombo de Morro Seco; Associação Quilombo de Nhunguara; Associação Quilombo de Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo de Pedro Cubas de Baixo; Associação Quilombo de Porto Velho; Associação Quilombo de Sapatu; Associação Quilombo de São Pedro; Clovis Oliveira (Instituto de Botânica do Estado de São Paulo); Comunidade do Guapiruvu; Ipema (Instituto de Permacultura da Mata Atlântica); Marcos Gamberini (Prefeitura Municipal de Registro/SP).

## Parcerias e fontes de financiamento

Itesp Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo; IF Instituto Florestal – SMA-SP; FF Fundação para Conservação e Produção Florestal para o Estado de São Paulo – SMA-SP; parceria na implementação de atividades; Wagner Portílio (FF-SMA-SP); PDA Subprograma de projetos demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente; apoio financeiro; AIN/OD Ajuda da Igreja da Noruega; apoio financeiro; Mais – Rete: “Movimento per l’Autosviluppo, l’Interscambio e la Solidarietà” – M.A.I.S., “Rete di Tecnici” – Rete: apoio financeiro.

## O que foi feito

▶ Participação no Grupo de Trabalho misto (sociedade civil e poder público) na revisão da Resolução 16 que trata do manejo sustentável do palmito juçara;

- ▶ Publicação do pôster sobre manejo sustentável e uso múltiplo da palmeira juçara, Semeando sustentabilidade;
- ▶ Abertura do diálogo sobre o manejo de palmito e o corte clandestino, apresentando novas perspectivas para lidar com a questão.
- ▶ Realização de dois inventários amostrais dos indivíduos de juçara nas áreas de repovoamento;
- ▶ Almoço de confraternização e divulgação da polpa de juçara, com receitas formuladas ad hoc para o evento;
- ▶ Debate em duas comunidades sobre manejo comunitário de recursos naturais.

## Indicadores

Representantes comunitários participando do Conselho Gestor do Programa de Repovoamento.

## Avaliação

- ▶ **Pontos fortes**
  - Avanço na questão do uso da fruta da juçara;
  - Identificação de pontos fortes e de atenção no repovoamento;
  - Projeto piloto de comercialização da fruta da juçara, processada em polpa.
- ▶ **Pontos de atenção**
  - Falta de financiamento específico para o trabalho local com juçara;
  - Pouca disposição das comunidades envolvidas em debater a questão do manejo comunitário de recursos naturais;
  - Entraves legislativos.

## Perspectivas

- ▶ Consolidar o interesse das comunidades e sociedade local em relação a polpa da juçara como alimento, através do projeto piloto de comercialização para merenda escolar do município de Eldorado (SP);
- ▶ Ampliar as parcerias para pesquisa das potencialidades da cadeia produtiva da juçara;
- ▶ Contribuir com a reformulação da Resolução SMA 16 sobre manejo sustentável da juçara;
- ▶ Contribuir para a discussão e proposição de diretrizes às políticas públicas para a Juçara (Regularização do manejo da polpa, legislação sanitária, comercialização, logomarca juçara) no âmbito do projeto em REDE.

## Melhores momentos

- ▶ Inventário amostral de indivíduos de juçara nas áreas do repovoamento;
- ▶ Publicação do pôster *Semeando Sustentabilidade*;
- ▶ Almoço de confraternização e divulgação da polpa de juçara, com receitas formuladas ad hoc para o evento.



# Projeto Desenvolvimento Sustentável do Quilombo de Ivaporunduva

## O que é

Em parceria com a Associação Quilombo de Ivaporunduva, o projeto busca apoiar ações e iniciativas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, à conservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida das famílias locais. A ênfase atual é buscar mecanismos de geração de renda por meio da comercialização e processamento de banana orgânica, produção de artesanato, repovoamento do palmito juçara e ecoturismo, para que, em médio prazo, estes produtos possam ser comercializados observando as normas legais e ambientais.

## Parcerias e fontes de financiamento

AIN/ OD Ajuda da Igreja da Noruega: apoio financeiro; APTA Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios; Associação Quilombo Ivaporunduva; Banco de Alimentos da Prefeitura de Campinas; Cati Casa de Agricultura de Eldorado; Conab Companhia Nacional de Abastecimento; Esalq Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; IBD Instituto Biodinâmico; Ital Instituto de tecnologia de Alimentos; Itesp Instituto de Terras do Estado de São Paulo; PDA – Subprograma de Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente.

## Equipe

Camila Pontes Abuy Yaghi; Maurício de Carvalho; Raquel Pasinato (responsável); Reinaldo Gomes Ribeiro

*Colaboradores:* Maria da Guia Rodrigues; Elson Alves da Silva; Olavo Pedroso Filho; Paulo Sílvio Pupo; Cleber Sydnei Santana e Silva; Erica Helena da Silva Pedroso, Benedito Alves da Silva; Cristiano Furquim, Maria Lúcia Pupo; Vandir dos Santos.

## O que foi feito

- ▶ O quilombo de Ivaporunduva tem várias atividades de geração de renda apoiadas pelo ISA, a saber:
  - Renovação do certificado de produção orgânica de banana de 42 produtores;
  - Apoio à gestão técnica e administrativa do manejo agroecológico e comercialização da banana orgânica do quilombo de Ivaporunduva;
  - Pelo sexto ano consecutivo foi renovado o contrato de comercialização da banana orgânica certificada para o Banco de Alimentos de Campinas. Trata-se de parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, Ceasa-Campinas e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do governo federal;
  - Treinamento para preenchimento de cadastro de bananicultores; treinamento do grupo de trabalho da comunidade para acompanhamento na atividade da produção orgânica;
  - Planejamento de atividade com: preparo de biofertilizante, coleta de amostra para análise de solo, calagem;
  - Venda de banana e outros produtos para o Ceasa São Paulo;
  - Treinamento do grupo de trabalho do projeto PDA Consolidação na prestação de contas ao financiador;
  - Acompanhamento do grupo de trabalho do projeto PDA e consolidação na rotina de organização do escritório da associação;
  - Apoio para comercialização do artesanato;
  - Visitas técnicas no roteiro turístico da comunidade visando melhoria no roteiro e na recepção de grupos, no âmbito do Circuito Quilombola de turismo.
  - Inventário florestal nas áreas repovoadas com palmito juçara;

Raquel Pasinato



Oficina em Ivaporunduva debate ecoturismo como alternativa de geração de renda.

## Indicadores

- ▶ Aumento dos rendimentos econômicos obtidos pela comunidade com a comercialização da banana orgânica; com a comercialização do artesanato da fibra da bananeira e com o turismo;
- ▶ Número de produtores envolvidos no processo de certificação da banana;
- ▶ Número de comunitários envolvidos com a atividade turística.

## Avaliação

### ▶ Pontos fortes

- Grupo de trabalho escreveu projeto Conab (dentro do Programa de Aquisição de Alimentos) sem necessidade de ajuda dos técnicos do ISA;
- A pousada de Ivaporunduva melhorou os serviços de recepção por meio da organização dos serviços, discutida pelo Circuito Quilombola;
- A atividade turística está ganhando qualidade no quilombo; o turismo está sendo amplamente discutido na comunidade, através dos encontros promovidos pelo Circuito Quilombola;
- Boa área de palmitos em crescimento no território; quintais produtores de sementes e polpa.

### ▶ Pontos de atenção

- Dificuldades da Associação para mobilizar mais pessoas a participar das atividades;
- Alto custo para comercialização;
- Necessidade de fortalecer a gestão e monitoramento das áreas repovoadas com palmito juçara;
- Dificuldades da Associação em motivar os comunitários a participar da finalização da unidade de processamento de frutas;

## Perspectivas

- ▶ Finalizar a obra da Unidade de Beneficiamento de Frutas financiada pelo PDA;
  - ▶ Fortalecer a relação dos grupos da produção orgânica com a Associação;
  - ▶ Potencializar a atividade turística do quilombo com o desenho do Circuito Quilombola de turismo comunitário;
- Iniciar a comercialização de polpa de juçara para merenda escolar do município de Eldorado;
- ▶ Renovar o certificado orgânico e conquistar novos mercados melhorando a produtividade.

## Melhores momentos

- ▶ Registro em cartório do título da terra do quilombo;
- ▶ Comercialização de banana orgânica para Ceasa/São Paulo;
- ▶ Fechamento do contrato com a Conab;
- ▶ Inventário Florestal das áreas de repovoamento da palmeira juçara;
- ▶ Visita técnica de grupo de empresários da Natura e do MBA de Sustentabilidade da Faculdade de Economia e Administração da USP ao Circuito Quilombola de Turismo.

# Projeto de Desenvolvimento da Atividade Apícola nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

## O que é

Desenvolvimento de atividades para incremento na produção de mel dos quilombolas que contribuam para o aumento da segurança alimentar e como alternativa de geração de renda para as famílias das comunidades envolvidas.

## Parcerias e fontes de financiamento

Itesp: parceria na execução de atividades; Fundação Banco do Brasil: apoio financeiro; Mais – Rete: “Movimento per l’Autosviluppo, l’Interscambio e la Solidarietà” – M.A.I.S., “ Rete di Tecnici ”– Rete: apoio financeiro; Itai Instituto de Tecnologia de Alimentos: apoio técnico.

## Equipe

Ivy Wiens; Nilto Tatto; Raquel Pasinato; Renato Flavio Nestlener (responsável)

Colaboradores: Associação Quilombo de Cangume; Associação Quilombo de Porto Velho; Pronato Mel e derivados; Roberto Moraes (Itai); Gasparino (Itai); Marcos Roberto Viotti (Itesp); Altair de Matos Pereira (Itesp); Prefeitura Municipal de Iporanga; Prefeitura Municipal de Itaóca; ART URB (design do gráfico ao espaço); Sinelmo Renato de Oliveira (Licenciamentos da Casa do Mel); Vinícius Araújo (Caete Floretal, monitoramento dos plantios).

## O que foi feito

- ▶ Terraplanagem do terreno para construção da Casa do Mel;
- ▶ Entrada no Processo de Licenciamento da obra da Casa do Mel; licenças ambientais e sanitárias;
- ▶ Plantios na área de pasto apícola;
- ▶ Início da Construção da Casa do Mel na comunidade de Porto Velho;
- ▶ Acompanhamento periódico dos manejos nos apiários para obter mais qualidade e organizar os grupos de trabalho;
- ▶ Acompanhamento da construção junto com a comunidade;
- ▶ Acompanhamento da colheita de mel;
- ▶ Articulação com os órgãos públicos para o licenciamento da casa;

## Indicadores

- ▶ Participação dos apicultores nas atividades;
- ▶ Interesse dos jovens da comunidade de Porto Velho em trabalhar com apicultura;
- ▶ Nível de organização da associação;
- ▶ 90% das famílias da comunidade envolvidas com o projeto.

## Avaliação

- ▶ **Pontos fortes**
  - Acompanhamento da obra com fiscalização da comunidade;
  - Aumento da área de pasto apícola;
  - Organização da associação e união da comunidade em torno de objetivos comuns;
  - Ótimo desempenho nas tarefas que são atribuídas.
- ▶ **Pontos de atenção**
  - 70% do território da comunidade ainda continua na mão de terceiros;
  - Captar recursos complementares para continuidade e fortalecimento da comercialização do mel depois de a casa estar construída em Porto Velho;
  - Captar recursos complementares para capacitação das comunidades de Cangume e Praia Grande para desenvolver atividades apícolas.

## Perspectivas

Entregar a Casa do Mel licenciada e equipada para a comunidade, capacitar o grupo de apicultura para as atividades da casa. Buscar novos financiadores para ampliação do projeto para outras comunidades, e fortalecer assim a cadeia apícola na região.

## Melhores momentos

- ▶ Dia do início da construção da Casa do Mel;
- ▶ Plantio para ampliação do pasto apícola.

## Projeto Circuito Quilombola

### O que é

O projeto tem como objetivo atender as demandas da agenda socioambiental quilombola, relacionada aos arranjos produtivos do turismo, através do fomento de um circuito turístico integrado, envolvendo, informando e formando as comunidades locais e contribuindo para geração de renda e qualidade de vida das famílias.

### Parcerias e fontes de financiamento

Amamel Associação dos Monitores Ambientais de Eldorado: parceria na implementação das atividades; Eacone Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Quilombolas e Negras do Vale do Ribeira: parceria na implementação das atividades; Instituto Amigos da Reserva da Biosfera; Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar: apoio financeiro; Ministério do Meio Ambiente – PNUD Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas: apoio financeiro; Ministério do Turismo: apoio financeiro; Prefeitura Municipal Eldorado: parceria na implementação de atividades; Prefeitura Municipal de Cananéia: parceria na implementação de atividades; Prefeitura Municipal de Iporanga: parceria na implementação de atividades; Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu

### Equipe

Anna Maria Andrade; Maurício de Carvalho (responsável); Maria Fernanda do Prado; Nilto Tatto; Raquel Pasinato  
Colaboradores: Reinaldo Gomes Ribeiro (ISA); Silvani Cristina Alves (ISA); Olavo Pedroso (Ivaporunduva); Odaclício (André Lopes); Renato Flávio Nestlener (ISA); Ana Lopes (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica); Monica Barroso (Núcleo Oikos); Fernando Kanni (Consultor); Carlos Roberto (Amamel).

### O que foi feito

- ▶ Oficina para elaboração do planejamento estratégico do Circuito Quilombola;
- ▶ Oficina para elaboração de projetos de fomento ao Circuito Quilombola;
- ▶ Curso de capacitação Turismo nas Comunidades Quilombolas & Monitoria Socioambiental (formação 35 monitores ambientais quilombolas);
- ▶ Realização de duas visitas técnicas para elaboração dos pacotes turísticos;
- ▶ I Encontro Nacional de Turismo Sustentável em Comunidades Quilombolas.

### Indicadores

- ▶ Número de participantes das oficinas de trabalho nas comunidades (homens e mulheres), cerca de 45 em média;
- ▶ Número de pessoas capacitadas: 35 monitores, 25 jovens capacitados em planejamento e elaboração de projetos;
- ▶ Disseminação de informações por meio de materiais impressos e documentos audiovisuais produzidos.

### Avaliação

- ▶ **Pontos fortes**
  - Envolvimento das comunidades, principalmente as seis componentes do circuito;
  - Agregar turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável;
  - Jovens e mulheres participando do processo;
  - Levantamento do potencial turístico das comunidades;
  - Construção de um circuito integrado;
  - Prospecção no mercado turístico, organização da produção e comercialização entre as comunidades.



Maurício de Carvalho

Participantes do Encontro Nacional de Turismo Sustentável em comunidades quilombolas, realizado em Registro, em junho.

#### ▶ Pontos de atenção

- Estar preparado para o aumento do volume de atrativos a ser ofertado;
- Fortalecer a valorização étnica e cultural trazendo fortalecimento da identidade quilombola;
- Acesso a linhas de crédito para melhoria de infraestrutura turística nas comunidades;
- Autonomia das associações e fortalecimento para dar continuidade à comercialização dos produtos turísticos;
- Diálogo entre os grupos de turismo das comunidades com as associações das comunidades.

### Perspectivas

- ▶ Elaborar plano de divulgação do Circuito Quilombola;
- ▶ Confecção de seis mapas do circuito turístico de cada comunidade com atrativos e trilhas e um mapa do circuito integrado;
- ▶ Elaboração de Folder;
- ▶ Páginas do Circuito Quilombola incluídas no site: [www.quilombosdo-ribeira.org.br](http://www.quilombosdo-ribeira.org.br).
- ▶ Formação, estruturação e formatação de produtos turísticos do Circuito Quilombola;
- ▶ Gestão Participativa do circuito turístico através do fortalecimento do comitê gestor quilombola;
- ▶ Vivências em feiras e eventos turísticos.

### Melhores momentos

- ▶ Inventários turísticos com atrativos georreferenciados em seis comunidades;
- ▶ Encontro Nacional de Turismo Sustentável em comunidades quilombolas;
- ▶ Oficinas de Planejamento e Elaboração de Projetos do Circuito Quilombola;
- ▶ Curso de Monitores Ambientais Quilombolas.

# Projeto Planejamento Territorial Estratégico do Quilombo de São Pedro

## O que é

O projeto tem como objetivo contribuir com a comunidade no equacionamento das demandas levantadas na Agenda Socioambiental Quilombola, desenvolvendo, de forma participativa, um instrumento de organização e planejamento do território.

## Parcerias e fontes de financiamento

Associação Quilombo de São Pedro; Aecid Agência de Cooperação Espanhola: apoio financeiro; AIN Ajuda da Igreja da Noruega: apoio financeiro; OD Operação Dia do Trabalho dos estudantes secundaristas da Noruega: apoio financeiro.

## Equipe

Karin Ingrid Retzl (até junho de 2010); Maria Fernanda do Prado; Raquel Pasinato (responsável)

**Colaboradores:** Willians Zorzan (ISA); Nilto Tatto (ISA); Kjersti Thorkildsen (Pesquisadora Noragric); Cristina Adams (USP –Leste); Lucia Munari (USP); Sidneia Morato (Agente quilombola local); Edmilson (Agente quilombola local).

## O que foi feito

- ▶ Duas reuniões para apresentação do projeto e organização do cronograma de trabalho;
- ▶ Três oficinas de mapeamento participativo e levantamento das percepções sobre o território: quilombo do passado, quilombo que temos e quilombo que queremos;
- ▶ Oficina de priorização de demandas levantadas na Agenda Quilombola e demandas atuais;
- ▶ Oficina sobre Legislação ambiental que afeta o território.

## Indicadores

- ▶ Interesse dos comunitários em elaborar o planejamento;
- ▶ Participação em média de 20 pessoas por atividade;
- ▶ Três mapas de percepção do território produzidos de forma participativa.

Oficinas realizam mapeamento participativo e levantam percepções do território.

## Avaliação

- ▶ **Pontos fortes**
  - Forte interesse dos comunitários nas questões relacionadas a roças e legislação ambiental;
- ▶ **Pontos de atenção**
  - Aumentar o número de participantes para ter maior representatividade das famílias;
  - Rediscutir os horários das oficinas que prejudicam o resultado;
  - Dificuldades dos comunitários para inclusão no mapa físico dos temas mais relacionados à organização social, como associação, política e cultura.

## Perspectivas

- ▶ Finalizar as etapas de oficinas temáticas e elaborar o Plano de Ação para o quilombo São Pedro;
- ▶ Ampliar o projeto para a comunidade quilombola de Morro Seco, município de Iguape;
- ▶ Elaborar uma publicação com a metodologia empregada no desenvolvimento do projeto visando sua disseminação para outras comunidades do Brasil.

## Melhores momentos

- ▶ Oficina de percepção denominada “O quilombo que queremos”.
- ▶ Oficina de Legislação Ambiental.

Raquel Pasinato





## O que é

O Programa Xingu visa contribuir com o ordenamento socioambiental da Bacia do Rio Xingu, considerando a expressiva diversidade socioambiental que a caracteriza e a importância do corredor de áreas protegidas de 28 milhões de hectares, que inclui Terras Indígenas e Unidades de Conservação ao longo do Rio Xingu. Desenvolve um conjunto de projetos voltados à proteção e sustentabilidade dos 24 povos indígenas e das populações ribeirinhas que habitam a região, a viabilização da agricultura familiar, adequação ambiental da produção agropecuária e proteção dos recursos hídricos.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ► Financiadores

Auguri Promoções e Eventos Ltda.; Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); Associação de Franquias Sustentáveis (Afras), Ajuda da Igreja da Noruega (AIN/NCA); Amazon Watch; Centro de Apoio SocioAmbiental (Casa); Comissão Européia (CE); Cervejaria Premium; Embaixada da Noruega; ED – Defesa do Meio Ambiente; ED/Blue Moon; ED/Fundação Gordon & Betty Moore; ED/Fundação Robertson; Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Fundação Avina; Fundação Doen; Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável; Deutsche Gesellschaft fuer Internationale Zusammenarbeit – Cooperação Alemã (GIZ); Guarany Indústria e Comércio; Gisela Moreau; Grendene; Icatu Hartford; Iuri Rapoport; Icco; Instituto HSBC Solidariedade; Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); JYSK; MDA/SAF Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar; MMA/FNMA – Ministério do Meio Ambiente/Fundo Nacional do Meio Ambiente; MMA/PDA/Padeq – Ministério do Meio Ambiente/Subprograma Projetos Demonstrativos/ Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas; Natukapilar; Natura; Osklen; Rede de Ação para Amazônia (RAN); Rios Internacionais (IR); Solaris; Terra dos Homens-Holanda (TDH); The Forest Trust (TFT); The David and Lucile Packard Foundation; Yázigí Internexus;

### ► Parcerias

Agropecuária Fazenda Brasil, Agropecuária Rica, Associação Indígena Kisêdjê (AIK); Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng (Aimci); Aliança da Terra; Agência Nacional de Águas (ANA); Associação Nossa Senhora da Assunção de Educação e Assistência Social (Ansa); Associação dos Fazendeiros do Araguaia e Xingu (Asfax); Associação Agroecológica Estrela da Paz do Assentamento Brasil Novo; Associação Iakiô Panará; Associação Tapawia Kaiabi; Associação Yarikayu Udjá; Associação Terra Indígena Xingu (Atix); Associação Terra Viva (ATV); Associação Tulukai Waurá; Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri (Amoreri); Associação de Moradores da Resex do Rio Xingu (Amomex); Associação de Moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora); Associação de Extrativistas da Maribel (Aerim); Centro de Organização Kawaiwete – COK; Conselho Municipal de Meio Ambiente de Querência; CPT- Araguaia – Comissão Pastoral da Terra; Defensoria Pública Estadual de Altamira; Distrito Sanitário Especial do Xingu (Dseix); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Escola Municipal Família Agrícola de Querência (Emfaque); Fazenda Bang Bang, Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad); Funai/AER Xingu; Fundação Nacional do Índio; Fundação Viver, Produzir e

Preservar (FVPP); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama); Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto Centro de Vida (ICV); IF-SP – Instituto Florestal de São Paulo; Instituto EcoSocial; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); Laboratório Agroecológico da Transamazônica (Laet); MMA/Sema/AquaBio; Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Estado do Meio Ambiente/Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia; Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (Mopic); Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA); Ministério Público (MPF) Federal; NBS Comunicação; Prefeitura Municipal de Canarana/Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente/Secretaria de Educação; Prefeitura Municipal de São José do Xingu; Prefeitura Municipal de Querência; Prefeitura Municipal de Altamira/Secretaria de Saúde; Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente; Projeto Vídeo nas Aldeias; Rios Internacionais (IR); Saga – Sociedade Amigos do Garapu; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde; Sindicato Rural de São José do Xingu; Unemat – Universidade do Estado de Mato Grosso; Unifesp – Universidade Federal de São Paulo/Departamento de Medicina Preventiva; Universidade Federal do Pará.

## Equipe

**André Villas-Bôas** (indigenista, coordenador); **Marcelo Salazar** (engenheiro de produção, coordenador adjunto); **Paulo Junqueira** (psicólogo, coordenador adjunto); **Rodrigo Gravina Prates Junqueira** (engenheiro agrônomo, coordenador adjunto); **Adriana C. G. de Figueiredo** (advogada, assistente da coordenação); **Cassiano Marmet** (técnico agrícola, assessor técnico em restauração florestal); **Cleudemir Peixoto** (educadora, auxiliar administrativa); **Cleiton Neto** (viveirista); **Cristiano Tierno de Siqueira** (mestre em Educação, técnico responsável pelo processo de formação em gestão territorial das Resex da Terra do Meio); **Cristina Velasquez** (engenheira florestal, assessora técnica em pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Eduardo Malta Campos Filho** (biólogo, coordenador técnico da restauração florestal); **Eric Deblire** (administrador, gestor financeiro); **Erica Leglli** (auxiliar de serviços de gerais); **Fernanda Bellei** (jornalista, assessora de imprensa); **Francisco Fortes** (economista, técnico em desenvolvimento e pesquisa socioambiental); **Francinaldo Ferreira de Lima** (biólogo, acompanhamento das associações e conselhos gestores das UCs); **Heber Queiroz** (biólogo, analista em sensoriamento remoto); **José Nicola Costa** (biólogo, técnico responsável pela facilitação da Rede de Sementes); **Júnior Micolino da Veiga** (tecnólogo em gestão ambiental, auxiliar técnico em desenvolvimento e pesquisa socioambiental); **Kátia Ono** (ecóloga, assessora técnica do Projeto Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis); **Leticia Soares de Camargo** (cientista social, técnica em desenvolvimento e pesquisa socioambiental); **Luciano Langmantel Eichholz** (engenheiro florestal, assessor técnico em restauração florestal); **Marcelo Hercowitz** (economista, consultor técnico); **Márcio Luis Silva Souza** (técnico florestal, acompanhamento das atividades produtivas); **Maria Martha Mota** (gestora em Políticas Públicas, assistente da coordenação); **Marisa Gesteira Fonseca** (bióloga, analista de geoprocessamento desde março); **Natalia Guerin** (bióloga, assessora técnica em restauração florestal); **Paula Mendonça de Menezes** (pedagoga, assessora técnica do Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu); **Patrícia Ketli Corradi** (auxiliar administrativo

em Altamira); **Renata Barros Marcondes de Faria** (bióloga, assessora técnica em desenvolvimento e pesquisa socioambiental do Projeto Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis); **Rosalina Alves da Silva Loch** (viveirista, auxiliar de serviços gerais); **Rosana Gasparini** (geógrafa, assessora técnica do Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu); **Sadi Elsenbach** (motorista e auxiliar de serviços gerais); **Vanderley da Costa e Silva** (viveirista); **Valéria Priscilla Lourenço de Britto** (auxiliar administrativa em São José do Xingu).

**Colaboradores e pesquisadores associados:** **Amintas Nazareth Rossete** (geólogo, coordenador do Núcleo de Análise Ambiental do campus Nova Xavantina da Unemat); **Arnoldo Luchtenberg** (consultor cadeias produtivas); **Ana Cíntia Valéria Vasconcelos** (consultora, UFSCar); **Ana Paula Souza** (FVPP); **Antônia Melo da Silva** (Movimento Xingu Vivo para Sempre-MXVPS); **Antônia Martins** (Movimento de Mulheres de Altamira); **André Tabanez** (Firminish); **Antonilson O. Rodrigues** (técnico em meliponicultura); **Atossa Soltani** (diretora, Amazon Watch); **Boris César** (Ibama/Direc); **Brent Milikan** (coordenador, Rios Internacionais); **Bruna Franchetto** (linguista, Museu Nacional); **Christian Poitier** (Analista, Amazon Watch); **Daniel M. P. De Castro** (ICMBio); **Daniel Penteadó** (ICMBio); **David Rogers** (antropólogo, Museu Nacional); **Douglas Rodrigues** (médico, Unifesp); **Dr Marco Antônio Delfim**; **Gelsama Santos** (linguista, UFRJ); **Geraldo Mosimann Silva** (agrônomo, Universidade da Flórida); **Helga Yamaki** (Imaflora); **Hermanus Meijeirink** (economista, Núcleo Maturi); **Januária Mello** (educadora); **Ivaide Rodrigues dos Santos** (consultor); **Jerônimo Villas-Bôas** (ecólogo); **Jeferson Straatmann** (USP, Décima Visão Consultoria); **Lea Tomas** (antropóloga, UnB); **Luiz Wagner** (ICMBio); **Luciana Nascimento Viana** (ICMBio); **Marcela Coelho** (antropóloga, UnB); **Maria Cristina Troncarelli** (educadora); **Mauricio Torres** (pesquisador, USP/Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas); **Natália Macedo Ivanauskas** (engenheira agrônoma, IF-SP); **Pablo Quirino Ribeiro de Amorim** (economista, Quirino de Amorim Consultoria Econômica Ltda); **Padre Androni** (Prelazia do Xingu); **Patrícia Cota Gomes** (Imaflora); **Paulo Amorim** (IFT); **Rainério Meireles** (UFPA); **Rafael Nonato** (linguista, MIT – Massachusetts Institute of Technology, Departamento de Linguística e Filosofia); **Regina Erismann** (EcoSocial); **Regis Bueno** (engenheiro agrimensor); **Renata Pinheiro** (MXVPS); **Rogério Luiz Miliszewski** (Mercur S.A.); **Dr. Rodrigo Timóteo da Costa e Silva** (MPF); **Simone Athayde** (bióloga, Universidade da Flórida); **Sofia Mendonça** (médica, Unifesp); **Stephan Schwartzman** (antropólogo, ED); **Suzi Lima** (linguista, University of Massachusetts); **Taina Menegasso** (ICMBio); **Thomas Jaeschke** (coordenador Amazônia, GIZ); **Walber Feijó** (ICMBio).

## Linhas de ação

- ▶ Manejo sustentável de recursos naturais e apoio ao desenvolvimento de alternativas econômicas para as populações indígenas, caboclas e agricultura familiar;
  - ▶ Apoio à qualificação das escolas indígenas e ribeirinhas nas iniciativas educacionais comunitárias no Baixo e Médio Xingu do Parque Indígena do Xingu (PIX), Terra Indígena (TI) Panará e Populações Extrativistas da Terra do Meio;
  - ▶ Capacitação em gestão e fortalecimento institucional das associações indígenas e das populações extrativistas;
  - ▶ Apoio às iniciativas indígenas de revitalização e registro de manifestações culturais;
  - ▶ Proteção e fiscalização dos limites do Parque Indígena Xingu;
  - ▶ Diagnóstico e gestão socioambiental, ordenamento territorial dos formadores do Rio Xingu;
  - ▶ Campanha Y Ikatu Xingu: proteção dos recursos hídricos e recuperação das nascentes e matas ciliares;
  - ▶ Formação e educação agroflorestal nas cabeceiras do Xingu;
  - ▶ Articulação de parcerias;
  - ▶ Consolidação e gestão integrada do Mosaico de Unidades de Conservação (UCs) da Terra do Meio e do corredor de áreas protegidas da Bacia do Rio Xingu.
- Com a nova organização do trabalho da equipe no Parque Indígena do Xingu e na TI Panará, cujo foco passou a ser o desenvolvimento de atividades nas etnias, optamos por reorganizar o relatório de atividades, dividindo-o dessa mesma forma, como abaixo:
- ▶ Coordenação;
  - ▶ Parque Indígena Xingu e Terra Indígena Panará;
  - ▶ Terra do Meio e PA;
  - ▶ Entorno e Cabeceiras da Bacia Xingu, MT.

# Coordenação do Programa

## O que é

A coordenação é responsável pelo planejamento estratégico do Programa Xingu e pela articulação política com os diversos atores envolvidos direta e indiretamente com os projetos do Instituto Socioambiental (ISA) na região da Bacia do Xingu. Esses atores são os parceiros indígenas locais, suas lideranças e associações; populações ribeirinhas; pequenos, médios e grandes agricultores; agências de financiamento; instituições do Estado brasileiro; lideranças indígenas da Amazônia e autoridades locais e regionais. A coordenação acompanha a elaboração e a execução dos projetos e a negociação dos financiamentos, monitorando a implantação dos projetos e a gestão dos recursos, a produção dos relatórios narrativos e analíticos pelas equipes e a articulação de suas atividades, buscando sinergia entre as linhas de ação que compõem o programa e as de outros programas do Instituto Socioambiental.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ▶ Financiadores

CE; ED/Fundação Gordon & Betty Moore; RFN, Usaid.

## Equipe

André Villas-Bôas; Marcelo Salazar; Paulo Junqueira; Rodrigo Gravina Prates Junqueira.

## O que foi feito

- ▶ Participação e apoio nas articulações políticas com Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Estado do Meio Ambiente no programa “Querência Mais”, que pretende atingir a regularização ambiental do município mato-grossense e tirá-lo da lista dos maiores desmatadores da Amazônia;
- ▶ Participação e apoio ao programa de restauração florestal e adequação socioambiental do município de Canarana;
- ▶ Participação nas articulações políticas e apoio técnico no processo de adequação socioambiental do município de Santa Cruz do Xingu, através do programa “Santa Cruz do Xingu Verde Legal”;
- ▶ Disseminação da técnica de plantio mecanizado de florestas, aplicada nos trabalhos de restauração florestal do ISA, através do vídeo “Plantio Mecanizado de Florestas: faça você mesmo”, distribuído entre proprietários rurais que precisam restaurar suas áreas e técnicos em restauração florestal;
- ▶ Mobilização e apoio no processo de construção de um plano de negócios para a Rede de Sementes do Xingu;
- ▶ Articulação técnica e política no processo de negociação com a empresa Natura sobre projeto de neutralização dos seus passivos de carbono com associação de produtores regionais, como incentivo à restauração florestal nas cabeceiras do Xingu;
- ▶ Coordenação institucional do Grupo de Trabalho formado pelos programas e áreas meio do ISA, para elaboração de projeto institucional para o Fundo Amazônia;
- ▶ Coordenação do fechamento da proposta e elaboração projeto de formação de agentes indígenas para gestão dos serviços ambientais;

- ▶ Desenvolveu intensos esforços para captação de recursos, com destaque para projetos elaborados para União Européia, Rainforest da Noruega /Pacote Amazônico, Fundo Vale e Fundação Moore, todos aprovados, fundamentais para estruturar melhor as ações do programa.
- ▶ Acompanhamento das propostas de mudança no Código Florestal Brasileiro, com participação em debates e produção de materiais informativos acerca do tema;
- ▶ Acompanhamento do processo de licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte e participação em mobilizações contra a obra;
- ▶ Elaboração, negociação e contratação do segundo projeto de comercialização de créditos de carbono da restauração de APPs na região, no mercado voluntário;
- ▶ Participação no grupo de critérios da Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS) e Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS).
- ▶ Coordenação e mobilização de produtores-referência e formadores de opinião;
- ▶ Coordenação do Consórcio Governança Florestal nas cabeceiras do Xingu, integrado pelo Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas de Rio Verde, apoiado pela Comunidade Européia;
- ▶ Coordenação da análise e articulações regionais para o estabelecimento de parâmetros para o Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual do Mato Grosso;
- ▶ Estruturação de projeto-piloto de pagamento de serviços ambientais para o corredor de Terras Indígenas que envolve o Parque do Xingu, TI Panará e TIs Kayapó;
- ▶ Coordenação do processo de consulta e informação com os índios do PIX, Panará e Kayapó, sobre mudanças climáticas, o papel das florestas e dos territórios indígenas no tema e sobre as possibilidades de compensação pelos serviços ambientais prestados por estes territórios na conservação da biodiversidade, paisagens florestais, produção e conservação de recursos hídricos e manutenção de estoques de carbono. O processo contou com 32 reuniões envolvendo os 14 povos do Parque Indígena do Xingu e os Panará. Os índios decidiram iniciar um processo de discussão acerca do seu futuro e necessidades através da construção de um plano de gestão para o PIX;
- ▶ Atualização de infraestrutura de transporte, comunicação e alojamento do Programa Xingu na cidade de Canarana e nas bases de apoio dentro do Parque Indígena do Xingu (PIX);
- ▶ Mobilização indígena para participar da Campanha Y Ikatu Xingu;
- ▶ Articulação, coordenação e participação nas reuniões de planejamento e avaliação das atividades do Programa Xingu;
- ▶ Acompanhamento das atividades de articulação política voltadas para a garantia de políticas públicas para escolas indígenas do PIX e Panará;
- ▶ Articulação dos projetos do PIX, TI Panará e Terra do Meio em um programa voltado à sustentabilidade da Bacia do Rio Xingu;
- ▶ Acompanhamento do processo de resgate do território de ocupação tradicional dos Ikpeng e Kisêdjê;
- ▶ Articulação da participação do Programa Política e Direito Socioambiental (PPDS) para assessoria jurídica aos Kaiabi no acompanhamento dos processos de reconhecimento territorial;

- ▶ Articulação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Fundação Nacional do Índio (Funai) visando a participação nas expedições de reconhecimento de direitos territoriais das etnias do Parque e das Reservas Extrativistas (Resex) da Terra do Meio;
- ▶ Apoio no desenvolvimento socioambiental das Reservas Extrativistas (Resex) da Terra do Meio;
- ▶ Ampliação do escritório regional de Altamira, com área de apoio às associações locais;
- ▶ Coordenação do processo de contratação e integração de três novos assessores para a equipe do programa;
- ▶ Coordenação do processo de interlocução da equipe do programa com antropólogos e linguistas especialistas nas etnias Panará, Ikpeng, Yudjá, Kaiabi e Kisêdjê;
- ▶ Elaboração de relatórios e projetos para Fundação Rainforest da Noruega (RFN), Terra Dos Homens-Holanda (TDH), Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), Defesa do Meio Ambiente (ED); Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável; Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Conservação da Natureza (TNC), Embaixada do Canadá, Ministério da Educação (MEC), Petrobras, Programa Agroextrativismo, Instituto HSBC Solidariedade, Comunidade Européia, Fundação Gordon & Betty Moore, Fundo Viva o Amanhã da Avon, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundação Doen, Natura e Afras;
- ▶ Organização e promoção de intercâmbio da Rede de Cooperação Alternativa (RCA) ao Parque Indígena do Xingu, com a participação de 27 pessoas, 24 indígenas e 13 não indígenas, com o tema: “O contexto regional e as estratégias de gestão territorial nas terras indígenas”;
- ▶ Promoção de seminário de reflexão e planejamento para discussão e debate sobre a avaliação externa realizada em 2010 por solicitação da RFN.

## Indicadores

- ▶ Capacidade de articulação e interlocução com as lideranças do PIX e Panará;
- ▶ Capacidade de articulação e interlocução com os diferentes atores regionais no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu;
- ▶ Capacidade de formular projetos, sistematizar relatórios de atividades e aproveitar oportunidades de financiamento e parcerias;
- ▶ Aumento de captação de recursos de fontes diversificadas;
- ▶ Capacidade de promover sinergia entre as diferentes equipes técnicas do programa;
- ▶ Capacidade de atualização estratégica das ações do programa;
- ▶ Grau de empoderamento e fortalecimento da equipe para assumir suas funções e tarefas com responsabilidade.

## Avaliação

O Programa Xingu continuou crescendo em 2010.

Na região de Altamira, o trabalho do Programa Xingu do ISA se alternou entre avançar na implantação de um conjunto de iniciativas voltadas à consolidação das RESEX da Terra do Meio e seus desafios socioambientais e uma intensa agenda de mobilização e manifestações políticas contra a construção de Belo Monte. Novos apoios e parcerias conquistados em 2010 foram fundamentais para estruturar o escritório do ISA em Altamira, para ampliar e organizar a equipe técnica e deslançar os trabalhos nas

RESEX. Por outro lado, o licenciamento preliminar dos canteiros das obras de Belo Monte, não previsto no processual de licenciamento do Ibama, foi um ato arbitrário, que selou a intenção do governo de realizar esta obra a qualquer custo.

Na região das cabeceiras do Xingu, um dos destaques foi o novo contrato com a empresa Natura para neutralização das suas emissões em 2009, envolvendo agora uma associação de produtores do município de Santa Cruz do Xingu, articulada para esta finalidade, como titulares dos créditos de carbono e parceiros do ISA no projeto. Chegamos ao cômputo de 2 mil hectares de áreas em processo de restauração florestal alcançados na região das cabeceiras do Xingu, o maior da Amazônia. O reconhecimento público de eficiência e a disseminação da técnica de restauração florestal mecanizada, desenvolvida no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, e o avanço da agenda de adequação socioambiental nos municípios xinguanos de Santa Cruz do Xingu e Canarana, e o surpreendente avanço de Querência, são alguns destaques que marcaram o trabalho nas cabeceiras em 2010.

A intensa agenda de reuniões, iniciada em 2009 com as etnias do Parque Indígena do Xingu, em torno do diálogo sobre mudança climática, serviços ambientais e mercado de carbono, resultou no entendimento de que para melhor estruturar este diálogo é providencial a construção de um plano de gestão, um plano de vida do Parque do Xingu; a expansão da Rede de Sementes dentro do PIX, com a adesão de novas etnias, se consolidando como uma nova alternativa econômica sustentável, com pegada socioambiental regional. A constituição do território étnico educacional do Parque do Xingu, a mobilização indígena em torno do mesmo, e a possibilidade mais concreta de se construir como política pública com centralidade estratégica sobre educação diferenciada no Parque, após um longo período de fragmentação política entre dezenas de prefeituras e governo do Estado, também foi de suma importância. Entre outras iniciativas, vale destacar ainda o trabalho de prevenção do fogo e combate a incêndios florestais, que inaugurou parceria com a empresa Guarany de implementos agrícolas e colocou em destaque a questão do fogo como um dos principais desafios de sustentabilidade futura do Parque Indígena do Xingu.

## Perspectivas

- ▶ Ampliar as condições de trabalho do programa junto às Resex do Riozinho do Anfrísio, Iriri e Médio Xingu, com ênfase nas questões voltadas à sustentabilidade econômica, ambiental e cultural da população local, acesso à assistência e regularização das Unidades de Conservação;
- ▶ Implementar a formação socioambiental de gestores indígenas, a partir de um currículo-síntese do acúmulo das diferentes atividades desenvolvidas pelo Programa Xingu;
- ▶ Consolidar proposta-piloto voltada ao pagamento por serviços ambientais, especialmente o mercado de carbono visando apoiar projetos de restauração florestal tanto no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, quanto em relação ao pagamento de serviços ambientais prestados pelas Terras Indígenas;
- ▶ Ampliar as experiências de neutralização de emissões de carbono, iniciado por uma empresa com renome internacional na Bacia do Xingu;
- ▶ Avançar na adequação socioambiental da produção agropecuária da região das cabeceiras do Xingu, a partir da qualificação dos municípios da região na gestão florestal;

- ▶ Coordenar, em parceria com o Programa de Políticas Públicas do ISA, processo de diálogo com os povos do PIX, com os Panará e os Kayapó visando informá-los sobre temas relacionados a mudanças climáticas e serviços ambientais/mercado de carbono e a relação desses temas com o Brasil, a Amazônia e seus respectivos territórios. O objetivo é subsidiá-los para participarem dos fóruns nacionais e internacionais de discussão desses temas e se posicionarem em relação às demandas do mercado de carbono;
- ▶ Assessorar o movimento e a discussão sobre a perspectiva de reestruturação da Associação Terra Indígena Xingu (Atix) diante da necessidade de atualizar sua articulação com e entre as associações étnicas locais na gestão de temas estratégicos de interesse comum aos diferentes povos. Também e ao mesmo tempo assegurar uma representatividade participativa da Atix em relação ao conjunto das etnias do PIX
- ▶ Ampliar o processo de formação e profissionalização de quadros locais de nível técnico e superior para atender às demandas crescentes de restauração florestal;
- ▶ Dar continuidade às discussões com índios sobre sustentabilidade futura, associando a questão dos serviços ambientais prestados no contexto do Parque Indígena do Xingu e TI Panará;
- ▶ Organização do evento dos 50 anos do Parque Indígena do Xingu;
- ▶ Acompanhar ativamente processo de licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte;
- ▶ Apoiar, em parceria com a Atix, organização do evento dos 50 anos do Parque Indígena do Xingu;
- ▶ Iniciar a construção do plano de gestão do Parque Indígena do Xingu, em parceria com Atix, Ipeax e Coordenação Regional da Funai;
- ▶ Iniciar articulações políticas e mobilização dos diferentes atores sociais da região do Xingu e suas organizações visando a constituição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Xingu em 2013;
- ▶ Articulação e mobilização política voltadas a ampliar o controle social sobre o cumprimento das condicionantes socioambientais previstas no licenciamento de Belo Monte.

# Parque Indígena do Xingu e Terra Indígena Panará

## O que é

O Programa Xingu atua em parceria com as associações e comunidades do Parque Indígena Xingu e da Terra Indígena Panará na formulação e implantação de um conjunto articulado de projetos que buscam: aumentar a capacidade de interlocução e o protagonismo político dos índios com a sociedade envolvente; ampliar a autonomia econômica das comunidades e a capacidade de gestão de suas organizações; promover seu fortalecimento cultural e a capacitação para a gestão dos recursos naturais tradicionais, assim como a proteção e fiscalização das suas fronteiras.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ► Financiadores

ED/Fundação Gordon & Betty Moore; Iphan; Norad; RFN; TDH.

### ► Parcerias

AIK; Associação Iakiô Panará; Associação Moygu Comunidade Ikpeng; Associação Tapawia Kaiabi; Associação Tulukai Waurá; Associação Yarikayu Yudja; Atix; Centro de Organização Kawaiwete; Conselho de Educação do Médio e Baixo Xingu; Dseix; Funai/AER Xingu; IF SP; Instituto Caititu; Projeto Vídeo nas Aldeias; Unifesp; Guarany Indústria e Comércio, Solaris.

## Equipe

Adriana C. G. de Figueiredo (até fevereiro); André Villas-Bôas; Angelise Nadal Pimenta (até junho); Francisco Fortes; Kátia Ono; Letícia Soares de Camargo; Maria Martha Mota; Marisa Gesteira; Paula Mendonça; Paulo Junqueira; Renata Barros Marcondes de Faria e Rosana Gasparini  
*Colaboradores:* Antonilson O. Rodrigues; Bruna Franchetto; David Rogers; Douglas Rodrigues; Hélio Ricardo; Ingrid Lemos; Jessica Livio; Jeferson Stratmann; Jerônimo Villas Boas; Johannes Fjell Hojem; Lea Tomas; Marcela Coelho; Marcus Vinicius Chamon Schmidt; Namastê Messerschmidt, Natalia Ivanauskas; Pablo Amorim; Rosely Sanches; Sara Cristóforo; Sofia Mendonça; Stephan Schwartzman; Suzi Lima.

*Pesquisadores associados:* Geraldo Mosimann Silva; Simone Athayde.

## O que foi feito

► **APOIO A INICIATIVAS DE PROTEÇÃO TERRITORIAL E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS NAS TIS PIX E PANARÁ, VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE LOCAL, À SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS DE USO TRADICIONAL E SEGURANÇA ALIMENTAR**

### ► Monitoramento e proteção territorial

#### Fiscalização dos limites do Parque Indígena do Xingu

- Assessoria e apoio material à coordenação de fiscalização na Atix para a execução das atividades, relação com órgãos públicos e solução de conflitos
- Reunião com coordenador de fiscalização da Atix, da Funai e presidente da Atix para definir papéis na nova estrutura da associação;
- Orientação e apoio material para o encaminhamento, junto ao Ibama e Ministério Público de irregularidades em fazendas no limite sul do PIX
- Apoio à realização de atividades de fiscalização dos parceiros locais.
- Realização de expedição de verificação no limite sudoeste da TI Panará para verificar extração madeireira ilegal;

- Disponibilização de mapas de apoio ao planejamento e registro das expedições;
- Apoio e acompanhamento à expedição no limite sudoeste da TI Panará para verificação de denúncia de invasão madeireira e apoio à comunidade na elaboração de relatório.

#### Ações de prevenção, controle e combate a incêndios florestais no Parque Indígena do Xingu

- Reunião com comunidades das aldeias Capivara e Maraká para a elaboração dos planos de trabalho de controle a incêndios florestais, a partir de parceria firmada com a empresa Guarany;
- Treinamento de brigada de incêndios em cinco aldeias do baixo e médio PIX (Ngojwêrê, Capivara, Tuba Tuba, Tuiararé e Moygu)
- Organização de dados e elaboração de caderno de trabalho tratando do fogo, a ser publicado em 2011;
- Acompanhamento técnico das brigadas no combate ao incêndio florestal na região da Coordenação Técnica Local (CTL) Diauarum, Tuiararé;
- Elaboração de projeto para manejo do fogo no PIX em parceria com Funai/CTR Xingu;
- Levantamento parcial dos recursos naturais perdidos na queimada na região da aldeia Tuiararé;
- Reunião técnica com pesquisadores da USP para planejamento do estudo para análise temporal do índice de umidade da vegetação do PIX nos últimos 25 anos;
- Realizado monitoramento das áreas experimentais de recuperação de solo (roça sem fogo), através da avaliação da qualidade da produção de recursos de roça e de desenvolvimento das espécies vegetais em crescimento;
- Abertura de diálogo com a Coordenação Regional do Xingu e a Coordenação de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, ambas da Funai, no sentido de promover ações para a prevenção e combate aos incêndios florestais.



Jovens Kaiabi durante treinamento de combate ao fogo, em Diauarum.

Kátia Ono/ISA

### Manejo de recursos estratégicos para a cultura material e segurança alimentar

- Apoio e acompanhamento da execução do Projeto Hwini: coleta de sementes e replantio de pequi na área de produção de frutas indígenas do povo Kisêdjê. Assessoria ao Projeto Ngô Ndêt Hwisy Kre de restauração de mata ciliar, com plantio de mudas e sementes em mutirão para a recuperação da mata ciliar da Represa da Fazenda Comunitária Ronkô.
- Assessoria e acompanhamento do Projeto Mikatá de roça experimental - a proposta envolve a vitalização do trabalho de recuperação de recursos e conhecimentos associados à roça Yudja, a construção de experiências de recuperação de terras e de práticas preventivas a incêndios florestais;
- Assessoria e acompanhamento do Projeto “No lugar do pasto sem o boi frutas, flores e sombra” de recuperação de pastos abandonados nas aldeias Tuba Tuba e Paksamba Yudja apoiado pelo Fundo Xingu para iniciativas de restauração agroflorestal e educacional ambiental na Bacia do Xingu;
- Coordenação, orientação e acompanhamento das atividades de consultor contratado pela Atix para o Projeto Awasi Rerojewya, da aldeia Capivara Kawaiwete que envolve resgate e conservação in situ de variedades de milho Kawaiwete e experiência de recuperação de terras agricultáveis com plantas classificadas pelos índios como “donas da capoeira”;
- Elaboração e aprovação de projeto de jovens do grupo formado durante o curso “Reconhecendo e Valorizando as Iniciativas Sociambientais Indígenas”. O Projeto denomina-se “Encontro para troca de sementes e mudas da roça de comunidades do Parque Indígena do Xingu”, com financiamento da Fundação Luterana de Diaconia;
- Acompanhamento das iniciativas desenvolvidas pelo grupo de participantes do curso “Reconhecendo e Valorizando as Iniciativas Socioambientais Locais” de 2008/2009. Parte deles aprovaram projetos cada qual com suas comunidades;
- Desenvolvimento de projetos para enriquecimento das áreas degradadas do entorno das aldeias com plantas nativas do Xingu; construção de viveiros e “quintais florestais produtivos” e de desenvolvimento de estratégias para recuperação e manutenção da diversidade agrícola de cada etnia através da promoção de trocas e de aprimoramento técnico e material para a melhoria na produção e comercialização de sementes florestais.

### Desenvolvimento de alternativas de geração de energia em sistemas para comunidades isoladas em sistemas híbridos, utilizando potenciais regionais.

- Desenvolvimento de curso com participação dos povos Kawaiwete, Yudja, Panara, Kisêdjê e Ikpeng de formação em instalação e manutenção de sistemas solares fotovoltaicos para iluminação 12v;
- Desenvolvimento de ações práticas para a atuação de agentes na instalação, manutenção e cuidados com os sistemas de energia solar fotovoltaica que existem nas aldeias e coordenações técnicas locais (CTLs) do PIX.
- Prospeção de fontes e tecnologias que viabilizem a utilização de biomassa e óleos vegetais disponíveis no PIX para propor novos arranjos para responder às necessidades crescentes por energia, que culminou na elaboração de um projeto que integra várias fontes de energia, que possam servir como experiências possíveis para regiões isoladas da rede nacional.



Rosana Gasparini/ISA

Grupo das coletoras de sementes *Yarang* da etnia Ikpeng beneficiam sementes coletadas.

### Desenvolvimento de alternativas econômicas e parâmetros adequados de comercialização dos produtos indígenas e das populações extrativistas, visando sustentabilidade da produção e agregação de valor na comercialização dos seus produtos

#### ► Apicultura e meliponicultura

- Oficina de formação com a nova diretoria da Atix e demais colaboradores, resgatando os antecedentes da atividade apícola no PIX, definição de diretrizes futuras para a nova gestão e encaminhamentos para as questões abaixo elencadas:
- Oficina de capacitação voltada ao levantamento dos custos de gestão e comercialização do mel;
- Revisão e atualização dos instrumentos de controle de entrada e saída de materiais apícolas e do produto mel dentro e fora do PIX;
- Discussão e encaminhamentos para a regularização do SIF- Serviço de Inspeção Federal e IBD- Instituto Biodinâmico, certificadores do mel;
- Discussão e encaminhamentos para a reunião e interlocução com os responsáveis pelo Programa Caras do Brasil do supermercado Pão de Açúcar;
- Assessoria à Assembleia Geral Ordinária da Associação Tapawia, onde entre outros assuntos foi discutido e encaminhado que o mel terá três modalidades de produção: por família, particulares e comunidade, com apoio do Movimento Jovem Kawaiwete;
- Rodada técnica com um consultor em apicultura nas aldeias que possuem casas do mel instaladas (Diauarum, Capivara, Tuírarê, Aipore, Kwuaruja e Ngosoko) para verificação das condições em que elas se encontram, a correta utilização dos equipamentos e capacitações técnicas específicas objetivando garantir a qualidade e aumento da produção;
- Valorização e inclusão de monitores apícolas indígenas no desenvolvimento da apicultura no PIX com a inclusão de três jovens apicultores nas atividades de produção e gestão do mel na coordenação de alternativas econômicas no PI Diauarum;
- Assessoria e participação da reunião de apicultores e lideranças na aldeia Ngojwêrê, com participação de representantes de seis povos do Alto, Baixo e Médio Xingu. A reunião elegeu o diretor de apicultura da Atix, e estabeleceu as diretrizes de sua atuação. Pa'at ainda é o coordenador e vem demonstrando dinamismo.

► **Artesanato**

- Assessoria à Associação Indígena Kisêdjê (AIK) para a reformulação e atualização da tabela de preços do artesanato Kisêdjê, em conjunto com a comunidade produtora da aldeia Ngojwêrê;
- Realização de revisões e atualizações de procedimentos quanto à relação de parceria entre a Atix e as demais associações locais do PIX;
- Realização de evento de divulgação dos produtos artesanais dos povos do Xingu durante encontro de agentes socioambientais em Canarana, no período de 15 a 17 de abril de 2010;
- Assessoria ao processo de comercialização do artesanato Yudja na aldeia Tuba Tuba.

► **Comercialização de sementes nativas**

- Oficina na aldeia Tuba Tuba envolvendo também moradores da aldeia Pequizal para elaboração do calendário de frutificação e início da localização das áreas de coleta;
- Reunião com grupo de coletores na aldeia Nâsêpotiti, Moygu, Tuiararé sobre a organização, avaliação e perspectivas na comercialização de sementes;
- Oficina com as mulheres Ikpeng sobre o funcionamento da Rede de Sementes do Xingu;
- Oficina de capacitação para coleta e beneficiamento de sementes –aldeia Moygu;
- Reuniões com as associações Yarikayu, AIMCI, Tapawia, AIK e Iakiô para organização interna do processo produtivo;
- Apoio a participação dos coletores Indígenas nos encontros da Rede de Sementes do Xingu em Sinop e São Félix do Araguaia;
- Encontro dos núcleos de coleta na Coordenação Técnica Local (CTL) Diauarum para troca de informações, experiências e avaliação de todo o processo de comercialização de sementes;
- Oficina de elaboração de projeto para melhorar a infraestrutura de coleta, beneficiamento e armazenamento de sementes com a Associação Yarikayu;
- Apoio à Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng na articulação e elaboração de plano de uso de recursos da Embaixada Britânica para compra de materiais para beneficiamento de sementes;
- Elaboração de projeto de apoio à troca de sementes entre as aldeias envolvidas;
- Reuniões e oficina com Associação Indígena Kisêdjê para ingresso na Rede de Sementes do Xingu;
- Reunião com a comunidade Waurá para ingresso na Rede de Sementes do Xingu;
- Reuniões para explicação do funcionamento da Rede de Sementes do Xingu na Aldeia Piyulaga, a pedido dos Waurá, que decidiram por integrá-la. As primeiras oficinas estão previstas para o início de 2011;
- Assessoria e acompanhamento aos Kisêdjê, novos integrantes da Rede de Sementes.

► **FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS DO MÉDIO E BAIXO XINGU DA TI PANARÁ**

► **Assessoria técnica, política e administrativa de forma contínua**

- Assessoria e acompanhamento às reuniões da diretoria da Atix, objetivando avaliar as atividades realizadas e planejar as ações futuras, tendo como principais assuntos:

- Organização e realização da consulta prévia da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) no PIX;
- Aprovação e acompanhamento das revisões e execução do orçamento para 2010;
- Assessoria e participação do Grupo de Trabalho para a comemoração dos 50 anos do PIX;
- Acompanhamento à elaboração e encaminhamento dos relatórios para financiadores;
- Oficina de formação para os novos gestores da Atix com a construção dos novos planos de atividades em conformidade com o novo modelo de gestão, considerando os temas: antecedentes da gestão; funções atuais da Atix; alternativas econômicas; e planejamento das ações.

► **Assessoria técnica, política e administrativa de forma contínua**

- Assessoria às atividades políticas da Atix a fim de definir as estratégias de relacionamento com outras instituições parceiras como o Mopix – Movimento dos Povos Indígenas do Xingu, Funai Funasa, MMA (PNGATI e PDPI) e as associações locais distribuídas nas quatro regiões do PIX;
- Assessoramento e atualização fiscal junto aos órgãos competentes e escritórios de contabilidade da Atix, Yarikayu, Tapawia, AIMCI, Yakiô e AIK, capacitando os gestores para a autonomia no trato com as questões documentais e fiscais;
- Acompanhamento do processo de contratação de uma contadora para apoiar as atividades administrativas e assessoria contábil e financeira para Atix e demais associações locais do PIX.
- **Apoio à elaboração e gestão de projetos**
- Assessoria à diretoria da Atix na elaboração do Projeto Petrobras para apoio à comercialização do mel e construção do entreposto para atualização do SIF e IBD;
- Assessoria à diretoria da Atix para projeto de construção do entreposto do mel para a Funai;
- Assessoria na revisão do Plano de Trabalho e relatórios 2010 para a RFN e na elaboração do plano de trabalho 2011;
- Apoio à Associação Iakiô na gestão do Projeto Copaiiba no Fundo Dema.
- Continuação da assessoria à AIMCI para a execução e prestação de contas do projeto “Mawo Ewri – Casa da Cultura Ikpeng” - PDPI e Petrobras;
- Continuação da assessoria à execução do projeto PDPI – Capivara, gerenciado pela Atix;



Francisco Fortes/ISA

16ª Assembléia Geral Ordinária da Atix realizada entre os dias 28 e 30 de novembro de 2010 na CTL Diauarum.



- Assessoria à execução e prestação de contas do projeto PDPI do povo Kisêdjê, gerenciado pela AIK;
- Assessoria à prestação de contas do Projeto do Fundo Y Ikatu Xingu gerenciado pela Yarikayu;
- Assessoria à elaboração do projeto de resgate da medicina tradicional do povo Yudja na aldeia Tuba Tuba;
- Assessoria e apoio na elaboração do Projeto Casa para as associações AIK e Yarikayu;
- Assessoria à AIK para o início das atividades do Projeto Casa aprovado em junho de 2010;
- Assessoria e apoio à elaboração de projeto de fiscalização dos limites do PIX;
- Assessoria para o planejamento, realização e registro das assembleias da Atix, Yarikayu, Tapawia.

► **CONSOLIDAR ESCOLAS INDÍGENAS DIFERENCIADAS E ESPECÍFICAS PARA OS POVOS DO PARQUE DO XINGU E TI PANARÁ, VALORIZANDO SUAS LÍNGUAS MATERNAS E SEUS MECANISMOS TRADICIONAIS DE TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO**

► **Ações de apoio ao fortalecimento e qualificação das escolas indígenas**

- Reuniões de planejamento com Cedac em São Paulo para consolidação da parceria;
- Visita do Cedac ao PIX para afinamento do planejamento das oficinas pedagógicas para a reflexão e intervenção no espaço escolar;
- Oficina pedagógica do povo Kisêdjê com participação de professores, alunos, mulheres e lideranças para definição do papel da escola;
- Oficina com escritores da língua Kawaiwete envolvendo professores formados e em formação, agentes de saúde, alunos, lideranças e anciões orientadores;
- Oficina com professores para revisão do currículo de 1ª a 4ª etapas e sistematização do currículo de 5ª a 8ª, cujo objetivo principal é a formação da primeira turma do ensino fundamental na escola Ikpeng;
- Oficina pedagógica com professores e lideranças kisêdjê para definição de ciclos de aprendizagem de acordo com categorias de idade do povo Kisêdjê e início de revisão/construção do currículo do ensino fundamental;
- Assessoria ao encaminhamento do Projeto Político Pedagógico Ikpeng para a Secretaria Estadual de Mato Grosso, para análise e aprovação;
- Encaminhamento dos trabalhos dos alunos para a Secretaria Estadual de Mato Grosso, para avaliação e formação no Ensino Fundamental.

► **Acompanhamento e apoio ao processo de reestruturação do Território Etnoeducacional do Parque Indígena do Xingu**

- Participação do ISA e gestores indígenas das escolas centrais na reunião consultiva realizada pelo MEC para implantação dos territórios etnoeducacionais (TEE). Comissão de gestores indígenas realizou diagnóstico da situação das escolas e levantamento de demandas para subsidiar o plano de trabalho para pactuação do atendimento público ao TEE.
- Participação do ISA na comissão gestora do Território Etnoeducacional, em etapa que envolveu uma oficina para reflexão do modelo arquitetônico das escolas indígenas do Xingu, com participação da Funai e Seduc, para a construção de escolas indígenas prevista nos Planos de Ação.

► **Apoio às iniciativas de registro e fortalecimento cultural das comunidades**

- Expedição com os Panará à região do Rio Peixoto de Azevedo, nos municípios de Guarantã do Norte e Peixoto de Azevedo, para identificar sítios com importância cultural para eles, do ponto de vista mítico, histórico e a presença de recursos naturais importantes;
- Sistematização do material da expedição de 2009 com o povo Kawaiwe-

te na região do Rio Teles Pires e pesquisa e digitalização de materiais de expedições realizadas por eles na década de 1980.

## Indicadores

- Participação e avaliação feita por alunos e consultores sobre o primeiro encontro do curso de formação de gestores socioambientais indígenas;
- Informações sociolinguísticas dos povos Ikpeng e Kaiabi levantadas para subsidiar ações de revisão das ortografias e fortalecimento da língua falada;
- Capacidade de articulação da equipe com os diversos agentes indígenas, lideranças e órgãos de governo para a apresentação de uma proposta de ação do Território Etnoeducacional do Xingu;
- Envolvimento e participação das comunidades nas atividades propostas;
- Quantidade e qualidade dos projetos elaborados, aprovados e em execução pelas associações;
- Cumprimento dos cronogramas de execução e prestações de contas dos projetos aprovadas pelos financiadores;
- Planejamento, avaliações e relatórios de execução de projetos realizados pelas associações;
- Retomada pelos mais jovens de atividades tradicionais relacionadas a músicas e cultura material;
- Capacidade dos povos de organizarem espaços tradicionais de transmissão de conhecimentos e de criação de novos espaços, por meio das associações e escolas para a transmissão de práticas tradicionais;
- Interesse e mobilização da comunidade em atividades de pesquisa e resgate dos recursos tradicionais com a elaboração de projetos comunitários.
- Maior participação das mulheres e dos jovens em geral nas atividades de manejo de recursos naturais em oficinas e práticas de campo;
- Quantidade de colônias de abelhas sem ferrão instaladas e de mel colhido;
- Comunidades se empenhando em fazer o manejo do fogo, apesar do aumento do número de focos. As iniciativas de prevenção e combate aumentaram, porém há necessidade de aprimoramento das estratégias que estão sendo adotadas;
- Parceria com empresa privada Guarany muito satisfatória com perspectivas de continuidade e de ampliação de sua abrangência;
- Mobilização dos jovens em torno da manutenção da agrobiodiversidade de seus cultivos com iniciativas e protagonismo articulando-se para essas discussões;
- Os experimentos de recuperação de áreas degradadas, de solos agrícolas e de enriquecimento de frutíferas e plantas nativas no entorno das aldeias sendo realizadas com protagonismo dos jovens e com apoio de suas associações, comunidade e escolas.

## Avaliação

O ano de 2010 foi marcado pela reestruturação das equipes e estratégias de ação no Parque do Xingu. De 2005 a 2009, o Programa centrou grande parte de seus esforços em ações no contexto específico de cada povo ou grupo. Compôs-se uma equipe multidisciplinar que acumulou relações e conhecimento de modo a estabelecer e consolidar ações de acordo com a realidade de cada comunidade. O acúmulo de experiência e a relevância das recomendações do processo de avaliação pelas quais passou o Programa exigiram um novo movimento, buscando aprofundar a perspectiva

de ampliação do protagonismo dos índios no entendimento e ação frente ao contexto histórico em que vivem, com restrições territoriais, comparativamente ao passado, com altos índices de desmatamento no entorno e a perspectiva de agravamento das condições climáticas. Neste sentido, 2010 marcou a consecução do processo de construção conceitual, metodológica e estrutural para a realização de um processo de formação, associado a diversas atividades em campo, envolvendo lideranças e gestores do PIX e TI Panará, por meio do qual possam se apropriar de conceitos, temas e assuntos relacionados à sustentabilidade do Parque Indígena do Xingu e TI Panará e suas interfaces com a sociedade envolvente. Aliado ao processo de formação pretende-se também assessorar as comunidades indígenas e suas lideranças na elaboração dos planos de gestão do Parque Indígena do Xingu e da TI Panará, buscando valorizar os serviços ambientais associados a esses territórios e seus benefícios para a questão climática, contemplando as demandas dessas comunidades necessárias à manutenção dos seus estoques de carbono, buscando alavancar recursos nos fundos de doação e/ou mercado de carbono para assegurar a sustentabilidade dos planos de gestão.

Foram desenvolvidas atividades piloto de controle e prevenção de incêndios, em meio a um período de seca muito intenso provocando incêndios intensos e também extensos. Dessa forma, o treinamento que seria feito em áreas preparadas para queima controlada, acabou entrando na floresta para tentar deter grandes incêndios.

No contexto do projeto de apoio aos parceiros locais, merece destaque a reestruturação da Atix, principal parceiro no desenvolvimento das atividades locais, que resultou no funcionamento em novos moldes, com mudanças de equipe e forma de representação da diretoria. Isso exigiu um esforço extra da equipe do Programa Xingu para apoiar os novos diretores, sobretudo na área contábil e de gestão. Duas das associações indígenas que integram a Atix demonstraram grande capacidade na gestão e execução dos projetos.

As atividades voltadas ao acompanhamento às escolas se desenvolveram em um passo muito mais lento do que o previsto. Com o não cumprimento pelo MEC de compromissos assumidos em projeto aprovado desde 2009 em edital público, não foi possível realizar a grande maioria das atividades previstas. Ainda assim foi possível acompanhar as principais movimentações relacionadas à proposição dos territórios etnoeducacionais, ao fim acatado pelas comunidades xinguanas. O processo de avaliação sociolinguística também ficou aquém do que estava previsto, mas será finalizado o que está em curso com o povo Kawaiwete, com revisão ortográfica e avaliação dos processos de alfabetização na língua.

## Perspectivas

- ▶ Publicar um Almanaque para ser distribuído no entorno do Parque e organizar eventos enfocando o papel que os povos indígenas ocupantes do Parque Indígena do Xingu (PIX) tiveram e continuam tendo para a preservada composição da paisagem natural da área de transição do cerrado para a floresta amazônica e os desafios dos índios, frente ao contexto de restrição territorial e aos processos de mudanças climáticas;
- ▶ Participar das atividades do Comitê Gestor do Território Etnoeducacional do Xingu, que tem representantes das comunidades indígenas, da Atix, MEC, ISA, SEDUC-MT e Funai. O Território Etnoeducacional foi a proposta do MEC, aprovada pela I Conferência Nacional de Educação para a organização das políticas para a educação indígena e pelos índios do Xingu em conferência regional;

- ▶ Empreender esforços no sentido de aprimorar as práticas dos professores para alfabetização na língua, com formação e elaboração de material didático;
- ▶ Aprofundar o diálogo com os índios sobre a disponibilidade de terras férteis para produção de alimentos, as estratégias de manutenção da agrobiodiversidade, a recuperação de solos por meio de sistemas agroflorestais e controle das queimadas que conta agora com apoio e mais participação dos jovens pensando em estratégias para viabilizar em maior escala essas iniciativas;
- ▶ Organização de um Programa para o Bom Manejo do Fogo e Combate aos Incêndios Florestais no PIX, com a ampliação de um processo de conscientização para a importância de ações voltadas ao controle do fogo pelas comunidades, com foco em 10 aldeias do Alto, Médio e Baixo Xingu e articulando parcerias entre as comunidades, CTLs e instituições atuantes no PIX; elaboração e implementação de planos de manejo do fogo junto às comunidades;
- ▶ Fazer uma avaliação participativa dos impactos relacionados ao fogo nas áreas próximas da aldeia Moygu Ikpeng, ocasionados principalmente pelos incêndios ocorridos em 2010;
- ▶ Dar início a um processo de formação de gestores indígenas voltado ao fortalecimento do protagonismo dos índios na construção e desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade para o PIX e TI Panará, de forma a envolver lideranças, gestores de associações, agentes de fiscalização, diretores das escolas e demais atores indígenas que atuam no PIX;
- ▶ Apoiar os índios para um melhor entendimento do contexto em que estão inseridos e planejamento de alternativas de futuro, através da construção de planos de gestão específicos para os povos do PIX e para o PIX como um todo.
- ▶ Integrar o povo Waurá, das aldeias Piyulaga e Aruak na Rede de Sementes e assessorar os índios para a inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - Renasem;
- ▶ Apoiar a Atix na renovação da infraestrutura do entreposto de mel a fim de melhorar as condições de processamento do mel produzido no Diauarum, envase e rotulagem de todo o mel produzido no Médio e Baixo Xingu e investir em processos de formação de novos apicultores;
- ▶ Investir no desenvolvimento de técnicas de colheita e envase do mel de abelhas sem ferrão e na estruturação de um produto de acesso ao mercado interno, mas com perspectivas de acesso ao mercado externo;
- ▶ Dar continuidade ao processo de avaliação sociolinguística e implementar ações voltadas a qualificar a atuação dos professores indígenas para a alfabetização em suas línguas maternas;
- ▶ Estabelecer novas parcerias no âmbito do projeto de educação com instituições especializadas nos processos de qualificação de escolas;
- ▶ Apoiar os Kisêdjê para o início das atividades de produção de óleos vegetais para comercialização;
- ▶ Fazer os investimentos necessários à implantação de um projeto piloto de geração de energia em comunidade do Xingu aliando o uso de biomassa e energia solar;
- ▶ Dar continuidade ao apoio às iniciativas de resgate, revitalização e registro de manifestações culturais das associações e comunidades do Alto, Médio e Baixo Xingu e TI Panará.



Renata de Faria/ISA

Ikpeng apresentam danças durante intercâmbio RCA realizado em outubro.

### Melhores momentos

- ▶ Intercâmbio da Rede de Cooperação Alternativa (RCA) no Parque Indígena do Xingu, com 37 participantes, 24 indígenas e 13 não indígenas, abordando o tema: “O contexto regional e as estratégias de gestão territorial nas Terras Indígenas”;
- ▶ Ainda que com condições precárias, em ano de seca, com intensos incêndios em vários lugares na Amazônia, os índios que participaram das iniciativas coordenadas pelo ISA mostraram grande protagonismo no combate aos incêndios florestais dentro do PIX;
- ▶ Movimento Yarang;
- ▶ Intercâmbio do povo Panará à aldeia Ngojwêrê do povo Kisédjê;
- ▶ Expedição Panará ao território ancestral.

# Adequação socioambiental da Bacia do Rio Xingu

## O que é

Trata-se de um conjunto articulado de estratégias socioambientais que tem como ação prioritária a Campanha Y Ikatu Xingu, uma coalizão ativa de interesses para a proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes da Bacia do Xingu no Mato Grosso. Suas ações desenvolvem-se no sentido de mobilizar e articular diferentes atores na esfera municipal, estadual, nacional e internacional para garantir a integridade dos recursos hídricos e alertar sobre os impactos ambientais do uso e da ocupação desse território. Articulam-se em três eixos – planejamento e gestão territorial, pesquisa e desenvolvimento de técnicas em restauração florestal e educação agroflorestal – que contribuem efetivamente para a construção de um modelo de desenvolvimento que alie a produção e a conservação dos recursos naturais, valorizando a diversidade socioambiental da Bacia do Xingu.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ▶ Financiadores

Afras – Associação de Franquias Sustentáveis, Casa – Centro de Apoio Socioambiental; Comunidade Européia (CE); Cervejaria Xingu Premium; Fundação Avina; Icatu Seguros; Iuri Rapoport; Instituto HSBC Solidariedade; Instituto Ventura, MMA/FNMA; MMA/PDA/Padeq; MDA/SAF; Natukapilar; Natura; Osklen; RFN; USAID; The Forest Trust (TFT) - JYSK; The David and Lucile Packard Foundation; Yázigi Internexus;

### ▶ Parcerias

Agropecuária Fazenda Brasil, Agropecuária Rica, Aliança da Terra; ANA – Agência Nacional de Águas; Ansa – Associação Nossa Senhora da Assunção de Educação e Assistência Social, Asfax (Associação dos Fazendeiros Xingu e Araguaia); Associação Agroecológica Estrela da Paz do Assentamento Brasil Novo (Querência); Associação Indígena Kisêdjê; CPT, MMA/Sema/AquaBio; Atix; Conselho Municipal de Meio Ambiente de Querência; Embrapa; Escola Municipal Família Agrícola de Querência; Fazenda Bang Bang; Formad; ICV; Instituto EcoSocial; Ipam; NBS; Prefeitura Municipal de São José do Xingu; Prefeitura Municipal de Canarana; Sindicato Rural de Santa Cruz do Xingu; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde; TNC; Unemat.

## Equipe

André Villas-Bôas; Cassiano Marmet; Cleudemir Peixoto, Cristina Velasquez; Eduardo Malta Campos Filho; Erica leggli; Fernanda Bellei; Heber Queiroz; José Nicola Costa; Júnior Micolino da Veiga; Luciano Langmantel Eichholz; Marcelo Hercowitz; Maria Martha Mota; Marisa Gesteira, Natalia Guerin; Rodrigo Junqueira; Rosalina Alves da Silva Loch; Sadi Elsenbach; Vanderley da Costa e Silva; Valéria Priscilla Lourenço de Britto.

*Pesquisadores associados:* Giselda Durigan; Natalia Macedo Ivanauskas;

*Retaguarda institucional:* Equipes de manejo e educação do PIX; Programa Política e Direito Socioambiental; Secretaria Executiva.

## O que foi feito

### ▶ Restauração florestal

- Produção e lançamento do vídeo “Plantio Mecanizado de Florestas: faça você mesmo” voltado para a disseminação da técnica de restauração florestal através do plantio direto de sementes nativas com o uso de maquinário agrícola;
- Articulação e apoio técnico e material para o cercamento, plantio de espécies florestais e a implantação de sistemas agroflorestais. Na área das cabeceiras do Rio Xingu, 2 mil hectares estão sendo recompostos em terras de grandes produtores e agricultura familiar, sendo 1.311 hectares de áreas isoladas e em regeneração natural, 464 hectares por semeadura direta de sementes e 284 hectares por plantio de mudas;
- Contratação de um segundo projeto com a Natura, em serão comercializadas 75 mil toneladas de carbono em 30 anos. Para tanto, serão plantados 220 hectares de vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e reserva legal;
- Início das pesquisas para o desenvolvimento de um plano de negócios para garantir a autonomia da Rede de Sementes do Xingu, que hoje reúne 300 coletores de 19 municípios: Água Boa, Canarana, Nova Xavantina, Querência, Bom Jesus do Araguaia, Cláudia, Confresa, Canabrava do Norte, Diamantino, Feliz Natal, Marcelândia, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Peixoto de Azevedo, Porto Alegre do Norte, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu e Guarantã do Norte - e em nove aldeias indígenas: aldeias Ilha Grande e Tuiararé, dos Kawaiwete (Kaiabi); aldeia Moygu, dos Ikpeng; aldeias Tuba Tuba, Pequizal e Paksamba, dos Yudjá; aldeia Waurá, dos Waurá; aldeia Ngojwêré (na Terra Wawi) dos Kisêdjê e aldeia Nãsepotiti, da etnia Panará, que se organizam por meio de núcleos de coleta de sementes;
- Comercialização de 25 toneladas de sementes, de mais de 234 espécies de árvores;



Fernanda Bellei/ISA

Coletores da Rede de Sementes do Xingu durante encontro realizado em São Félix do Araguaia.

- Realização de dois encontros gerais da Rede de Sementes do Xingu: um em Sinop, em maio, e outro em São Félix do Araguaia, em setembro;
- Organização e realização de um processo de capacitação técnica em restauração florestal envolvendo 25 técnicos de prefeituras da região, da rede de assistência privada e gerentes e técnicos de fazendas.

#### ► Formação e disseminação

- Consolidação da Agenda Socioambiental de Canarana, criada em uma parceria entre o Instituto Socioambiental (ISA), Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (Seagri), Secretaria Municipal de Educação (Semec) e Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e, em 2010, passou a integrar o calendário de ações educativas oficial do município;
- Realização de palestras sobre sistemas agroflorestais em escolas de Canarana e monitoramento e apoio às iniciativas de educação agroflorestal em parceria com a comunidade escolar;
- Apoio à realização do Festival de Sementes 2010, que envolveu toda a comunidade escolar de Canarana na coleta de 1.110 quilos de sementes nativas da floresta e do cerrado durante quatro meses;
- Promoção e organização de passeio ciclístico que envolveu mais de 200 pessoas nas ruas de Canarana, em comemoração a Semana do Meio Ambiente;
- Realização do 1º Encontro de Agentes Socioambientais do Xingu, em Canarana, que reuniu mais de 150 agentes que participaram de cinco turmas, ao longo de cinco anos;
- Apoio na realização do programa Germinar, em parceria com o Instituto EcoSocial: processo de formação de lideranças sociais, com 29 participantes, em Porto Alegre do Norte, MT;
- Realização do concurso fotográfico “Eu e o Cerrado em Canarana”, em comemoração ao Dia do Cerrado. Foram enviadas 50 fotos concorrentes e o concurso foi encerrado em um evento com mais de 400 pessoas;
- Promoção do evento “cinema socioambiental” na praça, em Canarana, para a exibição do filme “Avatar” que contou com a participação de 500 pessoas;

#### ► Planejamento, gestão e ordenamento territorial

- Acompanhamento e discussão do processo de finalização do Zoneamento Socioeconômico ecológico do MT;
- Elaboração das bases cartográficas para a realização do processo de adequação socioambiental do município de Canarana, São José do Xingu, Querência e Santa Cruz do Xingu

- Participação da Agência Nacional de Águas (ANA) na realização do monitoramento da água em pontos da Bacia.
- Participação e apoio nas articulações políticas com Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Estado do Meio Ambiente no Programa “Querência Mais”, que pretende atingir a regularização ambiental do município mato-grossense e tirá-lo da lista dos maiores desmatadores da Amazônia;
- Participação e apoio ao programa de restauração florestal e adequação socioambiental do município de Canarana;
- Participação nas articulações políticas e apoio técnico no processo de adequação socioambiental do município de Santa Cruz do Xingu, através do programa “Santa Cruz do Xingu Verde Legal”;
- Implantação do “De Olho no Xingu”, ferramenta de monitoramento de focos de calor e desmatamento em 14 municípios do eixo da BR-158 - assessora o controle social da gestão florestal municipal através do envio do boletim periódico aos parceiros;
- Consolidação do trabalho da Articulação Xingu Araguaia (AXA), união de organizações de campo que atuam na BR-158 – Operação Amazônia Nativa (Opan), Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), Associação Terra Viva (ATV), Associação Amava, Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (Ansa), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Instituto Socioambiental (ISA) – no enfrentamento de problemas socioambientais;

#### ► Adequação socioambiental das cadeias produtivas

- Participação ativa no grupo de critérios da Mesa Redonda da Soja Responsável com o intuito de formular critérios socioambientais que condicionem a existência de uma chamada soja responsável;
- Participação no GT da Pecuária Sustentável, uma iniciativa liderada pelo International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial, para definir parâmetros para regular a produção da carne, especialmente na Amazônia;

#### ► Articulação de parcerias e ações de comunicação

- O novo site da Campanha Y Ikatu Xingu foi colocado no ar no dia 14 de maio, com mais informações e mais espaços para a interatividade com o internauta;
- A Campanha Y Ikatu Xingu entra em redes sociais: Facebook, Twitter, Flickr, Youtube, e Orkut;

Luciano Ercinholz/ISA



Área da Fazenda São Roque, em Canarana, preparada para plantio em 2008.

Natalia Guerin/ISA



Área em processo de restauração na Fazenda São Roque dois anos depois do plantio.

- O site da Rede de Sementes do Xingu é lançado em outubro, abrindo um novo canal com o público;
- Produção de um boletim especial sobre restauração florestal que trouxe um levantamento geral de cinco anos de trabalho de restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs) na Bacia do Rio Xingu em Mato Grosso;
- Produção de quatro edições dos boletins impressos Governança Florestal nas Cabeceiras do Xingu em Mato Grosso, com os temas: "MT Legal", "Combate ao uso irracional do fogo", "Legislação Ambiental" e "Resultados de quatro anos de trabalho";
- Produção de spots de rádio em comemoração a Semana da Água e ao Dia do Cerrado, veiculados em rádios da região;
- Programa de rádio semanal na Rádio Vida Nova FM, em Canarana, para tratar de questões referentes à Campanha Y Ikatu Xingu e temas/assuntos socioambientais;
- Produção de mais de 50 matérias acerca dos trabalhos da Campanha Y Ikatu Xingu, publicadas nos sites do ISA da Campanha e divulgadas na imprensa regional e nacional;
- Produção do livro *Plantando Florestas, mudando vidas: a educação agroflorestal na Bacia do Xingu*, que conta histórias de pessoas que participaram das formações de agentes e educadores socioambientais do Xingu, entre 2007 e 2009;
- Produção da publicação *Fique por dentro: A Bacia do Rio Xingu em Mato Grosso*, que traz informações atuais sobre a vegetação nativa, sua estrutura fundiária e últimos números de queimadas e desmatamentos;
- Articulação e elaboração do projeto "Disseminando a cultura agroflorestal na região do Araguaia Xingu, nordeste de Mato Grosso", no âmbito da AXA, aprovado pelo PDA/PADEQ.

## Indicadores

- ▶ Aumento da área sob planejamento para conservação e uso sustentável de recursos naturais na região das nascentes do Rio Xingu;
- ▶ Maior número de parceiros mobilizados e envolvidos nos processos de conservação, recuperação e gestão ambiental da região das nascentes do Rio Xingu;
- ▶ Número de hectares em processo de restauração florestal por intermédio de diferentes métodos;
- ▶ Quantidade e qualidade de sementes coletadas pela Rede de Sementes do Xingu;
- ▶ Número de projetos aprovados e/ou negociados que contribuem para proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes;
- ▶ Melhoria da qualidade das águas e das matas da Bacia do Rio Xingu;
- ▶ Estruturação e fortalecimento de diferentes processos que contribuem para a governança florestal nas cabeceiras do Xingu;
- ▶ Quantidade e qualidade de iniciativas socioambientais em andamento.

## Avaliação

O ano de 2010 foi marcado pela consolidação do arranjo institucional pautado nos pilares da educação – formação agroflorestal, a restauração florestal e a gestão e ordenamento territorial completando um ciclo de realizações com o reconhecimento através de diversos prêmios e veiculações em programas de rádio e TV em nível nacional.

Destaque para mais um passo no aprimoramento do arranjo institucional integrador da diversidade, a Rede de Sementes do Xingu, que gera renda efetiva através da valorização da floresta.

Ter chegado a mais de 2.000 hectares em processo de restauração através de arranjos locais envolvendo diferentes perfis e tamanho de produtores nos traz elementos e subsídios para iniciar em uma fase de disseminar os princípios e técnicas para outras regiões do cerrado e Amazônia. Como exemplo, o estabelecimento de parcerias para restauração de nascentes e matas ciliares de dois dos três maiores grupos agropecuários da região foi uma conquista dentro da estratégia de estabelecer referências de atores formadores de opinião. O fechamento do segundo contrato com uma grande empresa de cosméticos para a comercialização de carbono, agora com a liderança de uma associação de produtores locais, permitiu experimentarmos um conjunto de incentivos econômicos para viabilização em escala da restauração de nascentes e matas ciliares.

No campo da educação agroflorestal e mobilização socioambiental ocorreu o seminário de agentes socioambientais envolvendo representantes de todas as turmas que passaram pela formação nos últimos quatro anos ao longo da Bacia. O atual desafio é consolidar esses resultados dentro dos processos em andamento nas esferas constituídas municipais como nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, nos projetos e iniciativas locais liderados pelos diferentes atores. Ocupar espaços políticos estratégicos como um programa de rádio semanal na rádio comunitária e ações concretas em parceria com clubes de serviço locais têm trazido resultados significativos no caminho da valorização da diversidade socioambiental. Paralelamente a isso, tomou forma e relevância a AXA (Articulação Xingu Araguaia) junto a cinco organizações da área dos movimentos sociais e agricultura familiar no sentido de apoiar e aproximar a lógica das organizações dessa área ao ISA, culminando com a elaboração e aprovação de um projeto voltado à avaliação, sistematização e disseminação das experiências exitosas dos grupos e comunidades organizadas.

No que tange as políticas públicas municipais e estaduais merece destaque o acompanhamento e fomento à elaboração de projetos e iniciativas voltados para a formulação de programas municipais de adequação socioambiental, desde o Cadastro Ambiental Rural (CAR) até os processos de restauração florestal, apesar de ser ainda bastante frágil e instável a estrutura técnica e institucional organizada e disponibilizada pelas prefeituras e conselhos de meio ambiente locais.

## Perspectivas

- ▶ Monitorar de forma qualificada o Balanço da Bacia (degradação x reflorestamento), definindo uma estratégia de divulgação e disseminação;
- ▶ Dar continuidade ao de Olho no Xingu para assessorar o controle social da gestão florestal municipal por parte de parceiros;
- ▶ Consolidar e disseminar estratégias de recuperação em larga escala sobretudo a metodologia de restauração por plantio direto de sementes florestais através de cursos de formação, dias de campo e áreas piloto;
- ▶ Realizar a II Expedição de restauração florestal na região das cabeceiras do Xingu;
- ▶ Apoiar e fortalecer as associações de produtores para liderar a gestão dos projetos de carbono florestal;
- ▶ Finalizar os produtos e processar os resultados do Plano de Negócios da Rede de Sementes do Xingu;
- ▶ Realizar o Encontro Anual da Rede de Sementes do Xingu com os associados, convidados e experts;
- ▶ Consolidar os processos de adequação socioambiental municipal através da promoção, parceria e apoio as diferentes fases do licenciamento ambiental como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os Programas Municipais de Restauração Florestal de APPs bem como os desdobramen-

tos práticos dos municípios que saíram da lista dos maiores desmatadores da Amazônia;

- ▶ Participar e influenciar nos resultados finais da discussão técnica e política da Instrução Normativa sobre as sementes nativas e mudas florestais;
- ▶ Fortalecer o arranjo local de produtores para viabilizar a comercialização de créditos de carbono;
- ▶ Desenvolver mecanismos e arranjos institucionais para viabilizar programas por pagamento de serviços ambientais (PSA) na Bacia do Xingu, além da comercialização dos créditos de carbono.

## Melhores momentos

- ▶ Elaboração, negociação e contratação do segundo projeto de comercialização de créditos de carbono da restauração de APPs na região com a liderança de uma associação de produtores locais;
- ▶ Aperfeiçoamento, aprimoramento e consolidação de métodos inovadores de restauração florestal, como o plantio mecanizado de sementes florestais e adubação verde, diminuindo os custos financeiros e adequando à realidade regional;
- ▶ Apresentação de reportagem especial sobre a experiência integrada de restauração florestal e coleta de sementes na Bacia do Rio Xingu, no programa Globo Rural, da Rede Globo, em agosto de 2010.
- ▶ Premiação de primeiro lugar para a experiência “Recuperação das Nascentes e Matas Ripárias na Bacia do Xingu através do Plantio Mecanizado de Florestas” concedida pelo Ministério do Meio Ambiente, em dezembro de 2010, através da chamada pública de práticas inovadoras em revitalização de bacias hidrográficas, na categoria Organizações Sociais;

- ▶ Destaque para o “Plantio Mecanizado de Florestas” na Mostra Ethos de Tecnologias Sustentáveis de 2010 por atender aos seguintes critérios: evidências de melhorias no meio ambiente, na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento socioambientalmente sustentável; contribuições da tecnologia para a sustentabilidade de forma escalar e potencialidade de replicação da tecnologia;
- ▶ Lançamento e distribuição do DVD “Plantio Mecanizado de Florestas: Faça Você Mesmo”;
- ▶ Realização do 1º. Seminário dos agentes socioambientais do Xingu e o lançamento da publicação *Plantando Florestas Mudando Vidas*;
- ▶ Produção da publicação *Fique por dentro: A Bacia do Rio Xingu em Mato Grosso*, 2º número da série Cartô Brasil Socioambiental, que traz informações atuais sobre a vegetação nativa, sua estrutura fundiária e últimos números de queimadas e desmatamentos;
- ▶ Fortalecimento da Rede de Sementes do Xingu como uma realidade para o fornecimento de sementes e para o fomento da cultura florestal e agroflorestal na região com a comercialização de 25 toneladas e a elaboração do plano de negócios;
- ▶ Articulação, apoio e parceria para o Programa Santa Cruz Verde Legal, de adequação socioambiental municipal, e o projeto Querência Mais, junto com atores locais para retirar o município da lista dos maiores desmatadores e iniciar o processo de restauração florestal das Áreas de Preservação Permanente degradadas.

Fernanda Bellei/ISA



Proprietários rurais e representantes de entidades envolvidas no programa Santa Cruz do Xingu Verde Legal analisam mapa de ocupação do município.

# Terra do Meio - Pará

## O que é

O Programa Xingu atua em parceria com diversas instituições governamentais, não governamentais, associações e comunidades da Terra do Meio na formulação e implantação de um conjunto articulado de ações nas Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Busca com isso aumentar o protagonismo político dos extrativistas e a capacidade de interlocução com a sociedade; promover instalação de infraestrutura básica nas Reservas Extrativistas (Resex); ampliar a autonomia econômica das comunidades e a capacidade de gestão de suas organizações; promover condições para identificação e registro das práticas de manejo dos recursos naturais tradicionais, além de contribuir com ações para o processo de regularização fundiária nas áreas protegidas.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ► Financiadores

Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável; ED/Fundação Gordon & Betty Moore; RFN; GIZ – Deutsche Gesellschaft fuer Internationale Zusammenarbeit – Cooperação Alemã; Amazon Watch; Rede de Ação para Amazônia (RAN); Rios Internacionais (IR); Gisela Moreau.

### ► Parcerias

ED; FVPP; ICMBio; Ibama; Ipam; MPF- Ministério Público Federal de Altamira; Funai - Altamira. Prefeitura Municipal de Altamira/ Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA), Defensoria Pública Estadual de Altamira, Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri (Amoreri), Associação de Moradores da Resex do Rio Xingu (Amomex), Associação de Moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora) e Associação de Extrativistas da Maribel (Aerim); Amazon Watch; Rios Internacionais (IR); Movimento Xingu Vivo para Sempre.

## Equipe

André Villa-Bôas; Cristiano Tierno de Siqueira, Francinaldo Lima; Marcelo Salazar; Maria Martha Mota; Márcio Souza, Patrícia Kretli Conrardi.

*Retaguarda institucional:* Maria Martha Mota; Adriana Ramos; Antenor Moraes; Vera Feitosa, Cristina Velásquez; Eric Deblire; Francisco Fortes; Margareth Nishiyama; Maria Inês Zanchetta; Moisés Pangoni; Marisa Gesteira; Fábio Endo; Raul Telles do Valle; Biviany Rojas; Rosemeire Rurico Sacó; Fernanda Bellei; Simone Pereira; Sandra Mara Ribeiro; Edson Mendes Guimarães.

*Colaboradores:* Jeferson Straatmann; Maurício Torres (Pesquisador, USP); Dr. Dr. Claudio Terre do Amaral (MPF), Bruno Alexandre Gütschow (MPF); Dr. Felício Pontes (MPF); Flávio Barros (UFPA); Stephan Schwartzman (EDF); Valéria Vasconcelos (Professora Uniube); Daniel M. P. De Castro (ICMBio); Daniel Penteadó (ICMBio); Luiz Wagner (ICMBio), Luciana Nascimento Viana (ICMBio); Taina Menegasso (ICMBio); Rogério Luiz Miliszewski (MERCUR S.A.), André Tabanez (Firminish), Patrícia Cota Gomes (Imaflora), Helga Yamaki (Imaflora), Paulo Amorim (IFT),

Dr. Rainério Meireles (UFPA), Dra. Janice Muriel Cunha (UFPA); Fábio Halmenschlager (LAET/UFPA); Dr. Simão Lindoso de Souza (LAET/UFPA); Ney Carvalho (Sesma/Altamira); Nilcéia Alves de Moura Oliveira (Seme/Altamira); Arnoldo Luchtenberg (consultor cadeias produtivas); Valéria Vasconcelos (consultora, UFSCar); Ana Paula Souza (FVPP); Antônia Melo da Silva (Movimento Xingu Vivo para Sempre-MXVPS); Renata Pinheiro (MXVPS); Antônia Martins (Movimento de Mulheres de Altamira); Ivaide Rodrigues dos Santos (consultor).

## O que foi feito

### ► Gestão territorial

- Organização e realização da reunião da Rede Terra em parceria com FVPP, EDF, Ipam e GTZ/Arpa em Altamira;
- Apoio na logística e organização da 1ª Reunião do Conselho Deliberativo da Resex do Rio Xingu e de duas reuniões dos conselhos deliberativos das Resex do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio;
- Finalização do processo de legalização das três associações comunitárias das Resex do Rio Iriri, Riozinho do Anfrísio e Rio Xingu e apoio à criação de associação dos extrativistas da Maribel;
- Suporte à quatro associações comunitárias da Terra do Meio na organização da gestão;
- Levantamento de informações para subsidiar decisão de abertura de estrada do Riozinho do Anfrísio para o Trairão e mapeamento da situação de pressão de desmatamento e retirada ilegal de madeira no norte da Resex Riozinho do Anfrísio, de Trairão, passando pelos projetos de assentamento Areia 1 e 2 e chegando ao Riozinho do Anfrísio.

### ► Saúde e educação

- Assinatura de convênios com a Secretaria de Saúde e de Educação de Altamira para construção de três postos de saúde e três escolas/centros de formação, um em cada Resex. Construção de uma escola pólo na Resex Riozinho do Anfrísio e início da construção de posto de saúde;
- Acompanhamento e apoio, junto com o ICMBio, na emissão de carteiras de pesca realizada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca;
- Diagnóstico de educação realizado nas Resex do Iriri e Anfrísio e desenho



Marcelo Salazar/ISA

Reunião em Resex na Terra do Meio.



de curso de formação de professores ribeirinhos e processos de formação em gestão territorial para extrativistas;

- Apoio à instalação de mais três novas escolas de ensino fundamental nas Resex do Iriri e Anfrísio
- Apoio à construção das escolas e logística para levar professores e material;
- Articulação com Secretaria de Saúde e Educação para missões de saúde e recursos específicos destinados às Resex e novos professores, respectivamente;
- Concepção e realização, em parceria com a FVPP, do 1º módulo do curso de formação de professores para as Resex.

#### ► Atividades econômicas

- Articulação, preparação de convênio e assinatura entre empresa compradora de borracha e associações comunitárias das Resex da Terra do Meio – compromisso de compra de até 30 toneladas no ano a um preço de R\$ 4,00 / kg (preço de mercado é de R\$ 1,70 / kg);
- Incentivo à estruturação de três novos paióis para armazenamento da castanha, adiantamento de alimentação;
- Oficinas para organização de informações e definição de estratégias de produção e comercialização para a Terra do Meio em parceria com o Imaflora;
- Realização de três intercâmbios com o projeto Sementes da Floresta em Uruará para produção de óleo de coco babaçu, farinha e carvão de babaçu;
- Aproximação com prefeitura de Altamira para compra de produtos das Resex destinados à alimentação escolar;
- Reuniões, envio de amostras, apoio na venda de lote piloto (200 litros) de óleo de copaíba para empresa que comercializa óleos essenciais para indústria de perfumaria;
- Elaboração de diagnóstico de custo de produção para as principais cadeias produtivas (borracha, castanha, óleos, pescado) para cada uma das três Resex da Terra do Meio em parceria com o Imaflora;

#### ► Belo Monte

- Monitoramento do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte;
- Reunião com desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília, junto com lideranças de Altamira para tentar evitar derrubada de liminar contrária a construção da obra;
- Análise das condicionantes para implantação da obra, componentes indígenas e ambientais e elaboração e divulgação de quadro de acompanhamento da realização das condicionantes;
- Realização de reunião de alinhamento e definição de estratégias entre os diversos movimentos sociais em Altamira nos dias 13 e 14 de agosto;
- Informação à sociedade brasileira sobre o processo de licenciamento de Belo Monte através de produção de notícias diversas sobre o tema e entrevistas para revistas, jornais e televisão nos principais meios de comunicação brasileiros e diversos internacionais.



fotos: Marcelo Salazar/ISA

Extração de seringa em Resex.



Processamento de sementes florestais para produção de óleo.

## Indicadores

- Associações comunitárias sem restrições documentais;
- 53 moradores das Resex com documentação organizada e encaminhada para receber o seguro defeso da pesca;
- Plano de manejo da Resex do Rio Iriri publicado em diário oficial;
- Fechado contrato de três anos com empresa compradora de borracha e associações comunitárias;
- Foram encaminhados dois contratos: um com empresa compradora de óleo de copaíba e outro com empresa compradora de castanha;
- Assinatura de convênio do ISA com a Secretaria de Saúde de Altamira;
- Aprovada verba especial de saúde para as áreas ribeirinhas administrada pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Contratação de três microscopistas adicionais para controle de malária;
- 12 escolas de ensino fundamental em funcionamento;
- Aumento do diálogo sobre a UHE Belo Monte na sociedade brasileira;
- Análise de condicionantes utilizada por diversas instituições favoráveis e não favoráveis à obra e cobrança de todas as instituições para que as condicionantes sejam cumpridas.

## Avaliação

Em 2010 a consolidação das Resex tomou uma envergadura diferente com investimentos realizados na estruturação física de pólos locais para atração de serviços de saúde e educação mais adequados à realidade local. Foi assinado convênio com a Secretaria de Saúde de Altamira e iniciada a construção de um posto de saúde no Riozinho do Anfrísio. Foram ainda adquiridos dois barcos para a Resex Riozinho e reformados barcos das Resex do Iriri e Xingu. O contrato fechado da borracha e indicativos de contratos de longo prazo com copaíba e castanha (em fase final de negociação) melhora as perspectivas das famílias para a comercialização mais justa dos produtos extrativistas. Na área de educação uma grande conquista foi a implantação de três novas escolas (duas no Rio Xingu e uma no Rio Iriri) completando 12 escolas implantadas desde 2008. Foi também realizada a 1ª Reunião do Conselho Deliberativo da Resex do Rio Xingu, com participação expressiva da comunidade e equipe do ICMBio afinada. Uma grande preocupação local e que pode ter impacto na sustentabilidade dos projetos realizados é o rápido avanço do licenciamento da Hidrelétrica de Belo Monte, sem respeitar a legislação e com falta de cumprimento de diversas das condições prévias à instalação da usina. Em torno do tema de Belo Monte, organizamos uma série de reuniões apoiando o diálogo de populações indígenas de toda a bacia e dos movimentos sociais locais, bem como suporte à organização e disseminação de informação qualificada sobre o processo para a sociedade, através de reuniões ou entrevistas a diferentes meios de comunicação nacionais e internacionais.

## Perspectivas

Consolidar os pólos regionais nas Resex do Iriri, Anfrísio e Xingu com conclusão de centros de formação e postos de saúde para cada uma delas, implantação de unidade produtiva com processamento de óleos e castanha em pelo menos uma das Resex e apoio às comunidades extrativistas na busca de novos contratos diferenciados com compradores de produtos florestais não madeireiros ampliando inserção dos mesmos no mercado. Na questão produtiva prevê-se ainda o diálogo sobre a criação de um selo de origem para produtos do Xingu.

Com o curso de formação em gestão territorial para 36 lideranças das três Resex da Terra do Meio a ser iniciado em 2011, e com previsão para conclusão em 2013, espera-se que aumente o protagonismo dos extrativistas sobre a consolidação de seus territórios.

Com relação ao acompanhamento do processo de licenciamento de Belo Monte temos em perspectiva a implantação de um observatório independente para as condicionantes. Esse observatório deve ser capaz de prover informações qualificadas e isentas sobre os investimentos realizados na região, como condição para a instalação e o funcionamento do empreendimento.

Prevê-se ainda articulações para a formação do Comitê de Bacia do Rio Xingu como um dos instrumentos de ordenamento da gestão Bacia do Xingu.

TEMA



# POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

## O que é

O tema Povos Indígenas no Brasil é referência nacional na produção, análise e difusão de informações qualificadas sobre os povos indígenas no Brasil. Mantém, desde o início da década de 1980, uma ampla rede de colaboradores e, paralelamente, estabelece trocas cotidianas com os programas do ISA, principalmente aqueles que trabalham em parceria com as associações indígenas (Xingu e Rio Negro). Essa rede contribui com informações para as publicações e os sites do tema.

O conteúdo gerado vem suprir uma grande lacuna ao disponibilizar à sociedade brasileira e ao público lusófono e anglófono um conjunto sistematizado de informações sobre povos indígenas. Os sites **Povos Indígenas no Brasil** e **PIB Mirim** podem ser acessados a partir do portal do ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)) ou diretamente em (<http://pib.socioambiental.org>/<http://pibmirim.socioambiental.org/>)

A série Povos Indígenas no Brasil, publicada desde o ano de 1980, é outra importante fonte de informações produzida pela equipe e evidencia o acompanhamento permanente das políticas públicas voltadas a essas populações

## Fontes de financiamento:

Embaixada da Noruega e Cafod Agência Católica para o Desenvolvimento

## Equipe

**Fany Pantaleoni Ricardo** (coordenadora); **Alex Piaz** (desenvolvedor web); **Gabriella Contoli** (produtora web); **João Ricardo Rampinelli** (desenvolvedor web); **Leandro Mahalem de Lima** (antropólogo); **Rogério do Pateo** (antropólogo, até setembro de 2010); **Majoí Fávero Gongora** (antropóloga). **Estagiários:** **Marília Garcia Senlle** (Ciências Sociais); **Graziela Rissato** (Ciências Sociais); **Tainã Feliciano Mansani de Oliveira** (Ciências Sociais); **Carolina Cooper** (voluntária).

**Colaboradores:** Julio Cezar Melatti; Beto Ricardo; Renato Sztutman; Valeria Macedo

# Site Povos Indígenas no Brasil Mirim (PIB Mirim)

## O que é

Criado em junho de 2009, o PIB Mirim (<http://pibmirim.socioambiental.org/>) é o primeiro site voltado ao público infante-juvenil sobre a diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil.

Em linguagem apropriada ao público a quem se destina, os objetivos dessa iniciativa são mostrar a diversidade dos povos indígenas de maneira educativa e lúdica; romper com os estereótipos amplamente difundidos; e despertar o interesse e o respeito das crianças às culturas indígenas existentes no país. Os conteúdos do PIB Mirim também servem de suporte para os professores abordarem a temática indígena em sala de aula, visto que, em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.645 que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio.

## Como o site está organizado

Para criar e organizar os conteúdos do site foi fundamental levar em consideração as expectativas, dúvidas e interesses das crianças diante do tema. Com base nesta ideia, a elaboração dos textos do PIB Mirim partiu de questões que apareceram nos e-mails enviados pelas crianças. Os conteúdos giram em torno de cinco grandes eixos: Antes de Cabral, Quem são, Onde estão, Como vivem e Línguas. Cada um deles se subdivide em seções, cujos assuntos se desdobram em uma série de perguntas e respostas encadeadas, de fácil entendimento.

A equipe realizou inúmeras pesquisas bibliográficas, aliadas às conversas com especialistas em antropologia, arqueologia e educação, entre outras áreas de conhecimento. Uma constante pesquisa audiovisual tem enriquecido o site com fotos, mapas, desenhos e vídeos.

O PIB Mirim busca dar espaço aos conteúdos produzidos pelos próprios indígenas ou em parceria com eles. Conta com vários conteúdos elaborados pelas comunidades com as quais o ISA desenvolve projetos, caso de populações da região do Alto Rio Negro e do Parque Indígena do Xingu. Vídeos sobre brincadeiras e línguas indígenas, textos sobre jogos, alimentação, divisão das tarefas cotidianas, além de diversos desenhos são alguns dos exemplos.

Paralelo a esse trabalho, a equipe, junto com a 8D Games, empresa especializada em jogos e interação digital, criou o espaço Aldeia Virtual, que inclui três mini-jogos (Corrida de Toras, na aldeia circular, e Arco e Flecha e Coleta da Pupunha, na aldeia yanomami).

## Aldeia Virtual

Aldeia Virtual é um espaço interativo que explora a diversidade cultural dos povos indígenas de maneira a conciliar diversão e aprendizado. Para a equipe, era fundamental a criação de um ambiente virtual que mostrasse as diferenças entre os povos, isto é, aquilo que os particulariza, afastando assim o estereótipo do “índio genérico”.

No jogo, o primeiro contato do participante com o diferente se dá quando ele faz o cadastro. Além de preencher os dados convencionais, é necessário escolher um avatar (personagem), com o qual brincará. Os avatares são desenhos criados a partir de referências reais sobre sete povos indígenas: Ashaninka, Asuriní do Xingu, Karajá, Krahô, Matis, Xikrin Kayapó e Yanomami. Logo no início, o jogador se depara com desenhos de índios muito diferentes entre si, pois destacam estéticas singulares.

Depois de escolher uma etnia e nomear o avatar, a criança está pronta para brincar na Aldeia Virtual: conversar com as pessoas que estiverem online e conhecer a aldeia circular, espaço livremente inspirado nas aldeias no Cerrado, e a aldeia yanomami, o mais novo ambiente do jogo.

Nas duas aldeias, os participantes conversam por meio da ferramenta de bate-papo, trocam impressões sobre o site e o jogo e fazem amizades.

A novidade da Aldeia Virtual é a aldeia yanomami. Com este novo ambiente, as crianças podem ver como é uma aldeia na região amazônica, conhecer a linda arquitetura dos Yanomami, além de aprender um pouco sobre os seus modos de vida. Nesta aldeia existem dois mini-jogos, Coleta da Pupunha e Arco e flecha. Estas duas atividades foram escolhidas por serem centrais para esse povo, além de permitirem a criação de cenas bastantes divertidas para as crianças.

## O que foi feito

- ▶ Em maio de 2010, o PIB Mirim ganhou uma versão em Alemão, resultado da parceria com o *Projeto Amazonas – teatro música em três partes*, uma co-produção do Goethe-Institut, Hutukara Associação Yanomami, Bial de Munique, SESC-SP, Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) e ZKM. Dessa forma, o site espera mostrar às crianças de várias partes do mundo a diversidade dos povos indígenas no Brasil de maneira educativa e lúdica;
- ▶ Em dezembro de 2010, foram lançados quatro mini-jogos *Ligue os Pontos, Pescaria, Peteca e Memória*. Alguns jogos foram construídos a partir de conteúdos do próprio site, outros foram elaborados com materiais inéditos, como é o caso do *Ligue os Pontos*, criado a partir de belíssimos desenhos do professor Maiua Ikpeng e seus alunos. Estes novos conteúdos estão distribuídos nas diferentes seções do site, além de estarem na seção “Jogos” <http://pibmirim.socioambiental.org/jogos>;
- ▶ Criação da seção “Vídeos” <http://pibmirim.socioambiental.org/videos>;
- ▶ Em dezembro de 2010, a Aldeia Virtual ganhou um novo ambiente, a aldeia yanomami. Nesta aldeia, há dois mini-jogos, Coleta da Pupunha e Arco e flecha.

## Avaliação

O site PIB Mirim é mais uma das contribuições do ISA para a disseminação de informações de qualidade sobre os povos indígenas - aqui o foco está nas novas gerações. O site apresenta a temática indígena de forma educa-

### PIB MIRIM EM NÚMEROS

A participação das crianças tem crescido de forma significativa.

Já são mais de **4.500 pessoas cadastradas no jogo Aldeia Virtual**, mais de **700 comentários postados no site** e **233 e-mails** de usuários buscando informações foram **recebidos e respondidos**

Na conta do **PIB Mirim no Twitter (@pib\_mirim)**, há **222 seguidores** (dezembro de 2010).

**158.098 (representando 421.012 pageviews)**

(fonte: Relatórios Google Analytics)

tiva e interessante tanto para crianças de 7 a 12 anos (público alvo inicial), quanto para jovens e educadores. Todos eles receberam o site como uma importante fonte de informação para suas pesquisas.

O site tem tido acessos provenientes dos mais diferentes estados do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais e Bahia). Com a tradução dos conteúdos para o Inglês e para o Alemão, o site alcança o público de outros países (Brasil, Estados Unidos, Alemanha, Portugal e Suíça).

Em todas as páginas do site há um espaço aberto para a publicação de comentários e toda semana, são postados inúmeros recados com perguntas, observações e elogios ao PIB Mirim. O público é bem diverso: são crianças que entram primeiro na Aldeia Virtual e acabam passeando pelas seções do site; outras procuram informações para fazer seus trabalhos escolares; há também educadores que utilizam o site em suas atividades de sala de aula etc.



Aldeia yanomami e o novo mini-jogo Coleta da Pupunha.



Jogo de memória: plantas do Xingu.

# Site Povos Indígenas no Brasil

## O que é

Sua primeira versão é de 1997, foi reestruturado em 2005 e Relançado em 2008 relacionado ao sistema de banco de dados das Terras Indígenas possibilitando informações on line do reconhecimento dessas terras, através da plataforma: Caracterização Socioambiental das Terras Indígenas, que contém as principais informações jurídicas, pressões e ameaças, projetos e parcerias, notícias na íntegra de cada terra.

A home do site traz a Enciclopédia dos Povos Indígenas com mais de 180 verbetes sobre cada povo e quatro especiais: Parque Indígena do Xingu, etnias do Rio Negro, etnias do Xié, e etnias do Içana, esses três últimos tratam de 22 etnias.

Além disso, o site contém um menu fixo com as informações gerais sobre a situação atual dos índios no Brasil, onde estão, quantos são, quem são, índios isolados, que línguas falam, modos de vida, direitos e organizações, projetos e parcerias, marcas indígenas, serviços ambientais, etc.

## O que foi feito

- ▶ Foram publicados **oito verbetes inéditos**: Kaxuyana, Wajuru, Shanenawa, Tsohom Dyapá, Naruvoto, Puyanawa, Tupinambá de Olivença e Hyskariana. Vale ressaltar que cinco verbetes foram feitos em colaboração direta com especialistas e os demais foram elaborados pela equipe de edição;



**Kaxuyana**

Outros nomes: Caxuyana, Kaxuyana

Onde estão: Anapá, Amazonas, Pará

Quantos são: 390 (Jolo do Valle Kaxuyana, 2009)

Família linguística: Karit

### Introdução

“Eu sou do povo Kaxuyana. Por que a gente se chama ‘Kaxuyana’? Vem de morador do rio Kaxuru (rio Cachorro). A nossa identidade é com esse lugar, não com outro lugar. Só o nosso nome já diz. Durante esses 40 anos nosso nome era pronunciado em outro lugar. Agora queremos colocar nosso nome no lugar certo! Eu sei daqui já adulto, e posso dizer, com muito orgulho, que aqui é nossa terra. Nosso sonho ficou escondido, agora a gente está mostrando. Eu fui levado daqui que nem cachorro amarrado. Mas nunca esqueci do meu plano de voltar. Só que por isso eu dependia dos filhos, porque fiquei velho nesse tempo todo. Se nós não pensássemos em voltar, não tínhamos como voltar. Sem ideia a gente não faz, mas com ideia a gente faz e orienta nossos filhos. Isso nós podemos fazer. Perdemos por um tempo essa fortuna que era dos nossos pais, mas agora queremos recuperar para nossos filhos”. Depoimento de Benedito Kaxuyana (setembro de 2008).



**Shanenawa**

Outros nomes: Kaxikina Shanenawa

Onde estão: Acre

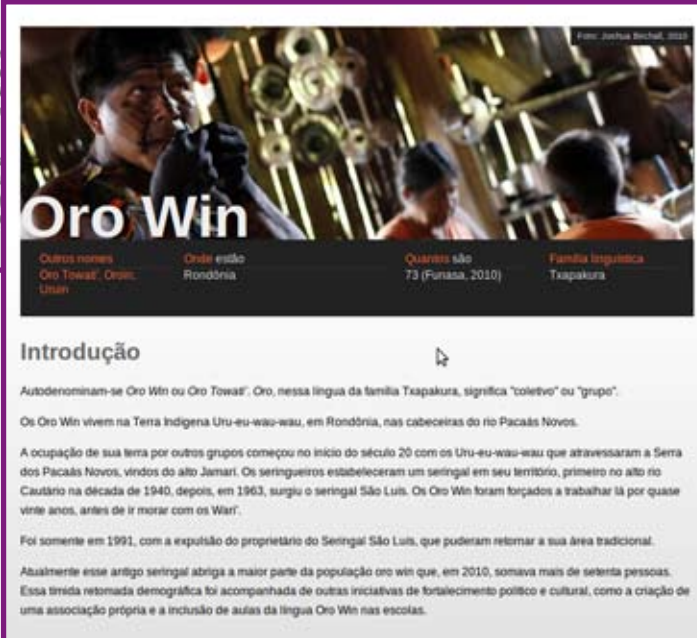
Quantos são: 411 (Funasa, 2010)

Família linguística: Pano

### Introdução

A história do povo Shanenawa é comum àquelas vividas por grande parte das populações indígenas do século 20 foram vítimas da rápida e violenta ocupação da região em função do extrativismo de caça de desenvolvimento da economia regional, os Shanenawa foram inicialmente alocados como mão de obra e outros bens alimentícios aos trabalhadores dos seringais, sendo posteriormente integrados à atividade de amansamento dos índios “brabos” do alto rio Envira.

Após alguns deslocamentos os Shanenawa passaram a viver em uma porção de terra que mais tarde recebeu o nome Kaxikina/Kaxinawa. Isso se deveu a um engano, pois eles foram confundidos com índios Kaxikina. Com receio de perder o direito sobre suas terras, tendo em vista todo o histórico de violência e injustiça, os Shanenawa resolveram não desfazer o mal entendido. Estudos linguísticos realizados na década de 1980, visto que a língua shanenawa é da família Pano e não Kaxikina.



**Oro Win**

Outros nomes: Oro Towat', Orac, Utan'

Onde estão: Rondônia

Quantos são: 73 (Funasa, 2010)

Família linguística: Txapakura

### Introdução

Autodenominam-se Oro Win ou Oro Towat'. Oro, nessa língua da família Txapakura, significa “coletivo” ou “grupo”.

Os Oro Win vivem na Terra Indígena Uru-eu-wau-wau, em Rondônia, nas cabeceiras do rio Pacaás Novos.

A ocupação de sua terra por outros grupos começou no início do século 20 com os Uru-eu-wau-wau que atravessaram a Serra dos Pacaás Novos, vindos do alto Jamari. Os seringueiros estabeleceram um seringal em seu território, primeiro no alto rio Cautário na década de 1940, depois, em 1963, surgiu o seringal São Luis. Os Oro Win foram forçados a trabalhar lá por quase vinte anos, antes de ir morar com os Wari'.

Foi somente em 1991, com a expulsão do proprietário do Seringal São Luis, que puderam retornar a sua área tradicional.

Atualmente esse antigo seringal abriga a maior parte da população oro win que, em 2010, somava mais de setenta pessoas. Essa tríplice retomada demográfica foi acompanhada de outras iniciativas de fortalecimento político e cultural, como a criação de uma associação própria e a inclusão de aulas da língua Oro Win nas escolas.



- ▶ O site em Inglês conta com 172 verbetes publicados, entre outros textos;
- ▶ O site em Espanhol já conta com 83 verbetes traduzidos, totalizando no site atual 134 etnias;
- ▶ Revisão dos itens “Aspectos Contemporâneos” de todos os verbetes da enciclopédia;
- ▶ Criação de novos conteúdos na seção “Modos de Vida”: os textos “Xamanismo” <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-actual/modos-de-vida/xamanismo> e “Poéticas Indígenas” <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-actual/modos-de-vida/as-poeticas-indigenas>, do antropólogo Pedro de Niemeyer Cesarino; e o texto “Astronomia Tukano” <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-actual/modos-de-vida/astromonia-tukano>, da antropóloga Melissa Oliveira (ISA);
- ▶ Foi criada uma nova seção, “Órgão indigenista oficial” <http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/introducao>, que traz um breve histórico do Serviço de Proteção ao Índio (SPI, 1910-1967) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), até o anúncio de sua reestruturação em dezembro de 2009;
- ▶ Reformulação do texto que abordava a questão dos direitos internacionais <http://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/internacional/introducao>;
- ▶ Revisão e padronização geral de conteúdo, textos e verbetes, bem como atualização de imagens (em andamento);
- ▶ Continuidade da parceria do ISA (que abrange o conteúdo do site Povos Indígenas no Brasil) com a Globo.com na criação, em dezembro de 2009, do Blog do ISA no portal Globo Amazônia <http://g1.globo.com/platb/natureza-isa/>;
- ▶ Disponibilização da série histórica *Povos Indígenas no Brasil* <http://pib.socioambiental.org/pt/c/povos-indigenas-no-brasil-serie-historica>. Todos os livros da coleção, exceto o volume *Povos Indígenas no Brasil 2001-2005*, estão esgotados. Por isso, o ISA os digitalizou e está disponibilizando para leitura e download. A eles, juntam-se dois volumes especiais da

## PIB EM NÚMEROS

Conta no **Twitter** (@povosindigenas) (<http://www.twitter.com>), aberta no início de 2009, conta, atualmente, com **2.528 seguidores**.

**834 emails** de usuários buscando informações foram respondidos.

**948.058 visitas** (= **2.754.642 pageviews**) (Fonte: Google Analytics).

revista *Tempo e Presença* – uma sobre a Amazônia brasileira e outra sobre os povos indígenas, publicada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) a partir de 1979;

- ▶ Em agosto de 2010 foi realizada uma ciberacção: a campanha “O momento é decisivo para a saúde indígena” <http://www2.socioambiental.org/saude-indigena>. O objetivo foi pressionar o Senado para que aprovasse a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Em apenas cinco dias, foram enviadas 1604 cartas aos senadores. A campanha foi divulgada também por 168 tweets e 104 retweets. No Facebook, 684 pessoas compartilharam o link a partir do site da campanha, e a partir daí houve mais 390 compartilhamentos e 217 avaliações positivas.

## Avaliação

No ano de 2010, foi possível aumentar significativamente o conteúdo, as parcerias e o público do site Povos Indígenas no Brasil, reafirmando sua posição como fonte privilegiada de informação sobre os povos indígenas. Em 2010 foram mais de 834 e-mails recebidos por meio do site. Além disso, a tradução de seu conteúdo para o inglês e a continuidade da tradução para o espanhol têm possibilitado maior visibilidade dos povos indígenas em diferentes países.

# Série Povos Indígenas no Brasil

## O que é

A Série Povos Indígenas no Brasil é a herança mais sólida que o ISA recebeu do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), particularmente de seu Programa Povos Indígenas no Brasil. A conformação desse trabalho remonta ao início dos anos 1970. Naquela época, a situação dos índios era desconhecida por parte da opinião pública, do Estado responsável pelas políticas públicas e da própria antropologia, cujos especialistas dispunham de informações desatualizadas, parciais e desiguais sobre um número reduzido de povos indígenas da Amazônia.

Foi nesse contexto que começou a se consolidar uma extensa rede de colaboradores, não só para “colocar os índios no mapa do Brasil”, mas também para apoiá-los em seus projetos de futuro. São pesquisadores, indigenistas, missionários, indígenas, médicos, jornalistas, fotógrafos, entre outros, que seguem apoiando o ISA em ações que deem visibilidade aos povos indígenas por meio de informações qualificadas.

A tarefa de tecer, periodicamente, painéis tão abrangentes, é como montar quebra-cabeças de milhares de peças, sem a imagem-guia. Fazê-la a partir da sociedade civil - e não do Estado - tem exigido o aprimoramento dos contatos com a rede de colaboradores do ISA e a persistência da equipe de pesquisadores, que traça uma linha editorial baseada em estratégias participativas e cumulativas.

## Nova edição

Já foram publicados nessa série 10 livros, estamos finalizando o volume 2006 a 2010. As atividades foram iniciadas no mês de agosto de 2010 com reuniões de pauta e convite aos colaboradores, edição e redação de textos, pesquisa sobre fotos principais do período, elaboração de mapas e tabelas das terras e censo, e outros conteúdos.

O livro reunirá análises e reflexões sobre a situação contemporânea e a história recente dos povos indígenas que vivem no Brasil, tratando de temas como política indigenista e indígena, legislação, conflitos, situação (jurídica e de fato) das Terras Indígenas, saúde, educação e projetos econômicos, depoimentos indígenas, etc.

## Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil

A Enciclopédia, disponível no site *Povos Indígenas no Brasil* há quase 13 anos, traz 180 verbetes sobre povos indígenas que vivem atualmente no País. A obra ainda não está completa. Faltam verbetes de cerca de 40 etnias.

Essa iniciativa, cujo objetivo é divulgar na internet a diversidade sociocultural dos índios, conta, para a elaboração dos conteúdos, com o vasto acervo de documentos, imagens e mapas do ISA, e com sua rede de colaboradores. Os textos abordam temas relativos aos modos de vida, à organização social, ao histórico do contato, à língua, às terras e outros aspectos culturais, políticos e econômicos dos diferentes grupos.

A Enciclopédia é resultado de um processo permanente de sistematização e atualização de informações provenientes de diferentes fontes. Esse esforço muitas vezes é acompanhado por alguns desafios, a saber:

### ► Quadro dos Povos

A questão da etnicidade é um dos desafios na atualização desse quadro dinâmico que mostra a sociodiversidade contemporânea no Brasil. Particu-

larmente, a história dos povos indígenas inclui processos de fusão e divisão e consequentemente, estabelecer os critérios diferenciados um “povo” de uma “comunidade” ou de um “subgrupo” é algo arbitrário e nem sempre consensual. Há critérios sociológicos (identificados pelos pesquisadores), nativos (apontados pelos próprios grupos) e eminentemente políticos (visando o reconhecimento de direitos ou a obtenção de benefícios) para a identificação de um grupo étnico, que nem sempre são coincidentes e cujas fronteiras são intercambiáveis. Assim, classificar e contabilizar o número de povos indígenas acarreta imprecisão e implica constante revisão e atualização.

Daí a adequação da rede virtual, que mantém aberta a possibilidade de atualizações, de acordo com as reivindicações e esclarecimentos feitos pelos colaboradores indígenas e não indígenas do ISA.

No contexto atual, é possível que o processo mais emblemático do dinamismo do quadro étnico no Brasil seja aquele relativo às chamadas “identidades emergentes” (ou “índios ressurgidos”, ou “índios resistentes”). Nos últimos anos, aumenta o número de populações que passam a reivindicar pública e oficialmente a condição de indígena. Trata-se de famílias que, miscigenadas e territorialmente espoliadas, deslocadas e concentradas ao longo do tempo, reencontram, no presente, contextos políticos e históricos favoráveis à retomada de identidades coletivas indígenas (um povo, um nome). A questão é complexa e está imbricada com a concentração fundiária no País e a precariedade dos serviços públicos de promoção do bem estar social. Nesse quadro, a reivindicação da identidade indígena traz consigo a conquista de direitos territoriais e de assistência diferenciada nos serviços de saúde e educação, bem como financiamentos para projetos econômicos.

### ► Edição

A maior parte dos verbetes hoje disponíveis no site foi elaborada por pesquisadores, geralmente antropólogos ou linguistas, com conhecimento específico sobre um determinado povo. Mesmo quando um texto é construído com a colaboração direta do autor, a tarefa de edição não costuma ser fácil. Os pesquisadores estão normalmente envolvidos em inúmeras atividades e, por esse motivo, a equipe realiza vários contatos até finalmente concluir todas as etapas necessárias para a publicação do verbete (revisão e edição, retorno para o autor, seleção de fotos, levantamento de dados sobre população e localização, edição em web, aprovação do autor e publicação).

Nos últimos anos por causa da pouca disponibilidade dos especialistas para redigir os verbetes, estamos investindo cada vez mais na edição a partir de conteúdos preexistentes encontrados em teses, livros, artigos, relatórios e outros tipos de documentos. A equipe reúne o material, existente muitas vezes no acervo do ISA, e o edita em formato de verbete, destacando itens como “nome”, “língua”, “localização”, “população”, “histórico da ocupação e do contato”, “organização social”, “cosmologia”, “rituais”, “atividades produtivas”, “situação atual”, “notas sobre as fontes” e “fontes de informação”.

Depois disso, uma primeira versão é encaminhada para o(s) autor(es) para que faça(m) acréscimos e correções que julgar(em) necessários. No projeto gráfico do verbete, cada item corresponde a uma página, de modo que cada verbete pode ser assinado por diferentes autores.

Esse processo de edição, apesar de mais trabalhoso, tem resultado em verbetes de boa qualidade, pois reúne o melhor conteúdo produzido sobre um povo específico em uma linguagem adequada ao público heterogêneo do site.